



**Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Departamento de Geografia**

**Karla Trigueiro**

**UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS  
EM BELO HORIZONTE/MG – Análise e interpretação do processo de  
desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão**

**Belo Horizonte  
2018**

**Karla Trigueiro**

**UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS  
EM BELO HORIZONTE/MG – Análise e interpretação do processo de  
desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. José Antônio Souza de Deus

**Belo Horizonte  
Instituto de Geociências da UFMG  
2018**

T828a Trigueiro, Karla.  
2018 Uma abordagem territorial dos megaeventos esportivos em Belo Horizonte/ MG [manuscrito] : análise e interpretação do processo de desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão/ Karla Trigueiro. – 2018.  
366 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2018.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 308-316.

Inclui apêndices e anexos.

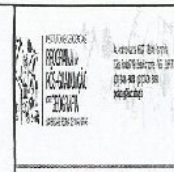
1. Geografia humana – Belo Horizonte – Teses. 2. Territorialidade humana – Teses. 3. Copa do mundo (Futebol) – Teses. 4. Turismo – Belo Horizonte – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 911.3 (815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



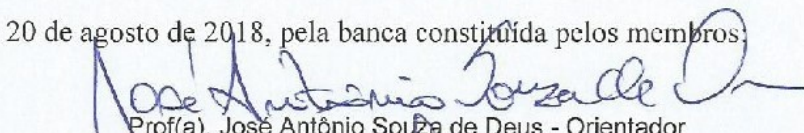
## FOLHA DE APROVAÇÃO

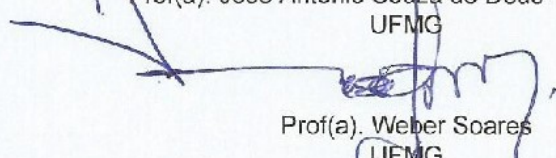
**UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS EM BELO-HORIZONTE/MG - Análise e interpretação do processo de desterritorialização dos Barraqueiros do Mineirão**

**KARLA TRIGUEIRO**

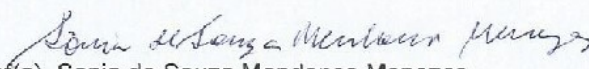
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

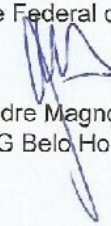
Aprovada em 20 de agosto de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). José Antônio Souza de Deus - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Weber Soares  
UFMG

  
Prof(a). Altair Sancho Pivoto dos Santos  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
Prof(a). Sonia de Souza Mendonça Menezes  
Universidade Federal de Sergipe

  
Prof(a). Alexandre Magno Alves Diniz  
PUC - MG Belo Horizonte

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2018.

## DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus.  
À minha família,  
principais apoiadores da minha trajetória de vida,  
acadêmica, profissional e pessoal.

## AGRADECIMENTOS

Ao fechamento desse importante ciclo de crescimento, profissional e pessoal, fazem-se essenciais alguns agradecimentos às pessoas e instituições apoiadoras, fundamentais incentivadoras ao desenvolvimento dessa tese.

Primeiramente a Deus, pela intercessão de anjos e santos, na minha proteção e no revigorar de minhas forças;

Aos meus familiares, companheiro e amigos (Amores da Vida), por seu carinho, incentivo, compreensão e paciência em momentos tão difíceis (muitas vezes, entendidos somente por aqueles que vivem esse momento), por me ofertaram o que tinham para dar, depois entendendo as minhas aflições e limitações;

Ao meu orientador, um mestre e amigo, Professor José Antônio Souza de Deus, por tamanha generosidade e compreensão com que me acolheu, pelos ensinamentos e convívio, sem o qual não seria possível concluir essa tese, pessoa essencial ao meu crescimento profissional nesses anos de parceria ao longo da realização da pesquisa. Agradeço ainda, aos professores membros da banca, que gentilmente contribuíram singularmente na construção e/ou no melhoramento desse trabalho, pela disponibilidade e prontidão no aceite ao convite;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – IGC-UFMG; ao seu corpo docente, pelo incentivo e comprometimento de excelência na formação acadêmica; à diretoria e todos os servidores que contribuem gentilmente, com seu trabalho, nas demandas dos alunos;

À Universidade Federal de Viçosa, sede e, principalmente, ao *Campus* Florestal, pelo apoio incondicional e pela licença integral concedida no último ano do Doutorado, contribuindo, sensivelmente, para minha escrita da tese. Estendo os agradecimentos, aqui, aos alunos, colegas e amigos da UFV; sobretudo, à Professora Fahrenheit, que pôde me substituir ao longo de todo o meu afastamento;

Aos colegas alunos da Pós, em especial aos membros do grupo de estudos GECES, com quem pude dividir as ansiedades presentes no processo, pelo convívio e aprendizagem;

À DPE e a PBH, em especial a GELCP, nas pessoas da Chefia e das servidoras Irlane, Lúcia e Olga, por terem tão gentilmente me acolhido e disponibilizado os dados para que essa pesquisa fosse realizada;

À ABAEM, a todos os entrevistados, e em especial a todos os antigos barraqueiros do Mineirão, grupo focal estudado, pelo prazer em tê-los conhecido, por terem depositado confiança em mim e no meu trabalho, permitindo que fosse possível o desenvolvimento dessa pesquisa;

Aos amigos Wesley, Glenda, Bruno e Jayme, pelo melhoramento da forma do trabalho;

Enquanto pesquisadora, agradeço ainda, pelo privilégio em estudar, acompanhar e analisar esse processo, que consistiu numa vivência de pesquisa singular, por meio da abordagem sensível da geografia cultural. Por fim, a todos que de alguma maneira torceram por mim, pelas palavras de apoio, minha sincera gratidão!

## Epígrafe

### I – O INFANTE

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.  
Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,  
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,  
E viu-se a terra inteira, de repente,  
Surgiu, redondo, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te portuguez...  
Do ar e nós em ti nos deu sinal.  
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez,  
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Fernando Pessoa

## RESUMO

Os megaeventos esportivos internacionais são eventos de proporções gigantescas, que exigem investimentos elevados, com duração de curto prazo e consequências de longo prazo para as cidades-sede; interferindo diretamente na dinâmica territorial, no fluxo de visitantes e na organização do espaço turístico, bem como no planejamento dos grandes centros urbanos, com reverberação na vivência territorial dos moradores locais. Considerando a complexidade e repercussão desse fenômeno, esse estudo se propôs a analisar a percepção das vivências dos atores de determinado grupo - envolvidos diretamente com esse tipo de evento – com o objetivo de se apreender e compreender os impactos percebidos, por meio da desterritorialização desses atores. Para tal análise, foi escolhido o grupo focal *antigos barraqueiros do Mineirão*, por possuir uma vivência no território em torno do Estádio Governador Magalhães Pinto (conhecido como Mineirão); no período compreendido entre a preparação, duração e finalização da Copa do Mundo de 2014, realizada em diversas cidades brasileiras, entre elas, Belo Horizonte. A abordagem foi realizada, principalmente, através da análise da fala e relatos dos *barraqueiros* sobre as consequências sofridas em seu exercício de territorialidade, em decorrência da realização desse evento específico. Assim, pretendeu-se analisar a vivência territorial desses sujeitos, a partir da realização desse megaevento internacional na cidade de Belo Horizonte. O estudo avaliou a configuração do território - antes e após a realização da Copa de 2014 - os conflitos entre os atores diretamente envolvidos e o processo de desterritorialização por eles enfrentado, por meio das visões distintas dos atores escolhidos, a partir de seu lugar e papel social. Como aporte teórico nos apoiamos na etnogeografia, por meio de uma abordagem etnográfica, baseada na percepção dos envolvidos. Aproximando-se do território em disputa, buscou-se compreender as repercussões no cotidiano das pessoas que recebem os megaeventos e/ou que atuam na organização e desenvolvimento de eventos dessa natureza. Tendo como essência geográfica privilegiada o Território, sobretudo, em uma abordagem que privilegia a percepção dos envolvidos, a qual constitui contribuição – em uma ótica de análise não convencional - dos processos vinculados a estes fenômenos. Os resultados alcançados foram o resgate do valor cultural, por meio dos documentos e relatos do grupo (sendo feito um registro histórico do mesmo), além de ter propiciado, por meio de aportes teóricos, a compreensão do processo de desterritorialização vivenciado, a fim de elucidar dados mais perceptíveis a essa análise. O estudo possui um caráter de originalidade, por realizar-se a partir de uma ótica humanística. Visou-se concretizar uma reflexão e ampliação dos conhecimentos sobre o tema, e a estruturação de uma contribuição teórica em prol da mitigação desses impactos, sob a ótica do território, da territorialidade e da identidade.

**Palavras-chave:** megaevento esportivo; barraqueiros do Mineirão; Copa 2014; território; desterritorialização; Belo Horizonte; Turismo; Geografia.



## ABSTRACT

International sport mega events are huge events that require high investments, with short-term durations and long-term consequences for host cities; directly interfering with the territorial dynamics, the flow of visitors and the organization of the tourist space, as well as the planning of large urban centers, with reverberation in the territorial experience of the local residents. Considering the complexity and repercussion of this phenomenon, this study intends to analyze the perception of the experiences of the actors of a certain group - directly involved with this type of event - with the objective of apprehending and understanding the perceived impacts through the deterritorialization of these actors. For this analysis, the focal group was chosen old barraqueiros of the Mineirão, for having an experience in the territory around the Governor Magalhães Pinto Stadium (Mineirão); in the period between the preparation, duration and finalization of the 2014 World Cup, held in several Brazilian cities, including Belo Horizonte. The approach was carried out, mainly, through the analysis of the speech and reports of the barraqueiros on the consequences suffered in their day to day, as a result of the accomplishment of this specific event. Thus, we intend to analyze the territorial experience of the actors directly affected, as a result of the international mega-events in the city of Belo Horizonte. The study evaluated the configuration of the territory - before and after the 2014 World Cup - the conflicts between the actors directly involved and the process of deterritorialization faced by them, through the different views of the chosen actors, from their place and role Social. As theoretical contributions, we rely on ethnogeography, through an ethnographic approach, based on the perception of those involved. Approaching the territory in dispute, we sought to understand the repercussions in the daily life of the people who receive the mega-events and / or who act in the organization and development of events of this nature. Having as a privileged geographic essence, the Territory, especially in an approach that privileges the perception of those involved, which constitutes a contribution of non-conventional analysis of processes linked to these phenomena. The results obtained were the rescue of the culture value, through the documents and reports of the group, and a historical record of the same was made, besides having provided, through theoretical contributions, the understanding of the process of deterritorialization experienced, in order to elucidate more perceptible data to this analysis, having, moreover, a character of originality because it is a humanistic view. The objective was to reflect on and expand the knowledge on the subject and the structuring of a theoretical contribution to the mitigation of these impacts, from the point of view of territory, territoriality and identity.

**Keys words:** mega events, the barraqueiros Mineirão, the 2014 World Cup, territory, deterritorialization, Belo Horizonte, tourism, geography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa localização do município de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Região da Pampulha.....	p. 15
Figura 02 – Foto do Mineirão antes da reforma.....	p. 21
Figura 03 – Foto do Mineirão durante a reforma.....	p. 22
Figura 04 – Foto do Mineirão após a reforma.....	p. 22
Figura 05 – Foto da reunião dos antigos barraqueiros do Mineirão.....	p. 27
Figura 06 – Ocupação feita na porta da Prefeitura.....	p. 27
Figura 07 – Faixa utilizada em ocupação.....	p. 27
Figura 08 – Reunião da ABAEM.....	p. 27
Gráfico 01 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por gênero.....	p. 45
Gráfico 02 – Gráfico da classificação dos barraqueiros entrevistados.....	p. 46
Figura 09 - Mapa da localização dos antigos barraqueiros no Mineirão (antes da reforma) .....	p. 47
Gráfico 03 – Gráfico dos entrevistados – relação idade por gênero.....	p. 48
Gráfico 04 – Anos trabalhados no Mineirão pelos entrevistados.....	p. 49
Figura 10 – Foto dos 38 volumes do processo da Prefeitura de Belo Horizonte.....	p. 82
Figura 11 – Foto do layout proposto para a Feira, por meio do edital de licitação da Prefeitura, em 2015.....	p. 97
Figura 12 e 13 – Tropeiro preparado pelos barraqueiros em eventos.....	p. 125
Figura 14 e 15 – Entrevistada D. Sônia e cozinha do bar no Setor Amarelo, na parte interna do Mineirão.....	p. 129
Figura 16 – Imagem da D. Sônia, paramentada com a dólmã e, em detalhe, a marmitta de tropeiro servida no Mineirão.....	p. 133
Figura 17 – Ingredientes do feijão tropeiro, já cortados, etiquetados e acondicionados para o preparo no dia do jogo.....	p. 133
Figura 18 e 19 – Preparo da couve e dos torresmos em véspera de jogo de futebol no Mineirão.....	p. 134
Figura 20 e 21 – Imagem da equipe que trabalha atendendo no bar do Setor Amarelo e entrega da marmitta de tropeiro vendida dentro do Mineirão, feita por meio do recebimento de ficha.....	p. 136
Figura 22 – Feijão cozido no dia, pronto para ser utilizado no preparo do tropeiro. p.139	
Figura 23 – Preparo da carne e do ovo, na chapa, acompanhamentos do tropeiro....	p. 140
Figura 24 – Arroz branco, cozido no dia, pronto para acompanhar o tropeiro.....	p. 140
Figura 25 – Molho de tomate que acompanha o bife de carne de porco, da marmitta do tropeiro.....	p. 141
Figura 26 – Tropeiro pronto, servido nos bares de responsabilidade da D. Sônia, dentro do Estádio.....	p. 141
Figura 27 – Barraqueira Selma com foto antiga dela e dos irmãos.....	p.166
Figura 28 – Selma e os irmãos vendendo frutas na porta de casa.....	p. 166
Figura 29 – Foto painel de conquistas da família.....	p. 168
Figura 30 – Foto do casal entrevistado, Sr. Jorge e D. Idetiza, no quintal de casa.....	p. 206
Figura 31 – Foto da entrevistada D. Diva.....	p. 211
Figura 32 – Painel de fotos das conquistas da D. Rosa Salvino e família, com o trabalho no Mineirão.....	p. 214
Figura 33 – D. Rosa Salvino, antiga barraqueira.....	p. 217

Figura 34 – Pipoqueiro Ademar.....	p. 218
Figura 35 – Barraqueiro Chiquinho.....	p. 222
Figura 36 – Antigo barraqueiro do Mineirão, João Assad.....	p. 238
Figura 37 – Foto antiga do casal, Morgana e Geraldo, trabalhando em barraca.....	p. 249
Figura 38 – Antiga barraqueira Morgana em sua caravan, no antigo Mineirão.....	p. 250
Figura 39 – Barraca da Morgana.....	p. 252
Figura 40 – Casal Morgana e Geraldo, em reunião na sede da ABAEM.....	p.255
Figura 41 – Ocupação na Câmara Municipal.....	p. 266
Figura 42 – Ocupação na Câmara Municipal.....	p. 266
Figura 43 – Ocupação na Prefeitura.....	p. 267
Figura 44 – Ocupação na Prefeitura.....	p. 267
Figura 45 – Mapa da localização dos eventos acompanhados em 2017.....	p. 269
Figura 46 – Ambulante Sirílio.....	p. 271
Figura 47 – Barraca montada sem autorização no carnaval.....	p. 271
Figura 48 – Antiga barraqueira Ana.....	p. 272
Figura 49 – Antiga barraqueira Rosilene.....	p. 272
Figuras 50 e 51– Imagens da barraca da antiga barraqueira Sandra.....	p. 274
Figura 52 – Tropeiro do Mineirão, servido na barraca Sandra.....	p. 273
Figura 53 e 54 – Montagem das barracas no evento Parada Gay de Betim.....	p. 273
Figura 55 – Montagem da barraca da Sr. <sup>a</sup> Maria Borges, no evento Parada Gay de Betim, ocorrido em agosto de 2017.....	p. 274
Figura 56 – Vista panorâmica do local de concentração do evento Parada Gay de Betim, realizado em 2017.....	p. 274
Figura 57 – Ambulantes trabalhando em local proibido em evento.....	p. 276
Figura 58 – Barraca da barraqueira Cláudia.....	p. 277
Figura 59 – Barraca dos barraqueiros Selma e Ernani.....	p. 277
Figura 60 – Stand padrão da organização do evento Feira da Paz de Betim.....	p. 277
Figura 61 – Barraca da barraqueira Lourdes.....	p. 278
Figura 62 – Barraca da barraqueira Maria Borges.....	p. 278
Figura 63 – Barraca do Ernani e da Selma com o tropeiro servido por eles.....	p. 278
Figura 64 – Vista panorâmica do evento Parada Gay de Belo Horizonte, na Praça da Estação.....	p. 281
Figura 65 e 66 – Fotos da prática de esporte e eventos na esplanada do Mineirão (área externa).....	p. 285
Figura 67 – Etnomapa Novos usos do Mineirão.....	p. 286

## LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ABAEM – Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão<sup>1</sup>  
ABIH/MG – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais  
ADEMG- Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais  
BH – Belo Horizonte  
BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A  
CAU – Centro de Atendimento ao Usuário  
CELLOS - Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais  
CEU - Centro Esportivo Universitário da UFMG  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
COI – Comitê Olímpico Internacional  
COMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente  
COMOVEEC - Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais  
CONEDH – Conselho Estadual da Defesa dos Direitos Humanos  
COPAC – Comitê Popular dos Atingidos pela Copa do Mundo  
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
DAE – Documento de Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda de MG  
DEOP-MG - Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais  
DPDH - Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (vinculado a DPE/MG)  
DPE/MG – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
FIFA – Fédération Internationale de Football Association  
GBC Brasil - *Green Building Council Brazil*  
GELA - Gerência de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Impacto  
GEOLIA - Gerência de Orientação para Licenciamento Ambiental  
GPDUs - Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
LEED - Leadership in Energy and Environmental Design  
MPF – Ministério Público Federal  
OLA - Orientação do Licenciamento Ambiental  
PCA - Plano de Controle Ambiental  
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável  
PPP – Parceria Público Privada  
PROMINAS – Companhia Mineira de Promoções  
RCA – Relatório de Controle Ambiental  
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte  
SECOPA/MG - Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo do Estado-MG  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta  
UFIR - Unidade Fiscal de Referência

---

<sup>1</sup> Nome de registro da Associação, entretanto, observa-se que, em alguns documentos, a sigla ABAEM está descrita como Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão, que possui significado similar. Quando nos referirmos a eles, vamos utilizar, geralmente, o termo antigos barraqueiros do Mineirão.

## Sumário

1. Introdução .....	14
1.1 Motivo da escolha do tema.....	17
1.2 Relevância da proposta de pesquisa.....	19
1.3.Objetivos .....	23
1.3.1 Objetivo Geral .....	23
1.3.2 Objetivos Específicos.....	24
1.4.Percursos metodológicos da pesquisa.....	24
1.4.1 Aproximações prévias com o tema - trabalhos relacionados e reconhecimentos de campo .....	24
1.4.2 Demais procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da Pesquisa.....	32
1.4.3 Análise das características do grupo focal pesquisado em relação ao processo de desterritorialização.....	44
2. Aspectos conceituais norteadores.....	52
2.1 Impactos da atividade turística e planejamento.....	55
2.2 Megaeventos e as cidades.....	58
2.3 Geografia e a dimensão cultura vinculada ao território .....	63
2.4 Aportes teórico-conceituais sobre o território – características.....	65
2.4.1 Território, territorialidade e poder.....	68
2.4.2 Identidade.....	72
2.4.3 Desterritorialização e reterritorialização.....	77
3. Processos públicos de preparação do megaevento Copa 2014 em Belo Horizonte .....	81
3.1 Análises de documentos do processo administrativo junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.....	81
3.2 Análise de documentos do Processo Administrativo dos antigos barraqueiros junto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.....	100
3.2.1 Caracterização dos barraqueiros do Mineirão na disputa pelo território.....	100
4. A dimensão simbólica e cultural do território “entorno do Mineirão”.....	109

4.1 - A territorialidade dos barraqueiros .....	111
4.2 A relação estabelecida entre o alimento e o território.....	115
4.2.1 A questão do feijão tropeiro – aspectos culturais e a apropriação simbólica do Território.....	115
4.2.2 O tropeiro do Mineirão.....	124
4.3 Uma discussão sobre o tropeiro que é feito (e servido) dentro do estádio .....	128
4.3.1 Diversos aspectos sobre a logística de preparo e distribuição do tropeiro dentro do Mineirão.....	132
5. Percepção dos antigos barraqueiros do Mineirão sobre o processo de desterritorialização...143	
5.1 Experiência territorial dos antigos barraqueiros do Mineirão.....	143
5.2 Estratégias de sobrevivência – territórios de resistência.....	263
5.2.1 Memorial descritivo dos eventos acompanhados – reterritorialização.....	268
5.2.2 Novos usos do território do entorno do Mineirão.....	284
6. Considerações Finais.....	293
7. Referências Bibliográficas.....	308
APÊNDICES .....	317
ANEXOS.....	324

## 1. Introdução

Os *megaeventos*<sup>2</sup> esportivos internacionais interferem na dinâmica territorial, no turismo e no planejamento dos grandes centros urbanos, com repercussões diretas no exercício da territorialidade de muitos moradores das cidades-sede. Nesse sentido, analisar a dinâmica territorial dos atores envolvidos diretamente com esse tipo de evento, faz-se necessário no contexto do desenvolvimento da atividade na contemporaneidade. Consideramos que, para o estudo do *tema proposto*, intitulado **“UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS EM BELO HORIZONTE/MG – Análise e interpretação do processo de desterritorialização dos barraqueiros do Mineirão”** foi preciso, inicialmente, buscar aportes teóricos da geografia cultural e da etnogeografia, a fim de subsidiar o tipo de abordagem baseado na territorialidade dos envolvidos, por meio da aproximação com o ambiente de sobrevivência e de disputas. Tentou-se, ainda, compreender as repercussões dos megaeventos nos processos territoriais das pessoas que os receberam ou que atuaram na organização e desenvolvimento destes tipos de eventos. Admitimos nessa proposta de trabalho que os megaeventos, conceitualmente definidos por Beni (2001) como um tipo de turismo, o turismo de megaeventos<sup>3</sup>, impacta significativamente, e de várias formas, os Territórios, interferindo nas relações sociais aí estabelecidas. Para o pesquisador:

“Denominação dada a grandes eventos culturais, desportivos e religiosos que, por suas características internacionais, catalisam a atenção nacional e maciço fluxo turístico. Exemplos: Olimpíadas, Copa Mundial de Futebol, Jogos Pan-Americanos, Fórmula 1, Congressos Eucarísticos, Prêmios Oscar, Feira Internacional de Aviação, Salão Internacional do Automóvel, entre outros” (BENI, 2001, p. 424).

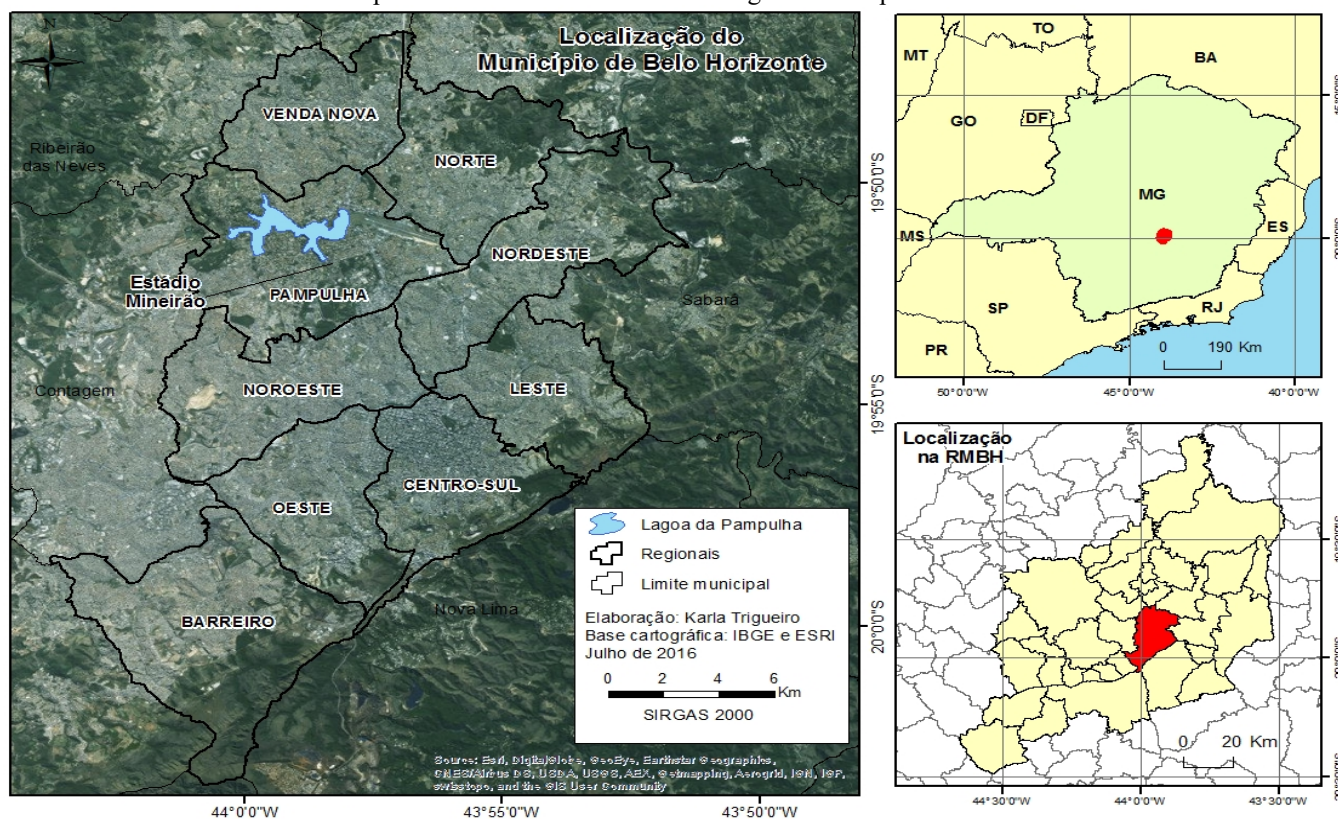
---

<sup>2</sup> Entendendo-se megaeventos como sendo os eventos de proporções gigantescas, que requerem investimentos elevadíssimos, de curto prazo e com consequências de longo prazo para as cidades-sede. Os resultados e as consequências geralmente mencionadas, a respeito, na literatura especializada são: a provisão de infraestrutura, os impactos econômicos e sociais, a renovação ou criação da imagem da cidade através da mídia, particularmente pela TV (TRIGUEIRO, 2017).

<sup>3</sup> Pela atividade do turismo ter uma especificidade própria, oriunda da relação específica estabelecida entre as motivações e/ou preferências dos turistas por “produtos” permanentes ou eventuais e a vocação turística do núcleo receptor, ao imprimir sua atração.

Assim, foram analisados os territórios e territorialidades dos atores diretamente envolvidos na realização dos megaeventos internacionais na cidade de Belo Horizonte (mapa do recorte territorial estudado, e, mais especificamente, a região da Pampulha, tendo como foco central o Estádio Governador Magalhães Pinto, conhecido como “Mineirão” - Figura 1), transformada numa das sedes de megaeventos esportivos internacionais no Brasil, observando sua relevância e particularidade econômica e social na região Sudeste do País e, principalmente, fazendo o contraponto entre a configuração do Território (antes e após a realização desse tipo de acontecimento), os conflitos entre os atores envolvidos diretamente com tais processos e as repercussões dos projetos, objetos e estruturas propostas/planejadas para serem construídos e implantados em função da realização desses eventos.

Figura 01 – Mapa da localização do recorte territorial estudado - Município de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Região da Pampulha.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados na pesquisa, 2016.

Na última década, o Brasil tem buscado aumentar a frequência de sediar eventos internacionais. Consequentemente, o estudo dos megaeventos esportivos internacionais que ocorreram no País, desde 2002 até o momento, trouxeram dados mais perceptíveis a essa análise, tendo, aliás, um caráter de originalidade por tratar-se de uma



abordagem cultural, a qual constituiu uma óptica de análise não convencional dos processos vinculados a estes fenômenos.

A partir do desenvolvimento da atividade turística por meio da realização de megaeventos, buscou-se, particularmente, se fazer um estudo da experiência territorial dos atores diretamente envolvidos no processo em questão, por meio de sua percepção<sup>4</sup> do espaço vivido, com a finalidade de se buscar conhecer as mudanças que se apresentaram no Território, visando-se concretizar uma reflexão e ampliação dos conhecimentos sobre o tema e a estruturação de uma contribuição teórica que problematize sobre a mitigação desses impactos percebidos.

Assim, estruturamos nosso trabalho prevendo, para o primeiro capítulo, o esclarecimento das motivações e justificativas para que fosse desenvolvida essa pesquisa, destacando, principalmente, a relevância e particularidades do tema, e, sobretudo, os percursos metodológicos percorridos. No capítulo 2, tratamos de clarificar os conceitos norteadores e de destaque nessa investigação, principalmente os relacionados à categoria de análise geográfica, o território, e seus desdobramentos. O terceiro capítulo aborda os documentos públicos gerados a partir da motivação: a realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte, quando fazemos o esforço de tratamento e análise dos dados encontrados, relacionados aos depoimentos dos atores envolvidos. O capítulo 4 corresponde à análise da dimensão simbólica e cultural relacionada ao recorte territorial escolhido, o entorno do Mineirão, destacando, principalmente, a territorialidade dos antigos barraqueiros do Mineirão, expressa pela relação estabelecida entre alimento e território, sobretudo o tropeiro. No quinto<sup>5</sup> e último capítulo, o qual consideramos ter singular relevância nessa pesquisa, apresentamos a percepção dos antigos barraqueiros do Mineirão, por meio de seus depoimentos, enquanto relatos da experiência territorial e seus desdobramentos. Por

---

<sup>4</sup> Nesse trabalho, a percepção está entendida a partir do conceito de Merleau-Ponty (1971), numa leitura do universo subjetivo, combinando o mundo exterior com o mundo interior do homem, a partir de sua experiência de mundo e de como ele percebe o mundo em si mesmo, buscando captar uma percepção viva e em vias de realização, livrando-se de preconceitos, em prol de uma nova abordagem.

<sup>5</sup> A partir de uma opção metodológica do trabalho, que analisou cada entrevista semiestruturada de forma detalhada, o capítulo mencionado apresentou maior densidade em comparação aos demais. Sendo que, outras formas de análises dos dados obtidos em entrevistas, poderão ser realizadas em trabalhos futuros.

fim, destacamos as análises, considerações e reflexões, que trazem as contribuições alcançadas por meio do desenvolvimento desse trabalho, incluindo as limitações e os apontamentos de continuidade de estudos.

### **1.1. Motivo da escolha do tema**

Anteriormente ao desenvolvimento do estudo, foram ponderadas as *questões prévias e gerais*, que poderiam ser consideradas acerca dos impactos oriundos dos megaeventos no território. Questões essas, que permeiam os tópicos que seguem:

- Politicamente, o que determina que se tome a iniciativa de se investir na candidatura de uma cidade para que esta sedie um evento de grande porte?
- O que condiciona a opção por se fazer investimentos em megaeventos, em detrimento de iniciativas/projetos em outras áreas?
- Que tipo de “objeto” /estrutura<sup>6</sup> são preparados para serem implantados no Território, em função de um evento de proporções gigantescas (e de curta duração)?
- Com que velocidade essas estruturas serão construídas? Qual é o seu custo social?
- Quais são os projetos envolvidos e em qual lugar serão instalados? Que tipo de impacto eles geram? Existe uma tendência a se privilegiar determinadas áreas?

Nesse percurso de investigação, encontramos literaturas e grupos já analisados em Belo Horizonte com relevância histórica e cultural que sofreram os impactos da realização dos megaeventos na cidade. O enfoque amplo e não específico que antes permeava as políticas públicas em cidades-sede de megaeventos recebe um novo recorte. Passamos a analisar e ter uma maior aproximação da abordagem cultural, mais sensível e que parte da ótica do grupo focal estudado. Nesse contexto, a geografia cultural e a etnogeografia forneceram aportes teóricos para que o desenvolvimento da tese fosse realizado em uma perspectiva diferenciada, com foco na escuta da fala dos resistentes impactados por esse tipo de evento.

Jones (2001) argumenta que, para muitas cidades, os megaeventos podem ser um “atalho” para obter um reconhecimento global através da exposição na mídia, o que pode ser bom para um destino turístico caso o evento seja bem-sucedido. Ou, ao contrário, desastroso, caso o evento apresente falhas perceptíveis aos envolvidos em sua concretização: atletas, familiares, imprensa e torcedores. Nesse caso, o do evento

---

<sup>6</sup> Entendam-se todas as construções fomentadas e realizadas para que ocorram os megaeventos, como possibilidade de negócios ou como infraestrutura preparatória necessária ao evento.

esportivo Copa<sup>7</sup> do Mundo de Futebol, realizado no Brasil em 2014, gerando impactos extremamente significativos, os preparativos iniciaram-se com anos de antecedência, o que não poderia ser diferente, assim como na preparação da cidade de Belo Horizonte. Todos os detalhes para que o “espetáculo” acontecesse sem que houvesse empecilhos e erros, foram acordados e detalhadamente orquestrados por uma estrutura organizacional de grande escala/grande porte, para que as repercussões midiáticas fossem um sucesso, desconsiderando-se, na maioria das vezes, a realidade local.

Admitimos que as cidades-sede de megaeventos sofrem transformações, que impactam seu território e também os agentes atuantes no local, sendo estas modificações oriundas da atividade turística desenvolvida a partir dos megaeventos esportivos internacionais. Assim, essa pesquisa estudou a experiência desses “atores impactados<sup>8</sup>” – no caso, o grupo focal antigos barraqueiros do Mineirão - nas seguintes dimensões: cultural, sócio-territorial e econômica. Vale ressaltar que os Países que sediam grandes eventos, geram uma demanda crescente de investidores de todo tipo, que mobilizam a economia das cidades em diversas atividades de interesse do mercado. Nesse sentido, é preciso refletir, inclusive, sobre como as megaestruturas construídas em função do evento serão gerenciadas pós-evento, avaliando-se, sobretudo, qual será o custo para mantê-las, e como a população local se apropriará dessas estruturas, transformando-as em seus espaços de vivência.

Especificamente em relação aos impactos decorrentes da realização de megaeventos esportivos, analisou-se a literatura concernente à questão, observando e identificando os tipos de impactos encontrados a partir do planejamento e estruturação para a prática da atividade turística em determinado recorte territorial. Ressalte-se ainda que na perspectiva de análise adotada, é escassa a disponibilidade de referências bibliográficas desenvolvidas.

Na prática do planejamento urbano e regional, os agentes públicos, necessitam de subsídios teóricos para o planejamento das cidades por meio de políticas públicas. Assim, o diagnóstico dos impactos dos megaeventos, com foco na dinâmica territorial aí envolvida e vinculada aos atores impactados, pela estruturação dos

---

<sup>7</sup> Informamos que utilizaremos o termo “Copa de 2014” ou “Copa do Mundo de Futebol”, ao longo do texto, para nos referir à Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (2014 FIFA World Cup Brasil).

<sup>8</sup> Termo criado pela autora para delimitar o grupo de atores que fará parte do universo de estudo, respectivamente: os antigos “barraqueiros” do Mineirão (grupo esse que será mais bem caracterizado na metodologia do trabalho).

megaeventos internacionais, apresenta embasamento teórico com vistas à análise da sustentabilidade<sup>9</sup> social, cultural e econômica das destinações, com vias a contribuir para a minimização de conflitos de interesses, considerando contextos socioculturais locais.

## 1.2. Relevância da proposta de pesquisa

Marcelo Souza define o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Já para Claval (1996, p. 97, tradução nossa), levar em consideração a dimensão territorial significa uma mudança profunda na investigação geográfica.

À luz da teoria de Santos (1994), estudar o *fenômeno turismo*<sup>10</sup> é ter consciência, primeiramente, de que essa atividade é desenvolvida a partir da apropriação do território para fins turísticos, dentre os vários usos dele feitos, ocorrendo a partir daí a tessitura de um novo uso do mesmo espaço, considerando as relações estabelecidas entre os componentes sociais e naturais aí incidentes. Nesse contexto, o resultado das interações propostas pela atividade turística estabelecidas entre turistas, autóctones e governos locais, muitas vezes, pode originar impactos - sejam eles de natureza sociocultural, econômica ou ambiental - de diversas formas e intensidades, podendo os mesmos serem irreparáveis e catastróficos para determinados territórios.

Trigueiro (2009) alega ser restrita a ótica de análise dos estudos encontrados na literatura, sobre impactos “provenientes” do desenvolvimento da atividade turística, por privilegiarem, via de regra, a análise econômica. Assumindo o Turismo como um uso, domínio e/ou apropriação imaterial do Território (bem como uma vivência dos lugares), temos como implícita a necessidade de rearranjos dinâmicos e interações, que envolvem riscos, de natureza diversa. Nas leis que tratam da criação de Unidades de

---

<sup>9</sup> Segundo Sachs (1995), classicamente o conceito de sustentabilidade seria formado por **cinco** componentes: a **sustentabilidade social**, que abrange a gritante desigualdade; a **sustentabilidade econômica**, voltada para a discrepância na concentração de bens e riquezas em poucos; a **sustentabilidade ecológica**, ligada à preservação da biodiversidade e à qualidade ambiental; a **sustentabilidade espacial**, que se refere à distribuição adequada dos assentamentos humanos e, conseqüentemente, a distribuição territorial e, por fim, a **sustentabilidade cultural**, voltada para a necessidade de se evitar conflitos culturais [grifo nosso].

<sup>10</sup> Considera-se aqui a prática em eventos, parte integrante da atividade turística.

Conservação, na legislação brasileira, podem ser observadas, por exemplo, postulações que colocam a atividade turística como um meio de preservação dos ambientes. Mas, para que tais postulados se concretizem, seria imprescindível ocorrer um planejamento turístico de forma sustentada. Dentro desse contexto, assim como no estudo da capacidade de carga turística dos lugares, a análise dos prováveis impactos incidentes nesses recortes territoriais é essencial para se garantir a mitigação dos problemas decorrentes da prática da atividade turística. Deve ser ressaltada, sobretudo, a relevância de ser feita análise das experiências dos grupos envolvidos diretamente com a realização dos megaeventos esportivos, como um diferencial que possibilitará uma leitura mais ampla e pormenorizada das repercussões, no Território, do desenvolvimento da atividade turística.

Ao questionarmos – será que o megaevento impacta o território? - chegamos à questão central dessa pesquisa: como o grupo focal, os antigos barraqueiros do Mineirão, vinculados à Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão - ABAEM, percebem ser atingidos pela realização do megaevento Copa de 2014, na cidade de Belo Horizonte? Nesse contexto, do tipo de pesquisa *ex-post facto*, há uma constatação depois que aconteceu um fato, ou seja, são causados impactos socioculturais no território, a partir da realização de megaeventos, examinando-se, sobretudo, a quem a realização de um megaevento beneficia e/ou prejudica. Questões estas que envolvem o direito ao uso do território, os ajustes de regulações do espaço público pela administração local, para atender aos anseios da entidade privada estrangeira responsável pelo megaevento, sendo necessário extirpar toda e qualquer presença indesejada do entorno dos locais de realização desse megaevento, no caso do Estádio Mineirão. Tema relacionado ao estudo feito por Maior (2014), a respeito do Estado de exceção permanente que se instaura a partir da Lei Geral da Copa, apresentando dados dos Comitês Populares da Copa, de cerca de 170 mil famílias removidas compulsoriamente de suas casas em nove cidades brasileiras, incluindo Belo Horizonte, para dar lugar às obras destinadas à realização do evento, acrescentando que:

O importante, para a preservação da ordem de exceção permanente, é que as contradições não sejam reveladas e a fórmula básica para o desenvolvimento de uma racionalidade reacionária é a de tratar os fenômenos sociais de forma pontual, como que descontextualizados da história, destacando apenas os aspectos que possam justificar o resultado que se pretenda para a preservação do *status quo* (p. 34).

Na verdade, a humilhação internacional a qual o Brasil não quer se submeter é a de que o mundo saiba como o capitalismo se desenvolve por aqui, ainda marcado pelos resquícios culturais de quase quatrocentos anos de escravidão, sem ter sequer os limites concretos da eficácia dos direitos humanos e sociais, promovendo, de fato, uma das sociedades mais injustas da Terra (p.39).

O estudo pormenorizado do segmento “barraqueiros” do Mineirão possibilitou apreender experiência singular sobre as disputas territoriais envolvidas na questão de realização de eventos no espaço público da cidade, ressaltando principalmente as experiências legítimas enquanto vivências territoriais, vislumbrando como elemento da problemática, a comparação entre os momentos antes e depois da realização do megaevento, sendo possível saber como ficou esse território após as intervenções realizadas para realização de tal acontecimento, ou seja, como esse afetou o território em foco e seus atores. Tendo como preocupação maior elucidar como se deu a desterritorialização do grupo focal, antigos barraqueiros do Mineirão, de seu território; por meio da percepção dos barraqueiros em relação ao processo de desterritorialização enfrentado por eles.

A referência para resgate dessas experiências esteve associada, em parte, ao próprio equipamento urbano construído, ou seja, à estrutura do Estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como “Mineirão”. Os processos de transformação pelos quais transitou o Mineirão relacionam-se diretamente com a experiência territorial dos envolvidos, vinculando-os a esse território e/ou sendo reflexo da desterritorialização enfrentada. As etapas de mudanças físicas e estruturais do Estádio Mineirão podem ser observadas na sequência de fotos a seguir (Figuras 02, 03 e 04):

Figura 02 – Mineirão antes da reforma.



Fonte: [http://www.mg.superesportes.com.br/app/fotos/especiais/novo-mineirao/2012/02/16/galeria\\_mineirao,2042/mineirao-antes-da-reforma-para-a-copa-de-2014.shtml](http://www.mg.superesportes.com.br/app/fotos/especiais/novo-mineirao/2012/02/16/galeria_mineirao,2042/mineirao-antes-da-reforma-para-a-copa-de-2014.shtml), consultado em 09 de outubro de 2015.

Figura 03 – Mineirão durante a reforma.



Fonte: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/secretaria-divulga-fotos-aereas-da-reforma-do-mineirao-20111006.html>, consultado em 09 de outubro de 2015.

Roche (1994) relata que os estudos e planejamentos, realizados comumente antes dos eventos, tendem a mostrar os benefícios econômicos e sociais que o acontecimento em questão pode gerar. No entanto, de acordo com Higham (1999), existe um crescente número de pesquisas acadêmicas que colocam em evidência os efeitos negativos ou ambivalentes dos megaeventos, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto sob o ponto de vista social.

Figura 04 – Mineirão após a reforma.



Fonte: <http://fotospublicas.com/imagens-aereas-arena-mineirao-minas-gerais/>, consultado em 09 de outubro de 2015.

Em sua maioria, estas críticas estão centradas nos processos decisórios envolvidos, que, de acordo com o autor, podem propiciar o desvio de parte dos

benefícios econômicos e sociais da comunidade onde o evento será realizado para atender interesses de patrocinadores e organizadores que, geralmente, pouco conhecem da realidade concreta e cotidiana local.

Segundo Jacobs (2000), é relevante entender, por outro lado, as relações estabelecidas nos espaços arquitetônicos - envolvendo a arte e a cultura do lugar em “atividades urbanas” cotidianas - como inter-relacionamentos que representam algo maior que as “funções urbanas”, sempre renováveis e ampliáveis, e o espaço público adequado à sua concretização.

Vale ressaltar ainda que a realização de estudos quanto aos impactos provenientes da atividade turística perpassam a necessidade de conservação dos territórios e dos lugares, a manutenção da qualidade da experiência turística e da sociabilidade com o autóctone e a minimização dos impactos causados pela atividade, evitando impasses, conflitos e contradições desnecessárias.

### **1.3. Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

A partir do que foi exposto e das constatações apresentadas anteriormente, nosso objeto de pesquisa foi apreender e estudar a experiência territorial do grupo focal, escolhido para a pesquisa, enquanto atores impactados<sup>11</sup> pelos megaeventos esportivos internacionais em Belo Horizonte. A partir desse objeto, analisou-se e interpretou-se criticamente as experiências territoriais do segmento em relação ao planejamento para esse tipo de evento, considerando aspectos ocorridos antes e depois da realização do acontecimento.

Tivemos como objetivo geral investigar e compreender a experiência territorial dos antigos barraqueiros do Mineirão, enquanto grupo impactado pela realização do megaevento internacional Copa do Mundo de Futebol, realizada em Belo Horizonte no ano de 2014, a fim de caracterizar essa visão diferenciada da experiência vivida, por parte do grupo focal definido.

---

<sup>11</sup> Observa-se que esse trabalho considerou as acepções positiva e negativa para o termo impacto.



### **1.3.2 Objetivos Específicos**

Para atingir o objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender e descrever a relação estabelecida entre a dinâmica territorial e o megaevento, a partir do estudo dos impactos percebidos pelos atores envolvidos em decorrência dos megaeventos esportivos internacionais na cidade de Belo Horizonte;
- b) Analisar os documentos públicos dos processos administrativos que envolveram o planejamento da Copa de Futebol FIFA 2014 em Belo Horizonte;
- c) Entender as dimensões simbólicas e culturais estabelecidas no entorno do Mineirão, pelos atores sociais envolvidos (membros da ABAEM), a partir do vínculo do alimento com o território;
- d) Perceber os impactos da realização de um megaevento na cidade de Belo Horizonte, a partir da experiência de luta dos antigos barraqueiros do Mineirão, por meio da análise do processo de desterritorialização e das estratégias de sobrevivência adotadas pelo grupo;
- e) Refletir sobre a busca da ampliação do conhecimento sobre o tema, a partir da análise das experiências do grupo focal, considerando as particularidades do recorte territorial Belo Horizonte/MG.

## **1.4. Percursos metodológicos da pesquisa**

### **1.4.1 Aproximações prévias com o tema - trabalhos relacionados e reconhecimentos de campo**

A partir de pesquisa bibliográfica relativa à literatura científica concernente aos conceitos e temas investigados, foram identificadas importantes referências que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do estudo, a exemplo de trabalho anterior desenvolvido pelo grupo de pesquisa multidisciplinar *Cidade e*

*Alteridade da UFMG*<sup>12</sup>, com os barraqueiros do Mineirão (realizado pelas pesquisadoras Raquel Portugal Nunes e Sílvia Corradi Sander, no período de 2012 a 2014, na perspectiva do Direito ao Trabalho); bem como também um trabalho realizado pela pesquisadora Mara Nogueira, na LSE - *The London School of Economics and Political Science*, investigação intitulada “Who has the right to remain in place? Informality, citizenship and belonging in Belo Horizonte, Brazil”, e concluído em novembro de 2017. Foi também analisado um curta metragem sobre a ocupação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pelos barraqueiros do Mineirão no final de 2015, de autoria de Letícia Ferreira Arantes (ficha técnica e demais créditos do trabalho em apêndices), apresentado em uma disciplina de documentário da Prof.<sup>a</sup> Carla Maia, no curso de Cinema e Audiovisual do Centro Universitário UNA (União de Negócios e Administração Ltda). A tese de doutorado<sup>13</sup> mencionada anteriormente analisou três conflitos relacionados à preparação da Copa de 2014, em Belo Horizonte.

Em cada um dos casos, os grupos afetados - trabalhadores informais, residentes informais e cidadãos de classe média - confrontaram-se com o Estado para reivindicar direitos sobre o território. Foram aí examinadas as formas através das quais os enredos entre a classe social e os desenvolvimentos jurídicos/institucionais engendrados através da "urbanização periférica" exercem influência no sentido de moldar as capacidades desses grupos para afetar as fronteiras formais/informais, para que eles tenham suas reivindicações legitimadas. Os casos foram, respectivamente, os dos *barraqueiros do Mineirão*, o caso da *Vila Recanto UFMG* (uma pequena “favela”

---

<sup>12</sup> O Núcleo de Pesquisa surgiu como proposta de um grupo transdisciplinar, abrangendo áreas como Direito, Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política, Demografia e Comunicação, e congregando equipes de pesquisadores de importantes centros de referência internacional, como a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Viçosa, a Fundação Universidade de Itaúna, o Ministério Público e o Centro de Estudos Sociais de Coimbra/Portugal. O Núcleo e sua pesquisa buscam consolidar e aprofundar ainda mais as parcerias e cooperações científicas/acadêmicas entre as instituições envolvidas. Os últimos anos testemunharam um profícuo aprofundamento dessa cooperação entre as instituições proponentes, UFMG/CES-COIMBRA, quer no que toca à formação avançada, quer no que toca à parceria em projetos de investigação empírica acerca das problemáticas relacionadas com o aprofundamento da democracia e afirmação da cidadania. Fonte: <<http://cimos.blog.br/projetos-sociais/cidade-e-alteridade/>>, consultado em 05 de maio de 2016.

<sup>13</sup> Tendo como objetivo, a partir desses casos, explorar quais grupos (cidadãos ou agentes) têm o direito de influenciar na forma como o espaço urbano é usado e constituído. Para tal, utiliza-se de literatura sobre informalidade urbana, que discute a forma como os limites entre formalidade e informalidade não são fixos. São, na realidade, negociados constantemente pelos diversos agentes na cidade com interesses diversos. O Estado, nessa literatura, entra sancionando o que é formal ou informal, de acordo com os interesses em jogo.

que ficava em frente à UFMG e cujos moradores foram despejados para ser construído, no local, um viaduto interligando as avenidas Antônio Carlos e Abraão Caran) e o caso da *Rua Musas*, no bairro Santa Lúcia (onde um segmento da via pública foi vendido para um empreendedor que pretendia viabilizar a construção, de um hotel visando receber hóspedes durante a Copa de 2014, mas o qual acabou não sendo construído). A pesquisa consultada contribui para uma problematização sobre os recentes debates pós-coloniais sobre a produção espacial urbana e a informalidade, considerando a interligação entre as práticas informais de trabalho e a habitação, por meio da análise das estratégias de resistência dos pobres no meio urbano, frente à classe média urbana, gerando importantes implicações para a reprodução do espaço, segregação socioespacial e pensamento sobre o futuro urbano brasileiro.

A existência desses três trabalhos anteriores, realizados com os mesmos sujeitos sociais, ainda que em outras perspectivas, conferiu consistência e legitimidade à seleção desses atores sociais, enquanto público-alvo da nossa pesquisa. Acrescente-se ainda que alguns desses sujeitos, que constituem o público-alvo da pesquisa, trabalhavam na área externa do Mineirão já antes da fundação do Estádio, em 1965, exercendo um trabalho revestido de relevância social, o que pode se observar em documento do governo do Estado (da Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria), datado de 21 de outubro de 2014, no qual se afirma que o grupo é “parte integrante da realidade social do Estádio, pois eles se estabeleceram no entorno do Mineirão primeiramente para servir aos funcionários que o construíam, tendo passado depois a compor o folclore do futebol, servindo típica comida mineira, conhecida como ‘tropeirão’, dentre outras”.

Vale ressaltar, contudo, que não há trabalho relacionado a megaeventos e Geografia, desenvolvido na perspectiva que adotamos no recorte territorial de Belo Horizonte. Abaixo, segue foto da reunião realizada no dia 11 de maio de 2016, data em que foram colhidas as primeiras entrevistas de aproximação da pesquisa em questão (figura 05). Na sequência, as fotos mostram respectivamente: a ocupação feita em 2015, na porta da prefeitura (figura 06); faixa utilizada em manifestação (figura 07), foto de reunião da ABAEM, na sala da sede da Associação (figura 08).

Figura 05 – Reunião dos barraqueiros do Mineirão (realizada no corredor do Mineirinho, em frente à sala 403, sede da ABAEM, no dia 11/05/16).



Fonte: TRIGUEIRO, 2016.

Figura 06 e 07 – Ocupação realizada na porta da Prefeitura e faixa utilizada.



Fonte: Jornal O Tempo, 2015.

Figura 8 – Reunião da ABAEM, na sede da Associação - sala 403 do Mineirinho.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Em agosto de 2016, realizamos, inicialmente, um *reconhecimento de campo*, que incluiu a participação em reuniões dos barraqueiros do Mineirão e a realização de três entrevistas com tais atores, incluindo a liderança da ABAEM, enquanto *ensaios*, conduzidos a partir de um roteiro simples e objetivo sobre o tema em foco. A abordagem inicial, feita individualmente, partiu de uma solicitação ao(s) o entrevistado(s) para que ele(s) contasse(m) um pouco da sua história enquanto barraqueiro(s) do Mineirão e descrevesse(m), da forma mais densa possível, os sentimentos envolvidos antes e após a saída de cada um deles do local. Esse primeiro laboratório serviu de base para a elaboração da prévia do roteiro de entrevistas semiestruturadas. Em seguida, foram realizados em pré-testes e entrevistas mais definitivas.

Explicita-se, a seguir, um desses depoimentos:

Trabalhei desde os anos 80, mais ou menos 32 anos, no portão 06 e entre o 06 e o 07, no anel do Mineirão, vendendo para torcedores. Tive dificuldade para ter um ponto, pois os mais antigos defendiam seu local. Outras pessoas também trabalhavam com caixas [de isopor, vendendo bebidas] no entorno. Em 2000 é fundada a associação dos barraqueiros do Mineirão – ABAEM. Antes discutiam as questões, mas não tinha reuniões. (Entrevista 1 – liderança do movimento) (sic)

Nessa fala, o entrevistado falou livremente sobre a sua experiência como integrante do coletivo dos antigos barraqueiros do Mineirão. Percebe-se, na conversa, as questões relativas ao pertencimento e à territorialidade, sobretudo quando há a afirmação de que o lugar de se fixar para trabalhar era defendido. Também é possível perceber a necessidade de organização, enquanto integrantes membros de uma sociedade civil em busca da garantia de seus direitos políticos-territoriais.

O último dia de trabalho no Mineirão foi [em] 06/06/10. Eu emprestava o ponto, pagava. Fiquei num ponto ruim, 7A, muito tempo, terminei no portão três, fui mudando de ponto. Pagava pra trabalhar antes do evento [pagamento feito a ADEMG<sup>14</sup> – Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais]. Antes muito melhor do que hoje, hoje é “boniteza”, pra ganhar é mais difícil. O

---

<sup>14</sup> A gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, era realizada pela Administração de Estádio de Minas Gerais (ADEMG), instituída pela Lei nº 1947 de 13 de agosto de 1959, autarquia que posteriormente viria a ser denominada ADEMG. Entidade vinculada à Secretaria de Esportes e Juventude do Estado de Minas Gerais.

torcedor paga muito caro, pra gastar é ruim. Antes só trabalhava no Mineirão, [e ia] pra casa, ajudava a pagar aluguel, hoje em dia é lance mais alto em eventos. Hoje dos barraqueiros antigos só entrou três barraqueiros, mas não estão tirando o valor do aluguel de mil a quatro mil [referindo-se ao edital recente para trabalhar nas ruas adjacentes ao Mineirão]. Antes no anel de baixo [entorno do Estádio], às vezes os torcedores não entravam e assistiam ao jogo na TV do lado de fora, consumindo na barraca. Tudo que acontecia antigamente continua acontecendo. A gente ajudava a evitar assaltos, dentro de barracas eles não mexiam. Muitos meninos ficavam ruim e a gente ligava pra avisar os pais, que estavam bêbados. Não é justo ter tirado a gente porque a gente sempre contratava dois ajudantes que recebiam por evento.

**Pergunta: Hoje o que o Mineirão representa?** Pra voltar teria que ser algo muito planejado, talvez fosse melhor indenização, pra montar barraca e não ganhar nada. Hoje os torcedores estão pagando muito caro. Daí não sobra nada. Antes era uma imagem positiva, agora não é. Tomar prejuízo não dá.

**Pergunta: Como estão trabalhando agora?** “TORO” – na tora<sup>15</sup> é que não é legal. Quase todos vai pra “tora”, porque não tem como fazer outro trabalho, idade, doenças. Qualquer lugar vai. A Guarda Municipal toma carrinho e todo material, aponta arma e agride. Após ter saído do Mineirão fui para um barraco de invasão, não preciso de pagar aluguel, diferente de outros, vivo do que ganho mais ou menos uns R\$ 100,00 (cem reais) semanais.

(Entrevista 2 – Barraqueira que trabalhou aproximadamente 15 anos no Mineirão) (sic)

Nessa entrevista, a barraqueira relembra aspectos históricos e os compara com a atual situação vivenciada por ela, o que nos permite resgatar a memória e os sentimentos relacionados a momentos experimentados antes e após a sua retirada desse espaço de sobrevivência e, principalmente, de exercício de direitos de cidadania.

Mãe veio de Divinópolis, começou vendendo chupchup [suco congelado, tipo picolé] e passou pra frutas, comprou fusca bege, ela e os três filhos trabalhavam. Passou para fazer churrasquinho na lata, continuei o trabalho da mãe. Fruta no gelo (abacaxi), laranja descascada na máquina, melancia. Descascava laranja de até doer meu braço, caixas. Depois foi montar minha barraca e meu irmão, com pessoas pra trabalharem com nós. Tinha outros dependentes do trabalho. Construí duas casas com o dinheiro de lá, porque me separei.

---

<sup>15</sup> Definição do termo “na tora”, feita pelo do dicionário informal – na marra, à força. Sinônimos: franqueza, objetividade ao falar, à força. Antônimo: docilmente. Palavras relacionadas: na lata, assertivamente, de forma direta e objetiva. Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/na+tora/>>, consultada em: 01 de fev. de 2018. Identificamos definição proposta para o termo no estudo do Programa Cidade e Alteridade, em seu relatório final, como sendo: “torar significa trabalhar em eventos de forma irregular, sem autorização da Prefeitura, correndo o risco de ser perseguido pela fiscalização e de ter as mercadorias confiscadas”.

Vendia churrasco, pão com pernil e tropeiro. Quando estava pra sair do Mineirão foi um sufoco, tava batendo a laje da casa, juntei um ano.

**Pergunta: Hoje o que o Mineirão representa?** Nem gosto de olhar para o lado de lá. Pra começar o Mineirão era livre, pra mim é um elefante branco<sup>16</sup>, elitizou o trem mesmo, ficou muito ruim. Nós nem entramos lá. Não tem aquele ar e nem aquela graça, eu não gosto daquele lugar aí não, agora só se pagar pra tá dentro do Mineirão. Estamos pedindo o que nos foi retirado. Conversamos com o Anastasia [quando o mesmo era o Governador de Minas Gerais] e ele se comprometeu em resolver o problema dos barraqueiros do Mineirinho e que depois resolveria o problema nosso. Tem mais ou menos sete anos que tenho casa própria, não dei conta de pintar a casa, porque perdi a renda. Como arrumar emprego agora sem ter estudado e só tendo trabalhado? (sic) [grifo nosso]

(Entrevista 03 – A entrevistada afirma ser barraqueira durante 27 anos no Mineirão, tendo iniciado ainda criança com a Mãe)

Nessa fala, é possível também se captar/perceber a questão do pertencimento da entrevistada, na comparação histórica que foi empreendida e no que diz respeito aos sentimentos envolvidos com o lugar. Vale ressaltar que a participação em algumas reuniões dos barraqueiros do Mineirão, bem como a colheita dos depoimentos dos entrevistados, sinalizou a existência de uma apropriação simbólica, muito expressiva desse território, pelos atores investigados.

Por outro lado, é relevante assinalar que, os primeiros resultados desse reconhecimento de campo - juntamente com a descoberta de outras pesquisas com o mesmo grupo focal - deram maior suporte à investigação. É importante destacar que esse segmento social possui reconhecimento e valor sociocultural para a cidade de Belo Horizonte. Segundo a liderança da ABAEM, desde 2017, o grupo foi mobilizado pelo vereador Arnaldo Godoy, também vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (remetendo-nos especificamente aqui ao que tange à cultura), para elaborar abaixo-assinado que deverá ser apresentado à Comissão, com o objetivo de se fazer um registro dos antigos barraqueiros do Mineirão. Dessa maneira, poderá ser assegurado o reconhecimento, a proteção e a garantia dos direitos dos membros da Associação e, por consequência, de seus descendentes, resguardando suas características enquanto patrimônio cultural e imaterial da cidade, bem como os procedimentos para sua identificação e reconhecimento, em decorrência do vínculo antigo com o Estádio

---

<sup>16</sup> A entrevistada, ao usar o termo “elefante branco”, se apropria do discurso construído pela mídia. O termo também é comumente utilizado pela Arquitetura.

Mineirão e com o tropeiro, prato típico mineiro tradicionalmente servido por eles nos dias de jogos.

Faz-se importante ressaltar que, nesse trabalho, foi realizada densa e ampla análise documental em dois processos relacionados à questão dos barraqueiros. O primeiro, associado à análise do processo administrativo interno aberto junto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), vinculado à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH, com atuação de defesa junto aos inquéritos civis abertos no Ministério Público Federal e no Ministério Público de Minas Gerais. Foram analisados os documentos disponibilizados pela DPE-MG, que inclui os dados reunidos ao longo do período de sua abertura em 2010 até a data de 30/05/2016, organizados em 04 (quatro) volumes. Esse processo está relacionado ao seu direito de trabalho (observando-se que eles foram retirados do entorno do Mineirão desde 2010, para que fosse feita a reforma do Estádio, enquanto preparativo para a realização do megaevento em Belo Horizonte e nunca mais puderam retornar ao lugar). Tivemos acesso aos documentos ligados ao caso, o que nos permitiu traçar um perfil do grupo, podendo se verificar, inclusive, que ele é composto, em sua maioria, por mulheres. Os membros da ABAEM também disponibilizaram consulta a seu acervo de reportagens, além dos documentos e fotos que foram utilizados no trabalho, com a devida autorização.

O segundo documento analisado é o processo administrativo de licenciamento ambiental, aberto na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com o nº 01-045904/10-18 e concernente às obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, acompanhado do certificado de licença de nº 0222/10 e do estudo de impacto ambiental, realizado previamente à concessão da licença. O processo é composto de 38 volumes, totalizando aproximadamente 10 (dez) mil páginas de documentos. Como somente os documentos produzidos a partir do ano de 2012 foram digitalizados e encontram-se disponíveis ao público, foi necessário pedir autorização por escrito e, posteriormente, se efetuar análise dos documentos presencialmente, em pesquisa documental desenvolvida, ao longo de nove dias, na Gerência de Licenciamento de Comércio e Prestação de Serviços – GELCP, na Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse contexto, foi analisado todo o processo, com recorte temporal relacionado ao período de 2010 a abril de 2018, tendo sido realizada a separação dos



documentos concernentes ao estudo, vinculados aos antigos barraqueiros do Mineirão, de maior relevância. Faz-se necessário acrescentar que ambos os processos se encontram abertos e em andamento até a presente data, sobretudo o processo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que atualmente está sendo reavaliado e prevendo adequações ao projeto, com a finalidade de diminuir os impactos, o que, em termos técnicos, significaria estar em conformidade.

Também foi feito o acompanhamento, análise e relato de dez tipos de eventos em que os barraqueiros trabalharam ao longo do ano de 2017, em Belo Horizonte e nas cidades do entorno; e tal acompanhamento foi efetivado enquanto atividade de imersão e vivencial da atividade profissional que eles desempenham.

Além disso, para que pudesse se estabelecer um contraponto sobre o “feijão tropeiro” servido dentro e fora do Estádio, foi realizada uma entrevista com uma das responsáveis pela fabricação e venda do produto em metade dos bares de dentro do Mineirão, bem como uma visita técnica às cozinhas e às lanchonetes em dia de jogo no Estádio. Essa atividade de campo foi realizada ao longo de dois dias do mês de março de 2018 (dias 06 e 07), com o intuito de se apreender informações sobre os ingredientes, o preparo e a logística de venda que distingue os dois tipos de produtos ofertados aos clientes (frequentadores) do Estádio.

#### **1.4.2 Demais procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da Pesquisa<sup>17</sup>**

##### **A importância da etnogeografia**

Nesse trabalho, o uso da etnogeografia apresenta-se como mais adequado, entendendo-se esta como sendo uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e técnicas com as quais as pessoas agem sobre o mundo, como elas se aproveitam da natureza para alimentar, proteger, vestir, habitar, etc., e como modelam o espaço à sua imagem e de acordo com os seus valores e aspirações (CLAVAL e SINGARAVELOU, 1995).

---

<sup>17</sup> As normas técnicas utilizadas para a formatação da tese foram as do Manual de Normalização de Publicações Técnico-científicas da UFMG, 9ª edição, de autoria de Júnia Lessa França e Ana Cristina de Vasconcelos.

Almeida (2008), por sua vez, indica que o método etnogeográfico possui como objeto de estudo a intimidade de grupos culturais, “o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo”, ou seja, a investigação da cultura vivida, onde a ênfase é dada a diversidade de organizações espaciais abalizadas pelos padrões culturais.

Nesse sentido, Claval (1999) aponta que todas as culturas são produto da “vida social” e da “percepção que os homens têm de mundo”, um saber ligado ao espaço, a natureza, a sociedade e aos meios de explorar os recursos do ambiente. Para o autor, a etnogeografia, nesse contexto, visa ao entendimento da forma como esse conhecimento é utilizado, (re)interpretado, respeitado ou transgredido pelos indivíduos.

Assim, a etnogeografia investiga ainda a representação do espaço em um determinado sistema cultural, o que inclui o que significa a posse da terra, o tipo de relação com a terra, os métodos de orientação, as práticas para representar o meio geográfico e, por fim, o papel do espaço na construção da identidade cultural. O território desempenha um papel essencial a este respeito, estando a identidade cultural aliada a um grupo étnico e com um território (BONNEMAISON, 2005).

### **Desenvolvimento da Pesquisa**

A investigação realizada utilizou um *método qualitativo*, de caráter *exploratório-descritivo*, estritamente vinculado às categorias de análise e paradigmas de interpretação da *Geografia Cultural*, com elementos e/ou aproximações com a *Etnografia/Etnogeografia*. A categoria conceitual geográfica privilegiada foi o *Território*, tendo-se objetivado efetuar a análise detalhada das disputas que se estabelecem em função da realização do megaevento, enquanto nexos causais. Utilizamos procedimentos metodológicos das ciências sociais, de forma combinada, levando em consideração principalmente as dimensões históricas e comparativas, haja visto que o objeto de estudo em questão envolveu características para além das econômicas, como já assinalamos, características sociais e culturais.

O uso do método etnogeográfico possibilitou- nos alcançar “a visão que o outro tem de si e do mundo pelo saber ouvir e pela sutileza do diálogo aberto” (AUGRAS, 1989, p.12), em consonância com a afirmação de Alves (2016), que assegura que “aprender a escutar, respeitando a especificidade do interlocutor, é a principal meta do pesquisador mediante ao trabalho etnogeográfico”.

A pesquisa buscou analisar as experiências do grupo focal diretamente envolvido, os antigos barraqueiros do Mineirão – membros da ABAEM - a partir da realização dos megaeventos esportivos internacionais planejados e realizados na cidade de Belo Horizonte. Foi feito um recorte temporal, elegendo o evento Copa de 2014 para uma análise mais pormenorizada, o que permitiu um registro histórico do Território, visualizado a partir das transformações evidenciadas em decorrência do seu planejamento, realização e das mudanças pós-realização do megaevento. Faz-se oportuno ressaltar, que foram tratados especificamente no capítulo 5, os densos depoimentos coletados por meio das entrevistas semiestruturadas, que apresentam escrita mais robusta, justificada pela opção a destinar maior relevância e destaque à singular contribuição desse trabalho, que foi dar voz a percepção desse grupo impactado em relação ao processo de desterritorialização por eles enfrentado.

O grupo focal considerado para análise foi, como já reportamos, o dos antigos barraqueiros do Mineirão, sendo seus membros, em sua maioria, moradores da cidade de Belo Horizonte; os quais experimentaram vivências no Estádio do Mineirão em vários momentos; respectivamente: antes, durante e após o megaevento Copa de 2014 (tendo-se vislumbrado tal território como palco principal da realização do evento). Vale ressaltar que os barraqueiros tiveram que se adaptar a uma nova realidade com a realização da Copa de 2014, organizando-se coletivamente a partir do evento, para tentar defender seus direitos. Presumiu-se que os integrantes do grupo pudessem fazer uma análise temporal das suas vivências e experiências vinculadas à cidadania nesse lugar, bem como de suas expectativas e das reverberações do processo no território.

O grupo focal foi escolhido a partir de pesquisa prévia, concretizada pouco tempo após a realização do evento Copa de 2014, tendo sido possível observar trabalhos e reportagens que identificaram impactos sofridos por esses atores, além de terem eles vivenciado, de fato, o megaevento em questão. Pretendeu-se analisar as experiências sociopolíticas e territoriais percebidas pelo segmento, caracterizando a cidade-sede do evento em dois momentos: antes e depois da realização desse acontecimento.

É interessante observar que, em 2010, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a I Conferência Internacional Megaeventos e Cidades<sup>18</sup>, onde foi discutida a

---

<sup>18</sup> O Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ) foi responsável por promover esse evento no Rio de Janeiro, com o objetivo de propiciar o encontro e o diálogo entre pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e técnicos de organizações governamentais e

possibilidade de se identificar segmentos da sociedade civil organizada que estavam se mobilizando e se organizando em comitês populares, visando garantir direitos em relação ao enfrentamento dos impactos desencadeados em decorrência de megaeventos. Tal evento teve uma segunda edição em 2014.

Faz-se oportuno salientar que cada cidade-sede adota um *planejamento urbano e regional*, desenvolvendo um *Planejamento Estratégico* específico com a finalidade de sediar eventos, como parte integrante das exigências para sediar os eventos internacionais. E é relevante assinalar ainda que as variáveis econômicas normalmente são mais perceptíveis e fazem parte do *city marketing* das cidades, em prol da atração do Capital. Dados como esses subsidiaram a pesquisa. É importante destacar, que a percepção desses atores e o estudo de aspectos socioculturais, tais como aqueles analisados na pesquisa, requerem procedimentos adequados e maior sensibilidade de análise, por se tratarem de um manejo de dados subjetivos – ou intersubjetivos –, que assumem características específicas em cada recorte territorial. Sendo assim, para se avaliar tal realidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas<sup>19</sup> de uma amostra significativa de 32 (trinta e dois) membros do grupo focal<sup>20</sup>, com vistas a possibilitar

---

privadas, bem como ativistas de movimentos de direitos humanos, de diversas partes do mundo, engajados no estudo, planejamento e promoção de megaeventos, mas também nos conflitos deles decorrentes. O ETTERN é um laboratório que está vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Fonte: <[http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=825:ii-confer%C3%A2ncia-internacional-megaeventos-e-cidade&Itemid=163&lang=pt](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=825:ii-confer%C3%A2ncia-internacional-megaeventos-e-cidade&Itemid=163&lang=pt)>. Consultado em: jan de 2014.

<sup>19</sup> Para esse estudo, entendemos como entrevista semiestruturada (tal qual os autores definem na literatura), como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”, num processo de retroalimentação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146); envolvendo o planejamento da coleta de informações, com as seguintes características: planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos, adequação da sequência de perguntas, elaboração de roteiros, necessidade de adequação de roteiros por meio de juízes, realização de projeto piloto, com fins a adequar o roteiro e a linguagem (MANZINI, 2004, 10 p.).

<sup>20</sup> Foi considerado o universo de 96 (noventa e seis) barraqueiros cadastrados, para abertura do processo junto à DPE, em 2010, no momento da remoção. Importante salientar ainda que, analisando numericamente a quantidade de entrevistas em profundidade realizadas, esse número corresponde a uma amostra significativa de 1/3 do número total de barraqueiros cadastrados pela ABAEM, em 2010. Entretanto, acrescenta-se que, com esse tipo de trabalho, a comercialização de bebida e comida em barracas nas proximidades do Mineirão, trabalhavam ou poderíamos atingir, diretamente, cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas, uma vez que os próprios barraqueiros afirmam que contratavam auxiliares para trabalhar em eventos que teriam um maior público.

apreensão em nível de profundidade, com os membros do grupo focal, as experiências socioculturais e político-territoriais por eles vividas ao longo do contraditório processo investigado (notando-se três relatos que foram feitos anteriormente, sem o uso do roteiro de entrevista semiestruturada, tendo sido realizados enquanto instrumento de coleta de dados e analisados enquanto ensaios e aproximação do grupo; podemos, assim, contabilizar 35 falas dos antigos barraqueiros sobre o tema); além de mais uma entrevista, que foi realizada com uma das responsáveis pela comercialização do feijão tropeiro em metade dos bares de dentro do Mineirão, totalizando 36 relatos de experiências nesse estudo. Observa-se ainda que o critério de escolha dos entrevistados foi envolver as lideranças da ABAEM, os membros que participam atualmente e os membros mais antigos, por meio de uma indicação da liderança da Associação. Somente uma produtora comerciante do feijão tropeiro, dentro do Mineirão, foi entrevistada, dentre os dois comerciantes responsáveis pelo tropeiro de dentro do estádio, para que tivéssemos um contraponto do tropeiro que é servido dentro e fora do estádio.

Optou-se pela análise da questão na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, como área-foco de investigação, propondo-se, contudo – como contraponto/contraposição - o estudo de outras cidades-sede de megaeventos por meio de pesquisa à literatura científica, para serem comparativamente ressaltadas as características específicas que o evento realça/aguça em cada grupo. Ressaltando-se, ainda, ser essencial analisar, e ter como base, a literatura internacional sobre megaeventos esportivos, por se explicitarem aí dados do planejamento, execução e situação pós-evento. Como houve poucos eventos com tal classificação na cidade de Belo Horizonte, o evento priorizado no estudo foi a Copa de 2014, por se tratar de um evento já finalizado (e em decorrência disso, já começam inclusive a emergir estudos a respeito). Entretanto, outros eventos da mesma natureza, também serviram de parâmetros de análise.

Ao longo de todo o estudo, efetuou-se a redação de relatórios de pesquisa, baseados na coleta, análise e interpretação dos dados. Após desenvolvidas a análise e interpretação dos dados obtidos, com viés crítico, obteve-se como resultado, a síntese materializada em uma contextualização, sistematização e avaliação crítica dos fenômenos e processos investigados.

## **Processos e procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados utilizados**

A fim de procurar atingir os objetivos (geral e os específicos) da pesquisa, foram ponderados quais métodos de investigação seriam mais adequados para se obter o bom exercício da pesquisa e apreender os conhecimentos dela advindos, tendo sido privilegiado, desde o início, uma abordagem cultural. Constatamos, nesse processo de reflexão epistemológica que o conceito de território seria aquele que melhor nortearia a discussão, uma vez que se trata da observação de experiências vividas por um coletivo, a partir de sua permanência em determinado recorte espacial e imaginando que tal categoria de análise poderia nos auxiliar a perceber diferentes dimensões das relações que foram e são estabelecidas nesse segmento apropriado do espaço – inclusive imageticamente -, bem como as identidades e territorialidades contrastantes aí incidentes.

Observe-se que, a partir da abordagem territorial, é preciso “considerar as mudanças e permanências associadas ao processo de territorialização em questão, que é, ao mesmo tempo, material e imaterial”, avaliando que a atuação social no território perpassa a transformação das territorialidades a todo o tempo, refletindo também nos usos que possam ser feitos desse território (SANTOS, 2016, p. 35).

A construção do instrumento utilizado para servir de condutor na realização das entrevistas - o roteiro de entrevista - admitiu quatro momentos, respectivamente: a elaboração, incorporação das contribuições dos membros da banca de qualificação, a reestruturação e o pré-teste, prioritariamente com a aplicação das entrevistas em profundidade com membros da liderança da ABAEM e, em seguida, com os demais membros. Buscou-se incluir, nesse roteiro de entrevistas semiestruturadas, uma média de três a quatro questões relacionadas à cada tema, que elucidassem os seguintes pontos: 1) a contextualização histórica da experiência/vivência dos barraqueiros; 2) a forma como qualificam o termo “território”; 3) o surgimento e a história da Associação; 4) as expectativas e os problemas enfrentados por eles a partir da possibilidade de ser realizado o megaevento Copa de 2014 no Brasil, especificamente em Belo Horizonte, enquanto cidade-sede; e 5) as possíveis soluções vislumbradas por cada um deles, frente ao processo de sua remoção do entorno do Mineirão.

O instrumento constituiu-se, no total, de 16 questões, mas o procedimento nos permitiu maior aprofundamento, por se tratar de uma ferramenta de investigação

aberta, no qual, no decorrer da conversa outras questões puderam surgir e redirecionar a entrevista, conforme o grau de importância nelas observado. Foi o caso, por exemplo, da percebida relação estabelecida entre o alimento e o território ao longo dos anos. Assim é que, no decorrer das entrevistas, para além desse roteiro, os entrevistados tiveram a oportunidade de discorrer sobre outras questões que considerassem importantes. A pesquisadora, por meio dessa metodologia aberta, teve a possibilidade de análise e reflexão sobre tópicos importantes que emergiram no processo de interlocução com os sujeitos da pesquisa. Acrescenta-se que, para as entrevistas realizadas nas moradias dos entrevistados, fez-se oportuno a observação atenta e a percepção da pesquisadora para alguns detalhes que ultrapassaram os relatos (refiro-me, principalmente, aos quadros de fotos das conquistas presente em local de destaque na parede das casas das barraqueiras Rosa Salvino e Selma, respectivamente mãe e filha, detalhe observado em entrevista).

As entrevistas foram realizadas ao longo de 09 (nove) dias do segundo semestre de 2017, início da semana; segundas, terças ou quartas-feiras, pois a partir de 4ª feira, os barraqueiros se preparam para trabalhar em eventos que acontecem na maioria das vezes, no final de semana. Observou-se ainda que, houve certa dificuldade em concretizar entrevistas com os antigos barraqueiros do Mineirão, com apoio e, muitas vezes, acompanhada da liderança da ABAEM. Como estratégia, tentou-se vincular algumas entrevistas à nossa presença nas reuniões da Associação, que foram realizadas na sala cedida à ABAEM, de nº 403, no Estádio Mineirinho, vizinho ao Mineirão. Por outro lado, a visita à parte interna do Mineirão ocorreu em mais dois dias de imersão, envolvendo visita às cozinhas, local de preparo do tropeiro do Mineirão. No dia do jogo, pôde ser acompanhada de perto a logística de preparo, distribuição e comercialização desse alimento.

O grupo foi acompanhado pela pesquisadora em suas reuniões ordinárias e extraordinárias na sede da própria Associação, bem como em reuniões externas desenvolvidas com autoridades do poder público de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais; e em eventos no período compreendido entre 2015 e 2018. Os membros da Associação também tentam trabalhar na cidade de Belo Horizonte e em eventos nas cidades do entorno. Os eventos acompanhados e documentados nesse estudo, ao longo do ano de 2017, por meio de registros fotográficos e de depoimentos dos barraqueiros, foram respectivamente: Carnaval de Belo Horizonte (realizado na região central, no

período compreendido entre 24 e 28 de fevereiro); 15ª Parada do Orgulho LGBT, de Betim (realizada no dia 20 de agosto, com concentração a partir das 12h, na Praça Márcia Martinelli – “Praça da Mecatrônica”); 24ª Feira da Paz de Betim (realizada de 12 a 15 de outubro, no Espaço Bandeirinhas, em Betim); e evento evangélico realizado no dia 15 de novembro no Poliesportivo de Betim. Para além desses registros, também foram coletadas apreensões e relatos desses trabalhadores nos seguintes eventos que contaram com a participação de alguns barraqueiros, também no ano de 2017: Festa do Produtor Rural e Rodeio Show de Ibitaré (realizado de 28 de setembro a 01 de outubro, no Estádio Municipal); Final da Copa do Brasil (disputa de futebol realizada no dia 21 de setembro no Estádio Mineirão entre os times do Cruzeiro e Flamengo), inauguração da Iluminação de Natal de Belo Horizonte (realizada no dia 07 de dezembro de 2017 na Praça da Liberdade, região central) e outros pequenos eventos realizados em Belo Horizonte e no entorno.

Tivemos em foco, como metodologia de análise, a leitura, interpretação e discussão de depoimentos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas efetuadas com os barraqueiros, membros da ABAEM. Foram observadas expressões comuns, palavras-chave e termos que continuamente emergem nas falas dos entrevistados, o que nos permitiu traçar um perfil do coletivo estudado, destacando-se experiências que remetem ao território, a territorialidades, controle, poder, desterritorialização, cultura, identidade, luta, trabalho, dentre outras dimensões da realidade. Essa análise fundamentalmente qualitativa dos depoimentos obtidos, tem ligação direta conceitual com as perspectivas tratadas pela abordagem de Hasbaert (2016) sobre a desterritorialização; Saquet e Sposito (2015), acerca da relação estabelecida entre o território e as territorialidades aí exercidas, a partir dos processos e conflitos aí incidentes; bem como com a conceituação de territórios em resistência, elaborada por Raul Zibechi (2015), e que constituem exemplos de lutas de resistência territorial.

Na pesquisa, foi adotado, como marco temporal, a periodização dos processos analisados em dois momentos: primeiro, correspondente aos anos de experiência em que os atores analisados exerceram a “profissão informal”<sup>21</sup> dos antigos barraqueiros, o que se encerrou em 2010 com a sua retirada do Mineirão; em um

---

<sup>21</sup> Essa informalidade será melhor discutida futuramente no texto, uma vez que os barraqueiros tinham um contrato tácito, ainda que considerado frágil, com os órgãos reguladores do espaço público, inclusive pagando taxas pela permanência e trabalho no local.



segundo momento, quando eles passaram a desenvolver atividade laboral depois da sua remoção do local, o que ocorreu em função da realização do megaevento Copa de 2014, em uma fase mais recente.

O processo de obtenção e análise dos dados foi conduzido por meio do Método Etnogeográfico, que, para Claval (1999), constitui “primeiramente a percepção que os homens têm do mundo, aprofunda aquilo que pode explorar e para os valores que norteiam sua ação” (o qual se aproxima da etnografia, que está ligada à Antropologia), e em que se busca um contato mais próximo com o pesquisado, de imersão, para adentrar no universo do Outro.

A opção pelo território, enquanto categoria de análise geográfica privilegiada remete à questão central da pesquisa, opção de pesquisa que também foi aprovada e recomendada pelos membros da banca de qualificação. Trata-se de pesquisa de cunho estritamente qualitativo, efetivada a partir de abordagem territorial em que foi possível rastrear as relações estabelecidas nesse território; o uso dos poderes envolvidos; os conflitos e os processos socioterritoriais criados a partir do planejamento e execução do megaevento em análise e dinâmica territorial em questão e envolvendo um processo de desterritorialização.

Optou-se por uma combinação de procedimentos, sendo os principais, o histórico e o comparativo, a partir de um recorte espaço-temporal, além do método etnogeográfico, pautado na etnografia. Em relação às técnicas (que são um conjunto de preceitos ou processos de que a Ciência se serve para a obtenção de seus propósitos, principalmente em relação à parte prática de coleta de dados), afirmamos termos usado principalmente a documentação indireta (que abrange respectivamente a pesquisa documental e bibliográfica) e a documentação direta. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 110-111), a documentação direta envolve a realização de observação direta intensiva, por meio das técnicas de observação participante e entrevistas, as quais foram efetuadas utilizando-se um roteiro semiestruturado destinado a um grupo focal específico, em que o método de seleção dos pesquisados foi aleatório, mas dentro de um grupo qualificado. A escolha do grupo qualificado exprime representatividade e significância da amostra, a fim de gerar dados mais densos e com maior grau de confiabilidade; o que nos permitiu um aprofundamento da investigação na forma qualitativa. A observação direta intensiva, por meio da observação participante utilizou os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, consistindo em ver e

ouvir, mas em também analisar fatos e fenômenos relacionados à questão estudada, por meio do envolvimento e da investigação em reuniões com os integrantes da Associação dos Barraqueiros, bem como em outras reuniões e/ou eventos dos quais participamos, acompanhando o grupo.

Vale destacar que entrevistas em profundidade requerem aproximação e envolvimento entre o(a) pesquisador(a) e as pessoas envolvidas, e com a situação investigada, na perspectiva de ampliar o conhecimento acerca da discussão das questões abordadas no estudo. Para além das entrevistas, todos os dados, informações e/ou questionamentos obtidos em campo foram anotados; bem como as percepções, tensões, conflitos e os pensamentos dos agentes sociais envolvidos, que foram também registrados.

Todas as informações obtidas por meio da imersão junto ao grupo focal estudado foram registradas em anotações diárias. Elas nos propiciaram refletir sobre o problema real investigado, em prol de estabelecer conexões com outros casos semelhantes no Brasil e no mundo. A combinação de técnicas de pesquisa objetivou, nesse sentido, alcançar uma aproximação maior com o objeto de estudo, destacando-se as entrevistas em profundidade, feitas com um grupo qualificado (ou seja, o grupo focal escolhido para esse estudo). É importante acrescentar ainda que, as entrevistas foram realizadas e registradas por meio de gravações, sendo colhidas no mesmo momento em que se obteve autorização formal para divulgação dos nomes dos sujeitos sociais entrevistados, que contaram sua versão da história. Também foram colhidas autorizações para divulgação de imagens de terceiros.

Em cada etapa da pesquisa, buscou-se um suporte metodológico apropriado para se alcançar os objetivos específicos delimitados. Em um primeiro momento, foi realizado o aprofundamento teórico, estado da arte dos conceitos chave que conduziram o cerne desta pesquisa, principalmente no que tange aos impactos dos megaeventos no Brasil, e, naturalmente, sobre a categoria de análise geográfica: Território; e, por consequência, os conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização; megaeventos, bem como ainda a análise da relação estabelecida entre o megaevento Copa do Mundo e as cidades sedes, resistência, estado de exceção, relações de poder, etc. Nessa busca, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações e teses nacionais e internacionais; além da análise de documentos dos processos administrativo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e processos

judicial de responsabilidade da Defensoria Pública do Estado, vinculados especificamente à DPDPH, relacionados ao megaevento em questão.

No momento seguinte, nos debruçamos a investigar a estruturação da ABAEM. Nesse contexto, foi realizado levantamento, dos estudos anteriores desenvolvidos diretamente com o grupo, documentos, estudos correlacionados, sendo possível melhor se compreender a apropriação, a territorialidade e a historicidade desses sujeitos sociais, relacionada diretamente com o território do entorno do Mineirão, bem como as particularidades envolvidas com o processo de desterritorialização por eles enfrentado. Procuramos identificar e rastrear as consequências e mudanças ocorridas com a realidade de trabalho dos antigos barraqueiros, em função da reforma do Estádio para a realização da Copa, bem como a apropriação simbólica e cultural por meio da alimentação. Nesse caso, no que concerne à questão da produção e comercialização do tradicional tropeiro do Mineirão pelos barraqueiros, o que confere reconhecimento histórico na cidade de Belo Horizonte. A investigação se deu em dois momentos, no primeiro; analisamos como se configurava a questão do trabalho no entorno do Estádio antes da retirada do grupo, no ano de 2010; e, em seguida, tentando se elucidar como ficou a situação laboral dos envolvidos a partir daí, até os dias atuais.

A partir dos depoimentos, foi possível perceber práticas sociais que revelaram as relações de poder envolvidas aí e seus reflexos, nos exercícios de territorialidade anteriormente observados *in loco*. Procurando-se entender as disputas envolvidas, foi possível entender, a propósito, o empoderamento e a sensibilização envolvidos nessa causa; o que os fortaleceu e os uniu, inclusive agregando novos. Para retratar a diversificação de entrevistados, a autora os classificou nos seguintes tipos: barraqueiros antigos, barraqueiros novos, pipoqueiros e ambulantes/caixeiros. Estas categorias de trabalhadores identificaram-se com a causa dos barraqueiros e, com o passar dos anos, foram sendo incorporadas pelo movimento à Associação, para fortalecer o grupo e para resguardar esses novos participantes. Tal classificação será mais bem explicitada no subcapítulo de análise dos dados coletados em entrevistas.

Os depoimentos orais foram analisados com o intuito de se tentar reconhecer a percepção dos antigos barraqueiros em relação à experiência por eles vivenciada, em decorrência da Copa de 2014, ainda que datas não exatas tenham sido citadas em alguns momentos (o que pôde facilmente ser verificado com a sua contraposição com os documentos que nos ajudaram a compreender melhor todo o

processo). A intenção foi identificar a história de cada um desses 32 sujeitos sociais entrevistados, desterritorializados em 2010, que correspondem a um estrato significativo e bem diversificado dos atores que vivenciaram todo o processo.

Diferente de outros atores desterritorializados, em decorrência da realização de megaeventos esportivos, estes não foram realocados em outro lugar (ou, como diria Haesbaert (2006), eles não foram des-re-territorializados).

Por meio de conversas e entrevistas em profundidade (ver em apêndices – roteiro de entrevistas semiestruturada), objetivou-se perceber, assim, a identidade territorial de cada indivíduo, a partir de sua história, e o sentimento simbólico de vínculo com o território, como sendo um coletivo que possui o mesmo objetivo, a partir das afirmações que se assemelham, presentes nos depoimentos dos associados da ABAEM. Todas as questões propostas no roteiro de entrevista envolveram uma avaliação quanto às formas de apropriação exercidas pelos antigos barraqueiros nesse território, em contraposição ao exercício de poder e controle territorial imposto pelos órgãos públicos que regulam o uso do espaço público: respectivamente, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Governo do Estado de Minas Gerais.

Ao longo do processo de convívio com os integrantes da ABAEM, buscamos compreender as tensões envolvidas, percebidas a partir dos interesses do governo, das disputas, os conflitos territoriais e as muitas estratégias de resistência adotadas pelo grupo para exercer o direito ao trabalho. Esses processos de resistência também foram mapeados, por meio do acesso a diversos registros e/ou do acompanhamento dos atos, onde sempre privilegiamos a perspectiva dos atores sociais envolvidos, os quais vivenciaram diretamente as transformações em decorrência dos megaeventos. Buscamos também aprofundar e conhecer melhor esse processo de desterritorialização, em seu sentido mais amplo, o que inclui as vivências, o direito e os valores socioeconômicos dos quais foram alijados.

Em seguida, procuramos analisar as principais forças envolvidas nesse processo, com o objetivo de tentar perceber os diferentes interesses e visões sobre a remoção, e talvez uma possível realocação dos barraqueiros nesse território tão disputado, tentando identificar nesse contexto os discursos dos “dominantes” e dos “dominados” inseridos nessa disputa de poder, por meio de formas de aceitação, intervenção e/ou articulação.

Para que pudesse ser realizado um contraponto entre o “feijão tropeiro” que é servido dentro e o que era servido fora do Estádio, pelos barraqueiros, foi necessário fazer uma visita técnica ao Mineirão em dia de jogo, quando teve-se a oportunidade de ouvir aleatoriamente alguns clientes frequentadores do Estádio, e coletar opiniões a respeito do que distingue os dois produtos.

Por fim, a partir dos dados apreendidos, foram feitos os processos de sistematização, tratamento e análise dos dados, envolvendo um esforço de interpretação, por meio da percepção voltada ao campo social em estudo.

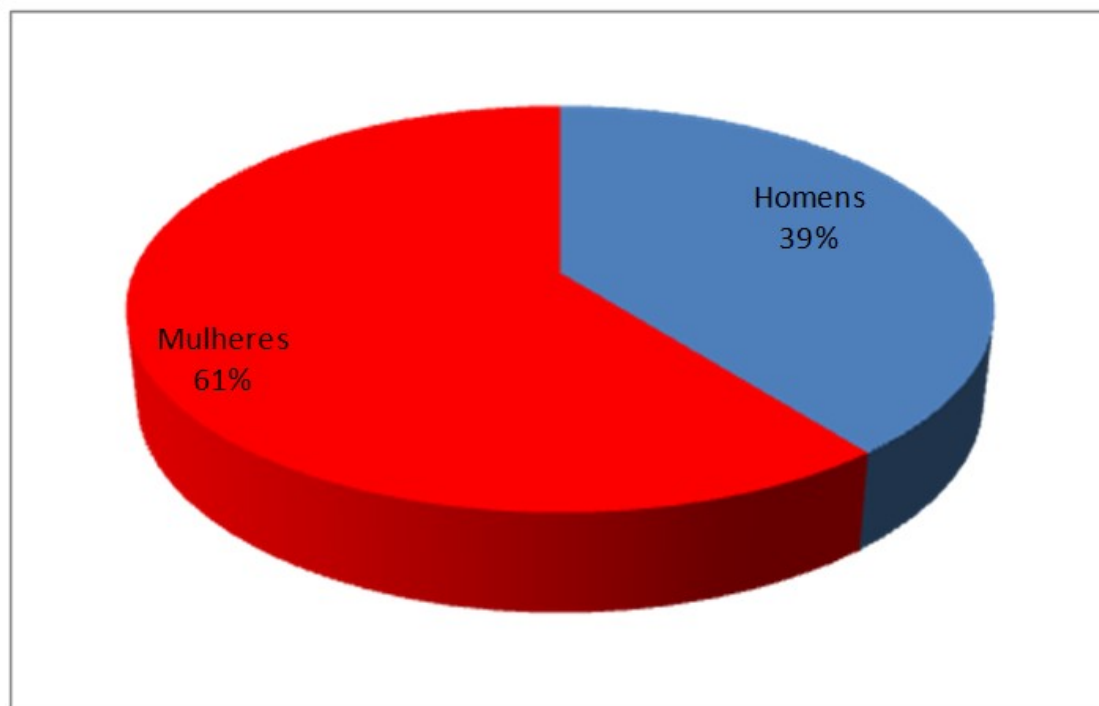
### **1.4.3 Análise das características do grupo focal pesquisado em relação ao processo de desterritorialização**

O levantamento feito em 2010, antes da retirada do grupo, identificou 96 membros da ABAEM, enquanto barraqueiros que trabalhavam no entorno do Mineirão. Desse universo, foram entrevistados, ao longo de nove dias, 32 antigos barraqueiros, que fazem parte da Associação, sendo realizadas em sete bairros da cidade de Belo Horizonte. Os membros mais antigos foram indicados pela liderança da associação, sendo na maioria das vezes entrevistados em casa, tendo sido feitas também entrevistas na sede da ABAEM, em sala do Mineirinho. Os demais membros foram escolhidos de forma aleatória, em reuniões, sendo que, alguns integrantes se dispuseram espontaneamente a ser entrevistados, após tomarem conhecimento do objetivo de pesquisa dessa pesquisa.

Apresentaremos, nesse subcapítulo, uma análise qualitativa do perfil dos entrevistados. Considerando os dados já levantados em estudo realizado pela Rede Cidadã, que compõem o documento Relatório Final – Rede de Atendimento aos “barraqueiros”, realizado no período de junho de 2012 a agosto de 2013, que concluiu que 36 membros possuíam doenças crônicas e que sete eram deficientes; que a maioria dos barraqueiros tinha baixa escolaridade; não possuíam cobertura dos direitos sociais do governo (tais como INSS, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada); 90% não tinham carteira assinada e apresentavam rendimento bruto variando entre um a três salários mínimos; sendo o comércio a principal atividade desse grupo, apontando necessidade de qualificação para que permanecessem na atividade. Entendemos que os itens identificados em tal levantamento são indicadores da vulnerabilidade social desse

grupo. No gráfico a seguir, a amostra de barraqueiros entrevistada confirma a informação do estudo citado de que a maioria dos membros do grupo é composta por mulheres (19) trabalhadoras que ajudam a sustentar suas famílias. Dentre elas, algumas são as únicas provedoras dos lares, possuem em uma média com 2,7 filhos por família. Ressaltamos que os estudos de Zibechi (2015) e Castells (2008) destacam o protagonismo feminino e o aumento dos índices de mulheres no mercado de trabalho.

Gráfico 01 – Distribuição dos entrevistados por gênero



Fonte: elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2017.

À medida que conseguimos uma aproximação maior com o grupo pesquisado, identificamos que existia uma diferenciação de cada membro, efetuada em função do tempo de trabalho. Assim, propusemos uma classificação dos barraqueiros entrevistados nessa pesquisa, considerando os seguintes critérios<sup>22</sup>:

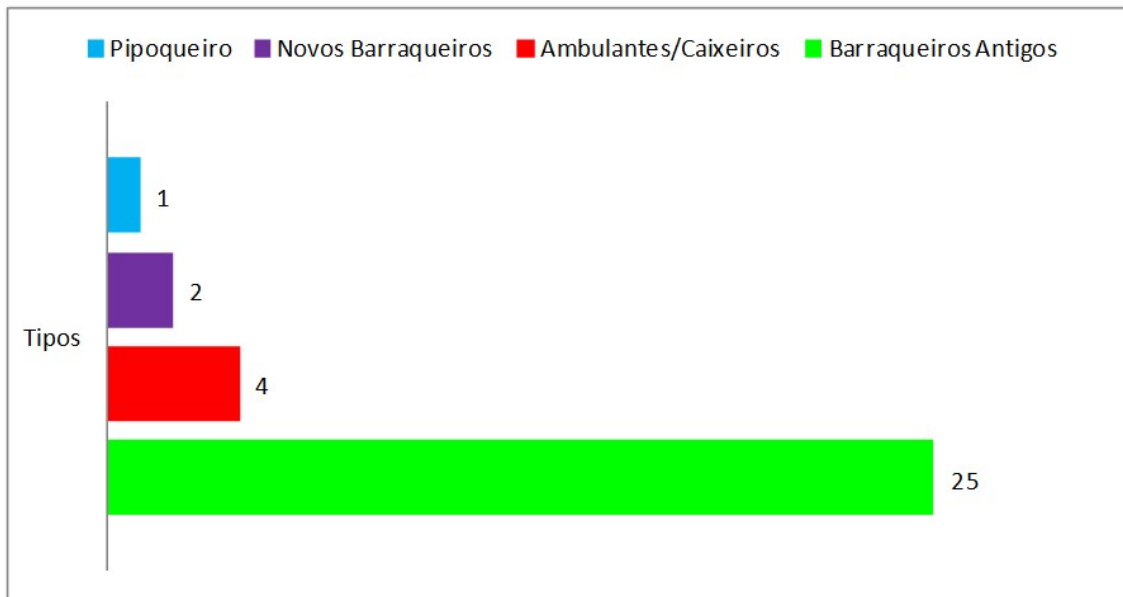
- Pipoqueiro: indivíduo que só comercializa pipoca e coquinho, antes trabalhava no Mineirão e agora trabalha no pátio externo do Mineirinho;
- Novos barraqueiros: indivíduos que trabalharam por dez anos aproximadamente, em barracas, no entorno do Mineirão;

---

<sup>22</sup> Os ambulantes mencionados (novos participantes) são: Rosa Maria Gonçalves e Sirilio Soares de Oliveira. Conferimos também que na lista dos 96 barraqueiros, consta o nome de Helenita (irmã da entrevistada Maria Helena Soares de Lima) e de Adevanil, falecido (esposo da entrevistada Geralda Rodrigues de Souza).

- Ambulantes/caixeiros: vendedor ambulante, que utiliza caixa de isopor, vendendo preferencialmente bebidas, sem comida (essa classe inclui membros recentes e antigos);
- Barraqueiros antigos: trabalhadores do entorno do Mineirão por mais de 15 anos, em barracas, servindo tropeiro e outros.

Gráfico 02 – Classificação dos Barraqueiros Entrevistados



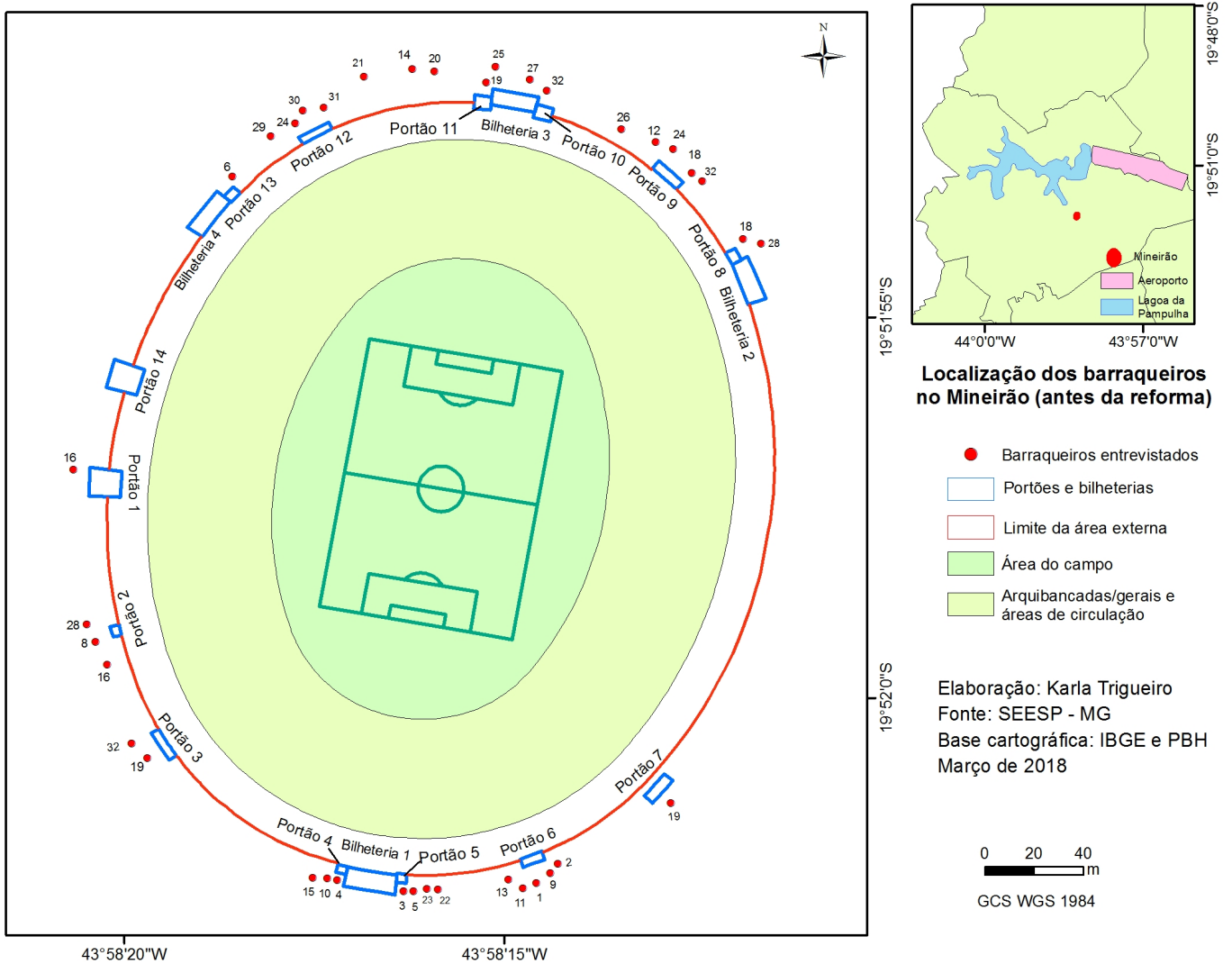
Fonte: elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2017.

Observamos que, dentre o grupo de entrevistados, somente dois não constam na lista dos 96 antigos barraqueiros que passaram pelo processo de desterritorialização. Esses, foram anteriormente mencionados como “causas adesivadas” pela Associação, são vendedores ambulantes que se sentem representados pela ABAEM, e que apoiam a causa dos barraqueiros por reconhecê-la como legítima.

A maioria dos entrevistados faz parte do grupo dos antigos barraqueiros do Mineirão, totalizando 25 indivíduos; sendo de 40 anos de trabalho, o dado coletado de maior permanência no local, afirmado por três membros do grupo (considerando o encerramento das atividades, em 2010). Nesse grupo, identificamos que 14 barraqueiros continuam a trabalhar com barracas, os demais apresentaram vários motivos para não estarem mais desempenhar tal atividade, tais como: a insegurança de não ter um ponto fixo pra trabalhar, a fiscalização intensa, aposentadoria, a idade, estarão desempenhando outras atividades (bar/lanchonete), dentre outras.

O etnomapa apresentado a seguir foi uma proposta de representação da territorialização dos antigos barraqueiros no entorno do Estádio. Tendo sido elaborado a partir das informações coletadas com cada entrevistado, sobre as localizações de suas barracas, ao longo do período em que trabalharam no local. Pudemos perceber, a partir dos depoimentos, que antes havia uma regra de convívio entre eles, até que se fizesse parte do grupo e houvesse uma “demarcação” do seu território.

Figura 09 – Mapa de Localização dos Barraqueiros no Mineirão (antes da reforma).



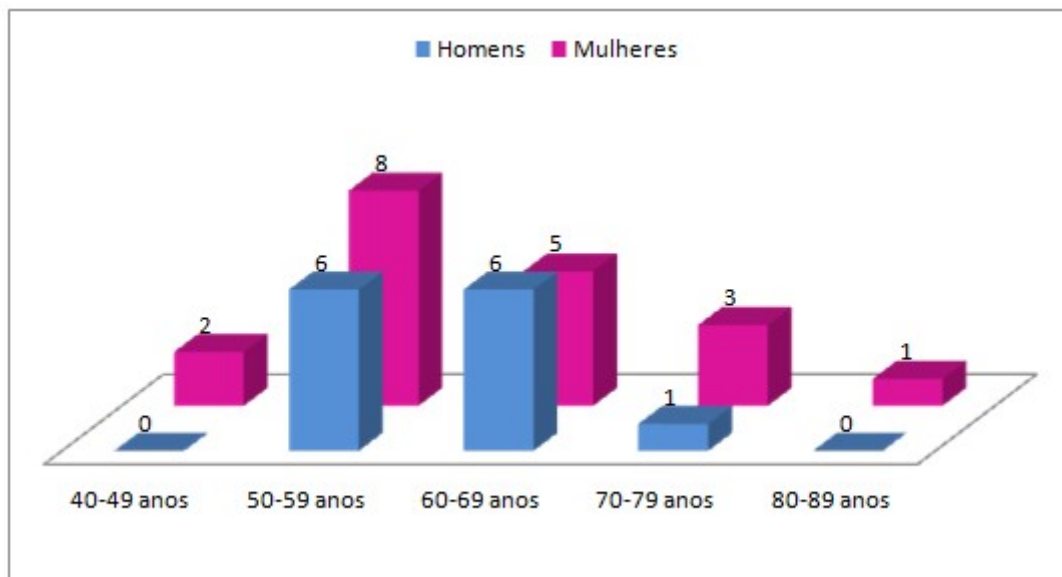
Fonte: etnomapa de elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2018.

O gráfico a seguir relaciona a idade dos entrevistados com o gênero, tendo como resultado que a entrevistada com maior idade possui 89 anos, e o entrevistado com maior idade possui 78 anos. O grupo mais representativo dessa relação situa-se na faixa etária entre os 50-59 anos, constituído, em sua maioria, pelo sexo feminino. A



quantidade de homens só supera ligeiramente a quantidade de mulheres na faixa etária entre 60-69 anos, que é a segunda faixa etária mais expressiva da relação idade-gênero.

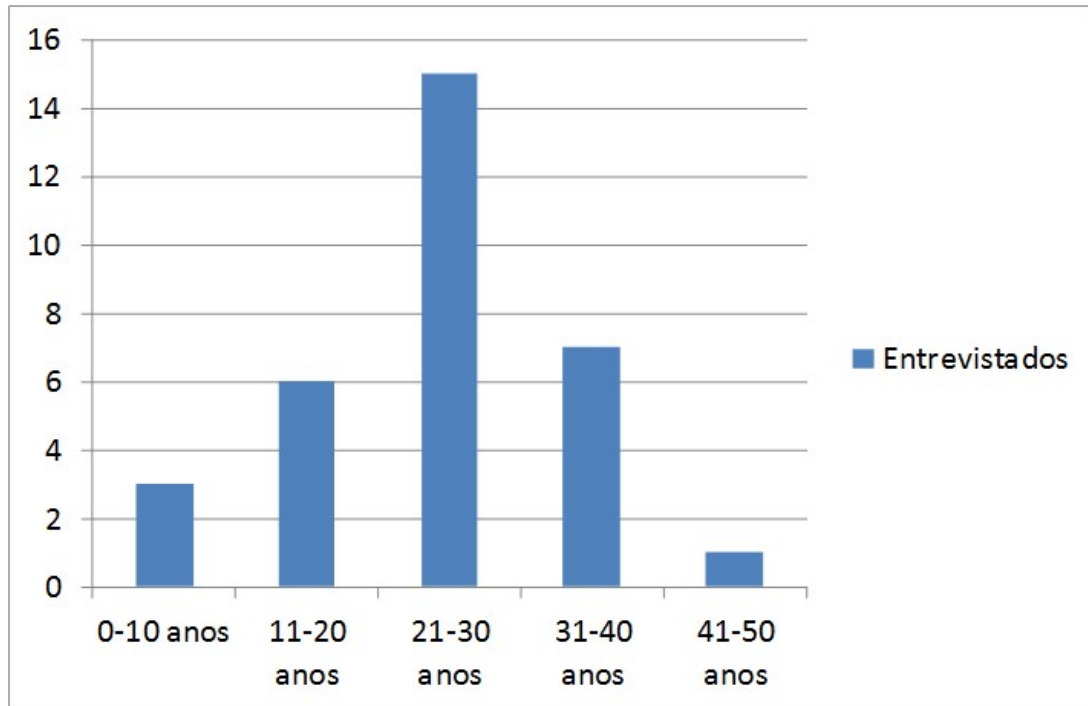
Gráfico 03 – Entrevistados - idade por gênero



Fonte: elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2017.

Após essa fase inicial, os iguais protegiam-se, uns aos outros, de terceiros que, porventura, quisessem se instalar no local. Com a regulamentação realizada pela Prefeitura e, em seguida, assumida pelo Estado, por meio da ADEMG, os barraqueiros antes tinham pontos fixos para se instalar e trabalhavam nesses com maior tranquilidade, em relação à proteção desse seu território. Os mesmos apresentaram uma memória clara e precisa ao informar a localização do portão em que trabalhavam, montando suas barracas. Segundo dados das entrevistas, a média de pessoas que trabalhava, em cada barraca, era de quatro trabalhadores, incluindo o dono da barraca. Havia uma forma de regularização do trabalho dos barraqueiros, por parte da ADEMG, com a exigência do pagamento prévio do DAE, por jogo que iriam trabalhar, além de ser efetuada frequente fiscalização da conservação das barracas, dos itens comercializados, da higiene e dos meios de armazenamento das mercadorias. Conforme o gráfico que segue, identificamos que a média simples de anos trabalhados, pelo grupo entrevistado que trabalhou por mais tempo no local, foi de 26 anos.

Gráfico 04 – Anos tralhados no Mineirão



Fonte: elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2018.

Depois de serem retirados do entorno do Estádio, sendo agora o único vínculo com esse território a sala da sede da Associação, situada no Mineirinho (que fica ao lado do Mineirão). Essa sala serve como ponto central de reunião, sendo, para eles, uma referência do seu antigo território. Ultimamente, vem servindo também como um ponto de apoio para alguns barraqueiros, que deixam seus pertences e mercadorias ali, por precisarem trabalhar semanalmente nas proximidades e não terem meio de transporte próprio para se locomover. Há alguns anos, os membros da ABAEM vêm permitindo que a sede sirva a esse fim. Essa é uma questão que os membros consideram que precisa ser resolvida. O assunto sempre é retomado em pautas de reuniões da Associação, já tendo gerado transtornos ao grupo. Entretanto, a liderança sempre volta atrás, por considerar que está ajudando os trabalhadores e fazendo o seu papel social, ao permitir que eles permaneçam utilizando a sala dessa maneira.

Segundo informações obtidas junto à liderança, o contrato de uso da sala foi firmado em 2003. Antigamente, pagavam um valor de aluguel pelo uso do local. No entanto, afirmam que após a retirada dos barraqueiros não pagaram mais por esse uso. A dívida se acumula em atrasos que geram multas e juros, podendo ser solicitada a desocupação da sala a qualquer momento. A liderança afirma ainda que, mesmos quando trabalhavam no entorno do Mineirão, ficaram, em alguns momentos, em atraso

com o aluguel. Sempre renegociavam e dividiam a dívida, para que fosse possível fazer o pagamento. Representantes do governo do Estado, em reunião que participamos, expuseram que só não solicitaram a sala ainda por haver demandas, mais importantes para resolverem.

A partir da análise do livro de ata da Associação, podemos ressaltar que no dia 23/06/2000, fundação da ABAEM, foram eleitos como presidente o Sr. Danoel Ramos de Oliveira e como vice-presidente o Sr. Ernani Francisco Pereira. Esse último, independentemente de estar ocupando ou não cargo na Associação, sempre foi mencionado nos depoimentos dos antigos barraqueiros, como liderança da ABAEM. Nos anos seguintes, tivemos a seguinte configuração administrativa da Associação: a) em 06/06/2003, foram eleitos, em chapa única, o presidente Ernani e o vice-presidente Sr. Nelson Caetano da Silva; b) Em 2005, a eleição ocorreu no dia 08/06, sendo eleito também em chapa única, o presidente Sr. Nelson da Silva; c) Em 11/06/2007, reassume a presidência o Sr. Ernani, tendo como vice-presidente Márcia Aparecida Moreira; d) No dia 08/06/2009, presidente Ernani, acompanhado pelo vice Vander Jose da Silva; e) Em 08/06/2011, assume a presidência a Sra. Selma Salvino da Silva, e seu vice Alexandre de Almeida Silva; f) Em 06/06/2013, a presidente Selma dá continuidade aos trabalhos, com o vice-presidente Sérgio de Souza Duarte; g) Novas eleições ocorrem no dia 04/06/2015, sendo eleita a presidente Sra. Rosilene Alves da Mota, que teve como vice a Sra. Maria Geralda Silvestre; h) A partir de 01/06/2017 e até o presente momento, assume a presidência a Sra. Selma Salvino da Silva e a vice Sra. Rosilene Rodrigues Monteiro.

Contraditoriamente, muitos membros da ABAEM não participam efetivamente da Associação, mas se sentem representados pela presença e pelo *feedback* repassado pelo Ernani, ex-presidente e um dos fundadores da Associação. Durante o tempo de realização da pesquisa, a maior quantidade de frequentadores presentes em reuniões da ABAEM, observada pela pesquisadora, foi de aproximadamente 40 pessoas. Na maioria das vezes, esse número de participantes esteve relacionado a alguma deliberação, para definir a participação dos membros da ABAEM em alguns eventos.

O grupo já não se reúne semanalmente, como antes. Atualmente, as reuniões são agendadas por tema e/ou demanda a ser resolvida pela Associação, sendo possível perceber certo esvaziamento das reuniões e desarticulação de forma geral do grupo. Geralmente, fazem um recadastramento anual dos associados, quando todos são

convocados, via publicidade em rádio e/ou por telefone, prevendo o pagamento de uma taxa simbólica para angariar fundos à Associação, com a finalidade de quitar as dívidas.

Os eventos que mais atraem interessados em participar são o Carnaval (com cadastro junto à Prefeitura), a Parada Gay (parceria de exclusividade com a Cellos) e o Réveillon – queima de fogos na orla da Pampulha (parceria de exclusividade com a TV Alterosa), uma vez que após a retirada não trabalharam em eventos maiores, vinculados ao Estádio. Percebe-se que tanto os barraqueiros visitados em suas casas, que não participam efetivamente das atividades, têm o mesmo discurso de indignação proferido pelos demais participantes do grupo, em virtude da desterritorialização por eles enfrentada. Afirmamos ainda ter identificado que o nome do grupo estudado é passível de preconceito, como os próprios afirmaram em depoimentos, não somente ao ser mencionado em reuniões. Observa-se, que, em alguns documentos, o termo barraqueiros aparece escrito entre aspas.

A maioria dos entrevistados afirmou que o resultado da Copa de 2014 para eles foi muito ruim, ainda que, de forma geral, apresentaram expectativas muito boas antes da realização do megaevento na cidade. Apesar dos resultados serem ruins, todos se recordam desse território com vínculo afetivo, expressando serem gratos pelo que o “Mineirão” os proporcionou. A maioria dos entrevistados apontou como alternativa de trabalho, que pudessem obter um local no Mineirão ou nas proximidades do Estádio, para trabalharem em eventos, comercializando, principalmente, o feijão tropeiro. Enquanto essa solução não chega, resta-lhes como alternativa, trabalhar nas proximidades do Mineirinho, mesmo com a fiscalização (“na tora”, termo usualmente utilizados por eles) ou ainda em eventos dentro e fora da cidade de Belo Horizonte, como será mais bem apresentado no capítulo a seguir.

Dentre os barraqueiros entrevistados, identificamos apenas um que possui carro de lanches adaptado e que possui autorização da Prefeitura para trabalhar em locais públicos, próximo a eventos, na cidade. Muitos perderam os bens que tinham para sobreviver, estando grande parte do grupo em condições de vulnerabilidade social.

## 2. Aspectos conceituais norteadores

A proposta baseou-se na revisão da literatura concernente à Geografia Cultural, agregando o conhecimento dos métodos etnográficos, no exercício da etnogeografia. Perpassamos os estudos sobre megaeventos e cidades sede, no contexto contemporâneo internacional, tendo o *Território* como categoria conceitual de análise geográfica privilegiada, enquanto essência geográfica. Consideramos que essa discussão está posta na geografia, além disso, o geógrafo examina o mundo ao seu redor; assim, Lowenthal (1982) afirma que “a geografia observa e analisa aspectos do meio ambiente na escala e nas categorias em que comumente são apreendidos na vida diária”, refletindo geralmente o homem, ou seja, tais estudos notavelmente têm características culturais, antropológicas e históricas, percebendo a territorialidade que difere as particularidades de cada grupo.

Como a pesquisa proposta tratou de eventos internacionais, foi oportuno compreender também sua contextualização no Território, e a lógica midiática contemporânea envolvida com a escolha das cidades sede dos eventos, considerando a teatralização dos destinos turísticos, enquanto sociedade do espetáculo (RUBIM, 2005).

Nesse contexto, propôs-se analisar ainda, na pesquisa, os seguintes recortes temáticos: dinâmica do território e a atividade turística, as relações estabelecidas e apreendidas por meio do estudo da experiência dos atingidos diretamente, ao mesmo tempo, abordando criticamente o conceito de “turistificação” dos territórios, o planejamento estratégico dos eventos e os impactos territoriais.

Vale ressaltar que, referendando argumentos acerca do planejamento, Getz (1991) enfatiza que a falta de planejamento estratégico, para a realização de megaeventos, resulta em dispendiosos “elefantes brancos<sup>23</sup>”, que são deixados de lado após o encerramento do evento. O desenvolvimento das localidades, conseqüentemente, se dá, nesse contexto, de forma desigual, havendo um crescimento desequilibrado, com maior destaque para determinados territórios ou regiões. Essa conceituação de polo centralizador, distribuidor do fluxo turístico em determinado recorte territorial, contribuiu para se entender e se identificar potenciais locais para o desenvolvimento da atividade turística, locais esses de percepção dos impactos territoriais.

---

<sup>23</sup> Termo usual da Arquitetura.

Quanto à “turistificação” dos lugares e dos territórios, afirma que:

“O lugar é produto das relações humanas entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos”.  
“...a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida”  
(CARLOS, 1996: 26).

As cidades históricas<sup>24</sup> são, eminentemente, destinos turísticos. Desde o século XVIII, por meio dos relatos dos viajantes, surgiu o interesse em se conhecer melhor tais lugares e territórios, em busca de se desvendar suas peculiaridades. Dessa maneira, esses territórios se tornaram turísticos. É relevante assinalar, a propósito, que a partir do conceito de “*forma-conteúdo*” de Santos (1996), podemos reconhecer que os valores e referências de um lugar, atrativo ou edificado, podem variar em função do tempo e do olhar do observador. Revendo algo que ficou do passado e que para alguns atores deveria ser suprimido, ser excluído, sem recontextualizar; como por exemplo, os barraqueiros foram suprimidos do contexto dos megaeventos, a partir da desterritorialização.

Almeida (2006) explica como alguns lugares se tornam turísticos:

“[...] geralmente, são evidenciados os atrativos, a presença de recursos raros e excepcionais, as representações da sociedade. Esses são fatores que motivariam os interesses pelos lugares. A hipótese subjacente é que os lugares têm qualidades intrínsecas, objetiváveis, as quais agiriam de forma determinante sobre os fluxos de pessoas e de bens”  
(pág. 108).

A “turistificação” das cidades se dá no momento em que se busca a diversificação de atrativos e de eventos para o território urbano, visando-se, mais uma vez, atender ao turista e ao mercado, mas desconsiderando, muitas vezes, a estrutura já existente, e o que os moradores querem. Esse novo uso interfere nos lugares e territórios, criando novos espaços, e a conseqüente mudança das suas dinâmicas, atribuindo determinados valores aos lugares e territórios, que antes não existiam. Segundo Monte-Mór [s.d], é assim que emerge, a “cidade do espetáculo”, a “cidade-

---

<sup>24</sup> Tema de estudo relacionado a impactos, realizado pela autora em seu Mestrado, com a finalidade de pesquisar e compreender as nuances da problemática, a fim de contribuir, significativamente, também à mitigação do impacto causado pelo desenvolvimento da atividade turística.

empresa neoliberal”, a cidade que busca se inserir no circuito do capital financeiro, do capital do entretenimento, do *turismo*, dos grandes espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, da construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, e que se perde também em células fechadas, onde as heterotopias são impossíveis, e apenas a vida entre iguais é segura.

As postulações anteriores vão ao encontro da perspectiva crítica acerca da relação megaeventos e as cidades, estudada por Vainer (2016), a respeito do conceito “cidade de exceção”, que “se conforma como democracia direta do capital”, no período de realização dos megaeventos, uma vez que “essa ilegalidade legal não constitui nenhum obstáculo, nem constrangimento ao exercício pleno do poder... E o poder se exerce na produção em massa de novas e mais generalizadas exceções”.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais abdicam, progressivamente, de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político” (p. 42).

Nesse contexto, a alteridade, distinta da tolerância, deve ser vista como a capacidade de ver o outro a partir dele mesmo, sendo propriamente uma igualdade na diferença; é o segredo para a vivência de experiências autênticas entre turista e autóctone, dentro do multiculturalismo, produzindo, assim, Espaço.

“Para o turista, a *alteridade* ocupa um lugar central nas práticas turísticas, e a procura de lugares para seu lazer, entretenimento e prazer é feita para corresponder a todas as expectativas. Um lugar turístico adquire significado para o turista porque ele é outro, porque ele rompe com as qualidades de seu lugar de vida e, sobretudo, porque ele será aquele espaço que lhe acena com possibilidades de corresponder às suas expectativas. O que o turista busca é uma alteridade. A escolha dos lugares e o modo de deslocamento ocorrem em função disso” (ALMEIDA, 2006, p. 111).

Destaca-se que os territórios e lugares turísticos são “inventados”, visto que os homens produzem espaços que são, então, postos no mercado, para que os consumidores façam suas escolhas. O que interfere diretamente nessa intencionalidade

que possuem os turistas de eventos, é a busca pelo diferente de seu cotidiano, a volatilidade do evento.

## 2.1 Impactos da atividade turística e planejamento

O rápido crescimento do turismo gera inúmeros *impactos*, que se manifestam em termos sociais, culturais e ambientais. O termo impacto assume, em geral, uma acepção negativa; contudo, a ideia que deve prevalecer é a de *bipolaridade*, ou seja, devemos considerar os aspectos positivos e negativos.

Segundo Archer & Cooper (2002), “o impacto gerado pelo turismo depende tanto do volume de turistas quanto de algumas características do perfil desses visitantes (duração da estada, sua atividade, modo de transporte, plano de viagem, etc.)”. Para se avaliar o impacto desta atividade econômica, é preciso levar em consideração diversas variáveis. Voltamos a registrar, contudo, que os aspectos econômicos são sempre ressaltados e mensurados com facilidade; entretanto, os aspectos ambientais e socioculturais não possibilitam uma avaliação mais precisa de custo-benefício. O Turismo pode ser, ou não, um *agente de mudança*<sup>25</sup>; e, para que tal potencial seja avaliado, há a necessidade de que seja realizado um diagnóstico que inclua o estudo anterior à atividade turística daquele território ou lugar; e não apenas o que ocorre na, maioria das vezes, em que concretiza-se um estudo somente das características atuais - sendo ele atemporal, reducionista não representando a realidade concreta.

É nesse sentido que Steinberger e Campos (2007) defendem a ideia que somente ações compartilhadas entre os agentes atuantes no território (turistas, moradores e governos locais) possibilitam a minimização da vulnerabilidade do Turismo sobre os lugares da Cidade, visto que o espaço urbano é um aglutinador de relações de poder, que envolvem interesses conflitantes de diferentes agentes sociais.

Nota-se ainda que, para que os eventos internacionais aconteçam, há uma apropriação do Território, com vistas ao desenvolvimento de um planejamento estratégico específico, que exige padrões internacionais, e que buscam garantir as necessidades de grupos específicos. Nesse contexto, os Países competem entre si, buscando enfatizar, em seu planejamento a existência de infraestrutura de suporte ao

---

<sup>25</sup> Termo utilizado pelos autores Archer & Cooper (2002).



evento. Esse, por sua vez, à infraestrutura urbana das cidades, e à infraestrutura específica necessária, que será preparada, em tempo hábil, para garantir o espetáculo. Nesse contexto, enfatizam, sobretudo, que os problemas estruturais envolvidos (tais como: instabilidade econômica e segurança) podem ser administrados de forma a não impactar o evento. Cada projeto configura-se de acordo com as capacidades econômicas de cada País, que apresenta o planejamento de estruturação dos investimentos de acordo com seus anseios, possibilidades e, especialmente, atendendo a exigências mínimas necessárias para sediar eventos internacionais, estabelecidas por órgãos reguladores.

Por sua vez, Bessa e Capanema Alves (2014) tratam das estratégias do empresariamento (termo conforme autor) das cidades, para inserção das mesmas na disputa para sediar megaeventos, enquanto tática de inserção no circuito turístico internacional. Há uma transformação da imagem do turismo vinculado às cidades, como alternativa para atrair investimentos externos, com o objetivo de promover o crescimento de longo prazo. O que é reafirmado na citação a seguir:

As intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas têm sido utilizadas porque tem grande capacidade de transformar a base material dos territórios, contribuindo para dar novo caráter às suas paisagens que, transformadas em mercadorias, passam a necessitar de constantes mudanças para (re)(con)figurar o mundo que o espetáculo apresenta. Qualquer parte deste mundo pode ser objeto de transformação (p. 47).

Heyne, Maenning & Sussmuth (2007), por meio de aproximação empírica - três meses antes e três meses após a final da Copa do Mundo, na Alemanha, em 2006 - pesquisaram as expectativas e as impressões da população, para além dos ganhos econômicos. Consideraram, principalmente, valores intangíveis, bens da experiência para residentes do país-anfitrião, concluindo que os cidadãos, daquele país, vivenciaram, então, uma boa experiência, que abriu novas perspectivas para a nação germânica sediar outros eventos.

No caso da “Copa do Mundo” realizada no Brasil, em 2014, vale ressaltar que, desde 2007, quando houve a definição das cidades-sede, as megaestruturas que seriam utilizadas para o espetáculo começaram a ser preparadas. Entretanto, a infraestrutura urbana básica (como por exemplo, a malha de meios de transporte das cidades, que ficaria de legado para o País) não foi considerada. O Brasil sediou o evento disponibilizando um total de doze Estádios (sendo oito novos e quatro reformados).

Houve, portanto, gastos muito elevados, se comparados a outros países que já sediaram o mesmo megaevento.

Um caso semelhante ao do Brasil é o da África do Sul, País que sediou a Copa do Mundo de Futebol em 2010. No continente africano, o evento foi realizado em uma quantidade menor de Estádios. Mas, estudos posteriores demonstraram ter havido poucos legados para o País, exatamente como ocorreu no Brasil. Segundo Tavares (2015), após interpretação do livro *Copa do Mundo na África do Sul – um legado para quem?*, de autoria de Eddie Cottle em 2010 e traduzido por Paulo Capanema (através do Instituto de Estudos Latino-Americanos), a partir dos estudos apresentados, pode-se identificar que os argumentos que levaram o País a sediar evento de tal magnitude, no País, foram os mesmos do Brasil, o que configurou-se em impactos consideráveis, com consequências à população local. Os mesmos argumentos de possibilidade de desenvolvimento, progresso e pleno emprego foram utilizados para convencimento da população, o que de fato não se confirmou, se considerarmos os estudos posteriores ao evento. Ao País, restaram os altos custos de manutenções das megaestruturas construídas, atualmente subutilizadas, investimento que poderia ser feito em prol da população, para garantir direitos vitais tais como educação, saúde e saneamento básico. O livro revela, ainda, o espetáculo criado para a realização do evento, dando ênfase, principalmente, às armadilhas econômicas enfrentadas: a luta dos trabalhadores, e o despejo e desalojamento dos mais pobres, para dar lugar à construção de Estádios e avenidas. O estudo demonstra ainda a exclusão completa dos mais desfavorecidos economicamente da festa da Copa, o impedimento dos trabalhadores informais em trabalhar nos locais, sendo obrigados a permanecer longe dos Estádios. Relata ainda os lucros exorbitantes obtidos pela FIFA e pelos grupos de interesse empresarial, em detrimento do povo sul-africano.

Essas comparações geram os seguintes questionamentos: o que diferencia o planejamento de diferentes eventos? Quais anseios subjetivos o impactam diretamente? Qual o impacto das estruturas construídas nos lugares e territórios em que ocorrem os eventos? Como mantê-las? Como a população local se apropriará, posteriormente, dessas estruturas? Como o morador e/ou o trabalhador da cidade-sede será impactado pela realização desse megaevento? Essas questões subsidiaram o debate que pautou a pesquisa, embora não se tenha objetivado encontrar todas as respostas, haja vista que o

foco central da investigação foi abordar as experiências territoriais e socioculturais do grupo focal em questão, antigos barraqueiros do Mineirão.

Nesse contexto - a exemplo do desenvolvimento endógeno, e, a partir das redes sociais - se aplica considerar os fatores sociais implícitos, para que haja o esperado sucesso dos empreendimentos, buscando equacionar os desequilíbrios de cada localidade.

Mesmo que se conceba o desenvolvimento como produto de relações sociais, não se deve imaginar que esse produto advém de qualquer tipo de relação: as relações são de várias naturezas e admitem desdobramentos empíricos também vários, relações sociais de dominação política, de exploração econômica, de exclusão social, baseadas em estruturas verticais de poder não se confundem com relações sociais de equidade política, de solidariedade econômica, de inclusão social, baseadas em estruturas horizontais de poder (SOARES, 2009, p. 69).

Esse desenvolvimento depende da qualidade das relações estabelecidas em rede, bem como dos recursos materiais e simbólicos que nela circulam, considerando o fortalecimento e a valorização da escala local, frente à globalização.

## **2.2 Megaeventos e as cidades**

Johnny Allen (et. al., 2008, p. 4-5) classifica os megaeventos enquanto “eventos especiais”, qualificados, geralmente, a partir de seu porte e escala, que tenham sido criados para descrever algum tipo de celebração específica, deliberadamente planejada para marcar ocasiões especiais ou para que sejam atingidos objetivos específicos, que podem ser de cunho social, cultural ou mesmo corporativo. São aqueles “cuja magnitude afeta economias inteiras e repercute na mídia global”.

Tavares (2011, p.16) considera megaeventos como:

[...] competições internacionais que reúnem um número de atletas que atinge a casa dos milhares em um espaço de tempo de um mês, no máximo, com potencial de impacto em diferentes setores da sociedade e que possui significativa carga simbólica.

Contudo, a pesquisa bibliográfica realizada, indica uma ausência quase completa de conceituação do termo megaevento, na produção científica nacional, não havendo consenso na sua decodificação. Partiu-se, - portanto, do pressuposto de que haja um entendimento universal sobre o termo, que dispense definições científicas mais rigorosas. Para Costa e Miragaya (2008, p. 36), um megaevento poderia ser definido pelo número de participantes ou pelo 'processo' nele envolvido, o que, para eles, significaria: "curta duração, porém de preparação longa e por vezes intermitente, em escala de milhões de participantes". Já Roche (1994) afirma que os "megaeventos são melhor compreendidos como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, os quais têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional". Schimmel (2006) acrescenta que os megaeventos podem ser considerados marcos da modernidade, com longa tradição de integrar interesses industriais e corporativos com aqueles de governos, em relação ao desenvolvimento urbano e imagem nacional.

Para Hall (1992:5), pesquisador da área de eventos e turismo, os

Megaeventos tais como as Feiras Mundiais e Exposições, a Copa do Mundo ou as Olimpíadas são eventos especificamente direcionados para o mercado de turismo internacional e podem ser adequadamente descritos como “mega” em virtude de sua grandiosidade em termos de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade anfitriã.

Considerando a definição acima, pode-se afirmar que não são apenas os eventos esportivos que podem ser considerados megaeventos. Hall (2006) afirma que, historicamente falando, feiras e exposições internacionais são, junto com os Jogos Olímpicos, os modelos fundamentais do que deveríamos entender como megaeventos.

Já Getz (1997:6), voltado ao estudo do impacto econômico e de repercussões gigantescas, define os megaeventos da seguinte forma:

O volume gerado por um megaevento deveria exceder um milhão de visitantes, seu orçamento deveria ser de, pelo menos, US\$500 milhões e sua reputação deveria ser a de um evento “imperdível”. (...) Megaeventos, por sua grandiosidade ou significado, são aqueles que produzem níveis extraordinariamente altos de turismo, cobertura de

mídia, prestígio ou impacto econômico para a comunidade local ou de destino. [grifo nosso]

Segundo a revisão literária feita por Horne e Manzenreiter (2006), há consenso em três aspectos, no plano internacional, para a expansão e o crescimento dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol como megaeventos prototípicos, enquanto que as exposições e feiras internacionais foram deslocadas para uma posição menos relevante. Primeiramente, o avanço das tecnologias de comunicação, que tornou possível o surgimento do fenômeno da audiência em escala mundial, aumentando as possibilidades de impacto e exploração dos eventos esportivos. Em segundo lugar, a transmissão internacional destes eventos, que estimulou a construção de uma articulação entre direitos exclusivos de transmissão, direitos de patrocínio e possibilidades amplas de *merchandising*, estabelecendo alianças entre COI – Comitê Olímpico Internacional, a FIFA – Fédération Internationale de Football Association, o setor de comunicação e diferentes setores do mundo dos negócios, na exploração das possibilidades negociais da vasta audiência global que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos podem oferecer. Em terceiro e último lugar, os megaeventos esportivos passaram a ser vistos como oportunidades de promoção para cidades e Países, em termos de seus legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos, entre outros efeitos a eles associados, o que pode explicar o envolvimento de governos nas candidaturas e organização de megaeventos esportivos. Este conjunto de atributos faz com que a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos produzam investimentos financeiros, interesses públicos e privados, impactos sociais e audiência global, não alcançáveis por nenhum outro evento conhecido.

É nessa perspectiva que Almeida, Mezzadri e Marchi Junior (2009, p. 181) vislumbram que os megaeventos constituam um "campo fértil de investigação de relações sociais complexas e paradoxais da sociedade moderna".

O Brasil, nas últimas décadas, tem buscado competir com outros Países, para se candidatar a sediar megaeventos internacionais, identificando um fator de competitividade, com potencial para geração de divisas, cujo incremento se daria por meio do aumento de fluxo da atividade turística, no âmbito do desenvolvimento de uma "política-espetáculo" (ACSELRAD, 2009, p. 25). Podemos citar, como exemplo da produção e reprodução dessa política, o sucesso dos projetos apresentados e aceitos para

sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio/2016. São projetos que se desenvolveram em detrimento da opção por investimentos em outros setores econômicos ou em prol da sociedade, e que geraram consideráveis mudanças no contexto social local das cidades que receberam os eventos, impactando estes sítios urbanos e, causando exclusão.

Sánchez (2014, p.48), ao estudar os conflitos gerados pela realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro (mais especificamente, tratando do Projeto Olímpico Rio 2016), contesta a natureza, bem como os efeitos sociais produzidos no território, a partir da realização de eventos dessa magnitude. Elucidando as contradições presentes, a partir da execução de megaeventos, a autora postula que:

Em sua dimensão urbanística, as intervenções realizadas mostraram-se pontuais, sem relação mais consistente com a cidade. Estava incorporada, desde o princípio, a lógica da cidade elitista que se manifestou na estratégia de concentrar o evento em áreas nobres, visando, ao mesmo tempo, segurança e conforto aos participantes, e, sobretudo, oferecer ao mundo uma imagem urbana supostamente “civilizada” e “moderna”. Longe, portanto, de qualquer preocupação no sentido de utilizar o evento para redistribuir no espaço da cidade as benfeitorias da infraestrutura urbanística. [grifo nosso]

A partir da afirmação da pesquisadora, pode-se pensar que a cidade se coloca a serviço do evento, privilegiando o turista, em detrimento ao morador local. Os recursos públicos, a infraestrutura urbana e todo um aparato de atendimento ao evento, garantem que o megaevento ocorra sem imprevistos. Questiona-se, entretanto: o que o morador local “ganhará” com esse tipo de evento? Que tipo de legado permanece como infraestrutura urbana para a cidade? Que legado sociocultural, além dos econômicos, restará à cidade?

Especificamente tratando da realização do megaevento Copa FIFA nos Países, Paula (2014) se propõe a fazer uma comparação entre os legados do evento em três nações, ressaltando que, apesar das diferenças estruturais existentes entre eles, ainda há similaridades em relação à motivação para a realização do evento e em relação à tomada de decisões. Ela deixa de ser tomada em nível local, levando-se em consideração, principalmente, os interesses do capital, representado por um grupo seletivo de empresas nacionais e internacionais.

Brasil e África do Sul houve um adensamento das violações de direitos em vários níveis, em especial para a população mais pobre. Assim, para uma comparação com a Alemanha, um país do Norte, primeira economia da Europa, com um Estado de bem-estar social consolidado, uma infraestrutura de transporte eficiente, Estádios dentro dos padrões exigidos pelo futebol internacional, qualquer análise terá de ser feita sob outra ótica. Porém, os três países possuem uma motivação comum: a possibilidade de se obter enormes lucros, sejam políticos e/ou econômicos, a partir da utilização da fórmula exitosa da Fifa: a Copa do Mundo de Futebol (p. 151) [grifo nosso]

Mascarenhas (2011, p. 211), ao tratar da análise do modelo empreendedor de gestão urbana, adotado nas cidades-sede de megaeventos, analisando, principalmente, o *case* Pan-2007, afirma que o foco é atrair financiamentos e recursos financeiros, articulando, em torno de si, um conjunto de interesses privados com amplo apoio do Poder Público.

Essa prática inclui intervenções urbanísticas, que estão para além da preocupação com o evento, e passam a fazer parte de um negócio vantajoso, contudo que, desrespeita a legislação urbana e ambiental. Assim, temos que o atual modelo de planejamento e gestão das cidades, conhecido como “planejamento estratégico”, se expressa, sobretudo, por meio de grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs). E é justamente no âmbito dos GPDUs, que se inserem os grandes eventos esportivos da atualidade.

No caso belo-horizontino - desde que ocorreram as primeiras sinalizações sobre a necessidade de remoção dos antigos barraqueiros do “Mineirão” - para que fossem iniciadas as obras de reforma do Estádio, ocorreu, o que para Vainer (2014, p. 73), está relacionado à transformação da dimensão urbanística dos grandes equipamentos. Encontram-se inúmeros projetos de “aburguesamento de extensas áreas em processo de valorização, promovendo a “limpeza social e étnica”. Estima-se entre 200 a 250 mil o número de pessoas removidas”, normalmente, de suas moradias, sendo reassentadas em locais precários, distantes do mercado de trabalho e do antigo local de moradia. Diversas reuniões foram realizadas pela categoria - além de ter sido efetuado um estudo técnico relacionado ao impacto da Copa do Mundo em Belo Horizonte, por parte dos governos, municipal e do Estado - os quais incluíram uma análise da questão dos antigos barraqueiros, com o intuito de resguardar seus direitos, especialmente quanto ao uso do espaço público, para desenvolvimento do seu trabalho e obtenção de renda.

Rodrigues (2013, p. 18), em relação ao “estado de exceção”, assinala que, na realização dos megaeventos internacionais no Brasil, muitas vezes as leis do País são “dribladas”. O autor registra que:

[...] o estado, atendendo a exigências de entidades de caráter privado, altera leis e normas, induz o urbanismo para interesses específicos e submete-se a organizações de direito privado, deixando evidente como o global redimensiona o local. Trata-se da interferência privada internacional nos lugares que foram socialmente produzidos e que representam a condição para a competitividade e meio para a reprodução ampliada do capital.

As interferências são tão significativas que é possível se pensar em remoções diversas, para garantir que a imagem da cidade não seja “manchada” pela pobreza do lugar, tornando-a, se possível, invisível aos olhos dos turistas. E, “nesse contexto, os vendedores de rua, considerados símbolo da pobreza e do subdesenvolvimento, tornam-se alvo do planejamento urbano, como elementos não adequados à paisagem urbana que se quer promover” (NUNES, SANDER, 2013, p. 02).

Complementando essa afirmação, RODRIGUES (2013, p. 22), a propósito, assinala que:

Como a imagem vendida é de espaço rico, a pobreza não pode ser visível e assim os trabalhadores também não podem aparecer. Desse modo, se procura extirpar a pobreza das vistas do público com normas de exceção, com um urbanismo *ad hoc* e com a militarização.

Essa colocação reforça que, nesses momentos, algumas alterações no planejamento das cidades são realizadas em detrimento das normas, contrariando, muitas vezes, a própria Constituição. Procura-se atender aos interesses dos organizadores e dos investidores, em detrimento dos interesses dos grupos sociais das cidades-sedes que recebem dos megaeventos. Nesse contexto, faz-se importante dar destaque as particularidades de cada local, por meio da análise da dimensão cultural, que será mais analisada no tópico seguinte.

### **2.3 Geografia e a dimensão cultural vinculada ao território**

Claval (2002) ressalta a relevância da dimensão cultural para a Geografia, ao demarcar que:



“o econômico, o político e o social nunca existiram como categorias imutáveis e independentes do espaço onde se encontram. Elas dependem da cultura no seio da qual funcionam. São exemplos desta constatação o desenvolvimento de estudos sobre: a dimensão cultural do consumo, no campo da geografia econômica e da economia; a governabilidade nas Ciências Políticas” (CLAVAL, 2002, p. 20).

Já Raffestin (1993:143) inicia suas reflexões sobre o que é o Território, assinalando que o Espaço é anterior ao Território. Identifica o que Lefebvre postulou ser o mecanismo de passagem do Espaço ao Território, ao pontuar que a produção de um espaço (o território nacional), é um “espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.”. O autor identifica que o Território se apoia no Espaço (que é dado), sendo produzido a partir dele.

Para Souza (1995), o Território é, essencialmente, um instrumento de exercício de poder. Hoje, percebe-se que os Territórios, para além da figura do Estado, existem e são construídos nas mais diversas escalas, sendo antes relações sociais projetadas no espaço (substratos materiais das territorialidades – interações em redes).

Segundo Haesbart (1997:42), o Território envolve sempre e, ao mesmo tempo, (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o Espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Tendo a identidade territorial como apropriação simbólica e estratégica de poder, e admitindo a Cultura como cultura política, bem como identificando desde multiterritorialidades até a reclusão territorial. Em nossa proposta de estudo, observamos que houve um planejamento, em função da realização de determinado megaevento, que reconfigurou o uso do território, impôs e instigou novas disputas no cenário, anteriormente à realização do evento.

Vale ressaltar ainda que:

Segundo Harvey, “o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem

um maior grau de controle (...)” (1992:202). Já para Lefèbvre, em que Harvey se inspira, “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, esvaziado. Seu conceito não adquire seu sentido a não ser por oposição ao conceito inseparável de apropriação” (1986:191). “Sobre um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria. (...) Um espaço apropriado aproxima-se de uma obra de arte sem que ele seja seu simulacro” (p.192). Relacionada ao espaço de vivência cotidiana, “a apropriação não pode ser compreendida sem o tempo, os ritmos de vida (p.193). (HAESBAERT, 2005, p. 169)

Foi a partir dessa ótica do Território, enquanto disputa de poder, que essa pesquisa se desenvolveu, privilegiando a análise das relações dos grupos em função da dominação do território e, eventualmente, de sua desterritorialização.

Na maioria dos casos, ao se analisar os megaeventos, os estudos propostos consideram somente e, sobretudo, os impactos econômicos, meramente relacionados aos dados quantitativos. A discussão proposta, oportunizada a partir dessa abordagem, privilegiou, essencialmente, uma aproximação dos indivíduos diretamente envolvidos, estabelecendo com eles um diálogo/interlocução e extraíndo, a partir de entrevistas, as experiências que permearam a realização de um megaevento na cidade.

## 2.4 Aportes teórico-conceituais sobre o território - características

Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores e experiências, envolvendo diversas acepções: natureza e sociedade; economia e política; cultura e identidades; controle e poder; apropriação funcional e simbólica (DOURADO, 2015, p. 25).

O território é construído/criado a partir da apropriação/domínio dos sujeitos de um determinado espaço, enquanto uma resultante de situações históricas oriundas da realidade, ações essas que se revelam nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse contexto, faz-se importante ressaltar a relação com a **temporalidade**, advinda de um movimento histórico e multiescalar (que pode ser temporário ou permanente), criando, assim, a distinção entre os territórios, conseguintes das nuances de movimentos e mudanças, haja vista que o território se apresenta como um produto das relações do homem sobre determinado espaço.

O território caracteriza-se e se estabelece de forma objetiva, por meio das relações de poder, mas, também, por meio das relações de pertencimento e de simbolismo, que surgem do subjetivo, conservando, essencialmente, a temática da apropriação, das disputas e dos conflitos. Dourado (2015, p. 28) ressalta que o território é, “ao mesmo tempo, “espaço social” e “espaço cultural”. Ele está associado tanto à função social, quanto à função simbólica”. Admite-se que o território é indissociável do poder, mas sua reverberação pode ser encontrada além dos limites político-administrativos. No entendimento da autora, Ratzel foi um dos primeiros estudiosos a analisar o território, definindo-o como uma apropriação de uma porção do espaço por determinado grupo (considerando a dimensão natural, física e política do espaço como elos indissociáveis).

Considera-se, a partir de uma visão clássica, que o conceito de território aparece ligado ao recorte territorial correspondente à constituição do Estado-Nação, também numa expressão de poder político de posse e controle. O “território seria resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço tanto jurídico quanto cultural e economicamente” (SAQUET, 2010, p.69). O aspecto simbólico se materializa, constituindo o território a partir do pertencimento de grupo, por meio do uso social do território que se exprime como sendo algo construído ao longo do tempo.

Cada grupo e/ou comunidade específica se apropria do território de maneira própria, considerando uma temporalidade que define diferenciados processos, que os leva a essa apropriação. O território será construído a partir das relações estabelecidas, no tempo e no espaço. Observa-se, ainda, que “as expressões de território, a organização e as territorialidades vão exprimir a forma como cada grupo organiza seu espaço, em função de suas necessidades e de sua cultura”, ressaltando-se que, o ponto de convergência, seja o pertencimento e a identificação com aquele território, dentro de um sistema simbólico, que caracteriza a organização social, as prioridades e as ações de tal grupo, tudo isso em função da manutenção desse território (DOURADO, 2015, p. 32-35).

Também é estabelecida uma relação entre os aspectos econômicos e a formação do território, ao se tratar de uma materialização espacial das relações econômicas, configurando-se, o Território, como local de disputas entre as classes sociais na relação Capital-Trabalho. Relação essa que é assimétrica, uma vez que as

decisões dos **agentes do capital** têm maior força e se sobrepõem, deixando, à margem, interesses que não estejam relacionados às lógicas de mercado.

Por outro lado, há a relação estabelecida entre o território e a dimensão cultural, que se baseia nas contribuições da geografia cultural, cujas abordagens ultrapassam as considerações físicas do território, estando ligadas aos seus valores simbólicos, subjetivos e afetivos. Nesse contexto:

O território é visto como resultado da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. O vivido se configura nas práticas, ou seja, num conjunto de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, sendo a dimensão simbólica e subjetiva responsável pela formação e visibilidade do território. A valorização dos aspectos culturais e identitários seria o diferencial para a compreensão das especificidades dos territórios e para assimilação desse território como espaço de referencia cultural (Idem, p. 36).

A partir da consideração da parte cultural, nota-se a indissociabilidade entre os conceitos de território e lugar. Cruz (2007) afirma que essa relação é estabelecida a partir das conexões entre o concreto e o simbólico, e o material e o imaginário, consistindo em uma perspectiva geográfica no estudo das identidades sociais. Tratando também do sentido fluido do acoplamento dos conceitos de território e lugar, Haesbaert (1999, p. 178) discute a relação entre o sentido simbólico e o concreto, afirmando que “a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o território”.

Nesse sentido, Lima (2014), ao estudar as comunidades Kalunga, qualifica esse território como um território-lugar, uma vez que a concepção de lugar está agregada ao território Kalunga em função de sua identidade, sendo esta constituída pelos conhecimentos comuns, que fundam significações específicas desse mesmo território. São saberes passados de geração em geração, que remetem às experiências vivenciadas no cotidiano. Chegando, assim, ao desenvolvimento do conceito *identidade-território-lugar*, que inter-relacionam os compostos de um território simbólico, com particularidades de lugar e delimitações de um território político e econômico, balizados pela identidade cultural do grupo em questão. É possível perceber a interação entre os conceitos de Território e Lugar, entendendo-se o “território-lugar” como o espaço onde ocorre a manifestação da identidade, dos saberes, da vivência, do

modo de vida e que, necessariamente, se funda nas relações de poder internas, bem como nas relações com outros territórios e lugares.

#### 2.4.1 Território, territorialidade e poder

“A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (SACK, 1986, p.2)

“A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (*Idem*, p. 5)

Na concepção de Raffestin (1993), o território torna-se objetivo por meio das relações sociais, que impõem poder e dominação, imprimindo territorialidades no espaço, por meio das diferentes atividades realizadas no cotidiano. O autor convencionou a criação de **malhas, nós e redes**, que delimitam **campos de ações de poder**, materializando-se, assim, a construção do território, por meio dessas práticas no espaço. Mediante uma explicação pautada na realidade material, o autor remete às relações entre sujeito e objeto, que se concretizam no território, gerando, portanto, territorialidades. O autor, pautando-se em Gottmann e Soja, afirma que os atores sociais repartem a superfície terrestre, implantam **nós** e constroem **redes e malhas** em sistemas territoriais que asseguram a coesão dos territórios e o controle de pessoas e de coisas, como forma de cada sociedade construir sua autonomia. As práticas espaciais seriam sustentadas, nessa perspectiva, pelos subconjuntos; tessituras, nós e redes; que tem características econômicas, políticas e culturais, que revelam a produção territorial. Dessa forma, essas práticas se inseririam em campos de poder, de maneira relacional e dinâmica, que variam no tempo e no espaço, ligados às esferas de mundo real, das sensações e das representações, no contexto sócio-histórico e espaço-temporal, em escalas **espaciais e sociais** (SAQUET, 2010).

Saquet (2010) reconhece a inegável contribuição da visão de Raffestin, principalmente, quanto ao diferencial da sua contribuição, ao considerar a natureza como elemento presente no território e sinalizar a transformação dos recursos naturais como instrumento de poder. Entretanto, também é crítico – ao considerar que o “espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato”. Esse abarcaria também o valor de uso e o valor de troca, de distintos significados, por serem elementos constituintes do território, uma vez que são indissociáveis.

Tem-se que as relações de poder são inerentes ao território. A territorialidade deve ser percebida em um sentido múltiplo, uma vez que é produto de uma coletividade que conjuga relações econômicas, políticas e culturais em seu cotidiano, ações essas que ajudarão na composição do território, haja vista a presença de suas características de materialidade e da imaterialidade. Alguns autores, dentre eles Haesbaert, convergem para a ideia de que o território possui duas dimensões de análise - uma material e outra imaterial - que devem ser consideradas como elementos inerentes ao território e criadas a partir das relações (sociais, políticas e/ou econômicas) aí estabelecidas. Vale observar que:

O território pode ser concebido a partir de imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2012, p. 79)

Na perspectiva de Robert Sack, o território seria compreendido como um espaço geográfico para além do Estado-Nação. Em seus estudos, ao tratar dos *significados do espaço*, o território é visto como um produto da organização social. Já a territorialidade remeteria às ações de influência e de controle presentes no espaço, as quais podem ocorrer em diferentes níveis e escalas, tanto com indivíduos, quanto com atividades e relações. Os conceitos discutidos por Sack (1986) são os de *espaço geográfico* e *territorialidade humana*, sendo a territorialidade vista por ele como controle de áreas e estratégias para manter certa ordem social, onde as relações sociais e de poder acontecem em nível pessoal, coletivo ou internacional. Admitindo-se que, “esta territorialidade é central em sua abordagem e supõe o controle sobre uma área ou espaço: é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas” (SAQUET, 2010, p. 83).

Dessa forma, o território foi entendido como uma determinada área a ser controlada por alguma autoridade, a partir de tática de influências para com pessoas, individualmente, e/ou grupos sociais (sendo que os limites do território podem ser variáveis, modificando-se conforme as estratégias de controle e demarcação do espaço que forem adotadas).

A abordagem de Sack se apoia em três vertentes, respectivamente, a classificação ou delimitação de áreas, a comunicação (que equivale às redes

estabelecidas), e em uma forma de controle social (estabelecida pelas relações de poder), uma vez que:

A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos históricos, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas. A territorialidade como um componente do poder, não significa somente a criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados (SAQUET, 2010, p. 84).

(...) a territorialidade é uma forma de união, a partir do uso comum dos recursos, facilitando a reciprocidade nas tarefas para indivíduos e famílias (*Idem*, p. 85).

A perspectiva de território variará de acordo com a ligação estabelecida por cada povo, grupo ou comunidade. Por exemplo, as comunidades tradicionais “lugarizam” o território ao compreenderem-no a partir de sua familiaridade (em processo de reterritorialização e de reafirmação da identidade cultural e étnica), mais próximo e conectado também à parte subjetiva, valorizando os aspectos físicos, uma vez que o lugar é sua vida. Outros tipos de grupos podem estabelecer relações impessoais e criar apenas pequenas áreas de controle, chamadas de unidades subterritoriais, a exemplo do que fazem os grupos de caçadores ou as comunidades agrícolas (DEUS e CASTRO, 2014).

Faz-se importante ressaltar que, com o crescimento do capitalismo, ocorrem os ditos efeitos territoriais, tais como a instabilidade geográfica do capital, do trabalho e da comunicação, bem como o aumento de relações impessoais, considerando, sobretudo, que o Estado está a serviço dos agentes do capital. Dessa forma:

(...) as localidades concorrerão entre si mesmas para conseguir os escassos recursos, ao invés de confrontar os ricos. Este papel passivo dos territórios locais é ideologicamente justificado como encantador de nossa liberdade de escolha e movimento; o território se torna uma ferramenta dos ricos para explorar as massas. Assim, o nível político é um dos dois reinos intimamente ligados aos usos modernos da territorialidade. O outro é o local de trabalho, sendo que ambos os níveis de territorialidade estão interagidos (SAQUET, 2010, p. 85) [grifo nosso]

Na atualidade, a compartimentalização do território, seja por meio da subdivisão dos setores de uma indústria, seja pela subdivisão dos cômodos de uma casa,

das ruas ou dos lugares, é uma forma de segmentar e porcionar lugares de intenso controle territorial.

Sack (1986) também contribuiu, no sentido de se avançar em uma compreensão múltipla do território, quando, por exemplo, seus conceitos direcionam-se ao entendimento das dimensões sociais que o constituem, respectivamente, a economia, a política e a cultura. Pode-se perceber que “cada sociedade *usa* e organiza o território a sua maneira, com uma tendência areal, conforme suas formas de vida e de poder” (SAQUET, 2010, p. 86).

Segundo Saquet (2010), o pensamento de Ratzel, na Geografia, é uma das referências da relação existente entre o poder e a realidade de cada sociedade (estando o poder diretamente relacionado à força, ao domínio de um território). Já Foucault (1976 apud SAQUET, 2010) concebe o poder como algo presente no cotidiano das relações entre pessoas, que se expande intencionalmente por toda a sociedade, admitindo existir não “o poder em si”, mas relações de poder que não se reduzem à dominação e ao controle. Tende a considerar a existência de elementos sutis que promovem a sujeição, de forma velada, observados a partir da funcionalidade das estruturas construídas dos presídios e dos hospitais, admitindo ainda haver resistência onde houver poder. Já Raffestin (1993) amplia o conceito de poder, bem como o conceito de território, pensando o território em suas múltiplas dimensões, propriamente, enquanto um campo de forças, numa teia de relações sociais, e analisando as ações do homem ao se apropriar do espaço, sendo essas relações indispensáveis para a existência de um território. Nessa perspectiva:

(...) O espaço é a ‘prisão original’, o território a prisão que o homem constrói para si. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço [...] expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Raffestin (1993) trata ainda da importância dos atores sociais na produção do território, considerando a existência de um sistema territorial de estrutura múltipla, que permite conexão com outros territórios, propriamente uma rede, com seus nós na tessitura do cotidiano, a partir das relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas por esses atores. Para o autor:



O território não poderia ser nada mais do que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Para que seja realizada a análise de um território, é necessário considerar o tempo histórico, dentre as relações estabelecidas, sejam essas a partir do poder, do espaço ou do tempo, haja vista o processo de organização do espaço geográfico, que apresenta aspectos de dominação e controle social que necessitam ser estudados. Ressalte-se que essas relações compõem o território e suas territorialidades, e estão em constante mudança, moldadas a partir das funções desse espaço, perpassando relações estabelecidas que forem permeadas pelas identidades presentes ali.

#### **2.4.2 Identidade**

A relação identidade e territorialidade está posta a partir da cultura, por meio da aproximação da parte simbólica e subjetiva ligada ao território. Claval (1995) identifica que é, por meio da cultura, que as populações interagem com a natureza e constroem conexão com o mundo criado; um modo de vida particular, onde estabelecem maior afinidade com uma porção distinta do território.

O conceito de identidade tem significado muito amplo. Na atualidade, tem-se buscado compreender os aspectos identitários voltados ao reconhecimento e valorização da multiplicidade, da diversidade das relações ligadas aos recortes, sejam eles territoriais ou os que caracterizam grupos e gêneros. Observa-se que:

[...] o conceito de identidade não se confunde com as ideias (*sic*) de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos etc.). A identidade não se restringe à questão: “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar” [...] a construção de identidade tem a ver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser) (CRUZ, 2007, p. 97).

As definições de cultura, na atualidade, ponderam sobre a constante mudança, considerando elementos da *memória* e da *tradição* como indispensáveis à

transformação social e quebra de paradigmas, possibilitando, ainda, a construção de novos significados, essenciais aos processos de formação e, principalmente, de afirmação por que passa a identidade, o que Haesbaert (2007) denomina “processos de identificação”.

Castells (2008) conceitua o processo dinâmico e social das identidades, percebendo também as relações de poder envolvidas, ao destacar que sua criação pode se dar em função de resistência, dominação ou reconstrução, o que gera uma distinção entre três formas e origens da construção das identidades, a partir da dinâmica social da sociedade em rede. Respectivamente:

- . Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...].

- . Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].

- . Identidade de projetos, os atores sociais utilizam-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (p. 24).

Considerando o exposto, constata-se que a participação dos atores sociais de um território frente a um contexto histórico e cultural, por meio da construção de identidades, pode servir para legitimar a ordem estabelecida ou para romper com a dominação dentro de uma estrutura, visto que cada tipo de processo de identidade levará a um resultado, percebendo as redes populares de resistência como embriões de uma nova sociedade, a partir do poder da identidade.

A partir do grupo estudado, foi possível perceber que a estruturação dos mesmos, em torno de uma Associação, contribuiu para a construção da identidade do grupo, por meio da representação, destinada à resistência. A desterritorialização, por sua vez, marca o fortalecimento dessa identidade de resistência, ao reunir esses integrantes, que resistem à privação de seus direitos diversos. Assim, temos que Le Bossé (2013, p. 222) percebe as identidades sociais como estratégias complexas e paradoxais, que “carregadas de valor e de poder socioculturais, tornam-se “focos de resistência” (quando a questão é, principalmente, proclamar e defender os direitos identitários das minorias, sejam elas étnicas, religiosas, socioeconômicas ou sexuais)”, considerando abordagens

pluridisciplinares. Consistindo a identidade em não estanque; suscetível à mudança, ao desaparecimento e/ou adaptação.

A identidade também pode ser analisada por meio da relação de pertencimento que os homens estabelecem com o território, intitulado por Haesbaert (1999) de **identidade territorial**, que é:

(...) uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias (*sic*) quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (...) trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto.

Por meio das últimas afirmações, é possível perceber a estreita relação estabelecida entre o *território* e a *construção da identidade*, partindo do pressuposto que a identidade territorial seja também uma identidade social, essa última sendo relacional, dialógica, inserida numa relação social, em curso, em processo, múltipla.

Em relação às identidades territoriais, deve-se acrescentar que a referência de distintos territórios serve para a construção de identidades. Os mesmos podem se desenvolver a partir da funcionalidade de um espaço, incentivada pelo poder econômico e político, ou, por outro lado, se desenvolver através de uma apropriação simbólica. Haja vista objetivamente, que não há território sem algum tipo de identificação e valorização (positiva ou negativa) do espaço, pelos habitantes (HAESBAERT, 2013).

Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve, portanto, uma escolha entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. Nessa perspectiva “a memória é solicitada e reestruturada sem cessar. Não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável” (MEMMI, 1997, p. 101).

Ainda sobre a identidade territorial, Cruz (2007) afirma que dois elementos são essenciais ao desenvolvimento desta; primeiro, o espaço de referência identitária; e

segundo a consciência socioespacial de pertencimento. O espaço de referências identitárias seria o local onde são realizadas as experiências sociais e culturais, onde estariam presentes as práticas materiais<sup>26</sup> e as representações espaciais (simbolização), responsáveis pela construção dos sentimentos de pertencimento dos atores sociais, em relação ao território. Já a consciência socioespacial vincula-se ao sentido de pertencer, que reconhece e liga o ator ou o grupo social a uma comunidade, lugar ou território.

Le Bossé (2013) resgata a importância de preservação da identidade por meio da memória, baseando-se em Berdoulay, quando afirma que:

Se a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos “lugares de memória” (p. 226).

Uma vez que as identidades se formam localmente, tornam-se, assim, as identidades dos lugares, das pessoas e do social, aprofundando os significados dos valores simbólicos, a partir da ótica da geografia cultura.

Para Souza (2013, p. 213), o processo de elaboração de uma identidade é também:

(...) o processo de construção do território. Um e outro ocorrem pelas mesmas coordenadas, aprendem e apropriam o espaço e seus elementos, os dotam de significação, simbólica e funcionalmente. A identidade cria as representações do território, o território as converte em práticas cotidianas.

Cada grupo, de modo distinto, estabelece as relações com seu território e, por conseguinte, os sentimentos oriundos dessa relação tornam o indivíduo parte desse “seu” território; poderíamos nos referir a ele como um território de pertencimento, demonstrado pela afetividade que cria vínculos de identidade, ao mesmo tempo, físicos e simbólicos, em um processo de construção social. Para Dourado (2015), o sentimento de pertencimento, que implica em “viver e experienciar o território cotidianamente requer o estabelecimento de vínculos territoriais e a construção de territorialidades. Essa apropriação material e simbólica resulta da luta de um grupo pelo acesso ao território”.

---

<sup>26</sup> Podem ser definidos como sendo: o uso, formas de organização do espaço, produção, consumo e circulação.

Bonnemaison (2002), a partir de uma análise geocultural, afirma que:

A análise geocultural não pode se descuidar desses dois aspectos complementares, nem os separar. O território é, ao mesmo tempo, “espaço social” e “espaço cultural”: ele está associado tanto à função social quanto à função simbólica (p. 103).

A partir dessa afirmação, o autor estabelece a relação entre cultura e sociedade, admitindo que o espaço social seja produzido, sinônimo de organização e de produção; enquanto que o espaço cultural está baseado na vivência, em termos de significado e de relação simbólica. Entretanto, recomenda que a territorialidade de grupos ou de um indivíduo não seja reduzida apenas ao sistema territorial. Devemos conceber que a territorialidade é

[...] a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa “o espaço” (p.107).

Portanto, admite-se que a cultura engloba o vivido e o transcende, para além do cotidiano, nascer da sensibilidade e da busca por significações, geograficamente, tendo um “território-portador” que dê suporte ao aprofundamento do papel simbólico no universo cultural, implicando em uma territorialização.

Por sua vez, Costa (2005) analisa as conexões estabelecidas entre território, identidade e cultura no espaço urbano, a partir da afirmação que os processos de identificação são, do mesmo modo, individuais e coletivos, propondo que a geografia nos forneça subsídios para analisar a subjetividade presente no espaço urbano.

Podemos entender a cidade como uma rede de relações na qual são tecidos múltiplos processos de identificação. A diversidade social produz o constante encontro com o “outro”. Nesse encontro, geram-se convivências pacíficas e trocas de informação que causam a instabilidade identitária, a negação e o conflito, acentuando a necessidade de se proteger aspectos e atributos identitários. Nesse jogo de identidades, são produzidas várias apropriações sociais em grande escala (em microparte do espaço urbano); ou seja, no encontro e na reunião dos “iguais”, procura-se solidificar o campo de relações e materializar os signos e valores constituintes da identidade. As identidades, assim, disputam seu lugar no espaço, procuram se

territorializar, definindo as pessoas pertencentes àquele grupo e àquele território, segregando-se dos outros ou sendo segregadas (p. 87).

Para que se estabeleça um território, há a necessidade de uma identificação simbólica com ele, por parte dos indivíduos que o habitam, ou seja, deve haver um sentimento de pertencimento do sujeito para com o lugar, com o espaço vivido. O lugar das vivências, que permeia os laços de afetividade, o lugar do particular, da identidade: o lugar indissociável do território, e, a partir disso, constituindo-se a identidade como uma construção social, cultural e territorial. Esses vínculos territoriais surgem em decorrência dos vínculos com o espaço vivido e construído, na interação do sujeito com o território, incidente, muitas vezes, na disputa de um grupo por acesso ao território.

No final deste itinerário, essa aproximação pretendeu adentrar a experiência territorial do grupo focal escolhido, buscando captar, nesse movimento, repercussões e/ou reverberações dos megaeventos esportivos internacionais no cotidiano das pessoas que os recepcionaram, na cidade-sede de Belo Horizonte.

### **2.4.3 Desterritorialização e reterritorialização**

O processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) é concebido por Raffestin (1984), de acordo com Deleuze e Guattari (1976[1972], como sendo um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações nas estruturas territoriais. É considerado um movimento que ocorre, principalmente, em virtude de fatores econômicos, que podem ser condicionados por fatores culturais, uma vez que o mercado é um lugar de emissão de símbolos, sinais e códigos presentes na dinâmica econômica, nas informações e comunicações.

O autor sinaliza ainda que:

(...) a territorialização implica (...) um conjunto codificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A reterritorialização (...), pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984, p. 78).

É relevante assinalar que:

A construção do espaço reduz muito as possibilidades de expressão espacial das categorias as mais pobres e fracas da população. Esses grupos esforçam-se por um reconhecimento da sua existência através de ações visíveis com forte carga simbólica. Daí a competição para o uso do espaço público – e as guerras culturais, que caracterizam muitas sociedades (CLAVAL, 2011, p. 19).

A partir da afirmação anterior, percebemos o vínculo do grupo focal estudado com o equipamento urbano, ou seja, com o próprio Estádio, relacionado às suas histórias de vida, carregado de simbolismo e de pertencimento. Mascarenhas (2014) estuda a temática desde 2002, como um dos percussores do debate, percebendo o Estádio de futebol como objeto geográfico - para além de sua função econômica e de lazer - enquanto *território usado*, conceito proposto por Santos (1996).

Os Estádios são memória acumulada, vivida coletivamente. Gigantescos templos de concreto, nos quais Freud já havia detectado uma dimensão “sagrada”. O formato “circular” das grandes arenas nos evocaria o eterno retorno dos tempos, exercício facilmente associado ao ciclo das temporadas esportivas.

Nesse sentido, fica claro que os Estádios são carregados de memória e de importantes sentidos simbólicos, para os que possuem vínculo de uso e significados com esse território, numa territorialidade própria dos “lugares esportivos” (MASCARENHAS, 2014).

Inicialmente, Guattari e Rolnik (1986 apud Haesbaert, 2016) conceituam o processo de desterritorialização conforme segue:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (p. 323).

Desterritorialização e reterritorialização são objetivamente identificados, respectivamente, como movimentos de fuga e de construção do território. Haesbaert (2016) parte da premissa que nunca nos desterritorializamos sozinhos, pelo menos a cada duas pessoas, e que, principalmente, toda desterritorialização surge seguida de

reterritorialização. Identifica a relação entre os conceitos exclusão social e desterritorialização, partindo do pressuposto que, ambas, admitem um caráter social multidimensional e dinâmico, que deve ser contextualizado. O autor faz um resgate do conceito de “aglomerados humanos de exclusão” (Idem, 1995), para definir, os diretamente relacionados às territorializações precárias, como “amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis a sua dinâmica de exclusão” (Idem, 1997). Percebendo que toda exclusão social é, também, em alguma proporção, uma exclusão socioespacial, e, por conseguinte, uma exclusão territorial, considerando que a desterritorialização seja a “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólico) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade” (Haesbaert, 2016, p. 315). Em seguida, elenca o que evidenciam os processos de exclusão, como: “a instabilidade e/ou a insegurança socioespacial; a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas) e a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial” (p. 331).

Por fim, analisamos que o grupo dos antigos barraqueiros do Mineirão fixou-se no entorno do Estádio por meio do desenvolvimento do seu trabalho em barracas, vendendo alimentos e bebidas aos funcionários da obra de sua construção, e, depois, aos torcedores e frequentadores dos eventos promovidos no local. As 96 barracas das famílias, que empregavam, aproximadamente 150 pessoas, foram retiradas do entorno do espaço em 20/06/2010, pela gestão pública da época, para que sua reforma pudesse ser implementada, visando a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA, no Brasil, em 2014.

O apego ao território em questão é expresso pelo grupo dos antigos barraqueiros, e relaciona-se à sua necessidade de sobrevivência, frente à possibilidade de reterritorialização. Além disso, identificamos vínculos de afeto e de identidades territoriais. Nessa perspectiva, Bonnemaïson e Cambrezy (1996) afirmam, que “o território é a riqueza dos pobres” (p. 13), especialmente, para os grupos mais excluídos, “perder seu território é desaparecer” (p.14). Na atualidade, alguns autores conceituam os territórios que transcendem o local e que abarcam múltiplas culturas e dinâmicas econômicas, sendo, dessa maneira, diferentes das identidades mais estáveis do passado. Chegamos, então, ao convívio entre novas e antigas formas de identificação vinculadas ao território.



Como já reportamos, havia a possibilidade que - após a realização desse megaevento - esses sujeitos pudessem voltar a desenvolver a mesma atividade, no local ou nas proximidades. Entretanto, já se passaram mais de oito anos que o grupo foi alijado do direito ao uso daquele território, que havia sido conquistado pelo trabalho rotineiro exercido durante anos. Essa situação pode ser conceituada como um processo de desterritorialização.

Retomando as questões relativas ao processo de reterritorialização, Haesbaert (1997) o conceitua como sendo a “reapropriação” dos espaços, premente nos nossos dias, em seu sentido pleno. Entende a apropriação de um território para além do domínio ou controle político estruturado, procurando incorporar a dimensão simbólica, identitária, ou até mesmo afetiva, ao território.

Assim, no próximo capítulo, foram analisados documentos que compõem o processo de licenciamento para a realização da reforma do estádio Mineirão, que resultou na desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão, fazendo-se necessário por possibilitar compreender o encadeamento de ações que compõem a nova configuração desse território.

### **3. Processos públicos de preparação do megaevento Copa 2014 em Belo Horizonte**

A partir do anúncio do Brasil como país-sede da Copa de 2014, ocorrido em 2007 pela FIFA, dá-se início ao cronometrado tempo para que estivessem colocadas em prática as ações de preparação do país, com fins à realização do megaevento da melhor forma possível. Após essa definição, 18 cidades brasileiras se candidataram para sediar o evento, sendo selecionadas doze, dentre elas, a capital mineira: Belo Horizonte. A escolha, segundo a FIFA, foi baseada em análises efetivas relacionadas à estrutura dos equipamentos urbanos das cidades, bem como sua capacidade de receber turistas/visitantes, a partir da avaliação de sua infraestrutura turística.

Ressalte-se que, a cidade de Belo Horizonte - além de ter boa estrutura urbana e turística - ao contrário de algumas outras das cidades escolhidas, faz parte do cenário futebolístico nacional, para além da articulação política que possa, eventualmente ter existido nesse processo de tomada de decisões.

#### **3.1 Análises de documentos do processo administrativo junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**

Para que o megaevento Copa de 2014 pudesse ser realizado conforme as exigências do padrão FIFA, a partir de 2010, ou seja, com quatro anos de antecedência, foram iniciadas as decisões para a preparação física e estrutural do Estádio. E para que o Mineirão pudesse ser reformado, havia a necessidade de realização de um planejamento e estudo do local, prevendo um licenciamento ambiental para a obra. Nesse contexto, a Prefeitura fez a abertura do processo administrativo interno nº 01-045.904/10-18, em janeiro de 2010, com o objetivo de obter a licença ambiental junto ao Conselho Municipal do Meio Ambiental, para as obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto – (Mineirão), centralizando todos os assuntos relacionados à reforma em um único processo. Em março de 2018, após recebermos

autorização do pedido formal feito à Prefeitura, para acesso ao processo físico<sup>27</sup>, pudemos consultar os 38 volumes que compõem o processo, totalizando aproximadamente dez mil páginas de documentos. Em seguida, foi realizada uma minuciosa separação dos documentos que tratam especificamente da questão dos antigos barraqueiros do Mineirão. A partir desse estudo, nos foi possível conhecer o processo em sua totalidade, além dos seus trâmites, tendo sido possível ainda fazer a análise separada de alguns documentos, considerados relevantes para compor esse estudo. A pesquisa foi realizada, ao longo de vários dias de consulta ao processo, na Gerência de Licenciamento de Comércio e Prestação de Serviços – GELCP, compreendida entre os meses de março a maio deste (pesquisa documental).

**Figura 10** – 38 volumes do processo da Prefeitura de Belo Horizonte.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Em geral, o processo, de caráter múltiplo e diverso, abarca temas relacionados ao Mineirão, desde a análise da arborização do local (prevendo a poda, destinação, doação, plano de supressão ou extração arbórea, espécies transplantadas - estudada a situação e a destinação de cada “indivíduo”; reposição ambiental (aproveitamento de madeira, plantio compensatório, etc.); laudos de vistorias

---

<sup>27</sup> Uma vez que somente partes do processo, contendo os documentos dos últimos anos, estão disponíveis em meio virtual.

(preventivas e posteriores) nos imóveis do entorno; laudos periciais das edificações do entorno (antes e pós-reforma); vistorias de monitoramento; projetos de instalações diversas; relatórios de cumprimentos de condicionantes; descumprimentos de condicionante para autuação; prorrogações de prazo para cumprimento de condicionantes; estudos diversos; dentre outros.

Como se tratava de um volume muito grande de informações, por meio de documentos, a proposta é que os demais documentos sejam analisados ao longo de publicações futuras sobre o tema.

Em análise detalhada do volume I do processo, percebemos as motivações para a abertura desse processo e as ações preliminares que foram realizadas. Datado de 20 de janeiro de 2010, um dos documentos iniciais correspondeu ao relatório de Orientação do Licenciamento Ambiental – (OLA), produzido por duas gerências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, respectivamente, a Gerência de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Impacto (GELA), em conjunto com a Gerência de Orientação para Licenciamento Ambiental (GEOLIA). Esse documento foi solicitado com a abertura desse processo - enquanto objeto de licenciamento; a modificação de empreendimento de impacto não licenciada ambientalmente - abrangendo tanto a parte existente, quanto as futuras instalações, do Estádio Mineirão, indicando os outros 15 documentos que seriam necessários para compor o processo de licenciamento e dando um prazo inicial de 180 dias corridos para o recebimento dos mesmos. Anexo a tal documentação encontram-se as condicionantes<sup>28</sup>, medidas mitigadoras e compensatórias, que demonstravam as ações que deveriam ser executadas para que a obra causasse menos impactos na região de instalação prevista, sendo o seu cumprimento de responsabilidade da concessionária Minas Arena, como expresso em contrato de concessão administrativa.

O Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – DEOP-MG, assume um papel de empreendedor do tido como empreendimento, o Estádio Mineirão; por meio do ofício, datado em 05/04/2010, requereu, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, as licenças de implantação da parte futura e licença de operação da parte então existente, conforme OLA expedida em janeiro.

---

<sup>28</sup> Todas as condicionantes constam dos anexos.

O próximo documento analisado foi um relatório, finalizado em março de 2010, do *Local Organising Committee 2014 FIFA World Cup Brasil*, e assinado conjuntamente pelo DEOP-MG, e pelas empresas contratadas, BHZ – BH Complexo Mineirão, Gustavo Penna – Arquiteto e Associados e PRÁXIS – Projeto e Consultoria, as quais realizaram o Relatório de Controle Ambiental - RCA. Na pág. 132 desse documento, consta que, segundo a ADEMG (2009), “as condições arquitetônicas, técnicas e ambientais deverão [deveriam] ser replanejadas tendo como meta adequar as instalações do Estádio para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014”. Como justificativa para a modernização do Estádio, em 2008, a empresa de Consultoria *Ernst & Young Brasil* já havia sido contratada como assessora da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, para o desenvolvimento de um estudo contemplando a avaliação da infraestrutura então existente e elaboração de um projeto conceitual de intervenções para a modernização do Mineirão. O termo de referência para a contratação dos serviços definiu ainda que o projeto de modernização deveria considerar um modelo de negócios que atraísse investimentos da iniciativa privada para a remodelação e operação do Estádio, após realização da Copa do Mundo de 2014.

O estudo iniciado em 2008 pela consultoria, e finalizado em janeiro de 2009, conclui indicando a necessidade de modernização das instalações existentes, abrangendo: diagnóstico e análise de mercado, pesquisa e associação da marca ao “Complexo Mineirão-Mineirinho<sup>29</sup>”, estudos de viabilidade econômica e elaboração do plano de negócios, desenvolvimento de um projeto conceitual incluindo a avaliação da infraestrutura atual e recomendações de alternativas para implementações das soluções sugeridas. Com essas ações, pretendia-se transformar o Mineirão em um centro moderno, destinado a atender diferentes eventos de esporte e entretenimento, com o objetivo de fortalecer a economia, a cultura e o turismo da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais.

Enquanto parte integrante desse estudo, os barraqueiros são caracterizados no tópico de caracterização do meio ambiente antrópico, sendo as barracas de alimentos e bebidas dimensionadas, em um primeiro momento, da seguinte forma:

---

<sup>29</sup> Inicialmente previa-se no projeto a inclusão do Mineirinho e do Centro Esportivo Universitário da UFMG - CEU, considerando-os enquanto um complexo. Posteriormente, essa parte foi excluída do estudo e realizada uma adequação do projeto, com previsão para a construção da passarela entre o Mineirão e o Mineirinho, o Museu, Centro Comercial e restaurante panorâmico.

“A área externa do Mineirão abriga algumas formas de atividade econômica temporária: a feira de veículos realizadas nos estacionamentos do Estádio nas manhãs de domingo, e o comércio de comidas e bebidas realizado por barracas e ambulantes nos dias de feira, em eventos realizados no Estádio (como grandes shows ou eventos religiosos), e principalmente em dias de partidas de futebol disputadas no Estádio.

Essa economia popular em dias de jogos no Mineirão assume características diversas. Observa-se uma gradação de atividades econômicas realizadas do lado de fora do Estádio, onde os setores informais (e algumas vezes ilícitos – como a venda de bebidas e ingressos, que são fiscalizadas pela Prefeitura e pela Polícia Militar, respectivamente). Situam-se nas partes exteriores do estacionamento, nas proximidades da rua e as atividades registradas e reguladas pela ADEMG<sup>30</sup> se localizam nas proximidades dos portões de entrada e das bilheterias do Estádio. As atividades informais incluem venda de bebidas alcoólicas<sup>31</sup> por ambulantes proibidas desde 2007 nas dependências do Estádio e na área externa a venda de ingressos por “cambistas”, a venda de camisas, bandeiras e faixas de times nas calçadas do entorno do Estádio e a coleta de latas vazias por catadores, principalmente nas proximidades dos portões e bilheterias, onde se concentra a maior quantidade de pessoas antes e depois dos jogos (p. 200 e 201 do vol. I)” [grifo nosso].

Nesse trecho, também podemos identificar os demais grupos, da economia informal, que se mantinham através de atividades econômicas na região, informação confirmada pela fala da liderança da Associação dos barraqueiros.

Na sequência, a atividade dos antigos barraqueiros no Mineirão é descrita como uma “atividade regularizada” e tradicional que ocorre nos dias de jogos, com o pagamento de taxa de anuidade e/ou por jogos, para o uso do espaço público. No item 5.3.2 (**Atividades Econômicas Inscritas na Área de Influência**), quando se refere diretamente aos antigos barraqueiros do Mineirão. Fazemos críticas à falta de clareza em relação à metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo, sendo citado apenas que *“foi realizada pesquisa qualitativa com indivíduos conhecedores da realidade, considerados potenciais informantes a este estudo de percepção ambiental”*. Incluindo entrevistas com associações comunitárias, com moradores locais e com

---

<sup>30</sup> Anexo contrato caracterizado como precário e provisório, celebrado entre o governo do Estado de Minas Gerais e os antigos barraqueiros do Mineirão, gerando o pagamento de impostos ao Estado, por meio do DAE, citado em entrevistas do grupo focal.

<sup>31</sup> Esse estudo registra ainda fala do presidente da ABAEM, afirmando que a proibição da venda de bebidas alcoólicas no Estádio, em 2007, gerou uma queda de receita de 85%.

organizações civis sem fins lucrativos, estando inserido nesse universo o presidente da ABAEM.

No mesmo documento, os bares internos do Mineirão foram analisados como:

“Os bares internos ao Mineirão funcionam em regime de concessões da ADEMG, agregando um total de 36 bares<sup>32</sup> nos quais trabalham, em média, nove pessoas, variando este número de acordo com a importância dos jogos e do tamanho do público. Alguns informantes dos bares relatam que trabalham em outros estabelecimentos durante a semana, seja no setor alimentício (caso de uma cozinheira de um dos bares entrevistados), ou em outras atividades (como na construção civil ou em serviços de limpeza). Num segundo bar entrevistado, nenhum dos funcionários afirma ter outra ocupação além daquela (p. 200 do vol. I)”.

Ainda no Relatório de Controle Ambiental, é pontuado que existiria uma série de conflitos na região, provenientes principalmente da defesa de interesses relativos à predominância de usos e características do local, algumas pessoas preferindo a restrição de uso; e outros, a flexibilização. No entanto, observa-se junto aos moradores e entrevistados, uma aceitação às intervenções propostas pelo projeto de modernização do Estádio em função da Copa – o que justifica-se por não significarem acréscimo de novos problemas à realidade daquele momento, uma vez que o equipamento turístico já estava inserido e bem incorporado às rotinas da região – cabendo, à gestão pública municipal e estadual, pensar em soluções aos transtornos futuros que por acaso viessem a ser gerados.

Na pesquisa socioambiental desenvolvida pela Práxis, em fevereiro de 2010, foram apontados como variáveis de desvantagens do projeto, pelo grupo de moradores do bairro e da região, os seguintes itens:

- Aumento do fluxo de pessoas *in loco*;
- Aumento da insegurança;
- Congestionamento do trânsito/dificuldade de acesso aos bairros;
- Transtorno durante as obras;

---

<sup>32</sup> Atualmente, temos um total de 42 bares internos no Mineirão, geridos por somente dois administradores responsáveis, cada um, por metade dos bares, por meio de contrato feito diretamente com a empresa que gere o Mineirão, Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.

- Aumento da bagunça/barulho/vandalismo durante os jogos;
- Alto gasto público;
- Aumento do número de eventos do Estádio;
- Subutilização do Estádio após o término da Copa;
- Aumento do preço do ingresso do Mineirão;
- Consequências geradas pelo despreparo da cidade para realizar a Copa;
- Aumento do custo de vida na região;
- Descaracterização do complexo da Pampulha/Mineirão;
- Inexistência de oportunidades para microempresários;
- Interrupção dos *shows* durante as obras;
- Poluição;
- Possível incentivo à verticalização da Pampulha; e
- Valorização dos imóveis/aumento de alugueis/especulação imobiliária e outros.

O mesmo universo de entrevistados apontou como vantagens do projeto de reforma do Mineirão os seguintes itens:

- Desenvolvimento da região;
- Valorização dos imóveis/terrenos/região;
- Melhoria da infraestrutura viária e trânsito da região;
- Melhoria da infraestrutura/atendimento no Estádio;
- Incentivo ao comércio/incentivo econômico;
- Aumento/mais opções de esporte e lazer/cultura;
- Maior oferta de transporte público;
- Aumento da segurança/mais policiamento;
- Geração de emprego;
- Aumento do movimento;
- Divulgação da região da Pampulha;
- Melhoria dos aspectos visuais da região;
- Ocupação da região;
- Mais investimento do governo na região;



- Melhor, maior e diversificação da utilização do Mineirão e outros.

Observa-se que o total de desvantagens citadas apresenta-se inferior ao total de vantagens, embora não se possa inferir que esse dado signifique que haveria uma aprovação integral do grupo às intervenções na área, uma vez que poderiam ser coletadas, de cada entrevistado, três opções de vantagens e/ou mais três opções de desvantagens. Nota-se ainda que foi citada como vantagem a opção “geração de empregos”, mas, não foi citada nenhuma sugestão de medidas para a mitigação do impacto das obras relacionado diretamente aos antigos barraqueiros do Mineirão.

Apenas duas questões ficaram em evidência nesse estudo, respectivamente, “*os usos futuros do Estádio modernizado*” e “*instituir um calendário de eventos compatível com as características da região*”, embora se conclua com o mesmo que a “*coleta e sistematização de dados tenha compreendido uma complexidade do ambiente pesquisado e que tenha traduzido a percepção da população local perante os temas propostos*”.

Conforme o item 6.1 do estudo (p. 277 do processo), que corresponde à fase de planejamento, caracterizada como **Desorganização das atividades econômicas desenvolvidas no entorno do Estádio**, temos que:

As perspectivas dos comerciantes das barracas de alimentos e bebidas em relação à reforma do Estádio são negativas. A maioria tende a acreditar que serão excluídos da nova configuração do entorno imediato do Estádio, mas alguns afirmam que poderiam ser bem incorporados, o que dependeria da ação de suas lideranças, junto à ADEMG. Alguns entrevistados demonstram abertamente a dependência de suas famílias em termos de geração de renda – das atividades ali exercidas, sobretudo aqueles que afirmam não terem outras fontes de renda. Esta preocupação é compartilhada pelo presidente da ABAEM, que ressalta a importância da atividade, em termos de geração de trabalho e renda para pessoas estabelecidas no local há muito tempo e que teriam grande dificuldade de se encaixarem em outros setores ou atividades econômicas. Os entrevistados da ADEMG destacam “o papel social” que o Mineirão cumpre no sentido de prover oportunidades de trabalho e renda para estas centenas de pessoas, também demonstrando que seria interessante que o projeto contemplasse alguma forma de inclusão destas atividades” [grifo nosso].

A partir da fala anteriormente citada, observa-se que desde aquela época (2010), havia uma preocupação tanto dos barraqueiros, quanto dos agentes públicos

vinculados à ADEMG, relativa à reinserção/reterritorialização desses trabalhadores, em função do papel social que a presença deles, ao desenvolver tais atividades, cumpria; com a manutenção das tradições culturais locais, juntamente com o emprego e a renda de tais grupos. O relato consta em ata da reunião, realizada em 19/04/2010 (anexa ao volume II do processo, p. 543), solicitada pela SMMA, que foi realizada com os seguintes participantes: Everton Geraldo Dias – SMMA, Suzana Seguro Batista – SMMA, Rebeca Eugênia Lopes de Castro – SMMA, Carlos Alberto de Castro – SMMA, Laiena Dib – SMMA, Rogério Palhares – Praxis Consultoria, Risia Betrel – Gustavo Penna Arquiteto & Associados, Ricardo Lopes - Penna Arquiteto & Associados, Vinicius Lott – SEPLAG e Oizer Myssior – DEOP-MG. Tratando-se aí, no que tange na pauta da reunião, ao item 03 – Desorganização das atividades econômicas desenvolvidas no entorno do Estádio, (na análise do estudo realizado, principalmente em relação ao “papel social”), que o Mineirão desempenharia, ao prover oportunidade de trabalho e renda para as pessoas. Foi feito o seguinte questionamento, aos trabalhadores, pelos membros da SMMA: “*O estudo não informa sobre a condução desta questão. As novas instalações absorverão essas atividades?*”. O empreendedor, em sua resposta, lembra que “*existe uma licenciadora de atividades ambulantes no Município, a ADEMG*”. Enquanto a SMMA responde que “*na ausência de uma Audiência Pública, tal população está carente de possibilidades de expressão*”. O empreendedor, a seguir, afirma que “*não deseja incentivar, ou deseja até desincentivar a informalidade, o assim chamado subemprego*”. A SMMA pondera, entretanto, que, “*desde que seja legal, não se pode negar a chance de apropriação do espaço social às pessoas*”, o que mostra claramente que questões ligadas à territorialização/desterritorialização de atores sociais foram colocadas em pauta nesse momento.

Em relação ao valor cultural, presente nas atividades que eram desenvolvidas no entorno do Mineirão, afirmou-se que:

Pode-se afirmar que os impactos causados por grandes projetos são proporcionais à significância das atividades econômicas realizadas nas áreas onde serão causadas grandes alterações, dependendo da forma com que estas atividades vão interagir com estes espaços reestruturados. Um nível muito elevado de intolerância e proibição das atividades da economia popular geraria impactos negativos expressivos no que diz respeito ao aumento do desemprego e da exclusão social e espacial. No empreendimento em análise, pode-se

ressaltar, como colocado no diagnóstico, que as atividades desenvolvidas na área de influência são atividades tradicionalmente vinculadas ao Mineirão, praticadas em sua área interna e externa desde sua fundação (sendo que alguns comerciantes específicos trabalham na área desde os primeiros jogos realizados no Estádio). Esta característica pode ser reconhecida como uma especificidade local, que é também um aspecto cultural e identitário significativo do Mineirão em dias de eventos esportivos, a ser preservado e valorizado como tal, neste novo contexto da modernização do Estádio (p. 278 do processo) [grifo nosso]”.

A análise anterior, elaborada enquanto um diagnóstico do relatório, integrante do processo administrativo da Prefeitura, reafirma que se tinha conhecimento das consequências da implantação desse tipo de empreendimento, a partir da realização de um megaevento no local, tendo sido enfatizado as adequações necessárias para que o processo não desencadeasse exclusão sócio-territorial. Nesse trecho, percebe-se reconhecimento quanto à relevância cultural mineira, sobretudo, da cidade de Belo Horizonte, e das atividades tradicionais praticadas no entorno do Mineirão, encaradas como aspectos culturais e identitários significativos do Estádio.

Em relação ao item 7 desse diagnóstico, no qual estão expressas as proposições de medidas mitigadoras e compensatórias, e mais especificamente no tópico 7.2 – **Desorganização das atividades econômicas desenvolvidas no entorno do Estádio**, observamos ter apresentação de uma questão contraditória, quando o estudo do impacto sofrido pelos barraqueiros licenciados e ambulantes, avalia como de pequena magnitude do ponto de vista econômico, embora também se evidencie aí que ele poderia assumir proporções importantes do ponto de vista social. Apesar da contradição apresentada, o trecho a seguir complementa tal pensamento reafirmando a importância de se compensar os impactos que atingiriam esses trabalhadores.

“Em relação às barracas de alimentos e bebidas torna-se desejável a busca de medidas diversas que possam incorporar as atividades econômicas atuais na nova configuração da área do Estádio e seu entorno imediato. Deve-se ressaltar também que a atual microlocalização das atividades em relação ao Estádio, nas proximidades das bilheterias e dos portões de acesso, bem como na área de espera para entrada nas arquibancadas se deve ao grande fluxo de pessoas ali existentes, que geram uma demanda efetiva para o tipo de produto que os comerciantes oferecem que não existiria caso sua localização fosse muito distinta, em locais até onde os compradores em potencial teriam que se deslocar apenas para adquirir os produtos oferecidos. Neste caso, medida para minimizar ou compensar os impactos de queda ou mesmo eliminação destas atividades, devem ser

encaminhadas já para os períodos de planejamento e construção do empreendimento comercial em locais de grande circulação de pessoas nas redondezas do Estádio, seja nas proximidades imediatas ou nas vias adjacentes [observa-se que esse último trecho em destaque está destacado a lápis no próprio processo], onde circulam frequentadores do Estádio. Para tanto seriam necessárias várias linhas de atuação, podendo ser citadas entre estas a qualificação dos trabalhadores para o exercício e gerenciamento das atividades, bem como um controle ou formalização maior das atividades além daqueles atualmente realizadas pela ADEMG. Articulações dos empreendedores com instâncias governamentais nas esferas estadual e municipal responsáveis pelo desenvolvimento de programas de capacitação profissional e economia solidária podem proporcionar alguma forma de compensação e minimização pelos impactos negativos da interrupção dessas atividades no local (p. 301)”.

Ressalta-se a importância que é atribuída à incorporação das atividades dos barraqueiros à nova estrutura do Mineirão, tendo sido, inclusive, feita uma observação sobre seu reassentamento em local nas proximidades de circulação dos consumidores e/ou frequentadores do Estádio. Enfatiza-se ainda a questão da necessidade de qualificação desses trabalhadores, bem como de um controle a ser feito das atividades por eles realizadas por parte da gestão pública, indicando como caminho, a articulação entre os empreendedores e os entes públicos, em busca de uma solução para a questão, por meio da busca de alternativas à mitigação dos impactos negativos causados pelo empreendimento. Observe-se ainda que as questões levantadas pela análise anteriormente apresentada foram recomendadas para integrar o Plano de Operação Permanente do Mineirão, no item concernente ao Controle de Comércio Informal (como parte do PCA), e que também abrange questões ligadas ao meio ambiente, sustentabilidade, ruídos, resíduos, etc.

Ao analisarmos o item 7.11, que trata da **Interrupção das atividades abrigadas nos equipamentos existentes no Mineirão**, com impactos nos estabelecimentos de comércio e serviços locais, identificamos que:

A interrupção e/ou realocação permanente da Feira de Automóveis e do comércio informal instalados na área externa do Mineirão e dos bares localizados na parte interna bem como a transferência provisória de eventos e jogos realizados no Estádio durante as obras deverá ser realizada com participação dos diversos parceiros responsáveis pelo empreendimento em sintonia com diretrizes de planejamento do município de Belo Horizonte, em particular as normas contidas no Código de Posturas Municipal e nas diretrizes do Plano de Preservação do Conjunto Urbano da Pampulha, este último, em fase

de aprovação. [...] ressalta-se que, do ponto de vista do controle urbanístico, a implantação da esplanada com definição do espaço privado, sob a responsabilidade do empreendedor, e do logradouro público, sob a responsabilidade da Prefeitura, facilitará as ações de licenciamento e fiscalização do exercício de atividades de comércio formal e informal na área de influência do empreendimento (p. 310)” [grifo nosso].

Constata-se que já estava previsto, desde o planejamento da reforma, a transferência de responsabilidade de gestão de alguns espaços públicos - vinculados ao Mineirão - para o ente privado que assumisse a administração do Estádio. Isso de fato vem acontecendo, em função do acordo, estabelecido entre a Minas Arena e o governo do Estado, por meio do contrato de parceria público privada – PPP.

Os estudos exibidos tinham como objetivo avaliar os possíveis impactos ambientais decorridos da obra de modernização do Estádio, para que se efetivasse o megaevento, tendo sido apresentado como conclusão que:

“Apesar de terem sido identificados impactos potencialmente negativos, alguns considerados de grande magnitude, os mesmos são passíveis de mitigação e/ou compensação através da implantação das medidas indicadas por este relatório. Considerando-se também as adequações previstas para a infraestrutura urbana e de serviços públicos de sua área de influência, pode-se afirmar que a área é capaz de absorver as demandas que serão geradas pelos usos propostos, os quais são também considerados compatíveis com a vocação da região da Pampulha para desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para o turismo e lazer.

Importante destacar também que a implantação desse empreendimento traz uma série de impactos positivos para o desenvolvimento econômico do município, não só em termos de realização de um evento internacional de grande visibilidade, mas também pelas oportunidades de negócios criadas e pelo legado de importante equipamento de usos coletivos que será modernizado e ampliado para futuras atividades de interesses da cidade.

Finalmente ressaltar o comprometimento da proposta conceitual com os critérios de certificação LEED [certificado de reconhecimento mundial Leadership in Energy and Environmental Design] pelo *Green Building Council Brazil* [ONG GBC Brasil, que visa fomentar a indústria de construção sustentável no país] e a adoção de diretrizes previstas no programa *Green Goal* da FIFA, garantindo a incorporação de inovações tecnológicas e dispositivos de controle ambiental incorporados às próprias edificações e práticas ambientalmente sustentáveis, durante as fases de construções e operação do empreendimento (p.321)”.

Por fim, foi tratado o reconhecimento quanto à possibilidade de que houvesse impactos negativos, até de grande magnitude, e, impactos positivos ligados ao potencial econômico do local. Acrescentando-se ainda a preocupação prévia existente para que o Estádio se tornasse uma referência em construção “sustentável” e de menor impacto ambiental. Faz-se aqui, no entanto, uma crítica à utilização somente de referências técnicas na elaboração desse relatório, ainda que no corpo da equipe utilizada possa ser notada a presença de um turismólogo, de uma socióloga e de estudantes de ciências sociais, que poderiam ter trazido uma abordagem mais sensível às questões subjetivas, principalmente àquelas relacionadas aos impactos sociais e culturais envolvidas nas discussões em questão.

No volume III (p. 554) constam informações complementares do RCA – PCA, do Complexo Mineirão, enquanto fases do licenciamento, implantação e operação conforme deliberações normativas, tendo sido apresentado sumário com os principais impactos ambientais e medidas propostas para o item 1.3 – **Desorganização das atividades econômicas desenvolvidas no entorno do Estádio** (página 561), em que se reafirma que:

“Segundo a Lei Municipal Nº 8.616/2003 que institui o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, é vedado o exercício de comércio informal em logradouro público, cabendo ao controle urbanístico das Regionais que detém poder de polícia e jurisdição sobre essas atividades, coibir o exercício das atividades informais na região”.

Nesse momento, identificamos terem sido expressas como serão administradas as áreas internas do empreendimento (que incluem a esplanada - que antes corresponderia à área dos estacionamentos), onde só serão permitidas atividades formais e regularizadas sob a responsabilidade dos futuros gestores do empreendimento, conforme o Código de Posturas.

Pôde-se analisar ainda que, nesse processo, é previsto como um “*impacto de difícil classificação*”, por parte da gestão, a comercialização local de alimentos, bebidas e artigos esportivos para torcedores que se dirigem ao Mineirão, frente à política municipal em vigor para o comércio informal (tida como de tolerância zero em logradouros públicos e incentivo à criação de *shoppings* populares). Tendo sido feitas, nesse sentido, duas propostas:

1. “A previsão de ações de comunicação social, orientadas para os comerciantes informais atingidos pelo encerramento das atividades do Mineirão durante as obras;
2. Articulação dos empreendedores com a Secretaria Municipal de Assistência Social, para inclusão dos comerciantes cadastrados em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária, com possibilidades de absorção em feiras e outros espaços de comercialização da cidade” [grifo nosso].

Entretanto, ao analisarmos o Relatório Final da Rede de Atendimento aos “barraqueiros<sup>33</sup>”, desenvolvido pela Rede Cidadã em parceria com a concessionária Minas Arena, entre junho de 2012 e agosto de 2013 (e que consta do processo na p. 179), em cumprimento à condicionante 08<sup>34</sup>, observa-se que se coloca, como questão chave, “articular a inserção social e produtiva através da conquista de direitos sociais e da geração de renda por meio da qualificação profissional e da preparação para o mercado de trabalho” aos barraqueiros; observamos que ele não foi efetivo, uma vez que não foram alcançados os objetivos esperados, ou seja, a concessão de benefícios sociais para os envolvidos, além da geração de trabalho e renda. Identificamos que, os barraqueiros em sua maioria, foram atingidos somente por cursos ministrados ao grupo, apesar da sua evasão, muitas vezes justificada por não terem obtido ajuda de custo para manterem-se frequentes.

O presente estudo foi efetuado junto aos antigos barraqueiros do Mineirão, a partir do preenchimento de uma ficha de cadastro da família e obtenção de resposta a um questionário, que serviu para mapear essa demanda. E diferentemente dos dados coletados em que constam ações executadas (em ofício da Minas Arena datado do dia 10 de julho de 2015 e destinado à SMMA), e em que se afirma que a empresa *“analisou, elaborou, implantou e proporcionou a todos os barraqueiros inscritos, ações compatíveis e viáveis aos cenários diagnosticados”*. Identificamos, a partir desse relatório anexo, que *“é possível constatar a mobilização de 100% dos barraqueiros, em que pese o aproveitamento direto ter atingido aproximadamente 70%”*. Isso sem se

---

<sup>33</sup> As aspas ao nome do grupo, no título do relatório realizado, foram colocadas pelo executor.

<sup>34</sup> Periodicamente, constam do processo as revisões e avaliações feitas das condicionantes, para manutenção da Licença Ambiental. A partir de 2013, as condicionantes foram revistas. Do total de 41, passam a ser 26, haja vista que tiveram questões atendidas, parcialmente atendidas e não atendidas. Aqui a numerada como 08, corresponde à anterior, de nº 12.

mencionar a necessidade prevista de “*possibilidades de absorção em feiras e outros espaços de comercialização da cidade*”, que não foi alcançada (de acordo com trechos do próprio relatório).

Consta ainda no processo a manifestação favorável ao projeto de reforma apresentado, por parte do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município – CDPCM-BH, datada de 03/03/10 (volume IV, p. 675), referindo-se ao bem edificado, sem que tenha sido, contudo, tratada a questão dos antigos barraqueiros enquanto patrimônio da cidade.

Identificamos ainda a presença do Parecer Técnico nº 1424-10, que apresenta de forma simplificada todo o histórico do processo, juntando, até o momento, todos os relatórios de análise feitos para aprovação do licenciamento, com previsão de duração de quatro anos (p. 722-762).

No volume XIX (p. 4697), consta o “Relatório Consolidado - out/nov/dez de 2011 – Plano de Mobilização e Comunicação Social”, que, no entanto, não menciona, contudo, os barraqueiros. E nas páginas 8042 a 8047 é apresentado o Relatório Consolidado Rede de Atendimento aos barraqueiros, datado de 15/02/2013 e baseado em relatório já mencionado, desenvolvido pela Rede Cidadã, entre 2012 e 2013. No volume XXXIV, é apresentada ainda uma Licença de Operações de nº 027/13, e que se trata de uma análise sobre o atendimento às condicionantes relativas ao Licenciamento Ambiental (p. 8116-8123), não sendo, porém, mencionada especificamente a questão dos barraqueiros.

### **Aspectos conclusivos da pesquisa documental**

Identificamos que de um total de 41 condicionantes vinculadas à aprovação da licença ambiental de reforma do Mineirão, somente seis, ou seja, 14,63% estariam relacionadas às questões vinculadas às pessoas que tinham vínculo com aquele território - o que incluem os funcionários, os usuários, os proprietários de imóveis da região, os barraqueiros e o público dos eventos em geral. Constatamos também que, somente duas condicionantes envolvem diretamente a questão dos antigos barraqueiros do Mineirão: são, respectivamente, as de número 12 e 18 (diferentemente do entendimento e informação que a liderança da ABAEM tem relatado, enfatizando ser somente a condicionante 18). Essas condicionantes apresentam a seguinte redação:



12 – Apresentar relatório periódico do Plano de Mobilização e Comunicação Social;

18 – Encaminhar relatórios periódicos sobre as ações de articulação para a inclusão dos comerciantes que utilizavam o espaço externo do Mineirão em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária.

Especificamente em relação aos cursos ofertados aos barraqueiros - como alternativa apresentada para minimizar os impactos sofridos por eles, à condicionante 18, com previsão de acompanhamento trimestral - a atual responsável técnica pelo projeto junto à GELCP<sup>35</sup>, afirma não ter havido adesão por parte dos barraqueiros a essa assertiva (apesar de termos constatado, conforme expresso em relatório presente desse processo, o aproveitamento por parte de 70% dos barraqueiros), considerando que a ação desenvolvida não teria sido efetiva, não tendo obtido êxito. Acrescenta ainda que entende a questão do investidor (a Minas Arena), quanto a não liberação do uso da esplanada aos antigos barraqueiros, uma vez que foi realizado um contrato de exclusividade com a empresa, para gerenciamento do uso desse espaço. Em relação ao questionamento dos barraqueiros, sobre o edital, entende que ele prevê - uma prestação de serviços que não deve garantir o “privilegio” (termo utilizado pela própria) a determinado grupo e por isso, estabelecendo que seja feita escolha por meio de licitação. Complementou ainda que os que ganharam o edital de licitação não estão cumprindo a contrapartida com a Prefeitura, não sabem como ficará esta questão. Por outro lado, observamos a partir das entrevistas com os antigos barraqueiros que vários deles admitiram ter sido orientados a fazer cursos e que os fizeram na expectativa de estarem aptos a trabalhar no período da Copa de 2014 em Belo Horizonte. Obtivemos a informação que, a Prefeitura, atualmente, tem avaliado adequações ao projeto de licenciamento, a fim de que fique em conformidade com os parâmetros de análise ambiental da Prefeitura, diminuindo assim os impactos.

Ao longo de todo o processo analisado, foram encontrados documentos de acompanhamento da questão dos barraqueiros, embora, de fato, a questão não tenha sido resolvida. Entendemos que as condicionantes deveriam garantir que as medidas

---

<sup>35</sup> Observamos uma diversidade na formação dos servidores, presentes no setor envolvido e responsável pelo processo do Mineirão. São biólogos, arquitetos, geólogos, geógrafos e agrônomos - o que poderia garantir novos olhares e novas perspectivas às avaliações realizadas. Todavia, a partir dos documentos analisados, não tivemos a percepção da análise diferenciada, apesar de sabermos que muitas vezes eles ainda trabalham em grupos.

mitigadoras fossem efetivas, para que a desconformidade não ficasse somente no papel. Valendo ressaltar ainda que, muitas vezes, os impactos sociais são desconsiderados em atas de reuniões e em relatórios de avaliação, sobressaindo uma análise de caráter técnico.

A Secretaria de Administração Regional Municipal/Pampulha realizou, em 08 de agosto de 2015, abertura de edital de licitação (conforme *layout* a seguir), por meio do processo administrativo competitivo nº 01-169.782/14-85, para obtenção de permissão de uso, em caráter pessoal e precário, de espaço público destinado à instalação de barracas/tendas para a comercialização de comidas e bebidas típicas nacionais e estrangeiras, em dias de jogos de futebol no Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão – Feira de Convivência do Entorno do Mineirão, através da concorrência do tipo maior oferta, conforme previsto no Edital Nº 01/2015 e seus anexos. O edital previa, inclusive, capacitação para os feirantes sobre boas práticas na manipulação de alimentos, curso que a maioria dos antigos barraqueiros já mencionou ter feito.

Figura 11 – Foto do layout proposto para a Feira, por meio do edital de licitação da Prefeitura, em 2015.

**A LICITAÇÃO**

Veja o que prevê o edital da nova feira do Mineirão, publicado em 8 de agosto

Barracas	Candidatos	Média de cinco por vaga
<b>96</b>	<b>521</b>	

Exatamente o número de antigos barraqueiros cadastrados pela prefeitura e pelo governo, que são impedidos de atuar no local desde a reforma do Mineirão para a Copa e que podem ficar fora da nova feira, já que a licitação não prioriza os antigos

**Etapas do edital**

<b>AGO/SET</b>	Análise das propostas e fase de recursos
<b>OUT</b>	Contratação e treinamento dos novos barraqueiros
<b>NOV</b>	Abertura da feira

**Modalidade da licitação**

Ganha quem oferecer o maior valor de "aluguel" - valor mínimo estabelecido é de **R\$ 200** por mês para a prefeitura

**Outros equipamentos da feira**

**Coletores de lixo**  
**Banheiros químicos**

A quantidade de coletores e banheiros será definida na instalação da feira

**O que poderá ser vendido na feira**

- Pipoca
- Milho-verde
- Algodão-doce
- Churros
- Macarrão na chapa
- Batata frita
- Acarajé
- Churrasquinho
- Sanduíche
- Cachorro-quente
- Feijão tropeiro

Onde serão instaladas as barraquinhas

NÚMERO DE BARRACAS INSTALADAS

Mapa mostrando o local de instalação das barracas (19, 23, 24, 30) no entorno do Estádio Mineirão, com ruas como AV. ALFREDO CAMARATI, AV. PRESIDENTE CARLOS LUZ, AV. CORDONHE OSCAR PASCOAL, AV. DAS PALMEIRAS, AV. ABRAHÃO CARAM, RUA ARTHUR ITABIRANO e MINEIRÃO.

As barracas poderão ser instaladas seis horas antes do início dos jogos e devem parar de funcionar após 15 minutos do início da partida

Fonte: REGIONAL PAMPULHA E PESQUISA DIRETA

Fonte: Jornal O Tempo, 25 de agosto de 2015, p. 25.

Em conversa com o pregoeiro oficial do Município de Belo Horizonte, sobre as características do edital, foram obtidas as informações de que - em observância à legislação vigente concernente à temática licitação (citadas as leis 8.666, 10.520 pregão e 13.019), seria possível que tal contratação fosse feita por inegibilidade, ou seja,

sem concorrência, somente pelo notório saber das práticas que já vinham sendo desempenhadas pelos antigos barraqueiros. Outra opção, prevista em lei, seria a permissão de que fossem criados critérios em edital de licitação, com requisitos específicos para a contratação. Nesse caso, o demandante da licitação elaboraria o documento chamado termo de referência, contendo os itens necessários ao serviço ou bem a ser adquirido, sendo necessário elaborar também uma justificativa, que elucidasse a opção por determinados critérios. Outro instrumento jurídico com critérios menos exigentes, que poderia ter sido utilizado, seria o chamamento público, feito por meio de um convite à sociedade pública para que participasse da Administração (um exemplo desse instrumento foi o caso dos camelôs, que foram chamados a ocupar um espaço dentro dos *shoppings* populares de Belo Horizonte). Nesse caso, não há o pagamento, por parte da Prefeitura, a quem presta o serviço, sendo entendido que ambos estão cumprindo um objetivo comum, auxiliando o serviço público. Quando há o reconhecimento da necessidade de valorização, diferenciação e permanência de determinado prestador de serviço essas alternativas, mais inclusivas e que selecionam também por critérios, são utilizadas.

O que acontece é que, na maioria dos casos, o demandante deve fazer uma justificativa com os requisitos específicos para a contratação, sabendo que uma convocação menos genérica limitaria o universo de candidatos. Assim, seria interessante criar critérios não tão específicos para não limitar demais o universo de participantes.

O edital aberto em 2015, pela Prefeitura, teve como objeto da licitação a outorga da permissão remunerada de uso de espaços público determinados, denominado “Feira de Convivência do Entorno do Mineirão”, em caráter pessoal e precário, feita na modalidade concorrência, tipo maior oferta, ou seja, quem oferta o maior valor pelo uso do espaço público vence em primeiro lugar; em caráter precário por ter previsibilidade de duração e sem garantia de nenhuma vinculação de outros direitos aos trabalhadores. Esse tipo de edital tem como características prazos mais elásticos, em uma amplitude de publicação maior, tendo geralmente 45 dias de duração e a previsão de várias etapas.

Havia espaço para 96 barracas (coincidentalmente o equivalente ao número de antigos barraqueiros que foram desterritorializados do entorno do Mineirão), embora, em função do tipo de edital aberto, essa opção não os tenha contemplado. Poucos barraqueiros tiveram condições de participar do edital e somente uma pessoa - que consta na lista como antiga barraqueira - entrou na lista como habilitada para ter uma

barraca de sanduíche, tendo vencido a concorrência dando lance de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês. Mas ela acabou desclassificada em etapa seguinte do edital, por ausência de assinatura do termo de outorga de uso conforme convocação, ou talvez por ter desistido de dar continuidade ao processo, não efetivando sua participação.

Diferentemente de conceder privilégios, as opções apresentadas anteriormente garantiriam a permanência dos antigos barraqueiros, de acordo com a função social e/ou resguardando o seu direito dos mesmos em função da vulnerabilidade desse grupo. No entanto, poucos são os gestores demandantes que têm “coragem” (termo utilizado pelo próprio pregoeiro) de colocar critérios, por não haver uma cultura de boas justificativas para esses critérios adotados e para evitar serem questionados pelo Tribunal de Contas. O pregoeiro afirmou ainda que, segundo a Lei 8.666, poderiam ter sido elaborados critérios que garantissem a permanência de quem já trabalhava no entorno do Mineirão, por meio por exemplo, da criação de pontuação que pudesse ser justificada; ou atribuindo valor cultura a quesitos como, tempo de permanência e experiência, que distinguem esse grupo. Relaciona-se também a esse caso, que hoje já está previsto em legislação, o resguardo e a obrigatoriedade da participação das micro e pequenas empresas, e ainda do Simples em editais de até 80 mil reais, como uma forma de inclusão e de se garantir uma reserva de mercado, equiparando forças desiguais na disputa em editais (segundo as Leis Complementares 123 e 147).

Por fim, analisamos que a Minas Arena interferiu diretamente na relação estabelecida entre os antigos barraqueiros e os governos, quando o objeto de disputa era o uso do território no entorno do Mineirão, tendo sido, a partir daí completamente modificada a relação que existia anteriormente entre os atores envolvidos. Analisamos que o mencionado edital de licitação não consta do processo da PBH vinculado ao Mineirão, por não ter sido considerado uma opção mitigadora dos impactos causados pela reforma do Estádio em função da Copa de 2014.

## **3.2 Análise de documentos do Processo Administrativo<sup>36</sup> dos antigos barraqueiros junto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**

### **3.2.1 Caracterização dos barraqueiros do Mineirão na disputa pelo território**

Desde quando foram retirados do entorno do Estádio, em 20/06/2010, os antigos barraqueiros do Mineirão, filiados à ABAEM, intensificaram sua articulação, principalmente para que houvesse a manutenção do seu direito ao trabalho, uma vez que seus membros mais antigos estavam há mais de quatro décadas comercializando produtos nesse território (principalmente o tradicional “tropeiro do Mineirão - Tropeirão”).

Várias entidades públicas foram procuradas para intermediar a disputa pelo território e a salvaguarda dos direitos envolvidos<sup>37</sup>, dentre elas, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), essas buscando estabelecer o diálogo e encontrar alternativas para o caso dos antigos barraqueiros, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte (por meio da Regional Pampulha) e a empresa concessionária, que, por meio da parceria público privada (PPP), terá direito à exploração do Estádio por mais de três décadas. Organizações Não-Governamentais ligadas ao tema, tais como a COPAC – Comitê Popular dos Atingidos pela Copa do Mundo, também participaram dando apoio aos barraqueiros.

Nesse momento, apresentamos uma carta do ano de 2011, escrita pelo então presidente da ABAEM, Ernani Pereira, que caracteriza os integrantes do grupo “barraqueiros do Mineirão” como cerca de 100 famílias atingidas pela Copa, que não mais podem mais atuar vendendo alimentos na área externa do entorno do Mineirão, como faziam há mais de 45 anos (data em que iniciaram o vínculo com esse território).

---

<sup>36</sup> Os documentos que tivemos acesso, relativos ao processo administrativo dos antigos barraqueiros do Mineirão, que constam na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, têm quatro grandes volumes. A título do que foi feito com o processo da PBH, também foram separados documentos mais relevantes para compor a tese. Os demais serão analisados e utilizados em publicações futuras.

<sup>37</sup> A partir desse momento, será feito o encadeamento histórico, por meio de documentos apresentados, para elucidação do caso. Os documentos que serão apresentados fazem parte do arquivo administrativo, PAD 147/2011, do processo interno da DPE-MG.

Já naquele tempo, o presidente enfatiza que o grupo constituía um “Patrimônio Histórico Cultural”, por compor a história da cidade e do Mineirão, desde a sua construção, e que, há cerca de um ano, passam por grandes dificuldades financeiras por não terem mais a garantia de renda, que lhes era dada pelo direito ao trabalho no entorno do Estádio nos dias de jogos.

O dirigente afirma:

“Somos trabalhadores que fazemos parte do meio urbano da cidade! Trabalhamos há anos, tendo legitimidade junto ao grande público. Lutamos há tempos pela regularização de nossa atividade, mas o que vemos é o fechamento do cerco, com a criminalização de nosso trabalho, com licitações que fogem de nossa capacidade financeira e com a falta de incentivo para nossa inclusão no mercado de trabalho formal” (Carta, Ernani, 2011).

O presidente questiona ainda a falta de cumprimento da Condicionante 18 - estabelecida pelo Estudo de Impacto Ambiental - desenvolvido e aprovado antes do desenvolvimento da obra, que colocava a necessidade de inclusão dos barraqueiros em programas de capacitação e em projetos de economia solidária, evitando assim as graves violações aos direitos humanos de grupo tão socialmente vulnerável, uma vez que se encontram sem emprego e renda, em completo abandono desde a retirada forçada do local. E questiona:

“A Copa do Mundo deve trazer emprego, renda, prosperidade para nosso POVO, e não apenas para as camadas mais ricas da população”.

“Por enquanto parece não haver a menor possibilidade de que possamos atuar em qualquer canto dessa enorme cidade!” (Carta, Ernane, 2011).

Nessa mesma carta, de 2011, consta ainda a pauta de reivindicações dos antigos barraqueiros do Mineirão retirada em assembleia, com pleitos para antes, durante e após a Copa. São elas:

Antes da Copa

- Facilitação na participação dos barraqueiros nos eventos esportivos, culturais e religiosos da cidade;
- Capacitações para o exercício de outras atividades de acordo com os interesses dos barraqueiros;

- Auxílio financeiro do governo até o momento em que puderem recomeçar as atividades.

No período da Copa do Mundo

- Criação de um espaço, em local com público, com telões, mesas e cadeiras, para que o povo da cidade possa acompanhar os jogos e se divertir e os barraqueiros trabalhem;
- Possibilitar, junto aos patrocinadores da Copa, a contratação dos barraqueiros nos empregos gerados pelos eventos.

Após a Copa do Mundo

- Garantia, no novo Mineirão, ou em seu entorno, de espaço para que possam voltar a trabalhar;
- Regularização da atividade de barraqueiro;
- Capacitação para que exerçam a atividade de barraqueiros com qualidade;
- Incentivos para a contratação, por meio da ABAEM, a fim de que possam trabalhar nas festas realizadas na cidade, como carnaval, festas juninas, réveillon, etc.;
- Inserção em projetos e facilidades de crédito que deem suporte para a profissionalização, possibilitando o crescimento por meio de abertura de pequenas empresas via associações e grupos.

Todas as demandas apresentadas acima foram encaminhadas ao Núcleo de Planejamento e Articulação do governo do Estado de Minas Gerais, por meio do ofício nº 320/2011, datado de 26 de julho de 2011 e oriundo da DPE-MG, vinculado à DPDH, com a finalidade de agendamento de reunião para tratar da situação dos barraqueiros do Mineirão, conforme acordado em Audiência Pública sobre os impactos da Copa do Mundo de 2014, ocorrida no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, no dia 12 de julho de 2011.

Em reunião do dia 25 de agosto de 2011, convocada pela DPE-MG, estavam presentes representantes da ABAEM, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo – SECOPA, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa do Mundo. Nessa reunião, foram retomadas propostas discutidas em reuniões anteriores, com o intuito de tentar garantir, aos barraqueiros do Mineirão, possibilidades de trabalho, uma vez que foram retirados do Mineirão para que ocorresse a reforma do Estádio. O objetivo seria capacitá-los para que pudessem se tornar empreendedores individuais; entretanto, há uma percepção do grupo de que as suas possibilidades de trabalho estão sendo cerceadas. Foi solicitado, pelo representante dos barraqueiros, que os mesmos pudessem ser incluídos em feiras da região da Pampulha ou em outros eventos, com o objetivo de resolver suas questões financeiras. O representante do governo do Estado informou que

haveria a possibilidade de empregar os barraqueiros nas áreas de visualização que não são da FIFA; porém, nada foi viabilizado efetivamente.

No contexto neoliberal - vale ressaltar - a responsabilidade para conseguir um emprego é transferida ao indivíduo, com a argumentação de que, para os indivíduos serem empregados, precisam antes ter passado por capacitação, que compete somente a eles buscar possuir. Aventou-se a possibilidade da oferta de capacitação, de acordo com a área de interesse dos barraqueiros, de responsabilidade do governo, o que foi implementado por meio do programa “Bem Receber Copa” – estratégia prevista pelo Ministério do Turismo - MTur, sem atingir, entretanto, os objetivos de empregabilidade e renda esperados. Em ata, consta ainda que a Procuradoria foi imperativa ao solicitar que fossem apresentadas soluções materiais para o problema, com definição de prazos e propostas concretas, como, por exemplo, a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Haja visto que, do contrário, as reuniões seriam “perda de tempo”, deixando entender que tais medidas seriam passíveis de intervenção judicial. O representante do governo do Estado, em dado momento, afirmou que já havia uma relação de informalidade entre a ADEMG e os barraqueiros. Foi-lhes negado auxílio financeiro, uma vez que essa demanda deveria passar pelas Secretarias de governo ou, até mesmo, pelo Poder Legislativo, sendo pontuado ainda que a SECOPA não teria competência para alocar os barraqueiros nos espaços apropriados pela FIFA, embora tenham se comprometido a articular essas negociações. Por fim, deram-se encaminhamentos para diversas demandas, dentre elas, por cursos, via SENAC e SEBRAE, e até mesmo a possibilidade de se alcançar abertura de crédito e em vislumbrar a oportunidades de realocação dos barraqueiros, inclusive em trabalhos nas obras do Mineirão.

No documento intitulado “Recomendação”, datado de 23 de novembro de 2011, criado e assinado por representantes da DPE-MG – DPDH, em conjunto com o Ministério Público Federal de Minas Gerais, por meio da Procuradoria da República em Minas Gerais – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão<sup>38</sup>, observa-se forte argumentação no sentido de proteger os atingidos, acrescida de literatura internacional<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Esse documento faz parte de processo administrativo aberto pela DPE-MG, respectivamente, páginas 289 a 298. Consta em anexos.

<sup>39</sup> São citados os casos da África do Sul, 2010; Nova Délhi, 2010; Pequim; e em Seul, 1988; todos relacionados a retiradas forçadas da população para preparação dos megaeventos esportivos internacionais.



comprobatória de retiradas forçadas a partir da realização de megaeventos. Pautados no Relatório apresentado pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, em 18 de dezembro de 2009, os signatários do documento afirmam que ocorre com frequência a retirada de favelas, desocupações forçadas, deslocamentos em massa e demolições de casas nas cidades responsáveis por sediar megaeventos, uma vez que há crescente demanda por espaços para novos empreendimentos (tais como aeroportos, Estádios, alojamentos para visitantes, hotéis e rodovias, dentre outros); bem como, e, principalmente, para resguardar a imagem das cidades-sede, extinguindo a pobreza e o subdesenvolvimento do trajeto que será visitado/utilizado pelo evento e destinados aos turistas. A recomendação acrescenta ainda que:

“O mesmo documento revela-nos, ainda, que antes e durante sua realização, medidas discriminatórias, “higienistas” e violentas costumam ser tomadas contra migrantes, moradores de rua, trabalhadores sexuais, vendedores ambulantes e outros trabalhadores informais, na tentativa de se embelezar/modernizar a cidade e melhora a imagem internacional do país”.

“Atualmente estão passando fome [2011], relegadas à sua própria sorte, em decorrência de um evento que, ao invés de promover a melhoria das condições de vida da população mais carente, tem sido responsável pelo seu empobrecimento e degradação das condições de vida”.

O trecho citado acima reforça a percepção de que a retirada dos antigos barraqueiros do Mineirão, desde 2010, sem previsão de realocação para solucionar o problema, constitui mais um caso discriminatório de retirada de direitos de um grupo marginalizado socialmente, no cenário de violações dos direitos humanos, vislumbrado em outros casos internacionais e reproduzido no Brasil, inclusive em Belo Horizonte e em várias outras cidades que sediaram megaeventos, sem uma preocupação efetiva com o restabelecimento das condições de dignidade destas famílias.

O perfil do grupo social em questão é composto por um coletivo composto, em sua maioria, por mulheres e idosos, com baixo nível de instrução e que tiravam seu sustento da venda de produtos nos dias de eventos esportivos e que perderam o acesso à sua fonte de renda, sem que o poder público estadual ou municipal, tivesse apresentado alternativas para incluí-los em alguma outra atividade remunerada. O grupo em questão, que, em sua maioria, trabalhava na área externa do Mineirão há mais de quatro décadas - com o alijamento ao seu direito ao trabalho, deixa como saldo da realização deste

megaevento em Belo Horizonte, ao invés da promoção de melhorias das condições de vida da população, o empobrecimento da população mais carente da cidade.

Nessa recomendação, declara-se ainda que, o direito ao trabalho é reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Esse Direito também é previsto na Constituição Federal de 1988, sendo considerado necessidade vital básica (segundo o art. 7º), que deve ser garantido por meio de políticas públicas, principalmente federais. Ressalta-se que essas famílias, impossibilitadas de exercer a profissão, ficaram em condições precárias de sobrevivência.

É relevante assinalar ademais que desde agosto de 1991, o Estado de Minas Gerais firmou convênio<sup>40</sup> com esses trabalhadores, junto à Administradora de Estádios de Minas Gerais (ADEMG), visando à regularização de sua situação. De acordo com esse documento, foi possível realizar o credenciamento dos ambulantes e, a partir daí, realizar a fiscalização de suas atividades, disponibilizando esse local de trabalho aos ambulantes credenciados no entorno do Mineirão, nas datas de ocorrência dos eventos esportivos. Vale ressaltar que a partir de janeiro de 2001, a ADEMG passou a fazer o recolhimento de taxa cobrada pela utilização do espaço público, com emissão de documento municipal de licença (DAE<sup>41</sup>), classificado como “barraca para ambulante”, e que permitia a comercialização de produtos no local.

Orientava-se ainda, por meio dessa recomendação, que não houvesse retrocesso e exclusão social, salvaguardando os direitos sociais das populações mais carentes. Esse direito deveria estar salvaguardado, por outro lado, por meio da Condicionante nº 18<sup>42</sup>, prevista pela Licença Ambiental de Implantação<sup>43</sup> nº 0222/2010, na qual consta previamente o impacto social do empreendimento, a partir do estudo feito pelo órgão ambiental. Dessa maneira, os barraqueiros do Mineirão deveriam estar “incluídos em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária”. Esses atores, aliás, participaram introdutoriamente de alguns

---

<sup>40</sup> Por meio de contrato, caracterizado como precário e provisório, por não garantir vínculo e nem direitos quanto ao trabalho desempenhado. Consta modelo do contrato de autorização de uso de espaço na área externa do estádio Governador Magalhães Pinto “Mineirão”, anexo.

<sup>41</sup> Consta dos anexos.

<sup>42</sup> Consta dos anexos.

<sup>43</sup> Consta dos anexos.

cursos curtos de formação, mas o poder público não deu continuidade à ação, que previa como próximo passo a ser implementado a realocação dos trabalhadores em outra atividade econômica, uma vez que apenas a previsão de cursos não garantiria sua efetiva inserção no mercado formal de trabalho.

Inúmeras reuniões foram realizadas, com a presença do MPF e da DPE-MG, sem que o Poder Público tomasse efetivas providências para que fosse superada a situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias dos antigos barraqueiros, atingidas desde o princípio pelas obras de modernização do Complexo do Mineirão e pela situação de descaso e omissão que se arrasta desde então. Do outro lado está o poder privado, de titularidade da empresa Concessionária Minas Arena Gestão de Instalação Esportiva, por meio de um contrato de concessão (via PPP - parceria público privada), que confere o direito ao uso e exploração do Estádio por longas décadas, impossibilitando o retorno dos antigos barraqueiros do Mineirão após a Copa de 2014.

Por fim, o MPF – Ministério Público Federal e a DPE-MG, ainda em 2011, recomendaram que fossem adotadas todas as medidas necessárias para se proteger o direito ao trabalho e a vida digna das famílias atingidas, por meio da inclusão social, da capacitação para o mercado formal de trabalho, do restabelecimento das perdas sofridas, do pagamento dos lucros cessantes, viabilização da sua realocação em outras feiras da cidade, objetivando a manutenção da sua renda e sua readequação a editais relacionados a eventos em espaços públicos, visando sua efetiva participação e com a previsão de alternativas para os trabalhadores durante e após a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

A partir de conversa com a Defensora responsável por atuar no caso dos barraqueiros, obtivemos a informação de que somente foi aberta uma medida cautelar, por meio do processo de nº 6076397-64.2015.8.13.0024, com o intuito de impedir que fosse dada continuidade à chamada do edital de nº 01/2015 (anteriormente mencionado), que se caracterizou como excludente para o grupo estudado. Como resultado, a medida cautelar gerou um agravo de decisão, de nº 0895225-55.2015.8.13.0000, contrário ao pedido e extinto. Com isso, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte deu continuidade ao processo, e foram instalados outros novos 96 barraqueiros nas proximidades do Mineirão. Conforme relatos, como a gestão anterior afirmou que os feirantes não precisariam pagar, apesar de terem feito os lançamentos da dívida, esses novos feirantes encontram-se, atualmente, com dívidas homéricas, que

devem ser lançadas na dívida ativa, gerando ainda mais disputa de caráter econômico e social nesse território.

Acrescentou ainda que a ABAEM optou por não ajuizar a ação principal, que poderia ser proposta através de uma ação civil pública. Essa decisão foi tomada após receberem avaliação jurídica de que nesse caso não haveria claramente um direito garantido. Sendo assim, o resultado da ação poderia ser negativo. Optaram, então, por não abrir o processo naquele momento, considerado ser o mais oportuno pela defensora, ainda no ano de 2015. Segundo informações prestadas pela liderança do grupo, não houve, por parte dos antigos barraqueiros, nenhuma abertura de processo judicial individual, com a finalidade de resguardar o direito dos barraqueiros.

Ao avaliar o andamento dessa demanda dos barraqueiros, ao longo desses mais de oito anos, a Defensora envolvida julga que eles tiveram, como dificultador, as mudanças de cenário dos entes públicos responsáveis pelo território em questão, ao longo desses anos de articulação para solucionar amigavelmente a questão da desterritorialização dos barraqueiros. Entende ainda que a boa fé da liderança da ABAEM impediu que a ação civil pública fosse ajuizada em anos anteriores, pois todas as vezes que alguma das entidades envolvidas acenava com alguma possibilidade de resolução sobre a remoção, ainda que pequena, voltavam a acreditar que seria possível, deixando de lado a movimentação para abertura do processo, por preverem uma resolução por vias políticas amigáveis. Solução essa que não aconteceu, passado todo esse tempo. É importante acrescentar que até mesmo a UFMG chegou a tratar da possibilidade de ceder espaço, nas proximidades do Mineirão, destinado ao uso dos barraqueiros.

A Defensora afirmou ainda que a atual gestão municipal está mais aberta a dialogar e que como, nos últimos anos - frente ao insucesso da maioria das feiras da cidade, principalmente no que diz respeito ao seu funcionamento, permanência e endividamento dos feirantes - certamente fará ajustes na forma de geri-las. Seria passível também de questionamento o contrato estabelecido entre o Estado e a empresa concessionária para a gestão do Mineirão. Entretanto, ela vislumbra, como alternativa de resolução dos barraqueiros, seguirem o caminho, já apontado pelo estudo do Programa Cidade e Alteridade, para comprovar/registrar o patrimônio público imaterial, indicando que para isso será necessária a colaboração da Prefeitura e da Comissão do Patrimônio.

Postulamos que projetos de tal porte deveriam considerar e salvaguardar as populações tradicionais, os costumes e as tradições, ao contrário de serem excludentes e simplesmente desconsiderarem a cultura local. O entorno do Mineirão - território antes ocupado pelas barracas dos trabalhadores de rua - recebeu como estrutura, atualmente, uma esplanada com 80 m<sup>2</sup>, espaço multiuso, alugado para diversos tipos de eventos, apenas com finalidade lucrativa. O território antes utilizado pelos barraqueiros, permeado de símbolos e significados, foi rompido desta forma e reconfigurado. Houve a desterritorialização dos trabalhadores e, em seguida, a reterritorialização de outros atores por força do capital<sup>44</sup>, dando novos usos ao local, questão que será mais bem esclarecida no subitem 5.2.2.

---

<sup>44</sup> Atualmente, esse espaço serve à campanha publicitária “Mineirão Além do Futebol”. Além de suas tradições culturais e das comidas típicas do Estádio, também estão presentes as lojas de *fast-food* que se instalaram na esplanada, uma vez que o espaço também recebe o público local em geral, e geralmente permanece aberto para a prática esportiva e de lazer da população belorizontina, sendo mais um público-alvo desse mercado.

#### 4. A dimensão simbólica e cultural do território “entorno do Mineirão”

“Há dois modos de conhecer Minas: um enveredando por nossas estradas e picadas, rumo às torres de igrejas, aos telhados coloniais e às criações de novos artesãos, escultores e pintores. O segundo é mais universal. Basta estar ao redor de uma mesa mineira” ... “Minas é feijão-de-tropeiro e vaca atolada, canjiquinha e mingau e fubá, couve rasgada e ora-por-nóbis). O paladar é o mais aguçado sentido mineiro” (SENAC. DN., 2009, p. 6).

Na carta escrita pelo ex-presidente da ABAEM, Ernani, em 2011 - ao referir-se à importância dos antigos barraqueiros do Mineirão para a cidade de Belo Horizonte – considera-os um “Patrimônio Histórico Cultural”. No relatório apresentado pelo Programa Cidade e Alteridade da UFMG, em 2014, a argumentação é pautada na legislação, voltada à proteção jurídica do “patrimônio cultural imaterial<sup>45</sup>”, representando a diversidade cultural frente ao processo de globalização hegemônico e à industrialização dos alimentos, que transformam os costumes sociais locais e substituem, o que podemos chamar de “comidas de Estádio”, por cardápios internacionais de empresas de alimentação. No Brasil, o Decreto nº 5.753 de 12/04/2006, estabelece a obrigação dos Estados em garantir a proteção ao bem cultural imaterial.

##### Art. 2 – Definições

Para os fins da presente Convenção

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e

---

<sup>45</sup> Também citado pelo estudo realizado por Alves (2014), temos o registro do patrimônio imaterial como instrumento legal de preservação, por meio do Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que, segundo Neto (2000), resguarda os seguintes itens como norteadores: 1) Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana; 3) Linguagens musicais, iconográficas e performáticas; e 4) Espaços (lugares) em que se produzem as práticas culturais. Identifica ainda a contribuição de Nuñez (2011), ao criar o registro de bem de natureza imaterial, por meio dos livros de registro.

contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Conforme o estudo efetuado pelo Programa Cidade e Alteridade, a partir do conceito de sistema culinário de Mahias (1991 apud GONÇALVES, 2007), entendem-se que os elementos constitutivos desse processo compõem um lugar de interação de técnicas, relações sociais e representações, fundamentada numa classificação relacionada a um ordenamento simbólico do mundo (principalmente, nos itens processo de preparação, saberes culinários e modos de apresentação dos alimentos (formal ou informal)), “a uma cosmologia que liga a pessoa, a sociedade e o universo, e situando os seres humanos em termos de lugar e conduta”, ou seja, esse sistema pressupõe sociabilidades e cosmologias específicas. Gonçalves (2007, p. 168-169), em seu estudo, considera que outras perspectivas deveriam ser analisadas, por meio de pesquisa etnográfica e histórica, as quais caberiam demonstrar, ou não, seu valor analítico, uma vez que “existem diversos sistemas culinários no Brasil, variáveis em termos históricos, e em termos locais e regionais”. O autor deixa clara a necessidade de se “problematizar uma percepção moderna, individualizadora e etnocêntrica da alimentação, trazendo para o primeiro plano o papel social e simbólico das ‘relações’ na vida social e cultural brasileira”.

Salvaguarda que, no caso do Estado do Rio de Janeiro, foi realizada em 2012, quando a Prefeitura Municipal reconheceu a importância da venda ambulante de alimentos, associada a um espaço de vivência coletiva, por meio do Decreto nº 35.179 de 02/03/2012. Os vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho, nas praias cariocas, foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Carioca. Ressaltamos, inclusive, que os ambulantes cariocas também sofreram ameaça de remoção forçada, semelhante ao caso dos antigos barraqueiros do Mineirão, antes de serem reconhecidos como um bem cultural da cidade.

Como política pública, no País, existe ainda o Decreto 3.551/2000, que trata da regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. É regulamentado por meio da Portaria nº 200, de 18 de Maio de 2016, que detalha os objetivos, princípios, diretrizes, linhas de atuação, processos e instrumentos de execução, monitoramento e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em nível federal. No recorte territorial proposto para análise faz-se necessário compreender a forma de exercício de territorialidade exercida pelos antigos barraqueiros do Mineirão.

## 4.1 - A territorialidade dos barraqueiros

O caráter artesanal pode ser percebido, primeiramente, porque os alimentos são produzidos manualmente. Na produção são utilizadas matérias-primas industrializadas, embora o preparo do alimento envolva todo um saber tradicional que tem raízes fundas na cultura brasileira e belo-horizontina. Além do mais, a sua produção se dá em pequenos grupos (barracas) e não de maneira centralizada, para posterior distribuição. [...] O comércio é popular, de pequena escala e frequentemente organizado em núcleos familiares e de vizinhança e algumas vezes com mão de obra contratada. Embora exista a clara intenção de obter o sustento da família daquela atividade, o trabalho não é dividido e planejado por mecanismos administrativos de mercado (MIRANDA e MERLADET, 2013, p. 71).

A partir de Miranda e Merladet (2013), podemos caracterizar a atividade desenvolvida pelos antigos barraqueiros do Mineirão, principalmente, em relação ao preparo artesanal do alimento, que envolve a questão do saber tradicional s repassado por gerações, com o pertinente envolvimento cultural dos envolvidos.

Nos estudos desenvolvidos por Peter Jackson (1989 apud CLAVAL, 2011), baseados nos “estudos culturais” de Stuart Hall, percebem-se reflexões que vão além das culturas de classes. O autor considera o novo papel dos movimentos sociais e trata das culturas de gênero, do racismo e da exclusão social. Nesse contexto, a cultura aparece e é reconhecida como uma “arma nos conflitos” entre os vários segmentos da sociedade, constituindo assim, uma ferramenta que organiza a resistência dos grupos dominados. Já Mitchell (2000 apud CLAVAL, 2011), “concebia a cultura como uma rama nas guerras sociais”, uma vez que era, por meio dela, que os grupos minoritários ou marginais afirmavam sua identidade, o que deu origem à maioria dos conflitos culturais. Observa-se, ainda, que **“nas sociedades contemporâneas, os espaços públicos tornam-se muitas vezes o teatro deste tipo de confrontação”** (p. 11) [grifo nosso].

No caso dos antigos barraqueiros do Mineirão, a construção da identidade do grupo pôde ser observada por meio do seu autorreconhecimento e por meio do exercício da sua territorialidade, - através das relações que foram construídas naquele território (o entorno do Estádio) e das relações que foram estabelecidas a partir do movimento de retirada do grupo, em decorrência da “necessidade” de reformas no espaço, para realização da Copa de 2014. Esses atores foram alijados do seu direito de



permanência no local, com perda do direito ao trabalho, desde 2010, o que, conceitualmente, a partir das postulações de Rogério Haesbaert (2006), intitular-se-ia de processos de **desterritorialização; quando parte da identidade deixa de ter ligação com um território específico**. Nesse processo, observamos que os sujeitos buscam resistir, através da adoção de estratégias de sobrevivência, existindo ainda o confronto, na busca pelo direito ao seu espaço social.

Claval (2011, p. 17-18) remete ao propósito da construção da sociedade e da construção da consciência de pertencimento a uma comunidade, estar alicerçada na cultura. A partir do estabelecimento de relações entre os indivíduos, eles se reconhecem pertencentes a um mesmo grupo, integrantes de um “estatuto social, o uso do poder e a acumulação de riquezas”. Tais relações passam a ser adotadas e legitimadas conforme o sistema de valores do grupo, de acordo com os seus problemas e interesses. Entretanto, “a socialização do espaço não distribui os direitos de uso ou de propriedade do espaço duma maneira igualitária”, haja vista as mudanças decorridas em função de interesses de outros grupos sociais, em decorrência da realização da Copa do Mundo 2014, em Belo Horizonte.

O grupo social investigado - antigos barraqueiros do Mineirão - foram removidos do entorno do Estádio, a partir de 2010, com a justificativa de que seriam necessários ajustes nesse espaço e em seu entorno. Exigências que fizeram parte do planejamento realizado pelo comitê de realização do megaevento Copa do Mundo de 2014, como parte dos esforços realizados para que o espetáculo fosse concretizado no Brasil. Porém, a crítica que deve ser feita ao processo, é a de que, nesse projeto, não havia previsão de retorno ou realocação dos trabalhadores em outro local. Cerca de 150 pessoas deixaram de ter um território apropriado para o desenvolvimento de sua atividade de trabalho e socialização, os quais vinham mantendo há anos.

Ao mesmo tempo em que tentam resistir ao processo de desterritorialização, os integrantes do grupo buscam formas alternativas de exercer uma atividade laboral, que lhes garanta a subsistência, ainda que de seja desenvolvida de forma ilegal, no espaço público da cidade, distante daquele em que originalmente exerciam atividade e que lhes foi expropriado. Lutando para manter sua identidade, procuram intervenções que lhes deem visibilidade social, buscando obter apoio na reconquista de direitos, pelo uso do território culturalmente ocupado e pelo trabalho e socialização que a atividade que desenvolviam lhes propiciava.

É relevante assinalar, a propósito, que:

A construção do espaço reduz muito as possibilidades de expressão espacial **das categorias as mais pobres e fracas da população**. Esses grupos esforçam-se por um reconhecimento da sua existência através de ações visíveis com forte carga simbólica. Daí a competição para o **uso do espaço público** – e as **guerras culturais, que caracterizam muitas sociedades** (CLAVAL, 2011, p. 19). [grifo nosso]

Souza (2013) afirma que o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, postulação essa que admite a premissa de que o território só pode ser concebido, concretamente, em associação com a ideia de poder. Segundo o autor:

O fato é que, via de regra, até mesmo fora de um contexto radicalmente democrático e dialógico, há que se buscar o componente de *consentimentos* no exercício de poder – e, por extensão, no exercício do controle sobre um espaço. Uma vez que o espaço territorializado é, em última análise, um instrumento de exercício de poder, a questão formulada mais acima neste parágrafo traz embutida, latente, esta outra, que a torna mais precisa, e que eu também já havia apresentado em trabalhos anteriores: *quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?* (SOUZA, 2013, p. 87)

É interessante notar que o processo de desterritorialização se dá a partir de motivações ligadas ao substrato espacial material, aos significados culturais atribuídos às formas espaciais, ou seja, às imagens do lugar e à sua vocação. Especificamente tratando da questão dos megaeventos, temos que a cidade-sede - que se prepara para receber o evento - deve ser acolhedora e adotar soluções práticas; que fazem parte do planejamento de *marketing*. Além disso, o turista deve perceber que todo o aparato para o receber está milimetricamente ensaiado e orquestrado, de maneira que “nada” dê errado, haja vista que a imagem de organização e de excelência, que se quer mostrar ao mundo, deve ser a melhor possível. Essa preparação foi realizada com o intuito de que o evento se tornasse uma verdadeira vitrine de propaganda da cidade para o mundo (apesar do momento político delicado pelo qual estávamos passando, em 2014). Existe ainda a intenção de se obter um incremento significativo do fluxo turístico para o recorte territorial que o sedia, ainda que para isso, seja necessário desterritorializar populações, moradias e/ou enfrentar outros “empecilhos” à realização desse mega investimento.

Vale ressaltar que há:

(...) sempre um grupo social em conexão com um espaço (a ser [des] territorializado, portanto). E, em muitos casos, o uso intenso e ostensivo de práticas espaciais, como **restrições de acesso** e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares (mediante alteração da toponímia, etc.), modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e a alteração do território (e também do substrato espacial material, da paisagem e das imagens de lugar, em vários casos). (SOUZA, 2013, p.87-88) [grifo nosso]

Observa-se também que, na maioria dos depoimentos coletados em entrevistas, esse lugar sempre foi identificado como território dos barraqueiros, por terem se estabelecido, no local, durante anos. No caso da desterritorialização dos antigos barraqueiros do entorno do Estádio, observa-se, contudo, foi desconsiderado o simbolismo e a representação dos mesmos como patrimônio imaterial de identidade da capital mineira, até o momento de sua marginalização e desterritorialização.

Haesbaert (2006), baseando-se em seu texto desenvolvido em 2001, aborda a desterritorialização dos muitos grupos “excluídos”, ou subalternos, explicitando que a desterritorialização, para os mais pobres, “multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca de simples sobrevivência física cotidiana”; a expropriação do território, no sentido literal, da terra, desnorteia, retira a base e desestrutura ainda mais os que já estão à margem da sociedade.

É pertinente registrar, nesse sentido, que:

Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Ademais, compreende-se que as diferentes forças sociais experimentam conflitos e vivem tensões de natureza distintas, oriundos de interesses econômicos e políticos diversos, e que elas se modificam a partir de interesses subjetivos, gerando como resultado, para os mais fracos, os impactos da sua exclusão social e político-territorial.

Nesse contexto, pode-se perceber que a relação estabelecida entre alimento e território, exprime singularmente, enquanto ponto central a territorialidade dos antigos barraqueiros, de acordo com os valores culturais que a população se identifica e reforça.

## **4.2 A relação estabelecida entre o alimento e o território**

### **4.2.1 A questão do feijão tropeiro – aspectos culturais e a apropriação simbólica do Território<sup>46</sup>**

Os sentidos do olfato e do tato são educados mentalmente? Tendemos a negligenciar o poder cognitivo desses sentidos. No entanto, o verbo francês *savoir* ('saber') está intimamente relacionado com o inglês *savor*. O paladar, o olfato e o tato podem atingir um extraordinário refinamento. Eles discriminam em meio à riqueza de sensações e articulam os mundos gustativo, olfativo e textural (TUAN, 1983, p.11).

O vínculo do alimento com o território pode ser percebido, historicamente, por meio das tradições e das manifestações culturais de cada lugar. Nesse capítulo, buscou-se discutir a relação estabelecida entre o território do entorno do Estádio Mineirão e o feijão tropeiro, alimento que se tornou uma referência territorial, além de um prato típico mineiro. Procurou-se perceber, a partir da fala dos entrevistados, o vínculo estabelecido com o território, conhecendo e elencando os alimentos e bebidas culturalmente vinculados a esse território ao longo dos anos, até os dias atuais, com o reconhecimento e valorização histórico-cultural, em particular do “tropeirão do Mineirão”, que pode caracterizar ou expressar formas de apropriação cultural, por meio do acionamento da memória e da identidade evocados pelo alimento, a partir da análise do entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto (conhecido como Mineirão), situado na capital mineira (Belo Horizonte) e dos alimentos e bebidas, que, em função dos eventos que ocorriam ali, eram comercializados.

Com a realização de megaeventos internacionais ocorridos recentemente no País, de alguns dos quais a cidade de Belo Horizonte também foi sede, esse território

---

<sup>46</sup> Essa mesma temática foi abordada, pela autora, no artigo intitulado “A relação estabelecida entre o alimento e o território: uma abordagem dos alimentos vinculados ao entorno do Estádio Mineirão, em Belo Horizonte/MG, da década de 1960 aos dias atuais”, apresentado no evento IV Seminário sobre alimentos e manifestações culturais e III Simpósio Internacional Alimentação e Cultura, realizado em maio de 2018, em São Cristóvão/SE em anais (no prelo).

tornou-se objeto de disputa de poder, pelo direito ao uso. O grupo em questão, antigos barraqueiros do Mineirão – qualificados como vendedores ambulantes, associados à ABAEM - apropriaram-se desse território ao longo dos anos, para desempenho do seu trabalho, por meio da comercialização de alimentos e bebidas em barracas.

Vale ressaltar que, anteriormente, sua permanência ali era autorizada<sup>47</sup> e legalizada por órgãos do Poder Público municipal e estadual, sendo que alguns desses trabalhadores eram vinculados a esse território desde a década de 1960, antes da inauguração do estádio. Esses atores sociais organizaram-se nessa associação comunitária a partir do ano 2000. Permaneceram trabalhando, no mesmo lugar, até 2010, quando foram desterritorializados<sup>48</sup> e retirados, impossibilitados de trabalhar nesse território. A retirada dos barraqueiros ocorreu para o início das obras de reforma do estádio, como parte dos preparativos previstos para a realizada Copa do Mundo de Futebol FIFA/2014, sediada no Brasil. Gratão (2009), em contexto que se aproxima da realidade dos barraqueiros, expressa a identidade cultural, estabelecida por meio das tradições culturais ligadas ao alimento, que pode ser tomada como referência, nesse território.

Da experiência espacial existencialmente significada, o sabor da geografia se estende aos grupos culturais, conformando na paisagem uma forma própria de habitar o mundo. Enquanto expressão da identidade cultural, o sabor é um sentido essencial para se compreender as tradições culturais, sendo um caminho que leva à conservação e preservação do ambiente (GRATÃO, 2009b).

É relevante assinalar que essa apropriação do território, para o desempenho de um trabalho, por meio da comercialização de alimentos e bebidas ao longo dos anos, possibilitou a criação de um vínculo de afetividade dos barraqueiros com o lugar. O convívio com os frequentadores, sejam os funcionários da obra, os torcedores dos jogos ou os participantes de eventos de lazer - foi o que nos possibilitou avaliar a diversificação de produtos vendidos ao longo dos anos e as preferências dos consumidores que frequentavam o espaço, até chegarmos ao tradicional “tropeiro do Mineirão”, prato típico local, que virou tradição dos frequentadores desse lugar.

---

<sup>47</sup> Conforme Campos (2016, p. 272), em 1991, o comércio realizado pelos antigos barraqueiros, no entorno do Mineirão, foi licenciado pela ADEMG.

<sup>48</sup> Adotando-se aqui as postulações de Haesbaert (2004), sobre tal conceito.

## **Cultura, Identidade e Territorialidade - por meio da memória**

Ao problematizar a construção da sociedade, por meio da cultura, Claval (2011) afirma que:

O indivíduo é uma construção realizada pela sociedade graças à cultura, mas simetricamente, a sociedade se constrói também graças à cultura. As relações entre os indivíduos têm de inserir-se num quadro reconhecido pelo grupo cada vez que elas concernem o estatuto social, o uso do poder e a acumulação de riquezas: essas relações são institucionalizadas e aparecem como legítimas quando elas estão conformes ao sistema de valores do grupo (CLAVAL, 2011, p. 17).

Nesse mesmo sentido, vale ressaltar ainda que

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. (CLAVAL, 2001, p. 63)

Assim, percebe-se que cada indivíduo se constrói a partir da consciência de pertencimento a uma comunidade ou grupo, por meio de uma origem social, de seus costumes e hábitos repassados a cada geração, que, ao longo do tempo, fortalecem a identidade construída, resgatada e revivida pela memória. A cultura é o que transforma os seres. Além disso, ela permite que sejam identificados códigos, símbolos e significados, a fim de que seja feita uma leitura de mundo a partir da vivência.

Em populações tradicionais, os povos indígenas “ressurgidos”, ou seja, que durante longo tempo ocultaram suas identidades para subsistir ao preconceito, buscam agora resgatá-las, rompendo, assim, com uma “lógica da invisibilidade”, antes eficiente por manter o processo de desterritorialização aparente. Agora, esses são responsáveis pela reconstrução de suas identidades e aspirações, incentivadas pela memória de resistência (DEUS, 2010, p.48).

Nesse contexto, observa-se nitidamente que o território é um espaço de identidade.

O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos (BONNEMAISON, 2000, p. 128).

Verifica-se que o território assume múltiplos significados, tais como econômicos, social, político, dentre outros; mas, sobretudo, sendo o segmento do espaço, onde se dão as relações estabelecidas entre o homem e a sua cultura. Considera-se que o território é construído a partir dos significados e sentidos que são dados ao espaço. É sugestivo notar que:

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2015, p. 215-216).

O território traz implícito, em sua essência, a noção de poder, que pode implicar em disputas e tensões. Para Haesbaert (1997), o território

[...] deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41) [grifo nosso].

Já a construção de identidade, bem como a da territorialidade de determinado grupo, é feita a partir da ocupação de um território e das vivências experimentadas ali. Assim, temos que

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Corroborando com essa discussão, Menezes (2013), afirma que as territorialidades são criadas pelos atores, ao se apropriarem dos recursos presentes em seus territórios, transformando-os em alternativas geradoras de renda e trabalho, a exemplo da produção de alimentos artesanais, culturais e/ou identitários.

O território dos barraqueiros do Mineirão foi construído por um grupo de

peças que conviveram em um mesmo segmento do espaço, identificou-se com ele, se fortaleceram e se agruparam a partir da criação da associação, observando-se que a identidade comum e diferencial que os qualifica é a de serem trabalhadores, que vendiam alimentos e bebidas em barraca, no entorno do Mineirão, que agora têm como objetivo retornar às atividades desempenhadas há anos nesse território ou em suas proximidades. Sua territorialidade foi construída a partir das vivências e das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas nesse território: o entorno do Mineirão. Foi criada subjetivamente – por tais atores - uma identidade com tal território, e inclusive percebemos em alguns depoimentos dos barraqueiros entrevistados que *“muitos não acreditavam que iriam sair daquele local, como saíram”*.

Depois de passado tanto tempo após a retirada desse grupo do Mineirão, alguns barraqueiros simplesmente querem reconhecimento, valorização e um ressarcimento das perdas tidas, pois apesar das dificuldades que vivenciaram, buscaram se adaptar, se resignificar e, sobretudo, resistir, descobrindo outros territórios para o seu uso, reterritorializando-se. Buscando organizar sua luta, mantendo o vínculo com o território que conquistaram e com o qual se identificam, articulando um possível retorno.

### **Os responsáveis pelo preparo do tropeiro - antigos barraqueiros do Mineirão, associados à ABAEM**

O grupo estudado é constituído por membros da associação ABAEM, ou seja, pelos antigos barraqueiros do entorno do Mineirão. Eles se apropriavam, semanalmente (de 03 a 04 dias), desse território, desde a década de 1960, por aproximadamente 50 anos. Eles, aliás, nos relataram as mudanças dos alimentos demandados e vendidos em suas barracas, ao longo dos anos, vinculados às vivências desse território.

“A experiência é integral, e, por isso, não podemos excluir os sabores como menos importantes. Os sabores também são espaciais, pois constituem e descrevem lugares e paisagens”; assim, temos que o sabor é evidenciado na “experiência geográfica”. Podemos até mesmo afirmar que “alguns lugares vêm a nós pelo sabor” (GRATÃO; MARANDOLA, 2011).

Nesse contexto, tais atores sociais, podem nos falar sobre a relação



estabelecida entre o alimento comercializado, por meio de seu trabalho; das possibilidades de ganho financeiro; do preparo dos alimentos e dos cursos realizados junto à Vigilância Sanitária (com o objetivo de servir melhor aos clientes, utilizando produtos de qualidade) e dos demais vínculos que foram estabelecidos para o desempenho dessa atividade, das relações de amizade que mantinham com os clientes. Alguns torcedores, às vezes, deixavam de entrar para assistir aos jogos, permanecendo do lado de fora do estádio, para consumir os produtos dos barraqueiros e conversar. Muitos adquiriram o habitual costume de comer o famoso tropeiro do Mineirão, em todos os dias de jogos.

Ressalte-se que a manipulação dos alimentos em barracas, destinados à comercialização na rua, deve seguir os rígidos parâmetros da Vigilância Sanitária. Tratando especificamente do tropeiro, observamos que se trata de produto altamente perecível, em função dos ingredientes acrescentados à receita, como, por exemplo, couve, tomate e molhos, que inviabilizam a sua comercialização em dia posterior ao preparo, pelo risco de deterioração. Fator esse que caracteriza perda financeira imediata do investimento do barraqueiro, quando o alimento preparado não é vendido no evento.

Em função da desterritorialização, eles acabaram se distanciando espacialmente do estádio, ao procurarem alternativas de trabalho em outros eventos, em outras regiões da cidade e, até mesmo, em outras cidades da Região Metropolitana ou até mesmo do Estado.

### **Entrevistas que referendam os alimentos ligados ao território, desde 1960**

Dentre as entrevistas semiestruturadas, realizadas para a conclusão dos trabalhos da tese, foram separados, para uma análise crítica, trechos de três delas que apresentaram falas sugestivas, concernentes aos alimentos ligados a esse território, ao longo do tempo. Ainda que, no roteiro de entrevista, não houvesse questão específica a esse respeito, como o instrumento utilizado absorve informações qualitativas e nos permite dar abertura ao entrevistado para falar de outras questões que, porventura, possam surgir, foi possível entender as mudanças, inserções e o vínculo cultural estabelecido por meio da relação alimento, território e sociedade.

Em análise a primeira das entrevistas de aproximação com o grupo, identificamos que, antigamente, não existia demanda, oriunda dos consumidores, por

bebida alcoólica. A cerveja é muito procurada atualmente. Afirma que os consumidores compravam as frutas descascadas, geladas e em pedaços, para comer. Ela se recorda que havia uma máquina própria para descascar laranjas, muito comum em Minas Gerais no passado, e que ela ficava horas a descascar sacos e mais sacos de laranjas para vender. Quando essa máquina estava estragada, e alguém pedia laranja, descascava a fruta à faca mesmo. O carrinho com as frutas era preparado com horas de antecedência, pois a entrevistada tinha que ir empurrando o carrinho com frutas e gelo, bastante pesado, por alguns quilômetros, da sua casa até o estádio. Ela acrescenta que a mãe dela - além de ter criado os três filhos - tinha a guarda de alguns sobrinhos, também criados com ela. Todos trabalhavam no entorno do Mineirão, comercializando alimentos e bebidas, com destaque para o tradicional tropeiro. Também, com muita luta, conseguiu comprar um terreno e para seus filhos construírem a própria casa, não precisando pagar aluguel.

Os alimentos e as bebidas comercializados garantiram, portanto, por um longo período, renda e dignidade, por meio do trabalho, a esses trabalhadores e às suas famílias, além de consolidar as tradições e os hábitos alimentares dos mineiros no entorno do Mineirão.

Uma segunda entrevistada, barraqueira antiga do Mineirão, atualmente com 86 anos (trabalhou aproximadamente 40 anos no entorno do estádio), afirma que descascava milho verde na rua lateral do estádio, por volta de 1963. Nessa época, esperavam o fiscal passar para, em seguida, vender os milhos cozidos. Alega que se recorda, como se fosse hoje, que, naquele tempo, ainda tinha resto de madeira e prego da obra no local, a *“construção não tinha acabado de fazer não”*. Todo o material utilizado nas barracas era levado na mão, caminhando a pé, por ela e seu esposo, acompanhados por seus filhos mais velhos, uma vez que ainda não tinham carro. Afirma ter vendido, ao longo dos anos, os seguintes itens: pão “molhado” (pão com molho), churrasco, água, refrigerante servido em copo descartável e milho verde. Complementa dizendo, ainda, que *“cerveja foi depois que veio, e era de garrafa, quando cheguei lá ninguém vendia cerveja não”*. Com o passar do tempo, as coisas foram melhorando *“devagarzinho”*. De carvão, passaram a trabalhar com chapa a gás. Ela não fazia tropeiro, mas sua filha, em parceria com um irmão, começaram a preparar o tropeiro para vender no entorno do local. Ainda hoje continuam trabalhando nessa mesma atividade, em eventos em por todo o Estado de Minas Gerais, viajando eventualmente para eventos em outros Estados.

A terceira entrevistada, também barraqueira antiga do Mineirão, tem 70 anos e afirma ter trabalhado durante 35 anos no entorno do estádio. Ela nos traz um depoimento sobre os produtos que vendia no entorno do estádio, até chegar ao famoso tropeiro.

Comecei vendendo chupchup [feito com suco artificial congelado] e frutas, depois que vi o movimento, nessa época eu morava no São Cristovão [bairro que fica a 6,4 km de distância do estádio, faziam o trajeto a pé]. Depois, mais ou menos, de uns dez anos inventaram barraca pra vender churrasco feito no carvão. Levava os filhos pra ajudar, trabalhando no Mineirão criou os quatro filhos e terminou de criar sete sobrinhos, filhos de sua irmã que morreu. Os barraqueiros mais antigos era eu; o José Martins, pai da Márcia; e o Sr. Nelson [ambos falecidos].

[...] eu que inventei o tropeiro. Eu vou te falar que o tropeiro foi até engraçado. Oh gente, quer saber de um negócio, churrasquinho tá até bom demais, mais ta muito pouco pro povo. O povo chega aqui no Mineirão com fome né, tem nada pra comer, só churrasco e bebida. Vamos inventar fazer um feijão com farinha. Não é que saiu! [afirma dando uma gargalhada ao se lembrar do sucesso de vendas] Daí eu fui comprando um torresminho na outra semana, nos outros jogos eu já coloquei ovo, e linguiça, sabe?! E o tropeiro foi ficando bom e o povo foi gostando, aí que fui fazendo ele mais gostoso. E foi me acompanhando todo mundo, começaram a fazer [os demais barraqueiros]. E o povo gostava, até hoje eu chego lá em Divinópolis e eles dizem: ôh Tia Rosa e o tropeirão do Mineirão? Falei: Eh minha filha, o Mineirão agora já era, não tem Mineirão mais não [se referindo ao processo de retirada, a desterritorialização que os barraqueiros sofreram]. Agora é tropeirão em casa mesmo. Fez enquanto deu.

No depoimento acima, a barraqueira faz uma retrospectiva de sua história junto ao Mineirão, lembrando, principalmente, dos produtos comercializados em muitos jogos, ao longo dos anos em que trabalhou junto da família. Acrescenta-se que essa entrevistada é mãe da primeira entrevistada, sendo assim, podemos traçar paralelos e fazer comparações entre os seus depoimentos. A mesma conta o que fez para vender o tropeiro, comida típica mineira, que foi tradicionalmente incorporada à vivência de ir ao Mineirão, nos dias de jogos e/ou eventos. Recorda com saudade do tempo em que trabalhava nas proximidades do estádio, e da retirada imposta aos barraqueiros, em 2010, que os impediu de permanecer trabalhando no local.

## **O vínculo histórico entre os mineiros e o feijão**

O feijão, de acordo com Frieiro (1982), é um alimento tratado como o “pai de todos” os alimentos à mesa dos mineiros, por ter sempre ocupado a posição de primeiro lugar no consumo, principalmente, das pessoas menos favorecidas, ao longo do tempo e nas regiões de mineração. O autor pontua que:

A escassez de alimentos perdurou durante todo o período colonial, não só no território mineiro como na região dos engenhos. Ainda em fins de Setecentos a situação da crise de artigos de subsistência revelava-se em documentos oficiais. Os governadores empenhavam-se em que os lavradores plantassem não só a mandioca, mas feijão e milho, para abastecer os povos (FRIEIRO, 1982, p. 57).

Ainda segundo Frieiro (1982, p. 162), observa-se que:

[...] Na região aurífera o problema da alimentação foi grave, especialmente nos primeiros tempos da exploração mineral, e não só para a população escrava como também para os homens livres. O milho e o feijão eram o único e ordinário sustento da classe servil e o mesmo acontecia aos senhores brancos que não viviam nas vilas ou arraiais onde havia açougues.

Tradicionalmente, no Brasil, constam registros históricos do consumo do feijão ligado à alimentação camponesa, na economia de subsistência, que teria afastado o perigo da fome. Embora, nas regiões de mineração, todos os produtos tivessem preços exorbitantes, se comparados aos preços praticados em outras regiões. Por sua vez, Trigueiro (2008) no seu artigo sobre o abastecimento alimentício da cidade histórica de Ouro Preto (antes, Vila Rica), registra que ele era feito por meio de produtos vindos principalmente da região onde hoje se situa a capital mineira, Belo Horizonte, então chamada Curral Del Rey. A presença do feijão é identificada ainda no século XVIII, como base da alimentação dos mineradores e demais habitantes da região. O autor retrata a precária alimentação e os altos custos dos alimentos na região das Minas, uma vez que não havia produção agrícola local, haja vista que a atividade econômica predominante era a procura pelo ouro.

Até os dias de hoje, o feijão é uma iguaria incomparável. Isso pode ser observado também em Belo Horizonte, principalmente, quando preparado tipicamente, como feijão tropeiro, apresentando modo de preparo tradicionalmente mais antigo. Segundo Frieiro (1982), ao feijão cozido, quase sem caldo, não esmagado, e juntado

depois aos torresmos fritos e à farinha de mandioca, dão-se os nomes de “feijão-de-tropeiro”, “feijão-das-onze” e “feijão-de-preguiça”. Outras receitas da iguaria puderam também ser identificadas:

Vimos em certo periódico a receita de um feijão de tropeiro, assim denominado, gostoso talvez, mas inteiramente descaracterizado. Entravam na sua composição, além do feijão propriamente dito (cozido em panela de pressão), linguiça, ovos, couve, farinha de mandioca, banha e cebola e, o que era mais estranhável machucavam-se bem os grãos com colher de pau. Errado, positivamente. Só se era tropeiro do asfalto (FRIEIRO, 1982, p. 130).

A origem do nome<sup>49</sup> desse destacado prato da cozinha tradicional mineira, associa-se aos desbravadores dos sertões da época da mineração, que, em suas viagens longas, precisavam carregar um alimento que tivesse uma longa durabilidade (ou seja, que não se deteriorasse facilmente), o que é garantido, nesse prato, pela combinação do feijão com a carne seca e a farinha. Em função da atividade desenvolvida pelos tropeiros, sua dieta deveria ser substancial, apesar de pouco variada e simples. Nela figurava prioritariamente o feijão, acompanhado da farinha de mandioca, do toucinho e da carne-de-vento ou seca, além do café. Outros itens podiam ser adicionados no preparo do feijão tropeiro. Ao longo do tempo, são encontrados na composição do prato típico: torresmos, farofa molhada e a couve picada, além da pimenta, que poderia já ser misturada à comida ou em forma de molho.

Nota-se que, em viagens internacionais, não somente os mineiros, mas todos os brasileiros sentem falta do feijão e do arroz, cozidos à moda do País, por termos o hábito alimentar frequente, senão diário, de fazer refeições com a presença desses dois grãos.

#### **4.2.2 O tropeiro do Mineirão<sup>50</sup>**

Os sabores dos alimentos tradicionais elaborados por grupos familiares expressa uma relação cultural enraizada na identidade dos grupos familiares produtores e consumidores nos territórios rurais e urbanos (MENEZES, 2015, p. 45).

---

49 De acordo com José Alípio Goulart, na obra *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, Rio, 1961, p. 130, apud FRIEIRO, 1982.

50 Nesse capítulo, consideraremos o tropeiro que era preparado na área externa do Estádio.

A origem do tropeiro do Mineirão, verificada a partir das entrevistas realizadas, vinculou-se à necessidade, dos antigos barraqueiros, em vender algo que “sustentasse mais” os clientes. Antes, os alimentos mais comuns nas barracas eram o sanduíche de pernil e o espetinho de churrasco. Se junta a esse dado, o depoimento prestado pontuando que, antes, no estádio, aos domingos, no período da manhã, ocorria o evento Feira de Veículos (com a livre comercialização de carros). No período da tarde, iniciavam-se os jogos. Muitos frequentadores permaneciam no local para participar dos dois eventos; os quais, na maioria das vezes, vinham do interior e permaneciam por longos períodos no local. A partir daí os barraqueiros perceberam uma possibilidade de vendas, e introduziram esse produto para oferecer a essa clientela. À medida que um barraqueiro constatava o sucesso do outro, com a venda do tropeiro, começava também a produzir e a vender mesmo alimento em sua barraca.

Alguns relatos dos entrevistados registram que essa tradição se estabeleceu ao longo dos anos. A partir de certo momento, era impossível ir ao Mineirão sem experimentar o tradicional tropeiro. Muitas pessoas passaram ainda a comprar o marmitex, para levar o produto para parentes e amigos quando vinham aos jogos. Após alguns anos, a iguaria passou a ser comercializada nos bares localizados dentro do estádio.

Fotos 12 e 13: tropeiro preparado pelos barraqueiros do Mineirão, em eventos.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Essa manifestação cultural ligada ao território - em função da relevância cultural imaterial assumida por esse prato típico - é um bem da cidade, tendo conquistado o reconhecimento público dos moradores e dos frequentadores do estádio.

Questões ligadas à valorização desse alimento já foram mencionadas em trabalhos acadêmicos, bem como em documentos do MPF, MPE e da DPE, reconhecendo o produto como sendo de relevante valor cultural para a cidade. Admite-se, que os barraqueiros históricos do Mineirão, tenham se apropriado desse território e das técnicas de preparo desse prato típico, o que os diferenciou de outros vendedores ambulantes de rua, uma vez que eles se mantiveram nesse território, estabeleceram sua identidade enquanto grupo, vinculando sua história a história do estádio, durante anos.

Em outros exemplos na literatura, é possível tecer laços de proximidade com a pesquisa em questão. É o caso, por exemplo, das redes de sociabilidade e construção do território das fabriquetas de queijo no sertão sergipano, estudo proposto por Menezes e Almeida (2005). No estudo, está implícita a valorização cultural do alimento demandado no território urbano, além da cultura arraigada transformada em territorialidade, alicerçando, na contemporaneidade, a reprodução social e econômica de grupos familiares. Observa-se, ainda, que é elevado o valor cultural, social e econômico diretamente relacionado a esses grupos, por meio da tessitura sociocultural desses distintos lugares. Nesses territórios emergem identidades culturais, por meio do apoio a essas redes sociais, de modo que esses atores continuem convivendo, trabalhando e se relacionando no território construído por meio do vínculo com o trabalho, e de sua apropriação do espaço transformado em território.

Outro exemplo, que se assemelha ao abordado nesse artigo, é o das baianas do acarajé, no Estado da Bahia, que versa sobre o conflito estabelecido entre as mulheres e a FIFA, decorrente da realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014, estudo realizado por Araújo (2015)<sup>51</sup>. A exemplo dos antigos barraqueiros do Mineirão, as baianas do acarajé - que comercializam alimentos típicos na rua, principalmente o acarajé - desde a década de 60, na porta do estádio, também sofreram a violação dos seus direitos, com a proibição da venda no período dos jogos.

O grupo das Baianas do Acarajé, composto por mulheres, reagiu apresentando várias estratégias de luta, de negociação e ação direta, com fins a garantir a realização e continuidade de seu ofício, resistindo, assim, à retirada. As mesmas afirmaram não possuir outra opção de trabalho para manter sua renda na época da Copa do Mundo. Além disso, alegaram ter uma importância na ocupação do espaço público,

---

51 Dissertação de mestrado do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, em Direitos Humanos e Cidadania.

uma vez que sua presença está relacionada à detenção de conhecimento culinário e ritualístico, passado de geração em geração. Assim como no caso dos antigos barraqueiros, a relevância cultural se dá por meio do preparo do tradicional tropeiro. A renda obtida está diretamente relacionada à sobrevivência, uma vez que a maioria do grupo é composta por mulheres, com pouco estudo e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que não possuem outras habilidades. Estamos de frente com mais um exemplo de violação aos Direitos Humanos, por meio do “estado de exceção” instalado no período dos megaeventos, sendo perpetrado com a anuência dos governos dos Estados, contrariando recomendações do Ministério Público, que visavam resguardar as atividades tradicionais da população local, nas cidades-sedes.

As baianas do acarajé conseguiram resistir, a essa violação de direitos, por meio da Associação de Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM). Foram realizados diversos atos e foi criada uma petição *online* que envolveu a população, em prol do resguardo do símbolo da baianidade e da brasilidade, por meio do Decreto nº 12.175/98, que regulamenta o ofício no Estado da Bahia. Houve também o registro do ofício, pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), em 2005. Em 26/10/2012, as baianas receberam o título de Patrimônio Imaterial Estadual.

Nesse caso de resguardo, a argumentação do Ministério Público desenvolveu-se em torno do conceito de patrimônio Imaterial Nacional: as baianas foram consideradas um bem público, por serem detentoras do saber tombado como patrimônio imaterial, relacionado às iguarias produzidas e comercializadas pelo ofício de baiana do acarajé, vinculado ao saber/fazer. Diferentemente do resultado obtido pelos barraqueiros, que já contam mais de oito anos de remoção forçada, as baianas continuam resistindo, sobrevivendo das brechas do sistema capitalista.

A partir dos estudos realizados, foi possível identificar os registros históricos, sobretudo do alimento feijão no contexto da cultura mineira, o que justifica sua presença marcante até os dias atuais. Percebe-se a importância da relação alimento e território, por meio da territorialidade exercida através da cultura, uma vez que os frequentadores desse território demandam esses sabores, reforçando sua própria identidade cultural ao consumi-los. Constatamos, assim, que os costumes alimentares estão diretamente ligados à comunidade nas quais estão inseridos, e, por consequência, são influenciados pela cultura. Os alimentos consumidos no entorno do estádio Mineirão, ao longo dos anos, foram se modificando, a partir do avanço do consumo e da



melhora financeira da população frequentadora: desde as frutas geladas *in natura*, passando pelo “churrasquinho de lata” e o “pão molhado”, chegando à permanência da produção da comida tradicional do local, o famoso tropeiro do Mineirão. Por meio do resgate da memória do grupo estudado, a partir das lembranças dos momentos vivenciados no território do entorno do Mineirão, foi possível perceber a identidade cultural, o vínculo histórico e a tradição mineira envolvida nessa territorialização exercida por eles. O grupo viu, naquele espaço, o seu território, consolidando-o por meio do exercício de atividade laboral exercida em função do alimento, cujo consumo abarca valores culturais e sociais, além de econômicos; uma vez que essa atividade constitui a única fonte de recursos da maioria desses trabalhadores. Antes da remoção, tinham mais tranquilidade para exercer o seu trabalho, investindo em produtos oferecidos aos consumidores.

#### **4.3 Uma discussão sobre o tropeiro que é feito (e servido) dentro do estádio**

Para que possamos estabelecer um contraponto entre o “feijão tropeiro” servido dentro e fora do estádio, realizamos entrevista com uma das responsáveis pela elaboração e venda do produto dentro do Mineirão. A profissional é reconhecida e sempre convidada a dar entrevistas para a mídia em geral, falando a respeito da logística do preparo do tradicional tropeiro do Mineirão, por ser a responsável por sua comercialização em metade dos bares localizados dentro do espaço (em um total de 21 bares). Essa imersão se deu em dois dias. No primeiro, em uma véspera de jogo, visitamos a cozinha principal, localizada junto à dispensa. Nesse local, geralmente a entrevistada coordena suas atividades (dentro do Estádio). A entrevista<sup>52</sup> foi realizada seguindo roteiro anexo ao trabalho<sup>53</sup>. No segundo dia, foi realizada visita técnica acompanhada às cozinhas e lanchonetes de todos os setores do Estádio, em um dia de realização de jogo (jogo do Campeonato Mineiro de 2018, entre os times Cruzeiro e U.R.T.). O objetivo da pesquisadora era perceber a logística de preparo e distribuição do

---

<sup>52</sup> Foi realizada entrevista com a Sra. Sônia Maria da Costa, de 63 anos de idade, no dia 06/03/2018, na área de hospitalidade do Mineirão, em bar do Setor Amarelo.

Foi possível perceber a logística de preparo e comercialização do tropeiro, na parte interna do Estádio, tendo sido feitos vídeos. Também sanamos dúvidas relacionadas ao processo de produção do feijão tropeiro.

<sup>53</sup> Consta em apêndices.

tropeiro, incluindo a degustação dos dois tipos do alimento tropeiro servido na parte interna do Mineirão, preparados por pessoas distintas. Essas atividades foram realizadas nos dias 06 e 07 de março de 2018.

Esse contraponto se faz necessário, sobretudo com a finalidade de observar o preparo e verificar a percepção dos consumidores em relação ao produto classificado como o tradicional tropeiro do Mineirão (vendido pelos antigos barraqueiros). Nos possibilitou, ainda, que fosse feita uma distinção entre o alimento que é servido dentro e o que é servido fora do Estádio, entre suas particularidades em termos de preparo e sua identidade - relacionados ao reconhecimento como patrimônio da cidade de Belo Horizonte, bem como quanto à identificação e ao reconhecimento que os antigos barraqueiros do Mineirão buscam e que lhe são atribuídos.

### **Entrevista realizada com Sônia Maria da Costa**

Figura 14 e 15 - D. Sônia, no Mineirão e na cozinha do bar no Setor Amarelo (parte interna do Mineirão).



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

D. Sônia, em uma campanha publicitária e pública de valorização dos pontos turísticos de Belo Horizonte (realizada em 2017, em comemoração aos 112 anos da cidade), foi convidada, inclusive, para ser a madrinha do Mineirão. A finalidade era divulgar e pedir votos para o Estádio, considerado atrativo turístico que teria “a cara da

cidade”. Essa mineira de Taquaraçu de Minas chegou a Belo Horizonte aos quatro anos de idade. Hoje, aos 63, juntamente com seus familiares, é responsável pela gestão de metade dos bares localizados dentro do Mineirão (totalizando 21 bares, distribuídos entre os três andares do Estádio). Em 2018, faz 31 anos<sup>54</sup> que ela presta esse serviço dentro do Mineirão, tendo assinado contrato, para esse fim, em 18/10/1987. Ela não se recorda ao certo do período em que trabalhou na área externa, quando também possuía barraca no entorno do Estádio, tal como os antigos barraqueiros da ABAEM. O funcionamento do seu negócio é semelhante ao de uma empresa de médio porte, envolvendo o trabalho de 16 familiares. A entrevistada afirma que, em jogos com maior público, 135 pessoas chegam a trabalhar com ela. Em jogos médios, como foi o caso do jogo realizado em 07/03/2018, 70 pessoas trabalharam com ela (contabilizados os trabalhadores temporários, que recebem diárias). Ela acrescenta que são produzidas, aproximadamente, sete mil marmitas de tropeiro, nos grandes jogos. Todo o acondicionamento dos alimentos e demais orientações alimentares são prestados por nutricionistas contratadas pelos responsáveis pelo estádio, havendo, inclusive, fiscalização periódica das instalações.

A entrevistada narrou sua trajetória, desde quanto trabalhava na área externa até o momento atual. Ficou claro, para a pesquisadora, que a depoente fazia parte do grupo dos barraqueiros que trabalhavam “*em volta, ali no anel*”, como a mesma se referiu ao entorno do Mineirão. Observamos que ela teve oportunidade para sair da informalidade, passando, então, a gerenciar uma microempresa que fornece alimentação, principalmente, o tropeiro, dentro do estádio.

“Antes de fazer o tropeiro aqui dentro eu já trabalhava com tropeiro lá fora, nas barracas que tinham lá fora, sabe?! Aí eu ficava lá. Depois que eu vim aqui pra dentro. Aqui é funcionário demais, é gente a perder de vista. Quem me convidou pra vir aqui pra dentro é o Fernando, que também trabalha aqui dentro, tem bar aqui dentro. Que hoje aqui é eu e o Fernando aqui dentro. A metade do Mineirão é meu

---

<sup>54</sup> Deve-se observar que ela já fazia e comercializava o tropeiro do lado de fora do Estádio, embora ela não se recorde durante quanto tempo o fez, assim como os antigos barraqueiros, explicitando que lhe foi oferecida a possibilidade de passar a comercializar seu produto dentro do Estádio. Quanto ao tempo de trabalho vinculado ao Mineirão, o que a distingue dos outros barraqueiros, é que ela somente interrompeu suas atividades por três anos, durante a reforma do Estádio. Após isso, retornou normalmente às atividades de preparo e comercialização do produto, enquanto que a contagem do tempo de trabalho dos antigos barraqueiros da ABAEM, considerada nessa tese, cessa em 2010, uma vez que eles foram desterritorializados do entorno do Estádio nesse ano.

e a metade é dele, 21 dele e 21 meu [se referindo à divisão dos bares dentro do estádio]” (sic) (Sônia, 2018).

Ela afirmou que, em um primeiro momento, o fornecimento de alimentação dentro do Estádio era regulamentado pela ADEMG. No entanto, não era exigido contrato, o que foi exigido com o passar dos anos. Após a PPP, com a empresa Minas Arena, foi exigida a assinatura de um contrato. Ela revela, inclusive, orgulho por ter conseguido incrementar as vendas do bar assumido por ela.

“Aí eu vim aqui pra dentro, antes era ADEMG, não tinha nada de contrato, não tinha nada não. Cê vinha trabalhava e pagava né. Aí depois foi evoluindo o Mineirão, foi evoluindo, aí já fazia as boletas para pagar em banco. Mas quando eu entrei aqui pro Mineirão [referindo-se ao trabalho na área interna] eu vendia três tropeiro. Que era no bar 12, fiquei nesse bar 12 e comecei a vender três tropeiro, tinha um bar só. Aí fui trabalhando naquele bar, aí chegava os ônibus da Polícia e o que que eu fiz, parava pra pensar e o Mineirão lotado, e eu não vendendo nada, aí eu comecei a fazer umas fichinhas e colocava um menino lá na portaria pondo dentro dos ônibus da polícia, aí eu comecei a vender, vender, vender pra polícia, mas é porque o público ainda não conhecia esse bar, esse bar era um bar morto aqui no Mineirão, aí eu fui levantando o bar, levantando o bar, levantando e levantei junto com o bar. [...] Eu sei que eu comecei, comecei, comecei na hora que eu assustei já tava vendendo mais do que nos outros bares e a freguesia.  
[...] Aqui dentro já tinha a mãe do Fernando e tinha a D. Vanda, mas ela já faleceu. Aí eu entrei, comecei com tropeiro também e tô aqui até hoje, e quero ir mais muitos anos ainda” (sic) (Sônia, 2018).

Ainda segundo a entrevistada, os produtos que sempre foram vendidos, nesses bares, são “*cerveja, refrigerante, água mineral, salgados, tropeiro. O tropeiro aqui é completo né, cê sabe*”. Ao falar sobre o diferencial do seu tropeiro, a entrevistada afirmou que ele se relaciona ao “*o carinho e o amor*” com que o produto é preparado. Considera os fregueses “*como seus filhos*”, sendo que ela é reconhecida pelos torcedores até fora do estádio. Constatamos que D. Sônia foi se estabelecendo no estádio por meio de um empreendimento familiar, onde trabalha sua família (em um total de 16 pessoas). Além dela, trabalham sua “*irmã, sobrinho, filho, cunhada, outra irmã, irmão, sobrinha, tudo aqui*” e alguns contratados temporários.

“Jogo grande tá dando na faixa de 135 total de pessoas pra trabalhar, amanhã é umas 70 pessoas, porque é um jogo médio, vamos ver na reunião agora, porque eles passam tudo pra nós [referindo-se à reunião

de preparação do evento, que é realizada na véspera de cada jogo e/ou evento pela Minas Arena]. Não largo a família de jeito nenhum, eu sou muito família” (sic) (Sônia, 2018).

A entrevistada afirmou que, na área externa do Mineirão, era difícil fazer o tropeiro, porque havia a fiscalização da Vigilância Sanitária e por não haver água nas barracas. Nessa época, trabalhava mais com “*sanduíche de pernil, cachorro quente, cerveja, refrigerante e água mineral*”. Ela acrescenta ainda que fazia tropeiro também em eventos.

Mas eu já mexia com tropeiro nos eventos, porque eu pegava evento pra fazer tipo Betim Rural, em Santa Luzia [região Metropolitana de Belo Horizonte], eu rodava tudo enquanto era lugar que tivesse evento, em Belo Horizonte, montava a barraca e lá eu fazia os tropeiros. Eu comecei o tropeiro foi em Betim, há muitos anos atrás. Eu chegava em Betim pra trabalhar, tinha vendido as barracas todas, com todos os produtos, aí a Rita [amiga] falou comigo assim: \_ mas não tem nada pra você fazer? Aí eu falei assim, oh gente, mas deve ter alguma coisa pra eu fazer. Eu sou insistente sabe! Eu sou uma pessoa super insistente, aí fui pensar, mais e o tropeiro. Tropeiro? Mas vai vender tropeiro no Betim Rural, na época. Aí ela fez uma barraquinha de dois metros e eu cresci ela, porque eu sou igual cigano, rapidinho já tinha mais de três. Aí fizemos o tropeiro, mas nós não demos conta de trabalhar não, nós vendemos tudo. As barracas tudo vazia e eu só vendendo. Aí eu coloquei um preço bem barato, pra vender muito sabe, tinha que ver. Aí comecei vendendo assim, fui vendendo, vendendo e hoje tô aqui” (sic) (Sônia, 2018).

#### **4.3.1 Diversos aspectos sobre a logística de preparo e distribuição do tropeiro dentro do Mineirão**

##### **Os ingredientes do tropeiro**

Os ingredientes que compõem o marmitex do tropeiro são “*arroz, o tropeiro, ovo, couve, torresmo, o molho quente e o bife de porco. É uma marmitta bonita. Bem servida, nossa mãe!*”.

Observamos que existe uma padronização da disposição dos alimentos na marmitta, com o diferencial de haver um bife de porco em destaque. Para fazer o feijão tropeiro – ela ressalta, vai “*gastar bacon, linguiça, farinha de mandioca, agora outros ingredientes, um segredinho, cheiro verde, muito amor e boa vontade*”.

Atualmente, o tropeiro comercializado dentro do estádio é vendido a “R\$ 14,00 (quatorze reais), marmitex com 650 gramas, mais vem mais né, porque têm uns que pede menos e outros que pede mais, daí a gente vai [lhes] agradando, né”.

Figura 16 – D. Sônia, paramentada com a dólmã. Em detalhe, a marmitta servida.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018

Figura 17 – Ingredientes do feijão tropeiro, já cortados, etiquetados e acondicionados para o preparo no dia do jogo.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Figura 18 e 19 – Preparo da couve e dos torresmos, em véspera de jogo de futebol no Mineirão.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Na ocasião em que realizamos a visita técnica e a entrevista no estádio, observamos a cozinha, o bar e o estoque de alimentos. Como era véspera de um jogo no estádio, presenciamos a limpeza e corte dos alimentos - um “*mise-en-place*” para o dia do jogo - e pudemos comprovar que, apesar de haver um volume muito grande de comida a ser preparada e servida, os alimentos são feitos no mesmo dia em que são comercializados.

“São umas sete mil marmitas por jogo grande. A logística aqui oh, a comida, o arroz, o feijão, o molho, é feito tudo no dia, é feito amanhã [se referindo ao dia do jogo]. O que [se] faz hoje é lavar couve, é cebolinha, picar bacon, linguiça; aqui fica numa faixa de 250 kg de linguiça e 250 kg de bacon picado, tem muita coisa pra fazer! Esse tropeiro aqui vem gente de longe, fica aqui e no final do jogo vai ali e compra três, quatro, cinco pra levar pra casa” (sic) (Sônia, 2018).

A entrevistada nos afirmou que, ao prestar esse serviço dentro do Estádio, consegue outras oportunidades e obtém a “*preferência*” na prestação de serviço para particulares, em outros eventos, através de convites. Além disso, ela tem atuado em eventos que ocorrem na esplanada do Estádio (espaço construído ao redor do Mineirão), como, por exemplo, no evento Planeta Brasil (sendo combinados diretamente com a

empresa administradora do estádio, Minas Arena); e, em outras ocasiões, dialoga com os próprios empresários ou organizadores dos eventos. Em cada evento, são estabelecidos os acordos e utilizada uma logística diferenciada, sendo o preparo realizado na infraestrutura das cozinhas localizadas na parte interna do estádio, o que propicia um incremento de renda a essa empreendedora.

### **Logística de preparo e distribuição**

O Mineirão possui três andares e, em cada bar, há uma cozinha. Em função de suas dimensões, algumas preparam o tropeiro em mais de um bar, distribuindo-os (em carrinhos), que os mantém aquecido. A cozinha receptora é responsável por seu armazenamento e distribuição. D. Sônia mantém um parente como responsável em cada cozinha, sendo seu filho o coordenador geral. Ele passa o tempo de duração do jogo (além de se comunicar, por rádio, com outras pessoas envolvidas) fiscalizando e verificando a logística da distribuição do tropeiro e da cerveja gelada (que, segundo ele, não pode faltar). Já o sobrinho - estudante de Administração de Empresas - fica encarregado das compras, de alguma eventual contratação de funcionários e pelos pagamentos. Com a distribuição de tarefas a uma equipe de confiança, o serviço prestado é melhor desempenhado, o que evita sobrecarregar uma pessoa, sendo organizado para atender ao maior número de clientes, em tão curto espaço de tempo.

“Cada um tem a sua função, porque o que acontece, é muita gente, quando entra esse tanto de gente aqui, nossa, tem gente que eu nem nunca vi na vida [sobre os funcionários]. Se o jogo é menor oscila o número de pessoas, é só *freelancer*. Aqui, assim, eu tenho uma turma que ela já trabalha comigo todos os jogos, dou a preferência pra eles porque eles não falta de jogo, pessoas que você pode confiar. O atendimento, nossa, aqui eu preocupo muito com o atendimento, eu não gosto que trata freguês mal, de maneira nenhuma, então eu acho que isso conta muito pra o público né. Hoje a educação tá em primeiro lugar. Você sabe, hoje você entrou dentro de uma loja, você foi mal atendido, cê não volta lá não, eu não volto, então eu faço questão, oh gente, tem que ser, tem que atender os cliente aqui, o cliente tem a razão, mesmo que ele esteja sem a razão aqui” [dando exemplo da importância de atender bem]” (sic) (Sônia, 2018).

### **Cultura e identidade**

Quando questionada se o feijão tropeiro faria parte da cultura mineira (a “mineiridade”), a entrevistada respondeu: “*ôh, e como! Pra mim ele, sem ser o feijão e*



*o frango com quiabo, é os dois que bate bola. Não é verdade?! É verdade”.* Acrescentou ainda que, hoje, a maioria das festas das cidades do entorno de Belo Horizonte, tem tropeiro; que o prato virou tradição em todas as festas de sua família, prepara uma quantidade maior, para que os convidados possam levar um pouco para casa. Além disso, disse que *“o tropeiro, hoje, faz parte da minha vida”*, e que tem muito a agradecer. Afirmou ainda adorar a comida.

**Figura 20 e 21** –Imagem da equipe que trabalha no bar do Setor Amarelo e entrega da marmitta de tropeiro, feita por meio do recebimento de ficha (funcionária Dulcinéia Cazita Camargos Costa, cunhada da D. Sônia).



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

A entrevistada reconheceu ter se fixado dentro do Mineirão, em função do tropeiro. Nas palavras dela: *“o tropeiro é o carro chefe aqui dentro, né? Hoje, aqui, o que bate bola aqui é o tropeiro; tá melhor do que os jogadores em campo. Eu tô aqui até hoje é por causa do tropeiro”*. Vale destacar que, nos bares, além do tropeiro “completo”, também são vendidos *“empadinha, coxinha, pizza, pão de queijo, cerveja, refrigerante e água, só. E cerveja só até na hora do intervalo, depois não [se] vende mais”*, pois, não é permitido. O bar fica aberto durante todo o tempo de duração do jogo, permanecendo assim após o seu término, por aproximadamente 20 vinte minutos. Alguns clientes guardam fichas para retirar o tropeiro após o término do jogo, levando a marmitta para casa.

### **Ponderações sobre a localização dos bares no Mineirão**

Após a reforma, o Estádio foi dividido em quatro setores, identificados por cores. Os dois responsáveis pelo preparo do tropeiro, dentro do Estádio, possuem bares em todos os setores, embora, dentre estes estabelecimentos, só alguns possuam placa de identificação, com o nome do responsável. É relevante assinalar que a entrevistada acrescentou que “*só tem como saber se o bar é meu ou do Fernando se perguntar pra quem tiver trabalhando*”. Nessa visita, fizemos degustações dos dois tipos de tropeiro servidos dentro do Estádio (de forma independente e por conta da pesquisadora), sendo somente visitada e estabelecido contato direto com a responsável pelo preparo em metade dos bares. A montagem da marmita do tropeiro é realizada a partir de uma padronização, sendo ela composta sempre pelos mesmos itens. No entanto, há distinção de sabor, que acreditamos estar relacionado ao modo de preparo da iguaria.

### **Considerações sobre os trabalhadores contratados e as vendas do feijão tropeiro**

Como remuneração pelo dia de trabalho nos bares no Estádio, cada empregado recebe, geralmente, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais). A chegada das pessoas que trabalham na cozinha é antecipada. Os que irão trabalhar apenas no atendimento, no balcão, podem chegar mais tarde. Priorizam a contratação de pessoas de confiança, de todas as idades, admitindo-se, até mesmo, aquelas com maior escolaridade, que aceitam tal tipo de trabalho, em função da atual carência de emprego no País.

Quanto à venda realizada pelos caixas presentes no local, identificamos que, em relação ao contrato firmado com a nossa entrevistada, essa é uma responsabilidade da administradora Minas Arena. Observamos ainda que, no bar de outro responsável por essa prestação de serviço, o caixa era administrado por ele mesmo, sendo a compra e a retirada do produto realizadas no mesmo local. D. Sônia afirmou achar melhor não ter que se preocupar com isso, mas disse que, por sua experiência, sabe analisar quanto vendeu, apenas pelo fluxo de pessoas que passaram pelo bar no dia do jogo.

“O CNPJ vai nas fichas e tudo que vender nesse setor aqui cai na máquina, aí terminando o jogo tira a leitura aqui e sai lá, sai tudo ali. Tenho que pagar uma porcentagem [os detalhes quanto aos valores não foram especificados] pra Minas Arena, aí eles tiram a porcentagem. Antes os caixas eram nossos, era vinte mil de troco, jogo grande trinta mil de troco. Nossa senhora, aí você vai trocar no

banco não tem, e andar com esse dinheiro pra rua afora, aí cê vai nas garagens [de ônibus] cê tem que pagar, eles trocam mais cê tem que pagar, ninguém faz nada de graça não. Graças a Deus que eles se vira pra lá, eu já tenho muita coisa pra mim pensar. Hoje em dia é informática em tudo, antes era tudo na mão, mais eu ainda faço tudo ainda na cabeça, as compras é o Renan que faz, eu viro pra ele e falo anota isso e isso. Aqui sem eu ver eu já sei quanto que vendeu, ele morre de rir, pelo movimento eu sei, eu tenho uma cabeça, não fiz Faculdade não, mas, é muitos anos né. Hoje eu falo que a experiência conta muito, se você tiver boa vontade” (sic) (Sônia, 2018).

### **A questão do Território e do lugar – como a entrevistada vê o Mineirão...**

A entrevistada - em recorte de sua fala – reafirma a visão do Mineirão enquanto um lugar seu. Considera uma conquista individual atuando no estádio profissionalmente, trabalhando com sua família. Dentro do estádio, Dona Sônia é reconhecida. Frequentemente, dá entrevistas sobre o trabalho desempenhado há 31 anos no local. Trata-se de experiência distinta daquela vivenciada pelos antigos barraqueiros do Mineirão, vinculados à ABAEM, que buscam o resguardo de seus direitos coletivos após atuarem nesse mesmo território, demonstrando valores comuns e pertencimento.

A similaridade observada entre os membros da ABAEM e o grupo de pessoas contratadas para auxiliar D. Sônia, é que constitui, em sua maioria, um grupo composto por mulheres trabalhadoras, que retiram o seu sustento e o de seus filhos, de forma digna, ao desempenho dessa atividade. Uma das auxiliares de cozinha, Rosângela, que trabalha há anos com a D. Sônia no Mineirão, e ainda em eventos internos e externos, nos relatou ser também diarista. Informa também que paga mensalmente sua contribuição ao INSS e que está prestes a se aposentar. No dia do jogo que acompanhamos, 78 pessoas trabalharam no Mineirão, distribuídos em 21 bares do estádio.

Eu vejo o Mineirão como minha segunda casa, eu chego aqui 8h da manhã e vou embora 19h da noite todo dia, almoço, só não janto. Almoço, tomo café, fico o dia inteiro. Eu sou madrinha do Mineirão, só saio quando me tirar daqui (sic) (Sônia, 2018).

Toda a comida servida no estádio, em dias de jogos, é preparada no próprio dia. A chefe da cozinha, Eunice Lucas da Costa (irmã da D. Sônia) e sua ajudante, Rosângela Maria da Fonseca, ficam atentas aos comandos da D. Sônia para cozinhar mais feijão, antes que ele acabe (são gastos cerca de 15 minutos, em fogão industrial,

para cozinhar 30 kg de feijão). Ficam atentas também para liberar o preparo do feijão tropeiro com a mistura dos demais ingredientes (molho de linguiça e bacon, ovos, farinha, tempero e cheiro verde), processo denominado “*bater o feijão*”, o que significa misturá-lo aos demais ingredientes, até se obter uma massa homogênea.

No dia 7 de março, pudemos acompanhar o preparo dos alimentos na cozinha do estádio, antes e durante a realização do jogo. A seguir, relatamos depoimentos que colhemos ao longo do processo.

“Você viu o tamanho dos fogão? Aqui cozinha feijão em 15 minutos. Aqui eu não uso panela de pressão [prefere por motivo de segurança], põe num caldeirão, é 30 kg em cada caldeirão. O jeito que a gente trabalha aqui é o melhor jeito que existe. Porque que vem muita gente de restaurante aqui, eles não entende como que dá conta de atender esse monte de gente, é muita gente. A pessoa, por exemplo, as meninas que trabalham naquele banho-maria ali já tão acostumada, como que elas vão soltando as comidas, cada uma na sua área e é gente que tá a muito tempo também e o medo, porque o que que acontece, o gente cês olha bem a comida, você tem que trabalhar com uma equipe boa, porque senão não adianta. O meu setor é um, porque eu não tenho dó de bacon e nem de linguiça não, mando pô mesmo [referindo-se a diferença de sabor do seu tropeiro]. Você tem que vir ver o preparo. Minha irmã Eunice que coordena essa cozinha, ela coordena o fogão e tem uma auxiliar a Rosângela, trabalha numa alegria minha filha, que você tem que ver. É um trabalho bonito. O que vem de gente saber como é que faz o tropeiro, como a gente atende esse tanto de gente aqui?! Lá na Globo o povo perguntou assim: \_ D. Sônia, como que a senhora faz com aquele estádio cheio assim. Eu não faço nada [ela responde sorrindo]. ” Como consegue atender aquele tanto de gente”? [continua a pergunta do repórter]” (sic) (Sônia, 2018).

Figura 22 – Feijão cozido no dia, utilizado no preparo do tropeiro.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Figura 23 – Preparo da carne e do ovo, na chapa (acompanhamentos do tropeiro).



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Figura 24 – Arroz branco cozido no dia (pronto para acompanhar o tropeiro).



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Figura 25 – Molho de tomate que será servido em cima do bife de carne de porco.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Figura 27 – Tropeiro pronto.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

Em relação ao planejamento da quantidade de tropeiro que deve ser preparada por jogo ou evento, a entrevistada afirmou fazer os cálculos tendo, como base, os anos de experiência que possui. Faz reuniões de planejamento destacando que:

“olha o que vendeu na entrada, se vendeu na entrada não espera muito no intervalo não, porque não vende, porque a pessoa já alimentou, mas se eles chega correndo e passa direto, no intervalo pode preparar que vai bombar”. Mas tem jogo também que enche o campo e não vende nada. É verdade, o campo muito cheio pra nós não é negócio. Aqui é bom 40 mil [referindo-se à lotação do estádio que, atualmente, é de 62

mil pessoas]. Por exemplo, Eunice tá lá com cinco quilos de feijão, ela vai “virar o tropeiro” [fazer a mistura do feijão com os demais ingredientes, até que a figura fique homogênea] quando eu viro pra ela e falo, pode fazer a metade dos cinco quilos, que eu sei que vai vender. Ah, faz mais a outra metade, porque eu sei que você não vai levar comida velha, nem bife velho, não vai levar nada. Você entendeu como é que trabalha? Igual eu falo com os outros, eu não fiz Faculdade não, mas eu passo muito para o meu filho sabe? [referindo-se à experiência] (sic) (Sônia, 2018).

Ao final, D. Sônia acrescentou que, em função do serviço prestado, vive praticamente no Mineirão. Afirma, ainda, orgulhosa: *“Eu é daqui para o Mineirão e do Mineirão pra aqui, ou para o sítio. Vêm muitos assim que pedem pra tirar foto comigo, venho com a minha dólma [vestimenta de chef de cozinha]”*. Ela relatou ainda ser - como atende aos torcedores dos dois times principais de Minas Gerais: Atlético e Cruzeiro - do *“time da alegria”*, para não revelar aos clientes das distintas torcidas para qual deles torce e, assim, agradar a todos.

### **Uma breve avaliação do feijão tropeiro, a partir da percepção dos consumidores**

No dia do jogo, abordamos, aleatoriamente, alguns torcedores que consumiram o tropeiro, totalizando, aproximadamente, 30 (trinta) pessoas que compraram o produto dentro do Estádio. A elas, foi perguntado se já haviam comido o tropeiro que é servido na área interna e o que é servido fora do Estádio. Alguns relataram estar experimentando o produto pela primeira vez, porque já tinham ouvido falar do prato e pela sua *“fama de ser muito bom”*. Aos consumidores que afirmaram conhecer os dois pratos (grande parte dos que foram abordados), foi solicitado que fizessem a comparação entre eles. Os mesmos disseram *“preferir o tropeiro que é feito do lado de fora”* do estádio, apesar de também considerarem, o de dentro, *“muito bom”*. Aos que responderam preferir o tropeiro comercializado na área externa, foi perguntado, em seguida, o porquê da preferência por ele. As respostas obtidas foram: 1) não sabiam precisar com certeza o motivo da sua preferência; 2) respostas subjetivas como: *“é diferente, tem outro sabor, o gosto, vem mais [referindo-se à quantidade de feijão tropeiro na porção], é mais barato, vem menos arroz, eu gosto mais, é mais quantidade, [e, por fim], é mais gostoso”*. Após essa vivência de campo, percebemos a importância da questão dos alimentos, que embora inicialmente não estivesse prevista no estudo, admite-se que mereceria aprofundamento, para elucidação desse tema na pesquisa.

## **5. Percepção dos antigos barraqueiros do Mineirão sobre o processo de desterritorialização**

“[...] sente, percebe, imagina, lembra, ama e toma posição diante das coisas e dos outros. Tendo uma consciência de si como ponto de identidade e de permanência de um tempo interior que retém o passado na memória” (CHAUI, 2006, p.130).

Esse capítulo foi construído a partir dos depoimentos obtidos através das entrevistas semiestruturadas - conduzidas por meio do roteiro desenvolvido para essa pesquisa - realizadas com 32 dos antigos barraqueiros do Mineirão, membros da ABAEM. Nesses depoimentos, esses atores sociais contextualizam sua vivência, contando de forma pormenorizada e particularizada a sua história de vínculo com o estádio; foi também solicitado a eles que se expressassem em relação à questão territorial envolvida. No decorrer de sua história, um marco importante a ser esclarecido é o do surgimento da Associação, a ABAEM. Tais atores falaram e lembraram suas expectativas passadas e problemas enfrentados, relacionados à realização do megaevento Copa de 2014, em Belo Horizonte, apontando, ao final, possíveis alternativas para solucionar o problema. Ao término da conversa, sempre foi perguntado ao entrevistado se ele gostaria de acrescentar alguma informação. Para a contagem de tempo de trabalho realizada, deve ser considerado que todos cessaram suas atividades no local em 2010, com a remoção, em função do início das obras de reforma do Mineirão.

### **5.1 Experiência territorial dos antigos barraqueiros do Mineirão**

Iniciamos a pesquisa fazendo análise da entrevista realizada no dia 18 de abril de 2017, na sede da ABAEM (sala 403 do Mineirinho), com aquele que é considerado, pelos membros da Associação, o “líder” nato do movimento, o Sr. Ernani Francisco Pereira, de 54 anos. Ernani trabalhou por aproximadamente 28 anos no entorno do Mineirão, e assumiu a Presidência da ABAEM nos anos de 2003, 2007 e 2009; e a vice-presidência no ano da fundação da Associação, 2000; conforme consulta ao livro de Atas da instituição (a presidência, desde a data de 01/06/2017 está a cargo da



barraqueira Selma Salvino da Silva e a vice-presidência, a cargo de Rosilene Rodrigues Monteiro). Esse ator é uma figura emblemática, considerada publicamente como o representante legítimo do grupo, representando-os, inclusive, em algumas reuniões públicas. Ele faz parte da ABAEM e, de certa forma, coordena e apoia as atividades desenvolvidas pelo grupo. Essa entrevista não segue os parâmetros das demais por ter sido realizada após as entrevistas de aproximação. Foi também a primeira a ser efetivada, utilizando-se o roteiro de entrevista estruturada; assim, serviu-nos de instrumento de ajuste das questões propostas. Buscamos aproveitar ao máximo as informações prestadas por esse ator.

O entrevistado inicia seu relato informando que o nome do grupo se baseou no ato de montarem barracas para trabalhar e comercializar seus produtos, acrescentando ainda que, desde então, enfrentam um preconceito que envolve o nome dessa classe de trabalhadores. A afirmação pode ser evidenciada no depoimento a seguir:

então é um nome que as pessoas às vezes têm dificuldade em pronunciar em reuniões e em fóruns, eles querem abrir aspas pra dizer. Eu digo que não precisa de usar aspas, é barraqueiros, montadores de barracas, quando fala são os barraqueiros do Mineirão, todo mundo sabe que são os que montam barracas nas ruas. [...] o Emerson de Castro, que é um barraqueiro antigo do Mineirão, que é um dos fundadores, também junto com eu e o Denoel Ramos de Oliveira, que foi o primeiro Presidente, veio com esse nome ABAEM, ele que criou o nome, Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão, porque a gente queria diferenciar [de outros barraqueiros]. [...] E não vemos nenhum tipo de problema desse nome, eu tô dizendo isso não é pela sua pergunta, mas às vezes pela dificuldade que promotor de Justiça, Secretário, parlamentares tem a dificuldade de falar os barraqueiros e ele abre aspas, não precisa abrir aspas, quando nós nos referimos aos que montam a barraca na rua, são aqueles barraqueiros, ambulantes [grifo nosso] (sic) (Ermani, 2017).

Ele acrescentou que, no final da década de 90, já sofriam muita pressão para sua retirada do entorno do Mineirão, por haver algum tipo de “*capital especulativo nesse negócio de grandes eventos e o Mineirão*”. E, então, eles começaram a se organizar, no sentido de fundar a Associação por perceberem que começava a ser aventada a possibilidade de parcerias com empresas privadas, para que o estádio fosse administrado por elas.

Começou a ser muito cogitado por empresas querendo supostamente, ou seja, abre aspas, organizar o entorno do Mineirão, porque na verdade não era isso, era tomar posse daquela atividade que sempre gerou renda pra esse grupo de trabalhadores e demais que ali se aventuraram a vender alguma coisa, né? (sic) (Ernani, 2017).

Os barraqueiros, nos intervalos dos jogos, reuniam-se nas barracas, e começaram a se articular e a planejar a estruturação da Associação, sempre comentando que “*nós temos que montar uma Associação para poder puxar as reuniões com o Estado, com a ADEMG, com a Prefeitura, porque eles vão nos tirar daqui*”. O receio de serem retirados desse território, naquele tempo, estava ligado à reclamação em relação à venda de bebidas destiladas, que eram repassadas para dentro do Mineirão; e “*que às vezes algum ambulante passava por aquela cerquinha*”. O vendedor passava por entre os blocos de concreto “*garrafinha ou o copinho; e vendia pinga para o torcedor da geral ali*”. Havia também uma pressão, por parte dos bares da região (internos e externos), que os viam como concorrentes diretos. E, em decorrência dessa situação instável, foram se fortalecendo para a criação da Associação. Os barraqueiros não se consideravam concorrentes dos demais bares, pois, a partir do momento em que o torcedor tinha acesso à parte interna do estádio para assistir ao jogo, só teria a possibilidade de consumir produtos nos bares internos.

Para Ernani, que afirma ser uma liderança do movimento, havia resistência dos trabalhadores mesmo antes de ser criada a Associação e “*luta dos barraqueiros pra permanecer durante esses anos*”, existindo também uma certa organização, que aproximava barraqueiros de ambulantes.

### **O significado e a relevância do Mineirão na ótica dos entrevistados**

Os barraqueiros se territorializaram no entorno do Mineirão, afirmando-se enquanto um grupo de trabalhadores (que busca, atualmente, garantir o seu direito ao trabalho). Em seus depoimentos, podemos apreender que se mesclam, em suas experiências, aspectos dos conceitos geográficos: território e lugar (sendo difícil dissociar relação tão estreita, que remete ao uso coletivo, mas que também particulariza e aproxima o indivíduo do que seria o seu lugar, em particular, relacionado diretamente à vivência de cada um).

Eu tenho uma gratidão muito grande, porque eu tirei meu sustento dali, e trabalhei por muitos anos ali e tem essa questão histórica com as torcidas, os torcedores né, sempre nós falamos do, não é só a atividade de trabalho, mas também o vínculo com as torcidas né, porque são várias gerações, então tem uma coisa afetiva muito grande com os torcedores também não é só mesmo a questão de retirar a renda das pessoas [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

No trecho anterior, destacamos algumas palavras que vinculam o indivíduo ao território. A permanência é expressa por meio da frequência do trabalho no local e dos vínculos afetivos e sociais estabelecidos por décadas, nessa relação vivenciada com os torcedores e clientes atendidos.

Remetendo-se à questão da valorização histórica dos antigos barraqueiros do Mineirão (não somente ligada ao “sustento”), foi estabelecida a relação de significado e importância desse território para os barraqueiros. O grupo sempre tenta, em seus discursos, reforçar o vínculo social com esse entorno do estádio.

E as pessoas misturam muito isso, às vezes pessoas mal intencionadas, ou algum parlamentar, que coloca algum Secretário, alguém do Poder Executivo, Municipal ou Estadual, o que seja, às vezes aquele que é contra a permanência ou contra a história dos barraqueiros ele mistura as coisas, ele acha que os barraqueiros foram ali, e que só ganhavam a renda deles ali, que a importância da permanência deles, ou de preservar a história deles, tava só mesmo naquilo que é dele tirar o sustento, e não é, tem vários torcedores que lembra dos barraqueiros. Como eu te tive agora a felicidade encontrar um torcedor, aqui no último jogo de terça-feira passada, o jogo Cruzeiro, esse jogo que teve pela Copa Sul-Americana né, então o torcedor me viu na porta do Mineirinho, eu trabalhando na Av. Abraão Caran ali. A gente tava trabalhando sem licença e de maneira precária né, trabalhei depois da reunião, consegui montar lá, aí o torcedor me abordou, me viu e ficou assim muito, e falou poxa cara tô aqui, o meu braço tá até arrepiado. [respondeu] mais que bacana, que legal, eu também estou muito satisfeito de te ver. Na verdade eu não lembrava dele, esse rapaz que teve esse contato comigo e me chamou aqui no portão, me viu trabalhando no último jogo, ele é daqui [de Belo Horizonte]. São essas pessoas que eu sempre digo, é aqueles que vinham no colo do avô, que hoje é pai de família né, então quer dizer tem uma importância muito grande na relação com os fornecedores. Por esse motivo né, então assim, são várias gerações então nós temos esse vínculo afetivo com os torcedores muito grande. Então isso aí tem um laço muito forte com os torcedores e com gigante da Pampulha [apelido carinhoso dado ao Mineirão], com a edificação Mineirão, com espaço Mineirão, com esse complexo da Pampulha, Mineirão e Mineirinho [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

O relato anterior reforça a afirmativa que os barraqueiros “*têm um vínculo muito forte*” com esse território. Expressam a necessidade da reterritorialização por meio do desejo de pleitear algum local, nas proximidades do Mineirão e do Mineirinho, onde possam retomar suas atividades de trabalho (na Pampulha) e que seja um espaço “*para contar a história dos barraqueiros*” e/ou até para “*poder receber os turistas*” que frequentam a região. O entrevistado em questão afirma ainda que “*tá na agenda da Belotur, da empresa de turismo da cidade, que os barraqueiros sejam é efetivado mesmo, e reconhecido como Patrimônio Histórico Imaterial do Mineirão*”.

Ao tratarmos do que representa o território do Mineirão para o entrevistado, ressaltamos que ele considera o “*Mineirão um patrimônio do povo*”, julgando que deveria ter sido feita uma “*enquete, um chamamento do público, pra discutir qual o tipo de edificação vocês querem no Mineirão, qual o tipo de fechamento*”, antes de serem definidos os parâmetros para que fosse realizada a reforma do estádio, justificando que as “*outras gerações têm que lembrar disso, acompanhar essas coisas pela cidade, porque são os jovens que têm que tomar conta disso no futuro*”. Nessa afirmativa é expressa, ainda, uma preocupação com a arquitetura do local, questão que, inclusive, era colocada nos fóruns de debate que a Associação tinha a oportunidade de participar e de expressar a questão do pertencimento e do vínculo afetivo com um território.

Qual a grade que vai compreender o cercamento do Mineirão? Vocês querem a Esplanada, fica boa, esse projeto atende a expectativa dos moradores da cidade? Eles gostam que dizer, as pessoas que são donos do Mineirão também, que sentimentalmente tem o Mineirão como seu, que são os torcedores, as pessoas que frequentaram por muitos anos, as famílias, que às vezes ouvia o jogo pela rádio de pilha, ou então mesmo pela televisão, eles se sente também dono do Mineirão, que é uma coisa normal não é, isso é uma verdade. Então nós temos essa birra de quando reformou o Mineirão, sempre na comissão de monitoramento que nós fomos membros da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais, a COMOVEEC<sup>55</sup>, e na COMOVEEC por várias reuniões eu falei, eu levantar essa questão, mas a COMOVEEC não vai discutir essa questão aqui? Por exemplo, eu como membro da COMOVEEC e na liderança desses trabalhadores, e como torcedor e como uma pessoa que tem um amor muito grande por aquele Estádio, por aquele espaço, eu gostaria de que fosse aberto uma enquete, levado ao governo do Estado, abertura de uma enquete no meio de comunicação. Talvez

---

<sup>55</sup> Grupo responsável pela prevenção à violência nos eventos realizados na cidade. Instalada na capital mineira desde abril de 2003, a Comissão é composta por membros do Poder Público e por entidades promotoras de eventos, que também são convidadas a participar.

aqui a crônica esportiva, eu tô dizendo aqui na mesa, porque estava a crônica esportiva estava presente, a representatividade deles, então eu bati muito nessa tecla: Porque não uma enquete? Como será o fechamento do Mineirão? Ficou muito naquele negócio de projeto, projeto, o projeto parece que era uma coisa que não vinha aqui da terra, parece que de outro planeta [retratando o distanciamento da realidade dos atores envolvidos]. Era um projeto que ninguém poderia ter acesso, era um projeto que arquiteto daqui talvez não faria, era uma coisa muito louca, mas então, se fosse talvez uma grade igual a do Parque Municipal assim, né, com uma coisa muito verde em volta, para não poluir visualmente o espaço do Mineirão e do Mineirinho [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

E, quando na fala do interlocutor, se expressa a insatisfação em relação a terem uma “birra”, referindo-se às intervenções da reforma do estádio (como a construção da esplanada após a reforma), a instalação de uma cerca diferente no estádio e, principalmente, ao fazer menção aos “mistérios” que envolviam o projeto que seria executado, percebemos o distanciamento mantido em relação aos “atores envolvidos” (que poderiam ter sido incluídos no processo, evitando-se, assim, os impactos sociais e econômicos causados a eles).

Vale ressaltar, ainda, um aspecto particular: no entorno do estádio existiam diversas árvores que foram removidas do local; várias destinações foram dadas a elas, como, por exemplo: doação, transplantadas ou somente retiradas (madeira doada), a partir do projeto proposto. Na fala a seguir, é possível perceber que os barraqueiros tinham vínculo até mesmo com a vegetação que existia no lugar.

Por exemplo, a minha árvore, eu tinha uma árvore lá que eu sempre gostei, no portão 06, eu sempre ia lá e jogava água no tronco dela, muito dessas castanheiras mesmo. Então assim, acho que cada pessoa que frequentava muito ali tinha aquela coisa com aquela vegetação do entorno do Mineirão né, as árvores ali, o paisagismo todo do Mineirão tinha uma importância muito grande para os frequentadores e para as pessoas que trabalhavam ali, e eu tinha um afeto muito grande por essas árvores do portão 6 do Mineirão, sempre tive muito apreço por aquelas árvores ali. [...] Então, como eu te falei, as árvores ali, próximo das barracas, na feira de veículos, por exemplo, no estacionamento do Mineirão, então tinha aquele local que a gente tinha muito contato com aquele local, você chegou ali pra montar a sua barraquinha aí você tem aquela árvore, que de vez em quando quebra um galho que você não gosta quando um torcedor às vezes provoca algum tipo de dano, a gente sentir agredido também (sic) (Ernani, 2017).

Do grupo entrevistado, esse foi o barraqueiro que falou mais especificamente sobre o laço com a vegetação do local, por meio da proximidade criada por ele com uma árvore. Inclusive, apesar de toda a mudança sofrida na paisagem, afirma ainda saber localizar exatamente a árvore que considerava sua.

Os demais entrevistados falaram de forma mais genérica sobre a retirada da vegetação do lugar. E, no capítulo da tese que trata sobre o processo aberto na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, essa questão também foi abordada.

### **O entorno do Mineirão enquanto um território apropriado pelos antigos barraqueiros**

Quando o entrevistado foi questionado se ele considerava que o entorno do Mineirão constituiria um território dos barraqueiros, respondeu enfaticamente que: “*considero, sim*”. Principalmente, baseando-se no contexto de vinculação histórica que relaciona os barraqueiros àquele território.

Eu considero um território dos barraqueiros, porque é tanto que eu bato muito na tecla de que nós somos parte da história do gigante da Pampulha, né? Então nós vamos levar isso pra música, pro bloco<sup>56</sup> que nós criamos né, nós vamos colocar fotos antigas nos carros pra poder mostrar isso aí, mostrar que realmente os barraqueiros são parte da história do Mineirão [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

O entrevistado afirmou que eles tinham um cuidado com o local, principalmente por estarem próximos à orla da Pampulha e que ele tem “*gratidão muito grande por essas pessoas que defende [m] o complexo da Pampulha*”. Ele participa de corridas no entorno da Lagoa e, por isso, a conhece bem. Expressou ainda ter conhecimento das “*47 associações da Bacia da Pampulha, que defende [m] a arquitetura, que defende [m] a vegetação, o meio ambiente da Pampulha, tudo aqui na área verde da Pampulha, o paisagismo da Pampulha, tudo isso*”, mas, por outro lado demonstrou não compreender como podem, por um lado, valorizar o patrimônio natural e edificado, referindo-se ao tombamento da região como Patrimônio da Humanidade do Complexo da Pampulha, “*uma obra de arte muito apreciada pelo mundo todo*”, mas

---

<sup>56</sup> Referindo-se ao bloco de Carnaval que pretendiam lançar, no Carnaval de 2018.

não se preocuparem, por outro lado, com o que foi considerado/demarcado por ele, “*esse [um] ato desumano com os barraqueiros*”, ainda que “*em vários manifestos nós mostramos isso pra população*”, reivindicando a resolução da questão dos barraqueiros do Mineirão.

Quando nosso entrevistado foi perguntado sobre o número de pessoas que trabalhavam em sua barraca, ele iniciou seu relato contando como foi seu primeiro dia de trabalho no Mineirão:

Comecei eu sozinho, foi um jogo bom, pra te chamar para você ficar [jogo que teve boas vendas, que trouxe boas expectativas em relação aos próximos]. Eu vim com uma bicicleta, os negócios dentro de um saco, coloquei a churrasqueira de carvão e ali eu vendia, esse primeiro jogo era numa 4ª e na quinta era uma rodada dupla. Meu primeiro jogo no Mineirão foi um Atlético jogava com Flamengo, uma rivalidade. O filho mais velho já começa a crescer, já tinha uns nove anos e já começa a acompanhar de perto. Pega uma coisa ali, fica muito junto e já participa, quase um trabalho já né. A mãe deles veio algumas vezes, trabalhei a maior parte com os meninos [referindo-se aos filhos pequenos], mas já tinha alguém que ajudava, alguém que tava por ali, às vezes minhas irmãs, meu sobrinho, é familiar sempre essa coisa do Mineirão é familiar (sic) (Ernani, 2017).

Observa-se, assim, que o trabalho no local se iniciou de forma precária, ainda sem as barracas, com o esforço do próprio barraqueiro e ajuda de alguns familiares. Em seguida, passam a ter uma barraca de “*metragem de 1,5 m x 2,0 m, pequena*”, para não tomar espaço “*da pista de Cooper do Mineirão ali, para não tomar o espaço de circulação do torcedor*”; e depois passam a ter uma estrutura maior e a buscar trabalhos em mais eventos.

Em relação ao trabalho realizado na barraca, acrescentou que “*os outros barraqueiros sempre contratavam de 03 a 04 de mão de obra, porque às vezes trabalhava de manhã na feira de veículos; e à tarde nos jogos*”. O entrevistado em questão trabalhou “*muito pouco na Feira de Veículos*”, tendo trabalhado mais nos jogos de futebol e eventos culturais realizados no lugar.

Antigamente, quando algum trabalhador começava a trabalhar na área do entorno do Mineirão, era preciso somente chegar e se instalar em algum lugar, mantendo tal permanência nos jogos. Obtemos registros que, desde a década de 60, à época da construção do Estádio, barraqueiros começaram a se instalar nas redondezas.

Nosso entrevistado relata como foi o seu primeiro dia de trabalho e como se estabeleceu:

Um barraqueiro mais antigo me disse que eu não poderia ficar, foi um dia de muita chuva, eu pra acender o carvão os torcedor do Atlético tinha que segurar a tampa do isopor pra mim poder acender o carvão. Vendendo e colocando o dinheiro no bolso, chovendo uma tempestade e os torcedores na chuva. Eu resisti o primeiro dia, eles tentaram me tirar fora, os barraqueiros que estavam próximo ali, conversei com os que já estava há mais tempo e fui ficando, estabeleci o meu lugar. Trabalhou um dia, o espaço já é seu (sic) (Ernani, 2017).

Foi possível perceber que, quando nosso entrevistado chegou ao local, houve uma tentativa de defesa e proteção daquele território, exercido por parte de outros barraqueiros mais antigos, que já trabalhavam no ponto. Como ele mesmo afirma: *“quando eu cheguei, os barraqueiros já não queriam”*. E, atualmente, no discurso da liderança da ABAEM, essa Associação *“foi criada pra tornar uma entidade protetora, acolhedora dos trabalhadores e solidária”*, e que, inclusive, abarca outras causas semelhantes.

### **Processo de desterritorialização**

O líder entrevistado deu seu depoimento, exteriorizando suas impressões, após o processo de desterritorialização sofrido pelos barraqueiros:

eu não cheguei até lá depois que reformou o Mineirão, eu só cheguei no setor Norte, no setor Sul só fui até o portão em algum manifesto nosso lá, não entrei, nunca. Nem subi, assim porque, lá dentro num, falei nós temos que voltar aqui depois que tiver alguma coisa solucionada e nós vamos voltar aqui nesse local de trabalho e rever o território, porque foi aqui um local de muitas coisas boas pra nós né [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

Com a saída desses atores daquele território, esse barraqueiro não se sentiu mais parte integrante, recusando-se a retornar ao local enquanto permanecesse a imposição de retirada dos barraqueiros, por acreditarem no o processo que seria chamado de re-territorialização, segundo Haesbaert (2009). Tais atores passaram a ter conhecimento de que precisariam sair do local, para que o estádio fosse reformado a partir de 2009; entretanto, somente foi declarado, genericamente, que seria possível o



retorno após a reforma, não sendo explicitadas de forma clara as condições desse retorno.

A gente sabia que o Mineirão ia ser reformado, que ele ia ser demolido né, só que o governo do Estado ele pede um levantamento de impacto ambiental e econômica para reforma do Mineirão, nesse impacto econômico ele identifica os barqueiros na condicionado 18<sup>57</sup>. Aí nós fomos comunicados por um jovem lá, eu acho que arquiteto também, Ciências Políticas da UFMG, e esse jovem nos procura durante um intervalo, foi no final de 2009, início 2010, ele passou a nos procurar, aí eu percebi que o governo estava mandando alguém nos procurar para fazer um levantamento sobre as famílias, mas era só um levantamento para ele conseguir a licença para reforma, não era para ele resolver o problema daquelas família, era um levantamento para engavetar [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

Os estudos feitos foram realizados por consultorias e por equipes técnicas da Prefeitura, objetivando a mitigação dos impactos ambientais, econômicos e sociais, que deveriam compor o processo de licenciamento ambiental das obras de reforma e modernização do estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão. As condicionantes do licenciamento teriam que ser atendidas, com metas e prazos estipulados para tal; e deveriam ser acompanhadas antes, ao longo e após a obra.

Aí eles marcaram com a gente, então durante as entrevistas os dois jogos passou esse casal passou perguntando: como é que vocês são organizados aqui? Algum barraqueiro respondeu que tínhamos uma Associação, procura o Ernani lá no portão 06. Aí eles marcaram uma entrevista aqui no entorno do Mineirão. Fizeram uma entrevista comigo aqui no portão 12, numas mesinhas que tinham ali na pista de Cooper mesmo, nas costas do estacionamento. Aí falaram, nós queremos, estamos fazendo um levantamento pra saber como é que vocês surgiram, da organização de vocês (sic) (Ernani, 2017).

Ao participarem de uma reunião, informalmente, os barraqueiros tomaram conhecimento, então, de que foram identificados no estudo realizado para o licenciamento. Eles foram citados como grupo que seria impactado economicamente, sendo “*identificados na condicionante 18*”.

---

<sup>57</sup> No capítulo sobre os documentos reunidos a respeito do processo de reforma do Mineirão, as questões do estudo de impacto ambiental, do estudo feito junto aos barraqueiros e da condicionante 18, citada nesse depoimento, foram elucidadas e melhor discutidas.

Mas, antes mesmo que ocorresse o processo de sua desterritorialização, os barraqueiros se articularam para reclamar da situação, via meios de comunicação, principalmente em rádios e em jornais<sup>58</sup> impressos. Obtiveram, nesse processo, bastante espaço na mídia, onde várias notícias foram publicadas ao longo dos anos. Foram realizadas também assembleias do grupo, para informar os integrantes da situação em curso, bem como para articular mobilizações e manifestações, na perspectiva de conseguir apoio social que os ajudassem a alcançar o objetivo maior: a garantia do retorno ao trabalho após o término da reforma do Estádio. Em função do movimento que ganhava força naquele momento, alguns entes do governo do Estado, em conversa com a liderança do grupo, lhes asseguravam então que “*é ordem do Governador que vocês vão se amparados*”, mas nada foi efetivamente concretizado.

Então, posterior aí o Governo insistiu que ia resolver as questões nossa, me chamou até na mesa, que estavam alguns dos diretores. Coronel Natal que era o Presidente da ADEMG, mais alguns diretores do Planejamento, olha é ordem do Governador Anastasia, vamos ver a questão de vocês, pode ficar tranquilo (sic) (Ernani, 2017).

Durante todo esse tempo, a Associação esteve aberta à negociação. Em alguns momentos, a negociação progrediu e, em outros, regrediu; entretanto, sempre mantiveram a esperança em solucionar a questão da melhor forma possível para os barraqueiros.

Depois da retirada dos barraqueiros do Mineirão, ocorrida no dia 09 de junho de 2010, o poder público mostrava-se disposto a negociar somente quando percebia que havia alguma articulação, por parte da Associação, para tornar pública a situação dos barraqueiros. Como foi feito, por exemplo, na Rádio Itatiaia e em uma 1ª audiência na Câmara Municipal, no dia 23 de junho de 2010, quando reivindicaram o direito que estava sendo violado.

Antes da audiência, o líder Ernani interessou-se em participar de uma reunião - realizada na Associação Médica de Minas Gerais - tendo como tema o debate sobre o plano diretor da região metropolitana de Belo Horizonte. A ABAEM se envolve sempre nessas questões, por preocupar-se com os direcionamentos que seriam dados ao

---

<sup>58</sup> Tivemos acesso a 39 reportagens publicadas em jornais impressos, relacionadas à temática dos barraqueiros do Mineirão, no período de 2007 a 2015, que fazem parte do acervo da ABAEM.

Código de Postura<sup>59</sup>, implantado em 2003, e considerado, pelo líder dos barraqueiros, como de “*tolerância zero*”. O Código poderia ser replicado ou servir de parâmetros para os novos documentos que viessem a surgir nas cidades vizinhas, impactando diretamente as atividades dos barraqueiros. Podemos tomar como exemplo o Plano Diretor: várias cidades do País tomaram como parâmetro o documento da cidade de Belo Horizonte. É uma preocupação dos barraqueiros que as cidades vizinhas não priorizem o debate e apliquem, como modelo, o que a metrópole fez. Durante a audiência, quando a liderança pediu a palavra para expor a situação dos barraqueiros e se apresentou como membro e liderança da ABAEM, ficou sabendo ao acaso, por um dos participantes presentes na plateia, a respeito do estudo detalhado realizado, em parceria com várias instituições, para compor o Licenciamento Ambiental necessário à Reforma do Mineirão. O estudo citava os antigos barraqueiros do Mineirão, em uma de suas condicionantes (de número 18<sup>60</sup>) como um risco social.

De posse desse documento, participou de audiência pública ocorrida na Assembleia Legislativa, reforçando a questão do impacto sofrido pelos antigos barraqueiros do Mineirão e ampliando as possibilidades de discussão sobre o assunto.

Quando se criou o Estatuto do Torcedor em janeiro de 2003, foi pensada uma comissão - a COMOVEEC - para tratar dos assuntos relacionados aos eventos

---

<sup>59</sup> **Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003**, que trata em seu Título III – Do uso do logradouro Público, cap. I – Disposições Gerais, **art. 46 e 47** que prevê a necessidade do prévio licenciamento, somente expedido se atendida as exigências pertinentes. Para utilização de mesa, cadeira e toldo, vinculada à liberação de alvará de localização e funcionamento da atividade. Tendo sempre caráter precário e sendo feito por meio de licitação, com prazo de validade, conforme dispuser no regulamento. Pagamento de taxa, podendo ser simplificado em relação a alguma atividade, particularmente a classificada como eventual. Sujeito a multa, apreensão de produto ou equipamento. Na via pública, nos casos de **feira** ou **evento** regularmente licenciado (Redação dada pela Lei nº 9845/10). **Fonte 1:** <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-belo-horizonte-mg>, acesso em abril de 2017. **Lei nº 9845, de 08 de abril de 2010**, altera a Lei nº 8616/03, que contém o código de posturas do município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Cap. IV – Do exercício de atividades, Seção I – Disposições Gerais, art. 118 – Fica proibido o exercício de atividades por camelôs, **toreros** e flanelinhas no logradouro público. Art. 118A – Fica proibida a utilização do passeio por **ambulantes**. § 1º - os ambulantes já licenciados para o exercício de atividades no passeio deverão ser redirecionados, sempre que possível, para outras áreas no logradouro público acessíveis e atrativos. § 2º - Não serão emitidas novas licenças para exercício de atividade no passeio. Seção III – art. 139 a 153, seguem as normas da atividade em veículo de tração humana e veículo automotor. **Fonte 2:** <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2010/984/9845/lei-ordinaria-n-9845-2010-altera-a-lei-n-8616-03-que-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>, acesso em abr. 2017.

<sup>60</sup> Esse item foi detalhadamente abordado no capítulo sobre o processo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Consta dos anexos a lista de condicionantes.

esportivos e culturais. Assim, a liderança da ABAEM identificou como sendo importante fazer parte de tal comissão, por estarem diretamente envolvidos com as questões que seriam tratadas, considerando também um espaço importante para tratar das questões vinculadas aos barraqueiros.

Retomando algumas questões históricas sobre a ocupação do território estabelecida pelos barraqueiros do Mineirão, ao longo dos anos, o líder menciona dois barraqueiros antigos, o “*Sr. Nelson Caetano e o Sr. José Martins*” (ambos já falecidos), que começaram a trabalhar aproximadamente na mesma época. Existem registros em outros estudos dos relatos dos mesmos, contando que esses mais antigos vendiam “*lá farofa com carne seca, aquela socada no pilão*”, isso bem “*no início, quando vai fundar as obras do Mineirão*”. Vieram aleatoriamente e ocuparam aquele território, quando tudo ainda estava por ser feito, “*não tinha plantação nenhuma, não tinha nenhuma árvore, era tudo chão batido e tudo. As pessoas vinham nos caminhões pau de arara, não tinha ônibus [...], alguns ônibus que vinha*”. Conclui indicando alguns registros das TV’s locais e de filmes da época.

Os antigos barraqueiros vieram para esse local chegando de toda parte, foram ficando e se organizando no entorno do Estádio. Ainda não pensavam em ter uma organização formal, “*foram criando laços ali, um amigo do outro, o outro foi chegando, chegou eles acolheram*”. Afirma que “*um dos mais antigo é da cidade de Ibitité, o Sr. Nelson Caetano da Silva*”, citando ainda que são também de outras regiões, tais como o “*Conjunto Califórnia, 1º de Maio, Contagem e outros bairros de BH*”.

## **A renda**

O Mineirão não gerava renda somente aos antigos barraqueiros. Várias pessoas obtinham renda por meio da venda de mercadorias no entorno do estádio, o que inclui “*ambulantes e/ou toreros*” (vendedor ambulante sem autorização, que está sempre preparado para correr com suas mercadorias, fugindo da fiscalização e possível apreensão). Sobre a distribuição de renda, afirma o evento esportivo atingir também:

Aqueles pequenos vendedores, que vendem pequenas coisas de mão mesmo, de andar com ela na mão, tudo, então um evento de jogo de futebol gera renda demais, muita coisa, muitas pessoas e era legal porque não ficava na mão, porque tem esse negócio, vamos organizar, vamos legalizar, ou seja, vamos botar regras, ai põe uma empresa e

essa toma a renda de todo mundo, porque ela detém o espaço. (sic) (Ernani, 2017)

Um público que também era diretamente atingido pela distribuição de renda era o dos trabalhadores contratados para trabalhar, por dia, nas barracas. Em função do público do evento, o barraqueiro proprietário da barraca contratava mais pessoas para poder atender a todos. Conforme relatos, tamanho eram o vínculo e a fidelização do cliente, que seria possível ligar para o barraqueiro de sua preferência e pedir que reservassem uma das mesinhas; os barraqueiros a colocavam ao lado de sua barraca (para melhor acomodar seus clientes), ou ainda, era possível pedir para deixar separado um tropeiro para levar pra casa, ao final dos jogos.

A gestão municipal passada foi responsável pela abertura de um edital de licitação, com a proposta de que as barracas voltassem ao Mineirão. Entretanto, a liderança argumenta que, da forma como foi estruturada a proposta, não garantiu que fosse feita distinção dos antigos barraqueiros do Mineirão.

Nós não podíamos competir, como foi essa licitação aqui agora, isso foi um desastre, porque nunca a licitação a gente consegue fazer justiça social, muitas vezes ela tira a oportunidade de pessoas que precisavam dali e àqueles que têm mais acesso à informação ou o mais esperteza, tem mais apadrinhamento acaba tendo uma vantagem maior. [...] Agora do jeito que eles tão querendo licitar aí ninguém dá conta, vira uma coisa pra especulação. Era uma taxa simbólica [paga a prefeitura], avaliando a pessoa, não deixando entrar grupos, que acabam apoderando e afetando os trabalhadores e escravizados as pessoas de baixa renda [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

À feira foi dado o nome de Feira de Convivência do Entorno do Mineirão. Foram demarcados quatro pontos ao redor do estádio. Como o edital priorizou o maior preço, por meio de lances a serem dados, não atingiu o objetivo de reparar a exclusão do grupo destituído do direito ao trabalho naquele território (conforme layout da feira, presente na figura 09, página 81).

Mesmo antes de haver a possibilidade da vinda da Copa do Mundo para o Brasil, já havia uma pressão anterior pela retirada dos barraqueiros do Mineirão. Isso foi percebido pelos próprios barraqueiros, na década de 90. Começaram, então, a se articular, conversando sobre como resguardar seus direitos e sobre os deveres dos barraqueiros, em reuniões que aconteciam no intervalo dos trabalhos, durante os jogos.

Fato que culminou na fundação da Associação, ABAEM, e na definição de uma liderança, exercida por Ernani, responsável por unificar o discurso do grupo.

Aí chegou os anos 90 foi apertando mais ainda para tirar os barraqueiros. Aí em 94 a Prefeitura, aí tinha um outro problema também, os barraqueiros do Mineirão que trabalhavam nos jogos, trabalhavam na feira de veículo [vem para o Mineirão] também. Em 91, fazem um acordo o DER, o DETRAN, a METROBEL e traz essas barracas pra dentro do estacionamento do Mineirão, aí que começa a ser cadastrado em 91 dentro do estacionamento do Mineirão, em 94 chama todo mundo dos jogos aí a Prefeitura entra de novo, vem pra cá, porque antes a Prefeitura não mexia era ADEMG que tomava conta do estacionamento do Mineirão, tomava conta dos portões lá dentro e cuidava dos portões, eles que dava uma pressão nos barraqueiros ali fora, mas não tinha nenhum tipo de fiscalização [mas já ocorriam apreensões, bem como negociações por intermédio da liderança] [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

A liderança servia de interlocutor, junto à ADEMG, para negociar em nome dos barraqueiros, sempre sensibilizando sobre a importância da presença dos barraqueiros na localidade e de que “*estava ali pra ajudar e não pra atrapalhar, que estava gerando renda e tudo*”, buscando “*organizar e manter*”, afirmando, à fiscalização, que a presença ali “*não ia afetar nada*”.

Em 1994, o aviso para o recadastramento realizado pela Prefeitura, foi noticiado pela rádio. Assim, era possível identificar-se e manter o ponto de trabalho, fazendo o pagamento de uma taxa simbólica, paga anualmente à Prefeitura. Ernani relata que, nesse recadastramento, perdeu seu lugar, teve, então, que ir voltando aos poucos ao seu território: “*já rodei no meu ponto, fui lá pra frente, porque no dia que fui cadastrar já tinha gente no meu lugar, daí fiquei num ponto entre o portão 06 e o 07, aí depois fui voltando para o meu espaço, o meu lugar que eu ficava antes que era em frente ao 06*”.

A Prefeitura geriu o espaço por aproximadamente quatro anos, de 1994 a 1998. Os fiscais da Prefeitura identificavam-se e dizem que ali “*não era uma área de atuação dela, era do Estado, então ela não tinha que fiscalizar, tinha que notificar o Estado*”. Intensificam-se as pressões da Prefeitura junto ao Estado, para que cobrassem taxas dos barraqueiros: “*nós ficamos, mantivemos a luta e a resistência*”, afirma o líder.

A fundação da ABAEM surge da consciência da necessidade de se fortalecer, envolvendo a maioria dos barraqueiros que trabalhavam no entorno do

estádio. *“Não tem jeito nós temos que fundar a Associação, senão nós vamos sair todo mundo daqui, porque eles vão tirar a gente, a situação estava cada dia, cada jogo mais apertado. Cada clássico falando que a gente ia ter que sair, não vão poder ficar”*. Havia muitos ambulantes e a inexistência de um controle por parte dos entes públicos, principalmente agravado pelo consumo da bebida alcoólica, que, eventualmente, ocasionava violência.

Houve alguns atritos internos para que fosse criada à Associação. Alguns fizeram oposição ao movimento, simplesmente dizendo: *“ou você vem com a gente ou você fica aí, nós temos que fundar o movimento* A fundação da ABAEM se deu no dia 23 junho de 2000”. Assim, a instituição, ainda que sem estrutura física mínima necessária, *“teve que botar a cara dela, começa a organizar os ambulantes e a ADEMG pressionando e vinha sempre mudança, falava que ia fechar o Mineirão”*. Mesmo em meio a tanta pressão, a liderança reafirma que *“nós somos parte do gigante, nós vamos ficar aqui, nós somos parte dessa planta aqui”*, quando se refere à estrutura física do estádio. Com a fundação da Associação, começaram a se reunir e agendar reuniões com representantes da Regional Pampulha e da Câmara Municipal. O CNPJ de pessoa jurídica só foi efetivado após um ano.

Já queriam tirar a gente desde a década de 90, desde o início dos anos 90, a pressão vem lá de trás, só que eles falavam que ia tirar e tudo, mas não chegava assim, sempre tinha os boatos e quanto tinha um jogo grande ai vinha aquelas coisas, então a gente tentava organizar, mas os barraqueiros é difícil porque muito individualista, não queria fazer um coletivo forte, sabe?! Aí nós fomos criando a ideia, quando eles viram que realmente ia perder o espaço muitos foram aderindo à conversa, aceitava a conversa da gente [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

Em uma conversa informal com um antigo Secretário de Esportes do Estado, Ernani foi informado que a bebida destilada, ainda presente nas barracas, incomodava e desabonava o trabalho dos barraqueiros do Mineirão, frente à gestão estadual. A partir de então, a Associação reforçou os esforços para a retirada da venda bebida destilada, para se manterem no território. No ano 2000, a venda da bebida destilada foi retirada das barracas e, em 2003, é retirada a venda da cerveja em garrafa. Esse movimento foi iniciado dentro da COMOVEEC, também para que recaísse, sobre os barraqueiros, a responsabilidade pelos dejetos que eram descartados ali. Era o caso,

por exemplo, do Réveillon, realizado à beira da lagoa. A liderança admite que, algumas vezes, alguns ambulantes não tinham a consciência de recolher o lixo que geravam e da necessidade de se fazer o descarte em local adequado, devendo ser mais bem trabalhado esse aspecto com os mesmos, mas que, essas práticas poderiam ser ajustadas, não justificando a retirada dos barraqueiros por esse motivo.

A ABAEM sempre se comprometeu, ao participar de algum evento, com o resguardo e a organização do local trabalhado. Participavam de eventos grandes realizados no entorno do Mineirão, tais como: Axé Brasil, Pop Rock e outros shows. A instituição sempre foi receptiva e acolhedora com quem trabalha, mesmo que não seja do grupo. Entendem, que da mesma forma que os barraqueiros do Mineirão viajam para trabalhar em outros eventos, os trabalhadores de fora participariam somente um dia e depois iriam embora. Os barraqueiros entendem que “*a ABAEM tem esse processo de coletividade e pluralidade*”, numa perspectiva de que “*vai ter pra todo mundo*”. Entretanto, analisamos ser complexo administrar e conduzir um coletivo em aberto, o que pode ser entendido pela gestão pública como desorganização.

O líder afirma que sempre procura colocar essa frase do Spinoza, “*atingir a essência das coisas através da pluralidade*”, buscando conhecer a verdade e relacionando a máxima bíblica de João, “*conheceis a verdade e ela vos libertará*”. Reafirmava essa filosofia nas reuniões que participava, ampliando o debate para além das necessidades básicas dos barraqueiros. “*Quer dizer que não tem como eu olhar em mim, sem ver você*”, enxergar o outro e suas necessidades.

Para que o grupo pudesse participar dos grandes eventos que ocorriam no Mineirão - ainda que os barraqueiros ficassem do lado de fora do estádio, em suas barracas - era exigido o pagamento dos encargos com o licenciamento. O atendimento na área externa era visto como “*um outro evento*”. Os trabalhadores conseguiram fazer o projeto com um engenheiro, da empresa Zurich. Essa regulamentação para o trabalho na área externa incluía a limpeza da área ao término do evento e o seguro de vida.

Trabalharam no “*primeiro Axé Brasil no Mineirão, em março/abril de 2005 e no Pop Rock, em agosto*” do mesmo ano. Continuaram participando até 2009, pagando as taxas relativas ao licenciamento do evento, nesse “*os barraqueiros gostaram demais, eles ganharam dinheiro, venderam bastante em 2009, foi uma venda boa*”. Identificamos que o poder público, muitas vezes, os vê como “*um problema, os ambulante lá é um problema*”, não ponderando sobre o papel daqueles profissionais



nesse local, nem sobre o seu direito ao trabalho e geração de renda. Apesar de estarem estruturados através de uma Associação - instituição que representa um coletivo - não possuem estrutura para estabelecer uma rotina dos trâmites administrativos legais necessários. Em uma das entrevistas, é mencionada essa precariedade, uma vez que o corpo gestor da instituição também passa pelos mesmos desafios para alcançar a sobrevivência, assim como os demais membros.

### **Expectativas para a Copa de 2014**

A informação que o Brasil sediaria o megaevento Copa de 2014 estava atrelada à notícia que o Mineirão precisaria ser reformado. O grupo em questão “*já tinha sofrido uma pressão muito forte de dezembro de 2003 a abril de 2004*”, no sentido da retirada do entorno do estádio, para resistir através do apoio de alguns aliados membros da COMOVEEC. Então, “*a ideia, na cabeça dos barraqueiros, era que quando reformasse o Mineirão eles não voltariam mais. A Copa veio, então esquece gente, tá tudo mundo fora, eles pensavam assim*” [grifo nosso]. Nas assembleias, sempre questionado retornariam ao entorno do Mineirão após a reforma, a liderança, por sua vez, respondia que tudo dependeria da participação de todos no movimento. Por meio dessa mobilização da maioria dos barraqueiros, conseguiram trazer essa discussão às mídias, participando até mesmo de eventos maiores, como a *Street Net*, uma forma de noticiar a pauta para o mundo.

Os anseios do grupo estão claros: a necessidade de um local para trabalhar e da reparação dos danos causados. Porém, em alguns momentos da fala, percebem-se alguns questionamentos e dúvidas sobre a, melhor forma de se alcançar esse objetivo:

Mas voltar como? Pra onde? Nós temos que criar, tanto que agora nós queremos uma coisa definitiva, nós queremos um espaço para os barraqueiros. Primeiro nós temos que bater nessa tecla que nós somos patrimônio imaterial do Mineirão, patrimônio histórico imaterial, e provando esse relacionamento com a torcida e várias pesquisas [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

O grupo identifica que vários estudos foram efetuados em anos anteriores ao megaevento Copa de 2014, principalmente, relacionados à sua forma de trabalho, o trabalho de rua. Têm consciência de sua importância, valor e reconhecimento histórico nesse território, para além do trabalho desempenhado.

## Resultados da Copa

Para o entrevistado, líder da Associação, o que resultou da Copa para os barraqueiros, foi “*uma frustração muito grande*”. Menciona que os impactos econômicos foram identificados nos estudos feitos pelo governo do Estado, ainda no processo de licenciamento ocorrido para que pudesse ser realizada a reforma. Nesse estudo, os antigos barraqueiros do Mineirão eram identificados “*como impactados*”, sendo dever do governo tratar a mitigação deste, sugerindo que as ações poderiam ser desenvolvidas ou estar atreladas à “*Secretaria de Desenvolvimento Social*”, com fins a cuidar das “*pessoas fragilizadas, com dificuldades né, uma parte da sociedade com dificuldade de se desenvolver*”.

Posterior ao levantamento elaborado pelo governo, após algumas audiências públicas que trataram dos barraqueiros do Mineirão, foram apresentadas, ao grupo, algumas instituições que iriam lhes oferecer cursos de qualificação.

O Bem Receber Copa [curso ofertado] que foi uma picaretagem muito grande, eu falo aqui com todas as letras, porque o Ministério do Turismo manda a pessoa nos procurar pra treinar os barraqueiros pra Copa, sabendo que não vai arrumar um ponto de trabalho pra eles, só mesmo pra eles poderem ganhar dinheiro com aquilo, com estudo em cima dos barraqueiros, com o trabalho de treinamento, quer dizer o que nós tivemos lá foi um cafezinho e um lanchinho durante o curso né, quer dizer fomos bom, nós não jogamos isso fora não, o Bem Receber Copa foi muito bom, um filmezinho ali das coisas de bem receber. Nós sentimos assim, naquele momento, igual os barraqueiros que estavam com a gente, aqueles que faleceram né, logo depois desses cursos eles faleceram, mas eles estavam ali entusiasmados com aquela valorização, achando que a gente ia conseguir na Copa mesmo, a gente achou que, nós achamos que a gente ia conseguir algum espaço, mas aí vem a Lei Geral da Copa que aí foi o desastre total, nesse intervalo vota-se a lei geral da Copa, depois que nós fizemos o curso de Bem Receber Copa, talvez a gente até conseguiria, aí vem a Lei Geral da Copa [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

Vimos que “*a FIFA exige isso daqui e colocou isso na cabeça deles* [os parlamentares], *vocês tem que votar um relatório de acordo com a FIFA*”, sendo votado um relatório que não colocava “*possibilidade dos ambulantes, das pessoas que trabalham nos eventos*”, haja vista que precisaria, primeiramente, atender às exigências do nominado padrão FIFA de organização de eventos, com essa Lei. Pensando-se nos ajustes a partir da realidade local, poderia ter sido pensado, por exemplo, espaços

alternativos de trabalho, como “nos *Fanfest*<sup>61</sup>” ou em outros locais onde colocariam os telões e haveria concentração de público para assistir aos jogos e consumir, prevendo trabalho e renda no período da Copa aos “*barraqueiros históricos do Mineirão, aqueles barraqueiros que foram retirados, removidos do Mineirão*”, desde 2010. Poderiam ter sido pensadas alternativas menos excludentes, porém, não houve interesse, da gestão pública do período, em viabilizar essa ação.

### **A imagem que fica do Mineirão antes e após a retirada**

A liderança espera realmente voltar ao Mineirão, somente no dia em que “*o grupo tenha uma definição de qual espaço ele irá ocupar na cidade*”. Pensam em conseguir alternativas de espaços para trabalhar na região da Pampulha, bem como em outras regiões da cidade, por acreditarem que “*somente a atividade aqui, não vai conseguir voltar à renda deles*”. Ernani acrescenta que, com o avançar da idade, hoje possui mais gastos. Em sua despesa, precisa incluir os gastos com medicação, e destaca que as doenças surgem ou são agravadas em função da incerteza instaurada com a remoção dos barraqueiros.

Afirma que, para ele, a imagem anterior do Mineirão está ligada à vegetação que havia no local, acrescida da “*paixão do futebol, as pessoas amam o futebol*”. Acredita que poderia ter sido feito outro tipo de projeto para o estádio, que incluísse mais árvores e que previsse uma cerca que os integrassem, fazendo ainda a comparação com a cerca do Parque Municipal de Belo Horizonte, que considera ser um projeto ideal. O entrevistado menciona ainda que sua “*frustração, tem aquela magoa do passado, não é porque eu perdi só meu ponto de trabalho, por causa do atropelamento, de não discutir*”, pois a gestão pública não colocou em discussão, a sociedade, o projeto das mudanças que seriam efetuadas no Estádio. Ele reconhece os novos usos que estão sendo dados a esse território, entretanto, valoriza mais o convívio presente no período anterior à reforma. “*Não é a mesma coisa, ficou, é, não é uma paisagem bonita de se ver, mas nós gostamos do Mineirão sempre, como é um local que a gente gosta muito*”. Ressalta, sobretudo, a interação que tinham com os torcedores que frequentavam o

---

<sup>61</sup> Segundo Maior (2014), se trata de um “evento oficial” da Copa, que deve ser custeado e organizado pelas cidades sede, para que os excluídos dos Estádios possam assistir aos jogos por meio de um telão, entretenimento por meio de shows antes e após os jogos. Os mesmos são realizados em espaços públicos, para atender aos interesses privados da Fifa e de seus parceiros.

estádio - questão essa vinculada à proposta de “*tombamento [registro] dos barraqueiros*” como um patrimônio da cidade.

### **Alternativas de trabalho após a saída do Mineirão em 2010**

Antes, o entrevistado trabalhava sozinho. Após a retirada do local de trabalho, fez uma parceria com a barraqueira Selma - que também faz parte da liderança da Associação - para que pudessem dividir os custos e os ganhos da barraca, com fins a participarem de eventos diversos. Ambos pensavam quais alternativas teriam após a retirada do Mineirão, como, às vezes, não conseguem trabalhar nos eventos realizados em Belo Horizonte, a alternativa principal é a participação de “*eventos na região metropolitana, tais como os culturais, festas de jubileu, festas religiosas, alguns shows, dentre outros*”. Ainda assim, arriscam-se a trabalhar em alguns eventos nas imediações do Mineirão, de que trata a fala a seguir:

e aqui no Mineirinho e Mineirão, mesmo aqui com a dificuldade a gente tentando trabalhar de forma precária, longe né, você não consegue ficar próximo do Mineirão e em eventos no Mineirinho que a gente vem tentando. E o governo [municipal e estadual] não fez nada, até hoje nada, nada, nada de solução, os barraqueiros continuaram com o mesmo problema deles [grifo nosso] (sic) (Ernani, 2017).

Com a mudança da gestão pública municipal em 2017, os barraqueiros vislumbraram a possibilidade de uma abertura ao diálogo, com fins a resolver a questão dos barraqueiros, uma vez que o Prefeito se mostrou sensível à situação das pessoas de algumas ocupações presentes na cidade, mostrando ter um perfil de gestão mais próxima das necessidades da população. A Associação tem buscado articular o debate com outros grupos, tais como as “*frentes sindicais, pipoqueiros, indígenas*”, dentre outros.

Ao ser questionado sobre como se posicionam os barraqueiros frente ao processo de retirada, o mesmo responde que:

parece uma coisa simples, [os outros dizendo] ah, os barraqueiros saiu de lá, mas eles vão trabalhar, mas já se passaram 07 (sete) anos já, mas continua a mesma situação, nós tamo sobrevivendo que nós não estamos sabendo como? A luta é muito grande né e têm outras pessoas

também disputando<sup>62</sup> o espaço [implícita a questão território] com a gente, por a gente já tá com a idade já mais avançada e muitos com a idade muito avançada, com contas arrastando há muito tempo, dificulta muito. E o trabalho nosso aumenta muito, trazer o movimento, manter o movimento, manter a sobrevivência é muito difícil (sic) (Ernani, 2017).

Atualmente, buscam o reconhecimento histórico dos antigos barraqueiros do Mineirão, reforçando a importância dos mesmos enquanto “*parte do Mineirão, o gigante da Pampulha*”. Como estratégia cultural, foi criada uma marchinha de Carnaval no final de 2016, tendo a intenção de que fosse montado um bloco de Carnaval. Essa poderia ser mais uma alternativa para divulgar a causa dos barraqueiros, de forma lúdica, bem como servir também de local de trabalho, nos ensaios e dias em que o bloco saísse na cidade. Poderiam ainda se juntar a outros blocos parceiros. Infelizmente, a alternativa não foi construída e estruturada. Somente em 2018 puderam divulgar e concorrer em um concurso de marchinhas de Carnaval, com a música criada pelos barraqueiros. Entretanto, o Bloco Broko não teve a participação esperada no Carnaval. Essa pode ser uma alternativa de reestruturação no futuro.

### **Qual seu papel no retorno das atividades do movimento e as expectativas futuras**

Desde antes da retirada dos barraqueiros do Mineirão para a reforma, a liderança vem apontando, como alternativa de trabalho e de renda, a participação dos trabalhadores em eventos esportivos e culturais, porque foram “deslocados sem local definido para atuar”. Como o Mineirão e o Independência estavam sem atividades, já que os jogos, nesse período, foram transferidos para a Arena do Jacaré (Sete Lagoas), a uma distância de aproximadamente 64 km do Mineirão, alguns barraqueiros tentaram trabalhar lá, mas em função da distância foram buscadas novas alternativas de trabalho.

Esperam que seja possível conseguir um espaço próximo ao Mineirão e/ou Mineirinho, com várias atividades ao longo da semana, podendo aglutinar também o fluxo dos eventos da região, e o movimento dos eventos do Mineirão e do Mineirinho, e, quem sabe, talvez o fluxo de visitantes da Pampulha. Desejam que as pessoas possam ir até esse “*espaço dos barraqueiros históricos do Mineirão, para eles poderem lá*

---

<sup>62</sup> Disputam esse território, inclusive, com moradores do bairro em que está situado o Mineirão, que veem os barraqueiros como um problema, uma vez que o bairro foi tomado pelo comércio informal e pelos problemas atrelados a ele, como a questão do descarte do lixo.

*comer o feijão tropeiro*” e serem muito bem atendidos, pois, ao serem reconhecidos publicamente, terão também um lugar específico para permanecer.

Ao ser questionado a respeito dessa solução idealizada pelo grupo, se ela realmente poderia acontecer e se estaria alinhada com alguma política, o líder responde que seria *“possível, eu acho que com o tombamento [registro], se o município de Belo Horizonte reconhecer eles como Patrimônio Histórico Imaterial do Mineirão, ele pode anotar isso pra cidade, eles possam receber, tem uma cota menor, participar”*. Cita que já são demandados anualmente para assumir as barracas de alimentação da queima de fogos na virada de ano, que é organizada pela TV Alterosa, na orla da Pampulha. Considera como prova de reconhecimento, respeito e valorização do trabalho realizado pelos barraqueiros.

#### **1. Entrevista com a liderança da ABAEM, atual presidente da Associação, Selma Salvino da Silva**

A entrevistada possui 50 anos de idade, afirma ter trabalhado durante 31 anos no entorno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2017, em sua casa, no bairro Nazaré – Vila do Sol, em Belo Horizonte. É uma das lideranças da ABAEM, ocupando, atualmente, o cargo de presidente da associação.

A entrevistada começou a trabalhar no entorno do Estádio quando tinha apenas 12 anos, ajudando sua mãe, D. Rosa Maria Salvino, a vender mercadorias e depois trabalhando na barraca. A mesma desempenhou essas atividades por 31 anos, saindo apenas no ano de 2010.

Sobre o trabalho realizado durante a infância, a entrevistada afirma que: *“era pra mim tá aposentando, hoje eu tenho 50 anos. Muitos anos que eu trabalhei, já dava pra ter uma aposentadoria garantida. Eu trabalhei sempre no portão 4, que era o lado do Cruzeiro, em frente à bilheteria”*. Relembrou que, quando criança, não entendia muito bem o porquê de tanto trabalho e responsabilidade. Atualmente agradece, principalmente à sua mãe, por não ter que pagar aluguel, afirmando que *“perderam pra ganhar”*. Pois todo o esforço foi revertido para a compra de lotes para ela e para seus filhos, além de ter construído a casa onde morar.

Foto 27 – Barraqueira Selma junto de uma foto antiga dela, com seus dois irmãos (ainda criança, quando começaram a ir para o Mineirão).



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Foto 28 – Selma vendendo frutas na porta de casa com os irmãos (exposta em quadro).



Fonte: cedida do arquivo pessoal da entrevistada, s/d.

O depoimento, a seguir, elucida a rotina da entrevistada naquela época.

Que eu lembro, eu era muito nova né, com 12 anos, assim, estudando e trabalhando. Então do Mineirão que eu lembro, que a gente ia de ônibus, pegava o ônibus ali na Lagoinha, a gente morava ali na Pereira Passos [Avenida] no bairro São Cristóvão, ao lado daquela delegacia do Departamento de Investigação. A gente pegava o ônibus ali de frente ao IAPI [conjunto habitacional residencial de arquitetura modernista da década de 40, tombado, situado na Av. Antônio Carlos], com as caixa de isopor, entrando pela porta traseira do ônibus, cheia de chup-chup; eu, minha mãe e meus dois irmãos. E chegando lá no Mineirão a gente descia e que ficava na escada que subia, ali do lado mesmo do Cruzeiro. Na escada que tinha ali e a gente já pegava os torcedores que descia do ônibus ali na UFMG subindo, pra já tá vendendo o chup-chup. Isso foi muitos anos, foi eu, minha mãe, meus dois irmãos e o meu padrastrô, que hoje já tá muito doente e não consegue falar muito não. E foi muitos anos a gente vendendo chup-chup, depois a gente começou a usar o carrinho de fruta, a gente começou a vender mexerica, começou a vender melancia em fatia, tinha aquela vitrine com uma pedra de gelo, a gente cortava também o abacaxi em quatro. Vendia também maçã, quando era época de jabuticaba, vendia jabuticaba [quando estava na época]. Naquela época não tinha refrigerante no entorno do Mineirão, não vendia cerveja, a única coisa que era o churrasquinho na lata, só que eu não lembro muito bem quem era mais que vendia. Já tem muitos anos. Depois daquilo foi muitos anos, tanto que a minha mãe comprou o primeiro carro dela foi com o dinheiro do chup-chup, que a gente ia de ônibus [levava tudo por meio desse transporte]. [grifo nosso] (sic) (Selma, 2017).

Acrescenta que até mesmo motorista, trocador e torcedores que iam aos jogos, os ajudavam a subir e a descer do ônibus, muitas vezes, ajudavam até a carregar as mercadorias para o Estádio. Afirma que a renda arrecadada, com a venda das mercadorias, suficiente para pagar aluguel, água e luz, pois a “mãe ficou um tempo desempregada”. Os filhos tinham uma rotina a cumprir, na casa, na escola e no trabalho: geralmente vendiam frutas da estação, no local em que moravam e no Mineirão, durante os dias de jogos (de dois a três dias a semana). Posteriormente, iniciou a venda do tropeiro, na barraca.

Sobre o período de transição, para o trabalho em barraca, afirma que:

Foi assim que a minha mãe foi fazendo as economias, foi juntando um dinheirinho e quando teve a proposta de venda dessa área que a gente mora, minha mãe comprou praticamente à vista, porque o sonho da minha mãe desde quando se separou do meu pai e nós viemos pra Belo Horizonte era ter um lugar, pra quando nós crescesse e também ela quando ficasse velha, pra nós não pagar aluguel. (sic) (Selma, 2017).



A barraqueira identifica que, após a venda de outras mercadorias em sua barraca, seu poder aquisitivo melhorou, em relação à época em que vendia somente frutas. Através das economias da mãe, realizadas a partir do trabalho, adquiriram outros bens. Em seguida, buscou conseguir sua própria barraca. Assim, o ofício foi passado, de geração em geração.

Selma afirma ter construído duas casas, com os recursos que ganhou trabalhando no Mineirão. Ao se separar do marido, uma casa ficou para ela e os filhos; a outra, para o ex-marido. A primeira casa, já com acabamento. Na época de “*bater laje*” na casa, lembra que era o último ano de trabalho no Mineirão. Destaca, que “*quase que não deu*”. Informa que, até hoje, não conseguiu terminar a obra com os devidos acabamentos e pintura.

A seguir, apresentamos o painel com as fotos que representam as conquistas da barraqueira. O objeto foi percebido, pela pesquisadora, em local de destaque da casa, no dia da realização da entrevista. Esse tipo de painel - com as fotos das conquistas da família - foi encontrado somente na casa da Selma e da sua mãe, D. Rosa Salvino. Percebe-se que elas se orgulham em exibir o que foi conquistado, ao longo dos anos, através do trabalho.

Foto 29 – Foto do painel, representando as conquistas da família (principalmente as construções das casas).



Fonte: cedida do arquivo pessoal da entrevistada, s/d.

Há também fotos e imagens que registram momentos com seus familiares. Acrescenta que: “O que a gente adquiriu aqui em casa, eu e mais minha mãe, foi tudo com dinheiro do Mineirão”.

### **Copa de 2014**

A entrevistada não possuía boas expectativas em relação ao megaevento que ocorreria no Brasil. Quando foi anunciado que o evento viria para Belo Horizonte, relata que ficou com receio de perder seu trabalho.

Quando eu fiquei sabendo que a Copa ia vir aqui para o Brasil eu chorei de tristeza. Você acredita? Eu falei, nunca mais a gente vai conseguir voltar pra aquele Mineirão. Eu já imaginava o desemprego nosso. Muita gente achava, sonhava com a Copa. Eu falei: \_Nossa, acabou o lugar da gente trabalhar. Não vai ter mais a Feira de Carro, não vai ter jogo. Nós não vão conseguir mais voltar pra trabalhar aqui. Eles não vão deixar [Poder Público]. (sic) (Selma, 2017).

Essa entrevistada também apresentou vínculo de afetividade com os elementos naturais presentes nesse território. Relembra das frutas, que apanhava nos pés de árvores, que existiam ali:

Tinha uns pés de manga ao entorno do Mineirão, a coisa mais linda, aquele manguezal. Quando eu fui para o Mineirão trabalhar lá, os coqueiros era tudo pequeno, eu tenho foto com eles atrás de mim e depois tava lá aqueles ... [árvores grandes]. (sic) (Selma, 2017).

Tanto ela, quanto a mãe, trabalhavam no entorno do Mineirão e na Feira de Veículo. Percorria o local entre os carros, vendendo, rapidamente, uma caixa de 180 litros, repleta de bebidas. Dirigia-se até a barraca de sua mãe e repunha a mercadoria. Entretanto, afirma que a situação mudou, uma vez que hoje “não consigo vender nem uma caixa de 60 litros de bebida, não tem jeito. Então é por isso que a gente conseguia fazer as coisas, porque o Mineirão era nosso emprego, era nossa renda, era nosso salário. Era uma renda certa”.

Ela relata ter passado muitas dificuldades, e que, inclusive, sua mãe “perdeu até o dente dela da frente, amarrando saquinho de chup-chup”, trabalhando pela sobrevivência. Atualmente, “a gente vai levando, porque coisa pior nós já passamos”, lembrando que descascava laranja à máquina ou com faca, até a mão ficar doendo.

Informa que faz parceria com o Ernani, para trabalharem na mesma barraca. Possui uma Kombi velha, que facilita a locomoção.

Esse é um meio de trabalho honesto, nós somos trabalhadores, nós não precisamos de ninguém em cima de nós com cassetete, com arma e nem com choque não. Nós precisamos é de trabalhar pra trazer o dinheiro pra dentro de casa, pra pagar as contas, pra comer. Nós temos um filho que estuda, tem material, ele pede um lanche, né. Cê também não pode ficar vivendo só de trabalho, tem que ter um lazer. [grifo nosso] (sic) (Selma, 2017).

A afirmação anterior foi uma resposta relacionada à repressão que sofrem pela fiscalização, em alguns momentos violenta. Sobre a questão do Território, ela afirma, que considera o local um território dos barraqueiros, pois, chegaram há muito tempo no local e estabeleceram por ali. A entrevistada, desde os 12 anos de idade tem vínculo, aqui informando que o “Mineirão foi tudo na minha vida. O Mineirão representou a minha infância, a minha juventude e depois eu fiquei adulta né”. Concluindo que “agora cada ano que passa, cada dia que passa, claro que vai ficando mais difícil o nosso retorno. Vai ficando praticamente quase impossível, mas a gente não desiste não”. Percebe a retirada forçada com uma grande perda de direitos, uma vez que foram retirados do seu local de trabalho, sem previsão de retorno, ainda que o Poder Público possuísse os dados dos barraqueiros e que saberiam como contatá-los.

Entende que a Associação (ABAEM) é muito importante, para lutar pelo retorno das atividades dos antigos barraqueiros. Por isso, participa ativamente do grupo, tendo agora, inclusive, assumido a liderança da instituição.

A entrevistada destaca em sua fala, a seguir, o que reconhece como o resultado para os barraqueiros.

Muita desilusão, muito desgosto, muita mágoa, muita revolta por parte das autoridades competentes, que tinha que ter solucionado o nosso caso e até agora nada. Tanto o Ministério Público como o Direitos Humanos, sabe ninguém solucionou nada pra nós, ficou só nas reunião, nas ata, ni tudo que resolve daqui e resolve dali. Igual quando o Ernani foi representando os barraqueiros lá com o governador lá [na época do governo do Anastasia] ficou pra resolver a Feira do Mineirinho e em seguida o problema dos antigos barraqueiros do Mineirão, e olha o que é que fizeram com nós, resolveu a questão do Mineirinho e licitou foi as vagas pra barraca (sic) (Selma, 2017).

Sobre a retirada, e sobre o que o Estádio representou e ainda representa, a entrevistada faz uma reflexão poética, que demonstra o vínculo de afetividade com esse território-lugar.

Nunca mais eu vou sentar aqui, nunca mais [lembranças de uma vida inteira, a barraqueira em questão frequentou esse território dos 12 anos até aproximadamente seus 50 anos, como que a se despedir desse seu lugar de memória em particular]. E nunca mais eu sentei mesmo, foi uma tristeza. Falar pra você uma verdade eu acho que eu chorei. Fiquei olhando aqueles pés de manga, tudo bonito na minha frente, aquele estacionamento cheio de carro, com aquele monte de vaga. Aí eu ficava vendo, como é que será aquilo tudo ali sem as nossas barracas, sem a feira de carro no domingo, eu sem circular com a minha caixa de bebida pra ganhar o meu dinheirinho. Ficava pensando: Oh, meu Deus do céu! Acabou. Foi a mesma coisa de ter enterrado o Mineirão. Mas é um enterro vivo, tá morto, mas dentro do coração da gente tá vivo [grifo nosso] (sic) (Selma, 2017).

Afirma que tem trabalhado em eventos fora da cidade para se manter, com as incertezas de poderem trazer lucro, ou não. Aponta como solução, para os antigos barraqueiros, realocação em um novo lugar, de preferência, nas proximidades do Mineirão. Por fim, acrescenta que, *“na pasta do Governo tinha que haver uma página pra nós, uma página para os barraqueiros do Mineirão, pra aqueles que querem trabalhar, um espaço próximo do Mineirão ali, pra gente tá dando continuidade a nossa atividade. A nossa atividade é essa”*.

## **2. Entrevista com Inalva Cristina Ferreira Santos**

A entrevista foi realizada no dia 04 de outubro de 2017, na casa da entrevistada, situada no bairro Conjunto Califórnia, em Belo Horizonte. A barraqueira tem 57 anos e afirma ter trabalhado no entorno do Mineirão por 26 anos. Iniciamos a conversa com a Cristina (como é conhecida entre os barraqueiros), procurando saber um pouco de sua história de vida, relacionada ao Mineirão. Ela nos relatou que:

trabalhavam meus filhos, né, casados, família, minha filha e meu filho, e a minha irmã. Umás cinco pessoas na barraca. A gente fez o cadastro lá da ADEMG, não lembro o ano, mais ou menos em 1985 [há uma confusão de datas]. Fiquei mais ou menos 25 anos, na época a gente pagava uma taxa na Prefeitura pra trabalhar, era eu e meu irmão,

nós pagava. Antes era Prefeitura, aí depois passou pra ADEMG. “No Portão 06” (sic) (Inalva, 2017).

Houve certa confusão, por parte da entrevistada, quando questionada se o entorno do Mineirão seria um território dos barraqueiros, pois, indagou: “*como assim, pra trabalhar?*”. Em uma segunda tentativa, a resposta foi: “*sim, com certeza*”.

Ela afirmou que para começar a trabalhar no local, “*tinha que ser só os que era credenciado. Pra fazer o cadastro, aí entrava todo mundo. Fez o cadastro; aí, já era organizado, com a Associação*”. Ela teria começado a trabalhar no Mineirão após o falecimento de um primo que trabalhava lá; a barraca teria sido passada de um familiar a outro, sendo preciso, nesses casos, somente se fazer a atualização do cadastro.

A entrevistada reconhece o valor e a importância da Associação; não soube responder ao certo o porquê do nome barraqueiro. Afirma, porém que “*é uma organização; eu acho que pra mim podia ter mais respeito com Associação*”, por ela ser muito bem organizada, pontuando ainda que ela mantém consigo até hoje os documentos de registro.

O interesse em fazer parte da Associação se deu por que ela já estava trabalhando no local há anos, quando a Associação foi criada. Ela entendeu ser vinculada a manutenção da autorização de trabalho no local ao credenciamento na ABAEM; assim o fez, prestando várias informações e apresentando documentos, principalmente relacionados a quem trabalhava na barraca.

Quando começaram a chegar as informações de que a Copa viria para Belo Horizonte, “*a gente pensou que ia ser melhor; aí mandou todo mundo fazer um novo cadastro, que tava na construção do Mineirão; aí todo mundo teve que ir, os credenciados; a gente fomos, fez e nada disso, até hoje tá aí parado tá*”. Afirma ter sido “*isso o que foi dito*”, mas quando foi perguntada sobre o que ficou de resultado do evento, respondeu sonoramente que “*nada*”.

A impressão que tem do Estádio é de que “*antes era bem melhor né, pra nós, hoje a gente ali não tem direito a nada. Todos os jogos eu ia, era quarta e domingo*”; havia uma frequência maior de trabalho, o que afetava diretamente na renda alcançada por mês.

Em relação à retirada dos barraqueiros do local, Inalva afirma que:

foi terrível. Lembro, acho que foi no final de 2008 [confusão de datas, a retirada ocorreu em 2010], nós começou a sair, aí falou que ia indenizar, tratou, não sei se pode falar, pelo menos um salário pra cada barraqueiro, aí nada disso, até hoje ninguém recebeu. Falou que ia indenizar, se não voltar, falou que ia indenizar os barraqueiros e é o que não aconteceu até hoje, nem salário e nem indenização. E muita família passa fome igual eu, já passei muita fome, muita fome. Fica sem pagar, aí meu menino que ficar segurando para poder me ajudar. “Pago aluguel minha filha, trabalhava e mantinha a casa, hoje é eu sozinha” [a entrevistada mora com um irmão que tem a doença do fogo selvagem] (sic) (Inalva, 2017).

Quando perguntada se já voltou a trabalhar no entorno do Mineirão, após a proibição, ela responde que “*já, mas os fiscal manda a gente sair fora*”. Perguntamos ainda se pegaram as “coisas” dela e ela declarou que “*não, a gente fica esperto lá, às vezes a gente espera a saída, aí eu não fui mais não*”.

Após a retirada, ela viu como solução trabalhar na porta da “*Igreja Mundial do Poder de Deus, fica lá no Centro, na rua Avenida Contorno*”; juntando-se a vários outros barraqueiros que também trabalham no local. Ela ainda acrescentou que, nesse local, trabalha somente uma vez por mês, mas que dá “*pra ganhar ao menos uns trocado lá*”.

A entrevistada afirma não trabalhar em outro lugar e não fazer outros eventos porque “*sozinha, fica mais difícil*” e que ainda tem uma dependência de carroto para levar suas mercadorias, “*igual era no Mineirão, leva a mesa e a churrasqueira, bebidas geladas e o tropeiro*”. E acrescentou ainda que:

“eu não tenho mais carro, eu tinha, dois foi preso, um outro eu tive que vender, que não tive mais condições, aí hoje eu tô, não tenho carro nenhum, tenho que pagar carroto. Então pra mim é muito difícil. Antes tinha carro para levar as coisas ao Mineirão para montar a barraca” (sic) (Inalva, 2017).

Vale ressaltar que, ao longo dos anos, sem um local certo de trabalho, alguns barraqueiros foram perdendo o seu patrimônio, mantendo o foco apenas na sobrevivência. Decorridos sete anos após a sua retirada do local, ainda assim, quando perguntada sobre seu posicionamento frente a esse processo de remoção, respondeu afirmando que:

“a gente espera voltar, porque o Prefeito, ele falou que vai ajudar pra poder voltar pra retorno do Mineirão, esse que tá aí agora, como é que

ele chama? [atual Prefeito Kalil]. Ele falou pros barraqueiros que ele vai arrumar um jeito de fazer tipo um cadastro, pra gente volta, retorno do Mineirão. Mas até agora! Igual ele fez com o povo do Centro né. Ele falou que todo mundo não ia ficar sem trabalhar, mas já vai empacando. Já era pra ele ter resolvido, que lá fora lá não tem nada a ver [referindo-se a área externa do estádio] com, é da Prefeitura. Só que ele não resolveu nada até agora” (sic) (Inalva, 2017).

Sobre a atuação do ABAEM, garante que a mesma tem feito a sua parte para que os barraqueiros possam retornar e ter o direito de trabalhar, nas proximidades do Mineirão:

Uai, tá lutando pra ver se volta, mas que tá muito difícil tá, mas eu tenho fé que vai voltar. Às vezes meus meninos falam: desista mãe! Falei não, nós tem parte ali. Eu olho para o Mineirão e falo assim, nó e saber que eu tenho parte ali e a gente aí sem trabalho. O estádio é da época que eu nasci [grifo nosso] (sic) (Inalva, 2017).

Como visto no depoimento acima, a entrevistada reafirma seu direito, por ter trabalhado tantos anos no entorno do Estádio; e, assim, pensa ser a solução “*voltar pra lá, pro mesmo lugar*”. Acha que seria igual e que um “*pouco dava*” pra tirar uma renda.

Quando vamos pra outros eventos toma prejuízo, toma muito prejuízo, às vezes a gente nem vai com medo de gastar. Quando aparece um evento a gente tem que, eles pede pra pagar, como que a gente vai pagar pra trabalhar. Prefiro não ir. Outro dia tinha um evento, acho que era R\$ 700,00 reais, setecentos reais é melhor ficar parada dentro de casa. Mas eu tenho certeza que se a Prefeitura quiser ela pode voltar a gente pra lá, porque tem muito menos barraqueiros de que antes. A maioria que conheço já morreu, era mais velho, uns que eu conheço aí, não quer voltar mais, então se for por tudo na conta, é menos daquilo, é umas 50 pessoas, barraqueiros dos antigos [grifo nosso] (sic) (Inalva, 2017).

Por fim, ela afirmou acreditar no poder público, por meio da Prefeitura, para que sejam retomadas as atividades dos barraqueiros, principalmente, porque hoje é bem menor a quantidade de trabalhadores que precisa ser realocada em outro lugar (lembramos que eram 96 barraqueiros cadastrados quando do levantamento realizado no processo da Prefeitura, no período da retirada). Ressalte-se que o trabalho dos barraqueiros em eventos passou a ser incerto; assim, as possibilidades de retorno devem

ser analisadas, pois, do contrário, como a própria entrevistada afirma: “*não vale a pena nem participar*”.

### **3. Entrevista com Alvani Silva (esposa do Orlando, conhecido como Lobão)**

A entrevistada possui 50 anos. Declarou que a família do seu esposo trabalhou durante 40 anos no entorno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 04 de outubro de 2017, em sua casa, no bairro Conjunto Califórnia, em Belo Horizonte.

O seu esposo e o seu sogro, no início, trabalhavam “*correndo de fiscal*”, pois não tinham autorização para desenvolver atividades no local. Ela conheceu seu marido, por volta de 1991, e afirmou que “*nessa época eles já trabalhavam há muito tempo no Mineirão e antigamente era naquelas latas né, que eles faziam a churrasqueira, aí os fiscal fazia eles sair do local, não podia trabalhar*”.

O Mineirão teve grande importância para ela, pela renda conseguida com a comercialização de bebidas e alimentos no seu entorno, uma vez que se trata de uma pessoa que não possui um emprego que lhe proporcione uma renda fixa. Antes das barracas, improvisavam uma estrutura e exerciam o seu trabalho no local:

é por causa que ninguém tinha trabalho fixo né, não trabalhava de carteira assinada né, aí eles sempre acompanhavam o pai dele pra trabalhar lá. Antigamente não tinha barraca, era a lata lá e fazia a churrasqueira e vendia o churrasco. Aí foi crescendo, foi mandando fazer as barracas, mesmo assim os fiscais ainda corriam atrás. Na época que eu comecei a trabalhar com ele era a mesma coisa, eles [a fiscalização] não deixavam trabalhar, tinha que desmanchar tudo e ir embora, eles tomavam as mercadorias também, apreendia as mercadorias e ficavam sem trabalhar. Iam meus dois cunhados, eu, o pai dele, mais ou menos umas 06 pessoas iam trabalhar [grifo nosso] (sic) (Alvani, 2017).

Segundo o depoimento dela, quando a Prefeitura de Belo Horizonte resolveu liberar o alvará para o trabalho no entorno do estádio, ficou mais tranquilo desempenhar essas atividades nesse território, porque “*tinha as norma que a gente tinha que exercer (...), tinha tranquilidade pra trabalhar. Não ficava correndo dos fiscais. Eles trabalhavam há mais tempo, só eu só trabalhei mais de 20 anos com eles, no Portão 06*”.



Quando perguntada sobre o território, a entrevistada não entende muito bem a questão e responde que:

“olha pra nós, eu amava trabalhar lá no Mineirão, sinceramente, nossa eu ficava louca quando chegava dia de jogos pra gente ir pra lá trabalhar. Eu sempre trabalhei, gostei de trabalhar com o público. Sempre trabalhei fora, larguei de trabalhar fora e fui trabalhar com ele, acompanhar ele, trabalhar na barraca” (sic) (Alvani, 2017).

Indagada se o entorno do Mineirão seria o território dos barraqueiros, a mesma responde que “*Unhumm, considero sim, por causa que lá já era um ponto fixo da gente trabalhar*”.

A respeito da regra de convívio dos barraqueiros, a entrevistada afirmou que, antigamente, qualquer um podia trabalhar no local. Quando a Prefeitura passou a exigir uma autorização, começou a haver uma regulação das pessoas que montavam barracas no entorno do estádio. Entretanto, ainda havia as figuras dos “*caixeiros né que invadia, mas nós tinha uma taxa que pagava*”. Como as pessoas não tinham um ponto fixo de trabalho, “*ficavam lá, por não ter onde tirar o seu sustento, não tinha a carteira assinada, não tinha um emprego fixo, o único lugar que eles tinham pra trabalhar era o Mineirão*”.

A entrevistada disse que o nome do grupo foi escolhido em função dessas pessoas irem sempre para lá trabalhar, adotando tal nome, que os vincula a esse território. Sobre a importância da Associação, disse ter sido “*bem melhor*” estar associado à organização, pois, a partir da sua criação, houve “*mais tranquilidade pra trabalhar*”. Ao contrário do que acontecia anteriormente. Ainda que se atrasasse, seu local de montagem de barraca e trabalho seria mantido, pois havia “*o número certo pra colocar a sua barraca*”.

No período da Copa de 2014, a entrevistada afirma não ter trabalhado lá, mas existia a possibilidade e a expectativa dos barraqueiros de voltarem a trabalhar no Mineirão. Acrescenta ainda que: “*uai, eles ficaram todos felizes né, que ia ter a Copa lá e que a gente, tinha uma expectativa da gente ter uma chance de trabalhar né e depois aí nós ficamos triste porque não podia trabalhar*”.

Após a Copa, ainda se aventurou a ir mais uma vez trabalhar no entorno do estádio, mas o retorno financeiro e a impressão que possuíam anteriormente, do trabalho realizado no local, foi frustrada:

“hoje eu fico triste, num jogo [após a retirada de 2010] nós fomos tentar trabalhar lá, não tá a mesma coisa, antigamente era bem melhor. Trabalhou mais não foi igual, quando a gente tinha seu ponto fixo. Chegamos lá e nós ficamos longe dos fiscais né, que se eles tivessem lá, não tinha condições, seria recolhida as coisas” (sic) (Alvani, 2017).

Ela destacou ainda que o processo de retirada do entorno do Mineirão “*foi horrível, por causa que era o único lugar que a gente tinha fixo de trabalhar, o sustento da casa. Dava pra tirar dinheiro bom né, quando os jogos era bom e quando tinha show*”. Viam que o entorno do estádio era sua única oportunidade de trabalho.

A entrevistada atribuiu a aquisição de bens e da moradia ao trabalho no Mineirão, afirmando não ser fácil pagar aluguel. Relembra a época em que pagava aluguel e afirma que “*tudo que se faz é pro aluguel*”. Hoje são cinco moradores em casa: o casal e os seus três filhos.

Não tinha casa não, tinha um carrinho velho né de carregar as coisas, colocava tudo nele e levava. Depois, quando a gente tava, essa casa mesmo foi dinheiro que nós conseguimos trabalhar lá [se referindo ao trabalho no entorno do Mineirão]. Tem os negócios dele, porque ele trabalhava com mecânica também, os negocinhos dele que ele fazia né, outros bicos. Foi uma luta pra gente conseguir esse lugar aqui [referindo-se a casa própria], pra gente fazer é bom porque nós não paga aluguel né, foi uma economia que nós fizemos pra conseguir construir aqui [grifo nosso] (sic) (Alvani, 2017).

Depois que saiu do Mineirão, pararam de trabalhar, com frequência, como barraqueiros, desenvolvem outros trabalhos e disse que o marido tem um “*botequinho*”, e, eventualmente, e trabalha em cachoeira, “*na cachoeira dos Macacos, quando tá muito quente fica bom*”. Atualmente, a família tem uma Kombi, dada pelo cunhado ao esposo, utilizada para transportar os utensílios aos eventos. Ela informou ainda que trabalham com “*churrasco, lá no Mineirão eu trabalhava com tropeiro e bebidas em geral. Mas na cachoeira trabalha somente com churrasco e bebidas*”.

Quando perguntada sobre o processo de retirada, afirma que “*tem uns quatro anos não tem* [pergunta ao presidente da ABAEM a data da retirada do Mineirão

e após ser informada por ele, corrige a data], *então tem uns sete anos*". Compreendemos que essa desarticulação e esquecimento das datas é resultado do enfraquecimento do grupo. No entanto, a entrevistada afirma que os barraqueiros não se conformaram e que *"todo mundo ficou revoltado por isso, que eles não liberaram pra nós"*.

Ela acredita ser de fundamental importância o papel da ABAEM para o retorno das atividades dos barraqueiros, *"pra voltar né, a trabalhar igual era antes"*. A única solução que vislumbra para superação da situação desfavorável que estão vivenciando seria a de *"eles liberar [dando ênfase] pra gente trabalhar era bom, trabalhar em jogos e shows. A gente ia ter uma tranquilidade, um lugar fixo pra gente trabalhar. A gente já tinha certeza daquele lugar pra gente trabalhar"*. Afirmou, ainda, que não tem frequentando a Associação, mas que *"espera"* uma retomada das atividades dos barraqueiros por intermédio da atuação dela.

#### **4. Entrevista com familiares do Sr. José Martins dos Santos (barraqueiro antigo já falecido) – a viúva D. Hilda e os filhos, Márcia e Sebastião**

Essa entrevista foi realizada no dia 04 de outubro de 2017, na residência da família, situada no bairro Conjunto Califórnia, em Belo Horizonte, com os seguintes integrantes: Hilda Alves dos Santos (viúva de 85 anos), Sebastião Alves dos Santos (filho de 65 anos) e Márcia Martins de Oliveira (filha de 40 anos). Esta família<sup>63</sup> é de relevância histórica para os antigos barraqueiros do Mineirão, pois se trata de uma das mais antigas famílias de um barraqueiro, que trabalhou por cerca de 40 anos no local. Por isso, foi importante coletar as informações fornecidas por esses três membros da família. Iniciamos a conversa demonstrando uma visão geral do panorama dos barraqueiros e da pesquisa que estava sendo realizada, com acréscimo de informação da liderança da ABAEM sobre a necessidade de um levantamento histórico das famílias dos antigos barraqueiros para se embasar a proposta de registro que irão encaminhar ao município, buscando mostrar as vantagens de serem eles reconhecidos como patrimônio. O filho da entrevistada pontuou que tinha conhecimento que *"a feira da Afonso Pena já está em processo de ser tombada como patrimônio"*, pois sua mãe tem

---

<sup>63</sup> Não foi autorizada a gravação das informações prestadas pela entrevistada Márcia. Por isso, foram somente anotadas. Ela afirmou ter trabalhado durante 21 anos no local.

barraca lá. Fomos recebidos com muito receio, mas, aos poucos, foi acontecendo a aproximação.

O filho Sebastião (Tião) afirmou, a respeito dos barraqueiros atuam nas proximidades do Mineirão, que “*eu vi lá que nas atuais barracas não tem gente dos antigos barraqueiros trabalhando*”, referindo-se ao edital que abriu licitação para a instalação das barracas de alimentação, realizada em agosto de 2015.

Em conversa, iniciada pela liderança presente, acrescentou que o processo dos barraqueiros do Mineirão é anterior ao edital e que eles querem entrar com uma ação - antes recomendada pelo Ministério Público - de exigência do pagamento dos lucros cessantes retroativos aos antigos barraqueiros, por serem obrigados a encerrar suas atividades de trabalho naquele local.

Sobre o vínculo da família com o território, informaram permanência dos mesmos antes, na torcida do Atlético e, depois, nos portões 04 e 05 do estádio, desde a sua construção. A matriarca da família falou dos alimentos vinculados a esse território, ao longo dos anos, desde a década de 60<sup>64</sup>. Ela relatou que, ali mesmo no local, descascava o milho e, depois que o fiscal passava, ia prepará-lo para vendê-lo. Todo o material necessário ao trabalho no local era carregado por ela, na mão, junto com o Sr. José Martins e os filhos mais velhos. Na barraca, eram vendidos, além do milho verde churrasco, refrigerante e pão molhado (pão com molho). Trabalhavam no local somente a família, com aproximadamente quatro a cinco pessoas na barraca. Com o passar dos anos, “*foi mudando devagarzinho, foi mudando, a gente montou a barraca, comprando a chapa, o carro*”. Os produtos vendidos ao longo do tempo também mudaram, pois não se vendiam mais o milho verde. O refrigerante era levado na garrafa e servido no copo descartável. Cerveja de garrafa ainda não era vendida, só depois de muito tempo passou a ser comercializada. Antes, como bebida alcoólica, era vendida a pinga com mel ou uma cachaça boa, em doses. Depois, passou a se comercializar, principalmente, churrasquinho, refrigerante e cerveja.

Márcia, sua filha, começou a vender o tropeiro, e o vende até hoje, tendo a sua própria barraca. Os seus filhos cresceram lá, e somente os que se tornaram barraqueiros foram o Tião e a Márcia.

---

<sup>64</sup> Esse item será mais bem detalhado, incluindo os depoimentos dos entrevistados, no capítulo 4.2 A relação estabelecida entre alimento e território.

A entrevistada, quando questionada se o entorno do Mineirão pode ser considerado um território dos barraqueiros, responde que *“aquilo ali é dos barraqueiros né, eu não sei por que que tirou aqueles barraqueiros dali? Ali foi tipo duma feira, no dia do jogo. Porque nós fundou aquilo lá”*. O Mineirão ainda estava em construção quando eles se instalaram e permaneceram no local, contendo ainda restos de entulho.

D. Hilda afirma ter desanimado e passado a barraca para a filha trabalhar por ter tido *“muita amolação e humilhação também, o pessoal começou a humilhar a gente demais ali”*. Lembrando-se de como as pessoas chegavam ao local, afirma que um novo vendedor chegava e que *“botava um pontinho lá, ficava ali, um fogãozinho e ia ficando”*.

Tião, o filho, afirmou que *“depois que a mãe saiu, começou a ADEMG a regulamentar. Continuava indo, você pagava uma taxa por jogo e podia trabalhar. Passava um moço recolhendo o dinheiro”*. Sobre o surgimento da Associação, os três afirmaram que estavam presentes quando ela surgiu, e que *“participava um tempo, depois largamos aquilo pra lá, desanimou nós a reforma do Mineirão”* e que pararam de ir lá quando foi iniciada a reforma do estádio.

Sobre a importância da Associação, Tião avalia ser *“importante; participei de algumas reuniões, mas se algum caso precisar de ir eu posso até voltar”*. Tinha boas expectativas a respeito da Copa de 2014, mas, como resultado para os antigos barraqueiros do Mineirão acha *“mesmo que eles não teve nenhum privilégio, aquela licitação que teve, por exemplo, ali fora, tinha que ser primeiro chamado os barraqueiro [s], uma coisa separada, os antigos e saber quem queria entrar e participar”* e não ter sido feito como fizeram, de qualquer jeito.

Relembra ainda o processo de retirada dos barraqueiros do Mineirão: *“falaram que era pra sair e que eles iam desmanchar tudo”* e depois *“eles meteram o trator naquela área que era tudo nossa ali, aquele cascalho foi tudo retirado, revirado, então não tinha como trabalhar ali mais”*.

Quando perguntados sobre quais alternativas de trabalho tiveram após a retirada, Tião afirma que a solução foi *“algumas vezes eu fui trabalhar lá, mais o resto eu tenho ficado mexendo com outras coisas em outros lugares, feiras da Afonso Pena aos domingos e no Conjunto Califórnia as sextas-feiras”*, vendendo os mesmos produtos que vendia na barraca do Mineirão, pois, como afirmou D. Hilda, *“eles não*

*deixavam mais trabalhar lá, eles são carrascos demais”, referindo-se à fiscalização, assim “não tinha mais o local pra ganhar um dinheirinho”.*

Tião considera ser de muita importância a atuação da ABAEM para o retorno dos barraqueiros. Indica, como solução para o problema de desterritorialização sofrido, que *“o certo era voltar pra perto né [próximo ao Mineirão], ali tem muito espaço para os barraqueiros trabalhar, tem muito setor ali perto que pode ser uma alternativa”.*

Sobre a logística necessária para levar os produtos para outro local de trabalho, afirma que tem o mesmo trabalho de antes, mas que agora ficou mais fácil, pois tem veículo para transportar os materiais. Já em relação à renda, afirma ser diferente, visto que os dias de trabalho diminuíram e que antes era mais garantido o retorno com as vendas nos jogos.

A filha Márcia afirmou ter iniciado suas atividades no Mineirão há 29 anos (em 1988), quando seu filho tinha apenas um ano de idade, colocando barraca no lugar de sua mãe, que desistiu de trabalhar no local, próximo ao portão 05. Nessa barraca, ela vendia churrasco, sanduíche, bebidas e o famoso tropeiro; acrescentando que o *“tropeiro do Mineirão é tradição nossa, cresceu com os barraqueiros, inventamos no bar 13 o melhor tropeiro, preço lá dentro é mais caro, mais barato fora”.* Ela disse não ter entendido muito bem a questão formulada sobre o território, entretanto, respondeu que *“acabou com a tradição dos barraqueiros, acabou com tudo”.* Sobre o procedimento para trabalharem disse que, depois de feito um cadastro, efetuava o pagamento de uma taxa que autorizava trabalhar por dia, recebiam o comprovante e, assim, podiam trabalhar. Próximo aos anos de 2007/2008, começaram a ouvir que o Mineirão ia fechar. No ano de 2011,<sup>65</sup> fechou mesmo. Sobre a Associação, ela afirmou que só tinha reunião e que não foi feito nada, não acredita que seja diferente, pois os *“próprio [s] barraqueiros derruba o outro. 2014 e antes da licitação não deu em nada e não vai dar em nada. Tivemos nada como resultado da Copa”.* Acrescentou ainda ter trabalhado *“na tora”* em alguns dias da Copa de 2014, na Savassi e no Carnaval Tirou licença, tendo obtido um bom resultado de vendas em ambos os eventos. Acredita que a solução seria os barraqueiros retornarem ao trabalho próximo do Mineirão, entretanto,

---

<sup>65</sup> A entrevistada confundiu-se sobre a data; pois o Estádio foi fechado em junho de 2010, para reforma.

crítica a atuação da Associação, avaliando-a como fraca e falando dos obstáculos e do esforço solitário da liderança.

A família afirma que “*depois que reformou a gente nunca mais voltou*” ao Estádio. Continuam trabalhando em barracas, realizando eventos fora do Estado, pois os “*barraqueiros são fortes fora de BH*”. O casal de filhos entrevistado viaja para trabalhar em eventos em outros Estados. Pouco antes da realização dessa entrevista, haviam chegado de Brasília.

## 5. Entrevista com D. Regina Nunes Martins

A entrevistada tem 66 anos, é aposentada e trabalhou como ambulante por 28 anos, com barraca no entorno do estádio. Sua entrevista foi realizada dia 10/10/17, na sede da ABAEM, sala 403 do Mineirinho.

A depoente foi trabalhar no Mineirão por intermédio de uma vizinha que já trabalhava no local, e recomendou à amiga fazê-lo, pois a mesma estava passando por dificuldades financeiras.

Eu vim pra cá porque em 1980 [não sabe dizer se a data está certa], não tinha emprego, deu uma crise pior do que agora, aí eu tinha uma vizinha que trabalhava aqui no Mineirão né, aí ela falou comigo assim, se a senhora quiser eu empresto para senhora uma barraquinha e uma chapa. Perguntando se eu queria trabalhar lá, eu peguei e falei com ela assim, eu vou cê sabe por que eu tô precisando muito de trabalhar, essa Dona chamava Sofia. Ela falou, eu vou levar a senhora para o Mineirão, e ela tinha um fusquinha com o bagageiro em cima, colocou minhas coisas tudo e eu vim sabe. Ela me ensinou direitinho como é que tinha que fazer as coisas, tinha que vir mais cedo. E aí daquela época em diante eu parei de passar dificuldade em casa, cê entendeu, porque tinha dia minha filha que a gente ficava só passando aperreio, depois que eu vim trabalhar aqui, louvado seja Deus, agradeço muito a Deus e ao Mineirão, Deus mandou a benção pra minha casa. No dia que eu vim trabalhar já pude fazer uma feirinha, a menina me emprestou material para mim trabalhar que eu não tinha e nem tinha dinheiro para comprar e nem tinha nada, trabalhei com tudo dela, quando eu parei de trabalhar ela falou comigo: D. Regina e agora a senhora ficou satisfeita? Eu respondi que gostei e falei: \_Oh, Sophia eu vou te pagar você o que você gastou comigo. Ela respondeu assim: Não senhora Dona Regina, isso aí eu dei o começo pra senhora começar a vida da senhora [grifo nosso] (sic) (Regina, 2017).

Após dois meses trabalhando com material emprestado, foi se estabelecendo e começou a pagar as contas atrasadas de casa. A COPASA, companhia de distribuição, já tinha cortado a água em sua casa e ela já estava usando a água emprestada da vizinha.

A entrevistada trabalhava na barraca com seu filho de nove anos de idade e com seu esposo, que vinha sempre que podia. Afirmou ter continuado a trabalhar, que seus filhos foram crescendo e que as “*coisas*” foram melhorando com o tempo.

Já passei a deixar alimentação para eles direitinho, que tinha dia minha filha que eu chorava junto com eles de não ter as coisas pra dar, cê entendeu. E nós passava por dificuldades, mas ali ó, eu mandava meus meninos para casa da minha cunhada para dar eles um pouquinho de comida lá, ela dava mais ela xingava, eu tenho três filhos, mas eu falava pra eles ficar lá assim mesmo, encher a barriga e depois ir embora. Aí nós sofreu demais antes de eu vir para o Mineirão, depois que vim para o Mineirão melhorou demais (sic) (Regina, 2017).

A entrevistada nunca teve que pagar aluguel, porque mora em casa de herdeiros, em comunidade.

Ela afirmou que, naquela época (década de 80), havia poucos carros. A solução, então, era fretar “*carroça*”, para trazer seus instrumentos de trabalho e produtos. Nesse momento, passou a vir sozinha e a não depender mais da vizinha que a ajudara. Mas, quando havia alguém que tinha carro e que ia trabalhar no Mineirão, todos se ajudavam. Na volta para casa, casa, deixava com outras barraqueiras as “*coisas*” mais pesadas levava o restante para casa de táxi.

Eu levava deixava com a Zelina (que já faleceu) o meu botijão de gás e a barraquinha, o resto das coisas eu levava embora de táxi. Fazia isso, porque tinha muito táxi aí, o Sr. Geraldo trazia na carroça para mim e eu ia embora de táxi, e deixava as coisas com a Zelina, porque ela não faltava de jogo, deixava com ela, ela levava e trazia pra mim. Toda vida foi assim. Eu moro no Primeiro de Maio, que não é muito perto. Aí Deus foi nos abençoando e a Dona Diva [outra barraqueira amiga dela] comprar uma Kombi e falou pode deixar que eu levo os seus trem procê [e assim passou a fazer. Depois de algum tempo conseguiu comprar um “carrinho velho” para ela] (sic) (Regina, 2017).

Com o passar dos anos, como a renda no Mineirão era certa e “*você podia contar com o dinheiro*”, conseguiu colocar laje na sua casa da “*favela*” Hoje tem a



tranquilidade de ser aposentada, por ter pagado a sua contribuição ao INSS ao longo dos anos em que trabalhou.

Aqui era certo, duas vezes por semana e ainda tinha vez que tinha uns showzinho, tinha dia que era a semana toda, nós ia embora só na segunda-feira. E aí depois eu resolvi pagar meu INSS e fui pagando, graças a Deus e Deus foi me honrando, eu vou te falar uma coisa se voltar eu fico só muito satisfeita, eu tenho condições de voltar e trabalhar tudo certinho, mas se não voltar o que Deus já pôs na minhas mãos tá bom, a minha casa é toda de cerâmica, muito bem arrumada, tá bom (sic) (Regina, 2017).

Quando questionada sobre o que seria um território, a entrevistada teve dúvidas em responder, mas acabou declarando que *“o território eu acho que é assim uma benção, uma coisa que você conquistou e [onde] você tá sendo feliz, eu acho que um território é isso”* [grifo nosso].

Na sequência, foi perguntada se o entorno do Mineirão poderia ser considerado um território dos barraqueiros, e ela respondeu, de forma confusa, que *“não. Eu acho que não, eu acho que não é um território não, que território cê faz assim é uma coisa que acabou para nunca mais, né isso?”*. Acrescentou ainda que se sentia bem no entorno do estádio e que o *“território foi a nossa saída daí, porque aqui tinha comunidade que trabalhava, trazia o sustento pra dentro de casa, cê entendeu?”*. Registrou ainda que tinham uma vida humilde, mas que era saudável, tendo condições de pagar tudo que precisasse.

A exemplo de outros barraqueiros entrevistados, ela afirmou que, no início, *“se você chegasse para trabalhar, algum dos barraqueiros mostrava para você aonde que você podia por sua barraca para você trabalhar e você ficava ali”*. A fiscalização da Prefeitura passava para pegar o seu nome e marcava para fazer sua ficha; depois disso era repassado o número do lugar para trabalhar, *“mas a gente sabia onde é que tinha vaga, a gente pegava e indicadas as pessoas”*. Após um ano de início das atividades, a entrevistada começou a se organizar, *“antes qualquer lugar que você chegasse podia trabalhar, ninguém falava nada não, podia trabalhar sossegada. Eu não sei se foi em 85/86 [século XX] que os barraqueiros começa a ficar no lugar, não lembro”*.

Quanto à denominação do grupo como barraqueiros do Mineirão, afirmou que servia pra identificá-los e que depois de um ano instalada, ela já tinha sua caderneta e um território fixo, passando a ser exigido dela que pagasse uma taxa.

A entrevistada não se recorda de qual foi a data exata do surgimento da ABAEM, reconhecendo, contudo, a importância da Associação e registrando que *“ela agora tá meio enfraquecida, mas antigamente era mais fortinha”*.

Porque todos os eventos que tinha no Mineirão, a gente participava não tinha problema nenhum, tinha aquele show que tinha aí era Pop Rock, tinha aquele outro que eu esqueci o nome, que a gente participava de tudo, eles mandavam chamar a gente, o pessoal da Prefeitura pra fazer a reunião lá e ocê pagava um tiquinho de dinheiro, não era muito não, você entendeu. Eles falava que era a taxa de lixo dos negócios que eles punha aí, caçamba. E você trabalhava sossegada, chegava e não tinha problema de nada, nenhum, era muito bom entendeu, era muito bom (sic) (Regina, 2017).

Quanto às expectativas em relação à Copa de 2014, a entrevistada considerou que foram positivas, tanto que se empenhou em fazer os cursos recomendados, mas considera o resultado obtido negativo. É o que relata em depoimento a seguir:

quando eles falaram que ia vir a Copa e fizeram a reunião com nós e falaram que era pra nós fazer uns curso e ficar bem informado, tudo direitinho né, que a gente voltaria para o Mineirão trabalhar. Aí nós ficamos pelejando com esse negócio de curso, mais de um ano, era na cidade, era na Prefeitura. Nós achamos que ia voltar, eles falaram que ia mexer aí, mas que a gente ia ter que adequar, tudo direitinho e as mulher vinha aqui era aquela confusão toda e chamava nós, e acabou minha filha que nada e eles passaram foi a perna ne nós. Eles queria só lero-lero, resultado foi zero, zero, zero, zero [grifo nosso] (sic) (Regina, 2017).

Pontuou que sua primeira frustração foi não ter podido trabalhar no período da Copa; a segunda; foi acreditar que após a Copa de 2014 teriam chance de voltar a trabalhar no entorno do Mineirão. E que, após o evento, nada foi feito nesse sentido. Além disso, não puderam participar do edital de licitação (aberto em 2015) para instalação de barracas nas proximidades do estádio, por não ter sido realizada distinção entre os antigos barraqueiros do Mineirão e os novos concorrentes, por meio do lance maior.

Eles queria só assim, vamos enganar aqueles bobo, enganar eles que eles vão voltar, mas nós vão pôr só gente que tem competência. Eles pegaram e inventaram aquela licitação, muita gente pegou a tal de licitação e não deu conta de pagar as barracas, eu não fiz não, sabe falar que eu falei assim, tá nas mãos de Deus, seja o que Deus quiser. Vou mexer com esse trem não. E aí quando nós viu saiu as barracas para quem deu R\$ 3.000,00 [valores de lances dados na licitação], para quem deu R\$ 4.000,00; R\$ 5.000,00 e R\$ 2.000,00 e a gente ficou sem nada [grifo nosso] (sic) (Regina, 2017).

A imagem do Mineirão que nossa entrevistada possui agora é a de um lugar com “*um monte de cimento, cabou o Mineirão que antigamente tinha espaço para tudo, agora você não tem direito a nada; você não tem espaço para nada, você não pode fazer nada e acabou*”. Após a retirada dos barraqueiros do entorno do Mineirão, ela tentou, certa vez, trabalhar na região com sua Kombi adaptada como carro de lanche. Felizmente foi avisada por outro barraqueiro que a fiscalização estava apreendendo os veículos e mercadorias de quem estava tentando trabalhar naquele dia.

Após o processo de retirada, nossa entrevistada afirmou ter tentado voltar a trabalhar nesse território, mas que não conseguiu. Como alternativa de sobrevivência, passou a “*fazer eventos fora*” em Conceição do Mato Dentro, Igarapé, Santo Antônio de Roça Grande, Sabará, Capim Branco, Brumadinho, dentre outros. Mas, relata que estava ficando muito cansativo viajar para esses lugares do interior; quando precisava comprar alguma coisa, não havia supermercados, “*não tinha nada, era uma confusão!*”. Os seus filhos a levavam para essas cidades próximas, para participar de algum evento. Ela viajava, então, todos os finais de semana. Ficaram alguns anos trabalhando assim, “*porque barraca parece um trem, você garra e parece um vício*”, depois ficou cansada e buscou alternativas.

Acrescentou ainda que houve um jogo no Mineirão, o último jogo, no mês de junho [confunde o ano], não sabe informar se foi em 2006 ou 2007, em que, “*o pessoal da ADEMG passou entregando o DAE que nós pagava pra trabalhar, acho que R\$ 20,00 por jogo, entregou o papelzinho e falou que era o último jogo*”, que o Mineirão ia entrar em reforma e que só posteriormente eles poderiam voltar. Relata que era boa também a Feira de Carro onde também trabalhava, mas que não se conforma por ter tido que “*parar tudo, tudo, tudo, tudo*” [grifo nosso].

Uma nova alternativa de sobrevivência foi tentar trabalhar no “*Independência*” [estádio], mas a fiscalização não a deixou fazer nada. Depois disso, fez alguns cursos de artesanato, aprendendo a fazer bonecas, flores, panos de prato e bate mão, que vende em uma “*banquinha, com um tabuleiro, comprei um tripé, daí eu ponho na porta do BH*” [referindo-se a um supermercado]. Ela tem conseguido vender tais artigos para complementar sua renda. Vende também velas e flores no dia de Finados, no cemitério de Mário Campos.

Afirma que só não tem mais disposição para ficar correndo de fiscal, igual às barraqueiras que trabalham na porta do Mineirinho, nos dias de jogos e da Feira.

Eu passo mal que eu tenho diabetes, fico tremendo minha filha, me dá falta de ar, me dá bambeza [fraqueza], perigoso até desmaiar. Eu não guento pressão não. Igual eu vejo aí, a Penha [outra barraqueira que trabalha “na tora”, sem autorização, correndo de fiscal] fica com a boca roxinha, em tempo de dar um infarto né. Ah, minha filha, não dá não (sic) (Regina, 2017).

A entrevistada afirma que muitos barraqueiros foram trabalhar de carteira assinada, como faxineiras, copeiras, empregadas domésticas; enfim, procuraram algum outro trabalho para sobreviver. Há também aqueles que trabalham com reciclagem de latinhas de alumínio e outros materiais. Enfim, cada um foi para um lado.

A entrevistada acredita que a Prefeitura não quis resolver a situação dos barraqueiros, complementando que “*o Márcio Lacerda [Prefeito à época da retirada] era muito ordinário, era muito ruim. Ôh, homem ruim, cruz credo!*” Relembrou uma reunião que tiveram com um Secretário dele e que toda a argumentação foi construída para desqualificar o trabalho dos barraqueiros. A expressão utilizada pela entrevistada pra expressar tamanho descaso foi: “*eles jogaram nós no fundo do poço*”.

A doutora Flávia [defensora da DPE] fez isso [gesticula simbolizando sacrifício] pra poder colocar nós e eles colocaram gente que não tem nada a ver com o negócio, olha pra você ver que ruindade do caramba. Não é triste! Por isso que eu vou te falar com você, vai me desculpar tá eu falar tá, eu não gosto de votar mais de jeito nenhum, eu já pejejei demais com esse trem. Eles [os políticos] prometeram, prometeram, prometeram e nada, nada. Só sobra para o lado deles, na hora que eles tá gostoso lá com o dinheiro, fogo e pimenta para nós, cê entendeu?! Não acredito em mais nada, mais nada (sic) (Regina, 2017).

A entrevistada testemunhou ainda sobre enfrentamentos que tiveram e a partir dos quais não obtiveram êxito em suas proposições, mesmo com a ajuda da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Os políticos foram vistos, nesse processo, como algozes, que não quiseram resolver esse problema social e econômico.

Ela afirma assumir na ABAEM a função de conselheira da Associação, a exemplo das demais barraqueiras, D. Diva, Margarida e Maria, que também desempenham o mesmo papel. Além disso, acrescenta que sempre participa das reuniões e assembleias.

Como solução para a questão dos barraqueiros, como os políticos “*não querem arrumar um espacinho pra nós aqui, não querem mesmo*”, vê como alternativa o pagamento de uma “*indenização aos barraqueiros*”, pelo tempo perdido, “*tiraram nós igual tá tirando cachorro, tocaram nós, passaram o rodo assim oh!* ”, pontuando que essa seria a melhor alternativa para o grupo.

A entrevistada ponderou, em seu depoimento, que oportunidades de trabalho informal foram retiradas de um número muito maior de pessoas, do que àquelas correspondentes aos barraqueiros credenciados à ABAEM, com a remoção de trabalhadores do entorno do estádio.

“que foi muito bom enquanto valeu, tirou muita família da miséria, tirou muito. Ôh minha filha, quando tinha o Mineirão não tinha tanto ladrão na rua quanto tem agora, não tinha, não tinha. Eu provo procê, cê sabe por que os que não queria mexer com a barraca, eles arrumava uma bala para vender aí, eles arrumava um chiclete, eles arrumaram algodão doce, eles arrumava só água mineral para vender. Isso eu te provo procê, não tinha essa ladroagem que tem hoje porque todo mundo vinha e ganhava um pouquinho, entendeu?! Tinha um homem que vinha e ficava com a carreta aqui perto do posto, os meninos catava lata, e ia enchendo aquelas bombonas [tambor], na hora que acabava o jogo o homem punha na balança e já comprava aquilo tudo e já dava os meninos os trocadinhos, para os menino ir embora todo alegrinho e todo mundo, todo mundo ganhava um dinheirinho. Até chup-chup vendia, tinha o Sr. Manuel da Dona Maria que sem mentira nenhuma, ele trazia três caixas de chup-chup [referindo-se a caixa grande de isopor], uma delícia, vendia tudo, tudo, tudo, tudo. Não tinha nada e naquele calorão, ia embora satisfeito, pagar as continhas dele, compra a comidinha pra eles comer. E agora? Olha o tanto de vagabundo que aumentou. Eles não dá espaço pra você fazer nada. Quer que você vá roubar, traficar, pra poder dar trabalho pra polícia. Tem gente que paga aluguel (sic) (Regina, 2017).

Ela ainda comentou, como observamos no depoimento acima, a situação precária de alguns atores marginalizados no processo, tanto dos que sofreram o processo de desterritorialização, como dos demais.

## **6. Entrevista com Rosa Maria Gonçalves – dia 10.10.17**

Essa entrevistada tem 50 anos de idade. Afirma sempre ter trabalhado nas ruas como vendedora ambulante na região da UFMG, sem barraca e, algumas vezes, com caixas de isopor para acondicionar bebidas. Filiou-se à ABAEM para se sentir representada por alguma instituição (o que no discurso da liderança da Associação corresponderia a “causas adesivadas”, pessoas que não são antigos barraqueiros do Mineirão, mas que tem alguma similaridade relacionada às características de trabalho e que, após conhecer os objetivos da Associação, passaram a se sentir, de alguma forma, representados por ela). Conta que “*foram 28 anos de trabalho [como ambulante nas ruas de Belo Horizonte], mais afastado do Mineirão e principalmente na UFMG, vendendo salgados*”. Afirma ter entrado para a ABAEM depois que veio trabalhar no entorno do Mineirinho, o que:

“tem uns três anos, quando o Mineirinho começou, porque antes eu trabalhava só em volta [do Mineirão], igual muitos caixeiros faz, não participava de reunião, não participava de nada. É, eu criei meus três filhos vendendo meus trem na rua, vendia na Savassi, cada dia eu ia num lugar, não ficava só num lugar. [...] tem 03 anos, não eu não fiquei em barraca, eu pego é na rua. Como eu vou te explicar? Sabe essas pessoas que vende no sinal, que não tem programação nenhuma? Ah, aqui tá bom, hoje eu vou vender aqui. Barraca eu tinha assim em Lagoa Santa, em Vespasiano, em Pedro Leopoldo em festa de igreja [em eventos nas cidades metropolitanas]. Fui conhecendo o Ernani [liderança da ABAEM], fui vendo que ele é mais sério e tal, porque até então eu não gosto de participar dessas coisas de rua não, entendeu, aí como eu vi que ele é mais sério, então eu tô participando (sic) (Rosa Gonçalves, 2017).

Identificamos que a entrevistada não mantinha vínculo territorial e nem afetivo com o Mineirão, pois ela afirma que, em dias de jogos, vendia esporadicamente mercadorias como salgados e bombons, o que a diferencia em termos das mercadorias ofertadas pelos barraqueiros. Sendo seu público alvo, em sua maioria, os alunos da UFMG. Ela testemunhou que: “*sempre fui ambulante, sempre puxei carrinho*”.

A entrevistada reconheceu a importância da Associação, afirmando se sentir amparada, fazendo parte dela.

O que representa fazer parte da ABAEM: “é igual, por exemplo, você trabalha fichado, tem que respeitar as regras, eu acredito nisso, tem que ter regras, tem que ser respeitado, tem que ter um líder, entendeu? Eu acredito nisso. Lógico, que a gente que trabalha na rua, a gente fica desamparado, a ABAEM tá me amparando, entendeu? Eu tô gostando por causa disso, por isso que eu tô vindo em todas as reunião, e antes eu não acreditava nisso [Associação] (sic) (Rosa Gonçalves, 2017).

Em relação às expectativas antes da Copa de 2014, afirma terem sido “muito boas”, mas destaca que a fiscalização estava presente em todos os momentos. Mesmo assim, obteve um bom resultado, pois conseguia fazer a venda de seus produtos nas ruas, mesmo sem autorização para isso. Na maioria das vezes trabalhava no final da tarde e também vendendo bebidas, próximo à UFMG, na Av. Antônio Carlos, de forma independente.

Ela afirmou participar e acreditar na causa defendida pela ABAEM, acrescentando que: “*eu acredito, porque até hoje eu criei meus meninos, todos assim, uai! E eu precisava de um apoio e a ABAEM parece que tá me dando apoio*”.

Em relação à retirada dos barraqueiros do Mineirão, da área do entorno do estádio, depõe que essa situação:

É igual um trabalho que ocê é mandado embora de repente e aquilo ali é seu porto seguro. Eu to dando força também pra eles, porque eu acredito que, o porto seguro de todo mundo que sobrevivia há tantos anos assim, entendeu? E retirar agora, é uma coisa muito difícil, não tem como, a gente não tem idade, não tem mercado de trabalho, não tenho é, como é que fala, não tenho bons estudos, porque a qualificação de hoje exige bons estudos. Então, a gente vai ficar a ver navios, como eu já fiquei, de passar necessidade, de pedir apoio pra parente, vizinho. Eu trabalho sozinha, eu sempre gostei de trabalhar sozinha, eu fazia meu salgado de madrugada e vendia à tarde, entendeu? Fui criando os meus meninos assim, mandava eles pra escola<sup>66</sup> e enquanto eles tavam na escola, eu vendia (sic) (Rosa Gonçalves, 2017).

---

<sup>66</sup> A entrevistada se orgulha em contar-me que possui filhos com formação superior, que estudaram na UFMG, tendo, assim, o seu esforço de trabalho recompensado.

Em relação ao desempenho do trabalho nas ruas da cidade de Belo Horizonte, sem autorização, ela alegou que muitas vezes já lhe falaram da proibição, mas, numa postura de resistência, ela afirma “*enfrentar a todos né. Mesmo não tendo autorização a gente tem que enfrentar, a gente tá defendendo o da gente, é a sobrevivência, entendeu? Tentar resistir e trabalhar*”. Como possibilidade de renda extra e alternativa, também trabalha em eventos realizados fora da cidade.

A entrevistada faz uma análise interessante sobre a necessidade de haver ambulantes nas ruas, constatando uma demanda por esse trabalho, uma vez que sempre consegue vender seus produtos na rua. Ressalta, inclusive, que “*vende bem*” e que “*tá precisando demais de barracas de novo*”. Ela afirma já ter ouvido dos próprios consumidores a reclamação de que “*não vem mais a esse Mineirão, porque virou particular*”.

Não tem uma barraca, não tem um churrasco, não tem nada pra gente divertir, a gente não pode fazer nada. O próprio consumidor fala isso, entendeu? [acrescenta a fala do consumidor] Esse Mineirão foi bom, hoje não é mais. Direto falam isso comigo, com certeza, o que eu tô falando assim, é o que eu ouvi não de uma boca não, é muitas bocas, hoje eu não vou no Mineirão. Gente da minha idade, com 50 [anos de idade], 49, o Mineirão já foi bom. Não compara de jeito nenhum [a respeito de antes e agora], eles acreditam que tudo é porque o Mineirão ficou particular né, não é do governo mais. Então a gente não pode trabalhar em volta. E reclama que não tem um cachorro quente, não tem um churrasco e não tem uma bebida, entendeu? As pessoas têm que ficar correndo, é tropeçando umas nas outras, pra poder vender alguma coisa, pra defender o seu, entendeu? Enquanto tem muita gente vendendo droga na rua aí e ninguém ta fazendo nada (sic) (Rosa Gonçalves, 2017).

Quando perguntada sobre qual seria a solução para os barraqueiros, a entrevistada afirma que seria “*voltar, voltar [em alto e bom tom!], e outra coisa, com dignidade, entendeu? E dar cada barraca pra cada um, entendeu? E as pessoas aprender [em] a respeitar o limite, entendeu?*”; respeitando as normas estabelecidas pelas autoridades, com foco na sobrevivência e no direito ao trabalho, uma vez que afirma que o grupo quer apenas “*uma segurança*” para trabalhar, não buscando a competição com os bares, pois eles “*não têm condições*” de fazer isso. Reforça que o grupo quer é “*trabalhar pra ter o pão de cada dia. Não quero montar uma casa de dois andares, entendeu? Quero só educar meus filhos e poder comprar um arroz com feijão todo fim do mês*”. Atualmente, permanece trabalhando, com frequência, sem



autorização, nas imediações do estádio Mineirinho, ao lado do Mineirão. Trabalha também em eventos e em outros locais, de forma esporádica.

## **7. Entrevista com Rosilene Rodrigues Monteiro**

A entrevistada tem 42 anos e afirma ter trabalhado no entorno do Mineirão durante 17 anos. Sua entrevista foi realizada no dia 10 de outubro de 2017, na própria sede da ABAEM (sala 403 do Mineirinho). Trata-se de uma sobrinha da antiga barraqueira do Mineirão, D. Rosa Maria Salvino; e prima da atual presidente da Associação, Selma Salvino da Silva, o que confirma a permanência de familiares nas atividades desempenhadas pelos barraqueiros.

Sobre sua história de trabalho no entorno e nas proximidades do Mineirão, afirma que:

“Comecei no Mineirinho, antes de abrir a feira, eu trabalhava nos pagodes e nos shows no Mineiríssimo [casa de show que havia próximo ao Mineirinho]. No Mineirão, data exata de trabalhar lá eu não tenho, mas trabalhei no portão 02, quem vinha me ajudar era o meu filho. Eu vim através da Selma, eu comecei a trabalhar com a mãe dela. A Selma arrumou pra eu vir trabalhar com a mãe dela, que é a mais antiga daí [refere-se a D. Rosa Maria Salvino, sua tia, que ajudou a criá-la]. Eram duas barracas, era eu e a Selma responsável por uma, mais uns dois funcionários. Vendia sanduíche, cachorro quente e espetinho na época, nessa época ainda não vendia tropeiro” (sic) (Rosilene, 2017).

Em relação ao início da venda de tropeiro, afirma que “*quem começou a vender o tropeiro primeiro, que eu me lembre foi a Gorete, depois a Dona Rosa. Aí foi tropeiro pras barracas todas*”, pois, com o sucesso do tropeiro em uma barraca, as demais também começaram a fazer o produto pra vender.

Quando questionada sobre o que seria um território, a mesma afirma ser “*um meio da gente gerar a renda né, porque da onde que eu levo o meu sustento é daqui eu não trabalho em outro lugar mais*” [grifo nosso]. Nesse depoimento, observamos que a entrevistada vincula o território a uma permanência, ao trabalho que realiza e à renda adquirida. Em seguida, admite considerar que o território do entorno do Mineirão é um “*território dos barraqueiros*”.

Sobre o acesso e a fixação dos barraqueiros nesse território relata que:

Lembro antes não, não podia chegar e montar né, porque a gente pagava pela ADEMG o DAE, era emitido pra gente, eu lembro que o último que eu paguei foi de R\$ 43,00 (quarenta e três reais). Então, não era só chegar e montar não, tinha que ter uma desistência, porque as barracas eram todas contadas, então tudo era pela ADEMG, quando eu cheguei já tinha essa organização (sic) (Rosilene, 2017).

E constata que já havia um território demarcado pelos barraqueiros, a partir da fixação da localização das barracas, mesmo quando essa organização ainda não era feita pelo Estado.

A respeito da denominação assumida pelo grupo, a entrevistada afirma que acha que passaram a se nomear barraqueiros do Mineirão a partir da fundação da ABAEM, que foi feita “*embaixo de uma árvore, que aí que abriu e se tornou Barraqueiros do Mineirão, porque todos eles [os barraqueiros que trabalhavam no entorno do Mineirão] faziam parte da ABAEM*”. A depoente reconhece que a “*Associação representa a coletividade, ela representa o que eu já te falei é o movimento, a coletividade que a gente tem*” [grifo nosso]. Afirma que não estava presente na época da fundação, e que começou a integrá-la após um convite do Ernani. Em seguida ao aceite, começou a participar das reuniões e a conviver com os demais barraqueiros vinculados à ABAEM.

Quando se iniciaram os comentários sobre a possibilidade da realização da Copa de 2014, em Belo Horizonte, a entrevistada pontua ter achado que “*seria bom*”. Mas, em seguida, foram iniciadas as ações de retirada dos barraqueiros, por parte dos poderes público estadual e municipal, para dar início às obras. Foram realizadas reuniões da Associação no Mineirão, fizeram entrevistas e cadastro dos barraqueiros. Até aí, a expectativa a respeito do processo em curso ainda era boa. Mas, os resultados negativos vieram e “*aí eles retiraram todo mundo, ninguém trabalhou. Uai, todo mundo ficou desempregado*”.

Ainda hoje, a entrevistada mantém forte vínculo com esse território, por permanecer desempenhando sua atividade laboral no local, nas proximidades do Mineirinho.

Hoje, pra mim ainda representa porque eu ainda trabalho, mesmo correndo de fiscal, sem autorização, hoje eu ainda trabalho. Naquela época representava o alimento [referindo-se à sobrevivência], na

verdade o alimento das nossas família, porque não é só uma, era o alimento, era a geração de renda que a gente tinha todo mundo. E a renda era melhor, era bem melhor, cê poderia trabalhar em paz, cê tinha o local certo pra você trabalhar, tudo certinho, era mais tranquilo [grifo nosso] (sic) (Rosilene, 2017).

No depoimento acima, a entrevistada relata e faz uma comparação das características do trabalho antes e após a Copa de 2014, constatando que antigamente era melhor, em termos das condições vivenciadas e pela renda obtida pelas famílias que trabalhavam no entorno do Mineirão.

Na narrativa a seguir, sobre o processo de retirada sofrido pelos barraqueiros, a entrevistada percebe e relata de forma bem clara as propostas que lhes foram feitas. Consideravam que seriam valorizados e que seria resguardado o seu direito de permanência no local, sem serem alijados do direito ao trabalho, o que, entretanto, não ocorreu:

“não, eles avisaram, mas só que a gente achou que eles iam locar a gente em outro lugar né, que na época foi sugerido e falaram que eles iam indenizar a gente, pelo tempo que a gente trabalhava, pela quantidade do movimento, pela geração de renda, então falaram em indenização. Simplesmente retirou, começou a vir fiscal, quando tinha evento a gente montava aí os fiscal vinha e fazia apreensão das barracas, fazia apreensão de tudo, levava tudo” [grifo nosso] (sic) (Rosilene, 2017).

Acrescenta-se que, mesmo diante das condições inadequadas descritas acima, um ou outro barraqueiro ainda vinha tentar a sorte, afirmando que “eu mesmo tentei, mas eles levavam tudo”.

Atualmente, após o processo de retirada, nossa entrevista trabalha da seguinte forma:

“agora só como ambulante mesmo com a caixa [de isopor com gelo, num carrinho], sem a barraca, com bebidas, se chegar alguém [refere-se à fiscalização] saio correndo e vou embora. Eu não tô trabalhando mais em outros eventos, só aqui mesmo, porque pra locomover, eu não tenho como locomover então, fica mais difícil. Então desde a retirada eu faço isso, vendo só bebidas” (sic) (Rosilene, 2017).

Com a restrição de vendas somente a bebidas, percebe-se a redução da renda almejada e o aumento também do risco da perda das mercadorias não vendidas. A

ausência de algum tipo de transporte, que possibilite levar suas mercadorias a outros locais, também limita seu acesso a possíveis alternativas que pudessem lhe trazer um incremento de renda, isso sem considerar a falta de tranquilidade que é trabalhar fugindo da fiscalização, alerta a todo o momento, para não perder suas mercadorias.

A entrevistada diz que os barraqueiros se posicionaram frente à retirada, fazendo “*muito movimento, muita manifestação, ocupação, mais ainda continua a mesma coisa*”. Afirma que, em relação aos governos “*não teve nem manifestação*”, sendo essa manifestação no sentido de adotar um posicionamento que resolvesse o problema dos barraqueiros. Em relação à situação instaurada, afirma que os barraqueiros “*não [nos] conformamos não, a gente tá lutando*”. Sobre o seu papel dentro da Associação, relata que procura frequentar as reuniões e se inteirar sobre o que está acontecendo; comenta que o Ernani, como representante, “*nos chama*” e convoca para que o movimento permaneça. Atualmente, Rosilene ocupa o cargo de vice-presidente da Associação.

Ela vê - como alternativa para solucionar o problema dos barraqueiros - que sejam alocados em algum lugar onde possam trabalhar com tranquilidade, sem a necessidade de correr de fiscal, “*parecendo bandido*”. De preferência, que fossem realocados nas proximidades, “*eu falo que pelo movimento de, pelos eventos que tem aqui né, assim que não tem nada perto, eu achava que tinha que ser aqui, entorno aqui, ao redor do Mineirão*”.

Acrescenta que também estão sendo coagidos pela Guarda Municipal da cidade:

Porque agora não é só a fiscalização não, é um absurdo, a Guarda Municipal que é formado pra proteger o patrimônio público, as igrejas, as escolas que não tem, tá lá o tráfico de drogas dentro da escola, na porta da escola, os postos de saúde né, o ponto de ônibus, um ponto aonde que não tem cabine e não tem né, eles tão fazendo papel da fiscalização da Prefeitura, o que é um absurdo uma coisa dessas, não deixa trabalhar (sic) (Rosilene, 2017).

Ao final da entrevista, ao ser perguntada se gostaria de acrescentar mais algum comentário, espontaneamente, juntam-se ao depoimento anterior as fortes palavras a seguir:

“Só vou finalizar assim, tira o nosso pão e como que vai ser o amanhã dos nossos filhos que tão aqui, se nós que somos pais não podemos trabalhar? Nós não temos dignidade pra trabalhar. Não aprendi a roubar, ninguém me ensinou a roubar, então essa profissão eu não tenho e nem quero. Quero trabalhar e preciso trabalhar, pra que os meus filhos estude e possam ter um futuro. Tenho cinco filhos e é o que eu passo para os meus filhos é isso” [grifo nosso] (sic) (Rosilene, 2017).

A entrevistada desempenha suas atividades, principalmente, nas entradas do Mineirinho, contando com o apoio dos membros da Associação, pois depende de deixar seus produtos, carrinho e caixa na sala da ABAEM, situada dentro do Mineirinho, sendo essa uma questão problemática, que deverá ser enfrentada pela Associação. Quando abordados pela fiscalização da Prefeitura, geralmente adentram a área do estádio do Mineirinho, por terem aprendido que essa área não é de jurisdição da Prefeitura, ou seja, ali os produtos não podem ser apreendidos. Essa informação não foi confirmada, mas tem sido usada como alternativa para não se perder tudo.

## **8. Entrevista com Gerson Isabel da Silva**

O entrevistado tem 50 anos de idade, e é classificado como ambulante recente. Sua entrevista foi realizada na sede da ABAEM (sala 403 no Mineirinho), no dia 10 do outubro de 2017. Ele afirma trabalhar nas proximidades do Mineirão há oito anos.

O entrevistado relata ter ligação e vontade de trabalhar com o comércio, afirmando ser bom poder trabalhar com aquilo que gosta, pois, o trabalho acaba se tornando “*um divertimento*”. Vendendo seus produtos, ele “*bate papo*” com as pessoas.

Começou a trabalhar na área do Mineirão quando foi convidado pelo Ernani, o ex-presidente da Associação. Antes de trabalhar com barraca, trabalhava com comércio, de relógios, acessórios, etc.

Inicia suas atividades com a barraca em 2002, e contrata algumas pessoas para trabalhar consigo, para atender aos clientes com maior agilidade. Acrescenta que:

Hoje eu ainda continuo como a gente iniciou e é isso que a gente gosta de fazer, esse serviço, trabalhar na área de comércio, então a gente não conseguiu mais adaptar em outro serviço, até porque também tem a idade e o tipo de atividade do serviço. Também faço eventos, quando tem a oportunidades, com um preço razoável, que a gente vê que dá

pra pagar e tirar pelo que dá pra suprir e pelo menos a compra de casa. Já trabalhei fora de BH, atualmente só mesmo em Belo Horizonte, na Pampulha (sic) (Gerson, 2017).

Quando questionado sobre o que seria um território, o mesmo afirmou que *“acho que [...] é mesmo aquele lugar que a gente sempre tá presente, pra mim significa assim né, não sei se tá correto. É onde que a gente tira o sustento da gente, né”*. Em seguida, foi perguntado se o entorno do Mineirão poderia ser considerado um território dos barraqueiros> O mesmo afirma que *“então pra mim é meu território, [...] eu trabalho aqui na região da Pampulha, então quer dizer o meu território é esse. Porque todo deslocamento pra mim ganhar o meu pão de cada dia é em direção a Pampulha”*. Detalha mais a questão no trecho de depoimento que segue:

Eu particularmente até mesmo, né, falando para mim, também em respeito com os colegas, é o local que a gente tem, a gente tá tirando não são 100% do sustento. Que a gente deveria ter uma vida mais digna. Acho que pelo trabalho, pela luta que a gente tem, infelizmente na correria também, é uma demanda que a gente tem que enfrentar. É o que tá me ajudando um pouquinho a levar o dinheiro e de sobreviver [esse barraqueiro em especial ficou algum tempo afastado de suas atividades por motivo de saúde] (sic) (Gerson, 2017).

Segundo o depoimento acima, observamos que o foco do entrevistado está na sobrevivência, e na resistência em permanecer desempenhando uma atividade de trabalho no local em que ele e os outros estiveram atuando por anos.

Atualmente, o entrevistado afirma vender praticamente as mesmas *“coisas”* que vendia antes (balas, refrigerantes e bebidas em geral), destacando somente que, quando tinha barraca, procurava ter uma maior variedade dos produtos, uma vez que trabalhava com mais tranquilidade porque tinha autorização do governo para trabalhar (pagava o DAE, o Imposto de Arrecadação Estadual), e não precisava se preocupar com a fiscalização.

Ele afirma que hoje trabalha na rua, sem autorização, como *“torero”*, trabalha *“na tora”*, correndo de fiscal, e que *“tem que ficar de olho e muito esperto para não ter suas mercadorias apreendidas pela fiscalização”*. Relata ainda que:

A hora que a gente tá tranquilo, com pouco tem que sair na correria. Isso quando guenta correr. Muitas vezes igual foi o caso, tenho passado por vários problemas de saúde também né, isso são uns

detalhes importantes colocar, porque a gente é contribuinte, paga o INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social], mas infelizmente eles não tã nem ai pra gente, não quer nem saber como que a gente tá, se tem condição de trabalhar ou não, acha que a gente tá pedindo favor para eles, mas normalmente benefício não faz pra gente, porque eu tive muito ruim, desenganado pelos médicos, sem andar, 50 dias fiquei sem andar, depois passei a andar de muletas e agora estou trabalhando doente, porque o INSS não me paga e sendo que não é um dinheiro que vão me dar, é eu que pago, não é favor. Mas infelizmente eles não estão retornando aquilo que eu tô depositando pra eles, eles não estão me retornando não, é um direito que eu tenho. Que na hora mais difícil que eu to passando, né, que eu precisava continuar recebendo, mas infelizmente não to tendo não [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

O entrevistado alega estar trabalhando sem condições adequadas para isso, por isto continua tendo que “*torar*”, para conseguir sobreviver e arcar com suas despesas. Após comparecer à perícia, o INSS não liberou o auxílio-doença, que lhe ajudaria nesse momento.

Perguntado se havia algum critério estabelecido pelo conjunto dos barraqueiros, para que um barraqueiro novo iniciasse suas atividades, o entrevistado responde que não via isso como um critério, mas que era preciso realizar um cadastro de barraqueiro na Associação, e que, a partir da sua concretização, seria viabilizada uma vaga, um local, para este novo membro pudesse trabalhar. Acrescentou que, mesmo sem tal cadastro, o barraqueiro que chegasse ao local não seria impedido de trabalhar, pois, se estava à procura de um trabalho, deveria ser porque estava precisando. Assim que surgisse a vaga, trabalharia junto aos outros colegas também. Afirma ainda que foi dessa forma que surgiram os barraqueiros do Mineirão, agruparam-se no local e se organizaram, além de acolherem causas semelhantes, como, por exemplo, as dos ambulantes, pipoqueiros, etc.

Para o entrevistado, a ABAEM surgiu da necessidade que as pessoas tinham de se colocar no “*mercado de trabalho, uma colocação pra gente que tem uma dificuldade de conseguir emprego em uma empresa, até mesmo por conta da idade e do estudo*”. Ele mesmo procurou a Associação por tal motivo. Ele afirmou ter interesse em trabalhar no comércio, talvez por já ter experiência na área. Afirma ainda que:

porque eu já vinha trabalhando, por se dizer assim não legalmente né, ai eu pensei assim vou procurar a ABAEM que quem sabe eu consigo um trabalho que seja legal né, porque fica tranquilo, mais sério, até

mesmo pra tratar dos clientes a gente fica mais à vontade, mais tranquilo [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

E ressalte-se que, mesmo o indivíduo que trabalha com o trabalho informal, busca uma entidade de classe, com o objetivo de regularizar o seu trabalho, a fim de obter mais tranquilidade e segurança para desempenhar sua atividade.

O barraqueiro em questão, assim como outros, estava com expectativas muito positivas em relação à Copa de 2014. Após a retirada de todos os barraqueiros, ele buscou seguir as recomendações repassadas aos barraqueiros, principalmente, buscar cursos de qualificação para poder trabalhar no megaevento.

Nossa, eu achei com certeza, fiquei com uma expectativa enorme, até porque a gente normalmente foi enganado, entendeu?! Com certas propostas mentirosas, do qual eu tenho provas, elas são provas que eu posso te mostrar a qualquer momento e até o local entendeu, com curso profissionalizante, inclusive cito o nome é Rede Cidadã. E eles falaram, você vai ter que fazer esse curso pra poder trabalhar e tal, porque agora a Copa, e eu gastando dinheiro do meu próprio bolso e até mesmo pedindo dinheiro emprestado de passagem pra poder fazer esses cursos e depois a gente foi jogado fora normalmente. A gente aproveitou porque a gente aprendeu alguma coisa, mas trabalhar na Copa não, ficamos do lado de fora. Resultado é que o que poderia ter sido uma boa coisa, foi uma péssima coisa, um pesadelo até [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

Vale destacar que, além das frustrações e da perda de esperança por ter poder trabalhar no período do megaevento, o grupo dos barraqueiros iria amargar a retirada do lugar, que os alijou do direito ao trabalho, deixando-os à margem da sociedade, trabalhando na informalidade.

Após sua remoção desse território, os barraqueiros sentiram-se expropriados de seu direito de permanência, conseqüentemente, a atividade por eles exercida foi ainda mais marginalizada. É o que demonstra o depoimento a seguir:

Hoje eu vejo o Mineirão infelizmente só pra aquelas pessoas de classe mais alta, porque a gente que corre atrás, até mesmo as pessoas de classe baixa não tá tendo acesso mais ao Mineirão. Até mudou de nome de Minas Arena [nome da administradora do Estádio], no caso atualmente, é muita gente que trabalha na rua, até mesmo nós que estamos as pessoas chega perto da gente e dá a reclamação de estacionamento caro, pois pra dentro do Mineirão caro, água e tal e etc., tudo lá dentro. Fazer um lanche lá dentro é um preço absurdo, então isso aí é só pra classe B, C. Pessoas até mesmo igual a gente,



classe A, [inverte os valores das classificações de renda, mas na verdade quer dizer que passou a não pertencer mais àquele território, não se sente mais parte, excluído] eu não conheço o Mineirão depois de novo, porque todo o dinheiro que entra é pra mim suprir a minha dispensa, eu não tenho dinheiro jamais pra ir no Mineirão, nunca mais, eu sou torcedor do Cruzeiro, vou dizer pra você, cada um tem seu time individual, não tem problema, tenho vontade de ir, mas não tenho dinheiro pra pagar. Porque é um preço absurdo, se eu for chegar lá dentro e for tomar uma água é um preço absurdo. Querer tomar um refrigerante nem se fala, tropeiro eu não sei nem se serve tropeiro, porque na realidade depois que reformou eu nunca entrei. Isso é o povo que fala pra gente, o torcedor que fala pra gente. Eu estou passando aqui coisas de pessoas que tem acesso lá dentro, terceiros que falam pra gente, sem elogios nem nada, só reclamações (sic) (Gerson, 2017).

Em uma imagem ressentida do estádio do Mineirão, o entrevistado afirma que, junto à reforma do Estádio, veio também à elitização desse espaço. Os indivíduos que o frequentavam, já não o frequentam mais; sentem-se excluídos socialmente pelos elevados preços praticados na venda de ingressos; e até mesmo pelo elevado valor dos lanches, há uma diferença substancial de valor.

Tratando da retirada/desocupação que sofreram, Gerson afirma que *“foi pra gente uma coisa muito triste, porque a gente tava com uma expectativa muito grande”*.

Vou dizer pra você enganaram a gente né, fazendo a gente de palhaço, a gente é trabalhador e nesse caso tá achando que trabalho no circo, eu sou trabalhador, não sou palhaço. Então normalmente eles fez a gente de palhaço né, enganou a gente e depois disso aí, cada vez mais só propostas mentirosas, de que vai conseguir e tal, aquelas conversas, mas que infelizmente a gente já não acredita mais. E a gente continua só nisso aí só na expectativa, vamos ver até quando vai né (sic) (Gerson, 2017).

Na maioria das vezes, quando o barraqueiro faz referência às suas expectativas frustradas, quer dizer, simplesmente, que não pôde ter condições de desempenhar o seu trabalho habitual. Eles não esperavam altos lucros, como os dos investidores em megaeventos; esperavam, em contrapartida, dignidade e igualdade de direitos.

O trabalho em outros eventos, fora da cidade de Belo Horizonte, surgiu como alternativa para muitos dos antigos barraqueiros que trabalhavam na área do Mineirão. Mas - quanto à logística de transporte dos produtos e equipamentos necessários ao trabalho - *“é mais difícil”*, sem falar nos altos valores necessários para se

dar em lances para trabalhar em barracas nas festas. “*Então, se for avaliar tudo, coloca tudo na ponta do lápis, de repente a gente nem pega o evento de fora, né*”.

O transporte de trazer “as coisas”, eu, ,] por exemplo, como não posso dirigir, por problema de saúde e até mesmo pela dificuldade em adquirir um automóvel e tudo, então no meu eu uso mais a bicicleta pra trazer as coisas, acaba que tenho que sofrer muito, esforçando, mas não tem outro jeito, então a gente tá tentando uma coisa sem aguentar. Tipo assim, quando tem um evento melhor um pouquinho, eu dou duas três viagem de bicicleta e eu moro em Ribeirão das Neves, divisa com Belo Horizonte [região metropolitana, aproximadamente 28 km de distância], pra pagar um carreto ou se um irmão meu for trazer, de qualquer maneira e se eu pedir alguém para trazer claro que a gente vai ter que pagar um petróleo [o combustível] pra trazer, então o lucro que a gente vai ter vai ficar tudo nisso aí, então na verdade não compensa. Tentar por aquele jeito mesmo, de bicicleta, mesmo que dá uma, duas viagem, [...] deixo guardado aqui [sala da ABAEM no Mineirinho] ou com uma colega de serviço, que tá na mesma luta, pergunto se posso deixar [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

A partir do trecho de depoimento acima, constatamos que, atualmente, até a logística para se trabalhar precariamente e sem autorização nas proximidades do Mineirão, traz uma realidade perversa aos barraqueiros; e a uns, muito mais que a outros.

Em relação ao questionamento sobre como os barraqueiros se comportaram frente ao processo de retirada, nosso entrevistado afirmou que eles vivem na “*mesma ilusão até hoje*”.

Muitos desistiram, as paciências deles esgotaram, mas aí eu ainda tô, eu tenho paciência, porque eu vou até com aquela palavra da Bíblia “esperai com paciência” e muitos também, infelizmente já partiram dessa pra outra [morreram]. Então conclusão esse é o resumo né (sic) (Gerson, 2017).

E quando perguntado se eles se conformaram, o entrevistado responde que “*não*” e que às vezes, encontra outros colegas que se mostram revoltados, passando por situações difíceis na vida.

Antes, a renda era melhor porque havia uma frequência. Os barraqueiros trabalhavam, em média, “*duas ou até três vezes*” por semana. E, além disso, participavam de outros eventos culturais e da Feira de Carros. Atualmente, o

entrevistado só vem trabalhar na rua, em frente à porta do Mineirinho, dois dias por semana, na feira do Mineirinho. Dentro da feira só trabalham as pessoas, “*pessoas que são cadastradas e que pagam*”. Além disso, “*só quando tem eventos e isso quando o fiscal deixa a gente trabalhar*”.

Antes era uma renda muito melhor do que agora, porque primeiramente quando se trabalha tranquilamente e organizado você conseguiu a conquistar mais o cliente, você consegue atender o cliente melhor, porque você trabalha tranquilamente, o cliente chega você bate papo [conversa] com o cliente. Mas se você trabalha com medo de perder suas mercadorias, muitas vezes igual já aconteceu comigo há poucos dias né, eu perdi tudo e eu recomprei tudo no cartão, agora to lutando de novo pra mim conseguir pagar a fatura que vai vir no próximo mês, isso me entristece muito, isso deixa a gente completamente sei lá, nem sei dizer, a cabeça fica totalmente ruim, tem que pedir muita força de Deus pra gente conseguir levar a vida [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

Quando perguntado sobre a sua participação no movimento, o entrevistado confirma a importância de estar presente e de se reunir com os trabalhadores da categoria, buscando alcançar o objetivo de ser visto, de ser ouvido, e quem sabe, atendido em suas demandas.

Acredito muito que a minha participação, a minha presença na Associação, sempre é através disso, tá aqui, marcar a presença né. Por isso que a gente tá aqui sempre. A gente pode e eles pode né, conseguir de a ver nós, de enxergar nós, a situação que a gente tá e conseguir arrumar, fazer qualquer coisa pela gente. Pra gente poder ter uma vida um pouquinho digna [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

Quanto às alternativas para se responder às demandas dos barraqueiros, o entrevistado enxerga que essa é uma demanda de interesse político, ou seja, que:

“depende muito da vontade daquelas pessoas que têm condições né, que tá lá em cima na direção, aquelas pessoas que tem acesso pra resolver esse problema, falta um pouco de vontade deles fazer isso pra gente. É olhar só o lado deles e não preocupar com os outros [referindo-se à classe política, esfera estadual e municipal]. Deveria preocupar muito com o semelhante né, porque saber que tudo passa, então o quê que custa se eu tenho aqui, se eu tô com condições e a pessoa está precisando lá e sendo que eu tenho condições de fazer, porque o quê que custa fazer? Acho tão importante, seria uma coisa tão bonita, entender e analisar e pensar isso, né (sic) (Gerson, 2017).

O entrevistado vislumbra como possibilidade para a eventual resolução dos seus problemas: “*arrumar outro local pra trabalhar isso que vai dar certo para gente, tipo assim a gente trabalhar num outro local que vai render, vai ter uma renda. Eu penso assim, na realidade o que eu quero é uma saída pra nossa situação*”. Ele entende como paliativa opção da indenização, e avalia que não resolveria definitivamente a situação do grupo.

Eu não quero ficar rico nem nada não, eu quero é ter uma vida digna. Eu acho que tudo isso é válido, depende de uma conversa, de um diálogo, a gente não pode é ficar desse jeito, parece que a gente não existe né. A gente que tentou fazer tanta coisa, tem que ser reconhecido, por exemplo, eu na época em atividade aqui eu trabalhei, quando tinha os DAE [recolhimento do imposto para trabalhar] aqui, gratuitamente aqui no Mineirão antigo, quem passava o DAE aqui era eu, eu saía sem segurança alguma e depois ia fazer depósito do dinheiro dos barraqueiros no banco Itaú para o governo sem ganhar se quer um lanche. Quer dizer, eu preciso disso, do Estado, e o Estado hoje me jogou fora. Nem se quer, nem sabe que eu existo, que na realidade não pagou nada, quer dizer isso é uma injustiça, eu acho que isso não é justiça, isso traz revolta, confesso a realidade, não adianta eu mentir para você [grifo nosso] (sic) (Gerson, 2017).

Quando perguntado se gostaria de acrescentar mais alguma coisa, responde que acha que foi “*suficiente da maneira que eu expressei, [...], que eles olha pra gente, eles imagina e saiba que a gente existe ainda, a gente não morreu não, a gente tá aqui na luta e a gente aguarda, a gente espera solução pra esse problema*” [grifo nosso], num apelo emocionado.

A questão da sala da ABAEM, situada dentro do Mineirinho, atinge alguns barraqueiros que precisam deixar seus produtos (carrinho e caixa) para facilitar o trabalho, em função da localização e do transporte. Essa é uma questão problemática e sempre debatida nas reuniões da Associação.

## **9. Entrevista realizada com o casal Idetiza Ferreira Jesus (apelido Baiana) e Jorge José Assad**

A entrevistada possui 73 anos de idade e seu esposo 68 anos. Afirmam ter trabalhado por aproximadamente 25 anos no entorno do Mineirão. As entrevistas foram

realizadas nos dias 31 de outubro e 05 de dezembro de 2017, em sua própria casa, no bairro Lagoinha, próximo ao Conjunto IAPI, localizado em Belo Horizonte.

Ao longo da entrevista, procuravam saber notícias dos demais barraqueiros que trabalharam com eles. Informaram que trabalharam no portão 09 e na torcida do time do Atlético, vendendo, em sua barraca, *“churrasco, porções, salgados e as bebidas – cerveja e refrigerante”* e que *“não fazia tropeiro”*. O entrevistado afirma ter ido trabalhar no Mineirão por acaso. Ganhou ingressos para ir a um jogo e convidou o irmão, que foi com ele. Ao saírem do jogo, observaram que existiam algumas barraquinhas na área externa do Mineirão e vislumbraram a possibilidade de fazer o mesmo. Conversaram, então, com um barraqueiro que estava trabalhando. Como não havia nenhum tipo de controle, foram trabalhar na semana seguinte: ele, seu irmão e mais dois amigos. Pagavam uma pessoa para demarcar e guardar o lugar para montar a barraca, e acrescenta que *“todos respeitavam a marcação”*. Depois passaram a trabalhar na barraca aproximadamente cinco pessoas, ele, e esposa e alguns funcionários, sempre no *“domingo e nos dias de jogos”*.

Para fazer a estimativa da quantidade de produtos que poderia ser vendida no dia, diz ter se tornado *“escravo da Itatiaia”*, ouvia o rádio para saber a estimativa de público de cada jogo e, assim, calcular a quantidade de produtos que deveria levar. Após alguns anos em que estava no local, a Prefeitura fez um cadastro de todos e a Vigilância Sanitária começou a fazer fiscalização, *“exigiu que quem mexe com dinheiro, não mexe com comida”*. Afirma ter ficado somente ele e o seu irmão, com barracas independentes.

Quando perguntamos se o entorno do estádio poderia ser considerado um território dos barraqueiros, ela responde que: *“eu acho que sim, é porque é um ganha pão deles que tão tudo velho, não tem outra atividade. Porque a aposentadoria é um nada, é pouquinho né. [...], pra eles receber, eu acho e dá serviço para outras pessoas”*. Ele também considera que seja um território dos barraqueiros o entorno do estádio, por ter começado a trabalhar no local, *“tinha o objetivo de sair de casa, vender seus produtos e pagar suas contas. E a gente achou que aquilo ali seria mais ou menos eterno”*. Tinha vínculo de amizade com os frequentadores do local, além do trabalho.

Acrescentaram que havia uma taxa a ser paga para trabalhar por jogo, *“se você ganhasse ou não era pago, eles não queriam nem saber, queriam receber”*.

## Sobre a ABAEM

Houve uma confusão e não foi lembrada a criação da Associação. Entretanto, ela afirmou que:

Hoje eu falo procê que eu não faço parte, mas eu fiz. Particpei de chuva, de sofrimento, era muito sofrimento. Às vezes ganhava e às vezes não ganhava. Às vezes era perseguida também, nós tinha muita perseguição. A Associação ela é boa, porque ela quer ajudar as pessoas. E ela ajudou algumas, não todas, porque tem gente que você pode dar tudo pra eles que não dá, ele ainda pisa em você. Mas tem gente que respeita, que gosta. Quanto à Associação nós fomos muito bem tratados (sic) (Idetiza, 2017).

O esposo reconhece o valor que tem a Associação, dizendo que *“representa muita coisa e que ela os representou quando não estava presente”* em várias instituições e em reuniões, por meio da Selma e do Ernani, por sua disposição em estar na luta até hoje.

## Expectativas quanto à Copa

Quando perguntada se não havia uma esperança em aumentar as vendas na época da Copa, a entrevistada responde que *“de jeito nenhum, não teve nada disso”*. *“Eu sabia que ia ser ruim. E como foi ruim”*. Acrescenta que:

*“muitas pessoas passaram dificuldade, muitas pessoas ficaram sem emprego, porque nada a gente colocava uma pessoa pra ajudar e essa pessoa recebia. Muitas pessoas idosas, que não tinha um ramo de trabalho, foi um sofrimento, tira dali. Antes tinha uma renda, depois tinha nada mais agora, tudo prejuízo”* (sic) (Idetiza, 2017).

Seu esposo também reclamou, dizendo que ficou endividado e que começou a trabalhar com o que aparecia. Complementa dizendo que *“o Mineirão me ajudou, mas também me deixou desprovido de muita coisa, porque a gente não tava preparado. Na ânsia de voltar e não voltamos”*.

Atualmente, ambos são aposentados e não trabalham mais com barraca. Sr. Jorge trabalha aos sábados com a irmã em uma feira; desenvolve alguma atividade no comércio, pois tem um bar onde revende bebidas, e trabalha comercializando reciclados, mas afirma que, se houver possibilidade, tem interesse em voltar a trabalhar como

barraqueiro. Moram de aluguel, mas possui casa própria na cidade de Esmeraldas, próximo a Belo Horizonte.

Figura 31 – Sr. Jorge e D. Idetiza, no quintal de casa.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Apontam, como solução para a questão dos barraqueiros, a abertura de um local para o trabalho. O resultado da Copa “*foi péssimo*”, um “*impacto social*” por terem ficado sem renda e sem um local para trabalhar, apesar de participado de três cursos (dois ligados à área de atendimento e inglês) - recomendados nos estudos de diminuição do impacto social.

Ter meu espaço, pagar e trabalhar sossegado. Indenização não cheguei a pensar, porque a gente entrou lá do nada e saiu do nada, mas foi prometido uma verba enquanto eles não arrumassem um lugar para a gente trabalhar, ia ter um valor financeiro [a Defensoria trata como indenização por lucro cessante, uma vez que perderam a renda ao pararem de desempenhar as atividades]. Até hoje nada, então estamos aguardando o resultado. Vai depender do bom senso dos parlamentares, se quiser? A gente foi desprestigiado, fomos abandonados, iludidos com curso e expectativa (sic) (Jorge, 2017).

Nesse depoimento, o entrevistado afirma ainda que foi dito aos filhos que teriam o direito de dar continuidade ao trabalho dos pais, Até o momento, não há nada

garantido e alguns antigos barraqueiros, inclusive, faleceram sem ver a solução de sua causa.

#### **10. Entrevista com Geralda Rodrigues de Souza (viúva do barraqueiro Adevanil Gabriel de Souza, falecido em 2006)**

A entrevistada possui 64 anos de idade, trabalhou no Mineirão por aproximadamente 15 anos. Hoje é pensionista e trabalha somente na Feira *Hippie* (nome popular da Feira). Sua entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2017, em sua própria residência, situada no bairro 1º de Maio, Belo Horizonte.

Como já mencionado, a entrevistada trabalha na Feira de Arte e Artesanato da Av. Afonso Pena, que acontece aos domingos, na região central da cidade, comercializando apenas água de coco. Foi perguntado à mesma se haveria alguma foto da barraca em que ela trabalhava antigamente, obtendo-se a resposta que “*no Mineirão era muito sofrido, não dava nem tempo de tirar foto*”, e que ela só tem foto da barraca em que trabalha na Feira da Afonso Pena.

Na data da entrevista, dia 31/10/2017, iria completar onze anos que o seu marido havia falecido (o Sr. Adevanil Gabriel de Souza). Ela afirma ter trabalhado nas proximidades do Mineirão somente por três vezes, após o falecimento do marido, em 2006.

Ela relembra que “*lá vendia churrasco, cachorro-quente, refrigerante, cerveja e bebidas quentes, barraca de salgado mesmo [não vendia o tropeiro]*”. Afirmou ter começado a trabalhar como barraqueira após ter conhecido seu marido, antes, não trabalhava com barraca, mas como ele já trabalhava, continuaram trabalhando juntos.

O transporte dos materiais e produtos necessários era feito em uma Kombi que possuíam. “*Levava tudo direitinho as mercadorias e já montava a barraca, eu trabalhava no portão 6, do lado do Cruzeiro. Antigamente a gente tinha até um documentinho e depois coisou [refere-se à autorização para trabalhar]*”.

Quando perguntada sobre a localização da barraca, quando foram para a área do entorno do Mineirão, ela respondeu que chegou, colocou a barraca e ficaram em definitivo. Geralmente, iam trabalhar em dias de jogos. Eram quatro pessoas, todos da mesma família: ela, o esposo, um filho e um irmão.



Trabalhou no local por aproximadamente 15 anos, até que o esposo faleceu, em 13 de novembro de 2006. Quando retornou, apenas em mais três jogos, desistiu de continuar entregando sua credencial.

Esta barraqueira não viveu a experiência de ter sido desterritorializada, pois deixou de desempenhar suas atividades no local antes de 2010, como relata a seguir.

Até que eu não esperei eles me retirar não, eu entreguei a minha licença e vim embora. Parei de trabalhar lá porque eu já tava cansada, eu olhava meu marido e trabalhava lá e eles tavam atentando a gente demais, a fiscalização amolando demais. Ai falei: ah, não vou mexer com isso mais não. Porque tinha que carregar barraca na cabeça pra montar, naquelas escadaria e depois eles não tava querendo deixar, só poderia esperar a entrada, a saída você não podia pegar, não tinha condições não, não tirava nem a gasolina. [entrada dos torcedores no jogo, depois deveria desmontar]. Ai eu não quis mais não, eu falei que ia entregar e entreguei, não mexo com eventos mais, eu só faço a Feira Hippie [da Afonso Pena] (sic) (Geralda, 2017).

Quando perguntada se o entorno do Mineirão poderia ser considerado um território dos barraqueiros, a entrevistada respondeu que achava que sim e acrescentou que o Poder Público “*podia deixar os barraqueiros voltar a trabalhar lá sim, quem quer trabalhar lá, porque tiraram todo mundo. Eles não deixa trabalhar mais em jogo, eventos e nada*”.

A respeito da criação da Associação, a entrevistada fica em dúvida e pergunta à liderança, que estava presente durante a entrevista, e diz não saber. Acrescenta que “*esse Ernani sofreu, lá, viu?*”, caracterizando o grupo dos barraqueiros como “*vendedores ambulantes*”. Afirma não ter participado efetivamente da Associação.

Ela não criou expectativas sobre a Copa do Mundo, pois já não atuava na área do Mineirão. Ela passou a trabalhar somente na Feira da Afonso, que é fixa, tem alta quantidade de pessoas e alta rotatividade, sendo considerada a maior feira aberta da América Latina. Essa segurança e estabilidade fez com que essa barraqueira não se aventurasse a trabalhar em outros locais, como ela narra a seguir:

Eu também não participei não, não fui não. Porque eles tavam dizendo que não poderia ir, que a fiscalização ia prender as mercadorias. Por exemplo, muitos vão com as caixas, já não tem mais as barracas, com cerveja, refrigerante, bebidas quentes e tal, mas pra você comprar a

mercadoria, gastar e a fiscalização pegar é melhor não ir, é muito prejuízo, porque eles não devolve, eles não faz nem a notificação de que esta apreendendo a mercadoria. Não compensa não (sic) (Geralda, 2017).

Como a entrevistada já não fazia parte dos barraqueiros quando ocorreu a Copa de 2014, somente lhe foi perguntado se ela saberia dizer ou se teria acompanhado o que ficou de resultado da Copa para eles, sendo obtida como resposta que não saberia responder.

Pediu-se, ainda, à entrevistada, que ela fizesse uma retrospectiva, imaginando o que o Mineirão teria representado para ela. Ela respondeu que na época que trabalhou no entorno do Estádio, gostava muito da ocupação e que isso a ajudou bem financeiramente. *“Era uma rendinha boazinha, sabe? Só depois que eles começaram a querer prejudicar a gente, querer prender e tal e aí eu resolvi não ir mais”*. Atualmente, além de trabalhar na feira, é pensionista e não paga aluguel.

Quando perguntada sobre o que via como solução para os impactos da retirada dos barraqueiros do entorno do Mineirão, ela respondeu que não quis se envolver, que *“não pegou eu mais”*. Ou seja, a barraqueira em questão já não se considera mais parte integrante dessa demanda dos antigos barraqueiros do Mineirão. Acrescentou ainda que: *“eu fiz parte, eu parei porque eu estava cansada e o meu menino trabalha fichado; então ficava muito puxado pra ele me levar e me buscar”*, afirmando que o filho a leva e a busca na feira em que trabalha, raramente permanecendo no local. Os demais membros de sua família não se interessaram em continuar o trabalho com barraca.

Ela apoia a causa dos barraqueiros ressaltando que:

Eu acho assim [afirmando que para os demais, que continuam nessa luta], que quem quer ficar, poderia deixar. Cada um cuida da sua barraca, faz a limpeza, tudo direitinho, poderia exigir. Mas eu acho que tá muito difícil. Eu não esperei me tirar. Aí eles perguntaram depois se eu tinha interesse de pegar bar [dentro do Mineirão], não tá doido. Ali pra pegar um bar ali não compensa não (sic) (Geralda, 2017).

Destacamos que no depoimento anterior, diferentemente dos demais entrevistados, Geralda destaca que lhe foi oferecida a possibilidade de assumir um bar dentro do estádio.

A respeito do recente edital, que viabilizou a entrada de novos barraqueiros nas ruas próximas ao Mineirão, afirmou não ter participado do processo, acrescentando que não teria participado de mais nada relacionado ao Mineirão, “*nem de eventos, nem da Feira dos Carros, não coisei nada*”. Na época em que trabalhava no Mineirão, só trabalhava no portão 6, do lado do Cruzeiro, afirmando que achava que não havia nem pegado o DAE, atuando lá somente em eventos. Afirma não ter mais interesse em continuar trabalhando nas barracas do entorno no Mineirão, embora apoie os que se interessam em continuar os trabalhos naquele local.

### **11. Entrevista com D. Diva de Oliveira Rodrigues**

A entrevistada tem 75 anos de idade, trabalhou durante 27 anos no Mineirão, entre os portões 11 e 12. Sua entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2017, em sua própria residência, situada no bairro 1º de Maio, em Belo Horizonte.

Sobre seu vínculo com o Mineirão, ela afirmou que “*foi muito bom, ganhava um dinheirinho beleza lá, agora ficou tudo mais difícil*”. Acrescentou ainda que:

Quando eu fui pra lá, era tudo mais fácil, tinha um cara lá, eu ia com a família. Eu e as minhas duas filhas. [vendia] Churrasco, sanduíche, tropeiro, cerveja e refrigerante, depois tiraram a cerveja e depois voltou. Comecei indo, no início nem pagava nada, depois a ADEMG começou a cobrar, mas pagava pouco por jogo. Não tinha uma organização, não era só eu, era bastante gente, cheguei, ninguém falou nada e comecei a trabalhar. Lá eu ia todos os jogos, dois a três dias por semana, como pagava pouco, tudo o que viesse dava lucro (sic) (Diva, 2017).

Atualmente, trabalha no estádio Independência, somente em dias de jogos do Atlético. Afirma que já teve prejuízo, inclusive, pagando do próprio bolso para trabalhar nas vezes em que foi em jogos do time do América. “*Eu não vou mais, porque é jogar dinheiro fora, o gasto é muito alto, as coisas é muito cara. Esse lugar que eu fico é certo, mas só vou em jogo bom. Só nesse lugar que eu trabalho*”.

Figura 31 – Antiga barraqueira D. Diva.



Fonte: acervo pessoal da entrevistada, cedida à autora, s/d.

Para trabalhar, paga um aluguel de R\$ 300,00 (trezentos reais) por jogo, em uma garagem de um apartamento nas proximidades do estádio. Continua fazendo o tradicional tropeiro, ainda hoje, também no estádio Independência.

Quando perguntada se o entorno do Mineirão poderia ser considerado um território dos barraqueiros, a entrevistada responde *“eu creio que sim né, porque tá fazendo falta pra muita gente. Porque eu creio que eles deviam considerar, porque foi muitos anos que nós trabaiô”*. Quanto à organização do local das barracas, a exemplo de outros entrevistados, reafirma que antes bastava chegar e colocar a barraca em qualquer lugar, pois ninguém falaria nada. Depois, tudo foi se organizando.

Sobre a Associação, afirma ter aderido a ela assim que surgiu, pois *“já trabalhava lá há bastante tempo”*. Acredita que a função da ABAEM esteja sendo cumprida, por ter ela ajudado a organizar o coletivo e que foi muito bom.

A entrevistada guardava boas expectativas em relação à Copa de 2014, em Belo Horizonte, as quais, entretanto, se frustraram porque *“ninguém trabalhou, né. Fizemos curso, muitos curso, todos os que mandou fazer a gente fez, só que ninguém trabalhou”*. Se junta a essa afirmativa a de que *“o que sobrou”* para os barraqueiros foi

“nada. Brincadeira né, empurraram mesmo”, querendo dizer que eles os enrolaram e não resolveram a questão dos barraqueiros.

Após a remoção dos barraqueiros, a visão que a entrevistada tem do Mineirão é a de que “*hoje não represente nada, que a gente não trabalha lá, né? Fez foi muita falta! Fiquei dois anos sem trabalhar, porque nós saímos de lá em 2010. Eu comecei a trabalhar no Independência em 2012; fiquei dois anos parada*”.

Após terem sido removidos do seu território no entorno do estádio, só sobrou desilusão a esse grupo. A entrevistada afirmou que “*foi muito ruim, todo mundo estranhou demais. Acabou e pronto*”. Quando perguntada se voltou a trabalhar no Mineirão, mesmo sem autorização, respondeu que “*não; depois que fechou, mais nunca! Eu sou medrosa, morro de medo de fiscal e trabalha tenso, é ruim demais trabalhar tenso. É muito ruim, então eu não vou, não fui vez nenhuma*”.

A entrevistada vê como alternativa, para a solução do problema gerado com a retirada que:

se eles [os governos] pudessem colocar uma barraca pra nós lá perto seria bom né. A indenização sei lá, eu acho que um lugar pra trabalhar é melhor né. Ninguém conformou. Eu torço que volta, tô sempre na reunião, tô igual ao Atlético, eu acredito [grito de guerra do time]. Não pode desiludir nunca. O papel da Associação pra voltar é importante pra retornar, porque o Ernani, sabe, corre atrás pra caramba, sabe lidar. Outro lugar próximo ao Mineirão [solução] (sic) (Diva, 2017).

Acrescentamos que a barraqueira em questão tem idade avançada, mas ainda vê como solução o reconhecimento do direito de os barraqueiros conseguirem um local em que possam trabalhar, nas proximidades do Mineirão. Observa-se ainda que, em especial, essa pessoa tem características pessoais muito proativas, não fica parada: faz diversos tipos de produtos artesanais e conta com a ajuda da filha para vendê-los. Dos recursos que economizou à época em que trabalhava no Mineirão, construiu alguns cômodos de aluguel no terreno de sua casa. Desse aluguel dos recintos, tira uma renda extra. Além disso, é aposentada. Atualmente, leva uma vida mais tranquila, morando numa casa confortável, mas gosta de continuar em atividade, trabalhando.

## 12. Entrevista realizada com Rosa Maria Salvino

A entrevistada possui 70 anos de idade, afirma ter trabalhado por aproximadamente 35 anos no entorno do Mineirão. A entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2017, em sua própria casa, no bairro Nazaré – Vista do Sol, em Belo Horizonte. É uma das barraqueiras mais antigas do Mineirão, juntamente com o Sr. Nelson e com o José Martins (falecido), pai da Márcia.

Inicia afirmando que, antigamente, “*não existia barraca, eu trabalhava com meus meninos vendendo chup-chup*”. Começou com os filhos ainda pequenos, vendendo fruta. Nessa época, havia pouca fiscalização, no entanto, a mesma “*deixava a gente trabalhar*”. Permanece vendendo frutas e chup-chup por cerca de dez anos e, depois, passa a trabalhar com barraca no local. A ideia de trabalhar com barracas surgiu após ver essa atividade em São Paulo. Após a posse das barracas, passa a vender churrasquinho.

Sobre o crescimento do número de pessoas no entorno do estádio, diz que “*foi abrindo devagarzinho, foi vindo uma turma, foi aumentando e com isso eu criei os meus filhos tudo lá [quatro filhos] e ajudei a criar mais sete sobrinhos, filhos da irmã que faleceu, criei e casei todo mundo*”, sendo esse território-lugar um cenário da vivência dessas crianças que ali cresceram; um local de trabalho, ligado à renda e ao sustento, e um cenário de disputas do cotidiano.

Como a entrevista foi realizada na residência da barraqueira, pudemos observar outros detalhes, não previstos em nosso roteiro de entrevista. Foi notada a existência de painel (foto a seguir), colocado em um lugar de destaque e visibilidade de todos que adentram a casa, com as fotos das conquistas da família, principalmente as construções das casas, como também na casa de sua filha Selma. Percebemos ainda que as mesmas se orgulham em exibir o que já conquistaram com o trabalho realizado no Mineirão.

Afirma que os filhos, mesmo pequenos, sempre a acompanhavam na rotina de trabalho, além de uma sobrinha, Ana, que trabalha no Mineirinho até hoje. Os demais sobrinhos só tinham o compromisso de ir para a escola e, na maioria das vezes, chegavam cansados, não sendo acostumados com a rotina de trabalho de seus filhos.

A entrevistada destaca, com orgulho, os bens que pôde adquirir a partir do trabalho no Mineirão.

As coisas que eu tenho é tudo do Mineirão, portanto quando eles pediram lá os nossos pontos, cadastraram na Feira, mas depois que tiraram a gente do Mineirão nós não conseguimos mais nada. Não sou só eu não. Se eu não tivesse lutado, comprado isso aqui e dado a meus filhos um pedacinho de chão pra construir a casinha deles, ninguém tinha casa. [...] se eu tenho essa casa aqui, isso tudo é com o dinheiro do Mineirão (sic) (Rosa Salvino, 2017).

A foto que segue, expressa as conquistas da entrevistada, ao longo dos anos de trabalho que desempenhou no Mineirão, como barraqueira.

Figura 32 – Conquistas da D. Rosa Salvino e família, com o trabalho no Mineirão.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Trabalhou no mesmo território até o último jogo, em 2010, sendo, hoje em dia, aposentada. Mas, se ressentida pelos colegas que também trabalhavam e que não ganharam mais dinheiro, alegando que *“teve gente que passou até fome por causa disso”*. A mesma ainda faz alguns serviços de costura para complementar a renda, e agradece a Deus por não ter que pagar aluguel, nesses tempos difíceis.

No capítulo que trata do vínculo entre o alimento e o território, temos uma narrativa mais densa da entrevistada, sobre a questão do tropeiro.

Ao perguntarmos se a mesma retornou ao Mineirão para trabalhar - depois da interrupção para a reforma e da retirada daquele território - a mesma responde que

não voltou e que o “Mineirão agora já era”. Acrescentando que, com o aumentar da idade, já não aguenta o mesmo ritmo de trabalho de antes, uma vez que já criou 11 crianças, seus filhos e sobrinhos, “trabalhando e lutando”. Ressente-se ao dizer que “*tirou o Mineirão de nós, meus filhos tá com a casa sem terminar, por causa de quê? Eles tirou nós do emprego*”.

### **A vinda para o entorno do Mineirão**

Por intermédio de um amigo, chamado Carlos Dias, passou a ir para o entorno do Mineirão vender frutas. Esse, ficava do lado do Atlético e, nossa entrevistada, do lado do Cruzeiro, tendo sido ela mesma quem escolheu a localização. Quando o local passou a ficar mais concorrido, mandava seu sobrinho ir até lá dois dias antes do jogo. Então ele escrevia seu nome no chão com carvão, para “guardar” o lugar. Como eram ainda apenas uns seis ou sete barraqueiros, que estavam iniciando as atividades no local, eles esse convívio era respeitado. Quando outras pessoas começam a chegar, não era permitido que ninguém entrasse no lugar do outro. Com o adensamento do local, tinham que ir com dois ou três dias de antecedência marcar o lugar, inclusive ficando e dormindo no local.

Quando perguntada se seria o entorno do Mineirão um território dos barraqueiros, D. Rosa responde que “*acha que sim*”, por ter sido onde “*que a gente começou a nossa luta*”. Tinha dinheiro certo umas duas vezes por semana, eventualmente trabalhando “*4ª, sábado e domingo*”.

Trabalhei só no Mineirão, não podia deixar de ir né, porque a gente acostumou lá. Era uma garantia. Mesmo com muitos barraqueiros tinha pra todo mundo. Eu agradeço muito a Deus por ter me dado essa força e essa saúde, de eu ter conseguido o que eu consegui e o que eu pude dar meus filhos, porque eles sempre trabalhou desde pequenos. Eu garanti a minha casa e a dos meus filhos, cada um tem a sua (sic) (Rosa Salvino, 2017).

Para começar a desenvolver atividades no local, alguém que ainda não fizesse parte do grupo, tinha que chegar e perguntar como funcionavam as regras do local. Ela mesma deixava liberado o uso de seu ponto, para alguém que quisesse trabalhar em algum dia que não pudesse ir. “*Vamos supor, quem quiser colocar pode ficar lá, se ocês conhecer, pra não tomar meu lugar. Ninguém era egoísta*”.



## Como se territorializaram

Os barraqueiros chegavam individualmente e começaram a trabalhar nesse local. Com o passar do tempo, se agruparam com um só interesse. No início, não havia fiscalização, “*depois passou a cobrar, eu tenho todos os recibos da ADEMG, era R\$ 10,00 por jogo e a gente pagava*” > Na véspera do jogo, era retirado o boleto para que pudesse ser feito o pagamento. Somente com a apresentação do recibo, pago no dia do jogo, seria possível trabalhar.

A entrevistada soube nos dizer pouco a respeito da criação da ABAEM, uma vez que não acompanhou bem a Associação, tendo participado poucas vezes, alegando que quem sempre frequentava “*pra ela*” era a sobrinha Ana.

Tinha expectativas positivas em relação à vinda da Copa para o Brasil, porém, teve-as frustradas. É o que exprime o relato a seguir:

não, eu pensei que beleza, que bom que a Copa vem que nós vamos ganhar dinheiro dobrado. Acaba que a Copa derrubou foi nós. Sobrou foi nada para os barraqueiros, é rua. Todos os barraqueiros é rua, até hoje. Você acredita que eu até chorei na época? Tirou nós tudo. Tava começando a mexer aqui [fazendo a parte de cima da casa], Deus há de me abençoar. Com isso também eu aposentei e com o dinheiro da aposentadoria eu fui mexendo devagarzinho, agora que eu parei (sic) (Rosa Salvino, 2017).

Quando perguntada sobre qual seria a imagem do Mineirão de hoje, em comparação com a de antes, a mesma afirma francamente que, para ela, “*hoje não representa nada*”. Relata ainda que:

às vezes passando pelo Mineirão ali eu nem olho, porque muita gente sofreu ali, tirou o ganha pão deles né. Muita gente sofreu por causa da Copa, eles tirou a gente. Não tá nem aí pra pobre não, eles tá pensando é nos ricos. Foi covardia o que o governo fez com nós. Eles tavam pensando só neles. Dá saudade! Hoje você passa e nem reconhece o Mineirão mais, dá uma tristeza (sic) (Rosa Salvino, 2017).

Afirma que depois que se encerraram as atividades dos barraqueiros em 2010, no Mineirão, não tentou mais trabalhar lá, não tendo trabalhado em mais nenhum local. A mesma acredita que os demais barraqueiros não se conformaram com a retirada do Mineirão, justificando sua resposta na afirmativa de que vários vão trabalhar em eventos na região, mesmo sem autorização. “*Os que guenta ir vai. Só que é corrido,*

*agora com Guarda Municipal [fiscalização e repressão]. Eles põe pra correr mesmo. Eles vão mesmo [os barraqueiros], porque precisa né, coitados”.*

Sobre o edital, considera injusto terem colocado outros barraqueiros do lado de fora do Mineirão, considera que estão tomando o lugar dos antigos. Contraditoriamente, faz um comentário em defesa dos barraqueiros atuais, ao considerar ser um absurdo “*cobrar caro*” para poderem ficar em locais tão distantes do estádio. “*Tem que olhar mais para o lado do pobre*”.

Figura 33 – D. Rosa Salvino, antiga barraqueira



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Ao ser colocada a questão das possíveis soluções, a entrevistada diz que a melhor opção para ela, que está mais velha, seria uma indenização. Muito também por afirmar que não teria interesse em retornar, mesmo que as atividades pudessem voltar a ser desempenhadas. Vislumbra somente uma alternativa - para os seus filhos e netos - caso fosse possível contar com o resguardo/salvaguarda do registro, vista como uma “herança” que seria repassada aos seus descendentes. Diz, em seguida, que: “*Eu já pensei pra eles, mas eu acho que não tenho esperança. Eles não tão olhando para o lado dos barraqueiros não. Só se for muita sorte. Se voltasse era uma boa. Colocar como era antigamente, as barracas tudo em volta dele [do Mineirão]*”.

Quando perguntada se gostaria de fazer algum acréscimo de à entrevista, diz que *“a única coisa que eu gostaria, é eles colaborar com os barraqueiros e colocar a turma de novo, pra trabalhar igual era. O que eu acho que eles deveria fazer é isso”*. Pode-se observar que o anseio pelo retorno permeia as falas e os desejos da maioria dos entrevistados.

### 13. Entrevista realizada com Ademar da Silva Figueiredo (apelido Neném)

O entrevistado é pipoqueiro e tem 64 anos, afirma ter trabalhado desde os 14 anos de idade nas proximidades do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 28 de novembro de 2017, dentro do Mineirinho (local onde trabalha atualmente, com autorização da Administração).

Foto 34 – Pipoqueiro Ademar, no Estádio Mineirinho.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Informa que iniciou suas atividades no Mineirão trabalhando para terceiros com vendas em carrinho de pipoca (eram apenas duas pessoas). Quando completou 18 anos comprou um carrinho. Vende pipoca, coco e amendoim, tendo optado por vender

esses produtos para não competir com os outros vendedores da região. Trabalhava em lugares não fixos, no local de entrada das torcidas nos jogos.

Sempre trabalhou no entorno do Mineirão. Atualmente, não tem ido mais ao local. Afirmar que *“eles não querem nem os barraqueiros e nem eles [os pipoqueiros] mais lá”*. Antes, viajava para outros lugares, para trabalhar em eventos. Agora, trabalha apenas no Mineirinho: *“No Mineirão velho, trabalhava todo mundo”*.

O entrevistado afirma conhecer o Edital realizado e sabe que não os chamaram para conquistar, concluindo que *“os barraqueiros vacilaram lá, não deixaram nós, mais botaram outros. Eu vinha aqui nas reuniões, sempre participando e lutando daqui dali”*. Acredita que os barraqueiros da nova Feira - fruto dessa licitação - pagam muito caro. A solução vislumbrada por ele, seria o retorno dos barraqueiros ao Mineirão. No entanto, acrescenta que: *“nós saímos do Mineirão e não voltamos mais, agora é Minas Arena, tem empresária que tem carrinho de pipoca lá dentro”*.

Sobre o território, afirma que ao longo de toda sua vida, o lugar foi dos barraqueiros. Informa que, pagavam taxas para conseguir autorização de trabalho, mas que tudo se perdeu, não adiantou. *“tiraram a gente de lá e não tem condição de voltar mais”*.

O entrevistado diz ter passado por altos e baixos, por ter se envolvido com drogas. Ficando até mesmo sem o carrinho de pipoca para trabalhar. Agora, possui dois carros, e uma fábrica de coco em casa. Não paga aluguel, pois informa que moravam (ele e sua família) em uma favela no bairro São Francisco. Relata que foram indenizados, então, fizeram a compra de um lote e construíram uma casa, em outro lugar. Completa que *“se o Mineirão voltasse pra eu trabalhar lá eu queria, mas tá bom o que eu consegui”*.

Quando voltou a vender coquinho em caixinha na Feira de Carros, a ABAEM já havia sido criada pelo Ernani. Informa que, nessa época, não procurou a Associação. Depois, associou, e passou a pagar o DAE.

“Na verdade, isso não adianta mais, não tem força [referindo-se à ABAEM]. Eles podem fazer o que quiserem aqui, foi os comércio que não quis nós lá. Foi falcatura me falaram”. [Citou ter ficado sabendo de uma articulação por parte dos comerciantes das proximidades do Mineirão, para que os barraqueiros não voltassem mais a trabalhar no local, entretanto houve uma licitação que autoriza barracas a ficarem na rua do posto de gasolina, que dá acesso ao Mineirão. Situação

contraditória, que alega ter ficado sabendo ao acaso, mas que a liderança da ABAEM desconhece]. (sic) (Ademar, 2017).

Sem esperanças de retornar, afirma conhecer bem o Mineirão e o pensamento dos governantes. Afirma, ainda, que “*não acredita que vai ter solução de nada. Ali é Primeiro Mundo hoje* [referindo-se ao estádio após reformado]”. Entretanto, caso os antigos barraqueiros consigam algum benefício, pretende também reivindicar seus direitos.

#### **14. Entrevista realizada com Sirilio Suares de Oliveira**

O entrevistado é ambulante, tem 57 anos, e afirma ter trabalhado em torno de 25 anos nas proximidades do Mineirão, como caixeiro. Participa da ABAEM há, aproximadamente dez anos. A entrevista foi realizada no dia 28 de novembro de 2017, no Mineirinho – sede da ABAEM, sala 403.

Relata que mudou-se para Belo Horizonte em 1979, veio do Estado de Goiás, e encontrou dificuldades para conseguir emprego. Trabalhou como representante de vendas, em empregos regulares, por 05 anos. Desde que ficou desempregado, em 1985, passou a trabalhar nas ruas como caixeiro ambulante no entorno do Mineirão. Vende bebidas em uma caixa de isopor, com gelo.

Juntou-se recentemente à ABAEM, cerca de 10 anos. Reforça a atuação da Associação, através de causas semelhantes associadas/adesivadas (termos geralmente usados pela liderança do grupo). Relembra como era o sistema do trabalho informal, no Mineirão:

“Na época era ADEMG, eles tinha um sistema de uma cerquinha baixinha de 40 cm de altura, lá dentro daquela cerca, sentido o Estádio você podia trabalhar que a fiscalização não te pegava se você tivesse lá dentro, que aquela parte fazia parte do Estado. E para o lado de fora a fiscalização te pegava, porque fazia parte da Prefeitura. Era aquela confusão toda. Cê tinha que correr e pular pra dentro. Se você conseguisse entrar pra dentro, cê era vitorioso, se não conseguisse os fiscais te pegava”. (sic) (Sirilio, 2017).

O entrevistado afirma que, após ficar desempregado, trabalhou comercializando produtos nas ruas. Assim, permaneceu. Destaca que existe o empecilho da fiscalização para trabalhar no local, “*tinha campo pra todo mundo*” [fiscal] e não

eram muitas pessoas que iam para as ruas vender suas mercadorias, até mesmo por vergonha do trabalho informal, *“hoje em dia não, o cara compra um carro popular e já fala, vou pra rua pra ganhar dinheiro”*.

Quando perguntado se considera parte dessa luta e desse território, o entrevistado afirma *“claro! Além de ser o território deles a história deles é muito comovente”*. Atualmente, envolveu-se na luta dos barraqueiros, e diz que sentiu vontade de participar. Percebe a representatividade da ABAEM, reconhece a importância da Associação, como um *“legado”*. Informa que, tem aprendido muito em relação aos trâmites políticos, sente-se importante ao participar de reuniões e eventos como membro da Associação.

O depoente afirma que possuía boas expectativas em relação à Copa, que estava *“todo mundo naquela expectativa, naquela fé e naquela esperança. E aí o que aconteceu?”* Acredita que para os barraqueiros, a expectativa seria *“os dois juntos né, estadual e municipal [governos]. Trabalhar voltar para o entorno aqui, mais próximos aqui do Mineirão seria o ideal, porque tem os jogos, os shows e os eventos que acontecer no Mineirão”*. Acrescenta ser uma incerteza trabalhar como *“torero”*, afirmando que, várias vezes, suas mercadorias foram apreendidas, mas continua, por precisar trabalhar para sobreviver.

Frente à retirada forçada do Mineirão, percebe que *“todo mundo [está]espalhado e tentando sobreviver”*. Diz que tentam manter as reuniões da ABAEM, no mínimo, a cada 15 dias.

O mais importante agora é sensibilizar os políticos. Mais do que a gente já procurou e todos os órgãos maiores e tudo, são eles que vão ter que dar o aval. Então a gente vai procurar os políticos. Nossa esperança não morreu, nossa esperança tá viva. E nós estamos caminhando com nossas pernas, vamos procura eles e não vamos desistir.

Ao final da entrevista, acrescenta por meio da fala anterior que, a parte mais importante é manter a articulação junto aos políticos que apoiam a causa do grupo, e que deve continuar lutando por seus direitos.

## 15. Entrevista realizada com Francisco Januário Gonçalves

O entrevistado tem 57 anos, afirma ter trabalhado durante 24 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 28 de novembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM. Esse foi o único barraqueiro do grupo entrevistado que afirmou ter carro adaptado de lanches/alimentação, com autorização para trabalhar nas ruas de Belo Horizonte.

Foto 35 – Barraqueiro Chiquinho.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

O entrevistado inicia sua entrevista, observando que a presença dos barraqueiros, em reuniões, menor é cada vez menor. A sala da sede é pequena. Na maioria das vezes, reuniam-se no corredor do Mineirinho - que ficava repleto de pessoas – segundo o entrevistado. Atualmente, esse número caiu de 30 para 15 pessoas, sendo que a maior frequência atual é, em média, de 06-07 pessoas. O que, de acordo com Chiquinho, demonstrando o enfraquecimento e a desmobilização do grupo. Apesar disso, afirma que: *“eu acredito junto com ele, tô acreditando, quem sabe amanhã?”*. Sobre o período em que começou a trabalhar, conta que:

Eu vim pra cá, eu trabalhava fichado [carteira assinada] e adoeci, tive um problema sério de saúde, acabou aí acabou a minha renda, fiquei inválido e vim para o Mineirão vender cerveja. Vinha com uma caixinha, tive até dificuldade, punha a caixinha no ônibus e uma sacolinha. Ah, ficava satisfeito o dia que vendia duas, três caixinhas. Veio duas vezes, tinha que correr e não podia correr por causa do problema de saúde, cheguei perto de uma fiscal, a Dona Beth e expliquei a minha situação: \_eu tô com a minha situação assim, tenho filho pra criar, não tô trabalhando porque eu tive um problema de saúde, eu preciso de organizar, eu quero trabalhar dentro da regra que vocês permite. Eu acho que tenho condições de ser um que trabalha dentro das regras. Ela perguntou o que eu tava vendendo. Eu disse que vim de casa duas vezes e vi ocês correndo atrás dos outros e eu não gostei de correr, eu não posso correr, eu quero ter uma permissão. Aí ela foi pegou meu nome e endereço, tudo direitinho e me mandou ir a regional. Eu fui na regional no outro dia às 13h e consegui com ela a licença pra colocar barraca na Feira de Veículos e aqui no Mineirão, portão 8 e 9. Aí eu muito alegre, nem dormi a noite, a noite inteira eu acordado sonhando com o negócio da barraca no Mineirão. Um irmão meu fez a barraca pra mim no outro dia. E vim no primeiro domingo, trabalhar no Mineirão, pedi dinheiro emprestado com um e com outros, comprei tudo fiado. O pessoal falava pra mim, pode ir que você vai vender muito (sic) (Francisco Januário, 2017).

Em seu relato, conta que precisava trabalhar, mas que não tinha nenhum conhecimento sobre o ofício de barraqueiro. Desconhecia até mesmo qual carne comprar. Fazia espetinhos, e não tinha conhecimento, ainda, sobre amaciador de carne. Contou de forma bem descontraída que, em seu primeiro dia de trabalho no Mineirão, com uma infraestrutura precária de iniciante; ficou com os dedos todos esfolados, de tanto enfiar carne nos espetos. Começou vendendo espetinho de carne de boi, percebeu que a carne estava muito dura e, a partir daí, passou a vender espetos de carne de frango e de porco, procurando agradar os clientes. Lembra que um cliente disse uma frase que o marcou: “*oh amigo, eu te pedi foi um espetinho de carne de boi, não foi de couro de boi não!*” [disse que a o caso virou até piada entre os amigos].

Afirma que a maioria dos antigos barraqueiros apresenta problemas financeiros ou de saúde. Acredita que a perda do local de trabalho e as incertezas que vieram, junto dessa situação contribuíram significativamente a essa realidade.

Segundo estudos realizados durante o processo de remoção, seriam ofertados cursos aos antigos barraqueiros, para que se qualificassem. O entrevistado contou que frequentou alguns desses cursos e acrescenta:



Veio a Rede Cidadã pra ajudar, fizemos o curso naquela dificuldade, gastando com passagem, tomava um cafezinho, ficava com fome, aquele negócio todo, foi mais problema, tudo causadora da Copa do Mundo. Eu tava falando, o Sirilio falou, a gente já não tinha dinheiro e o entusiasmo era tanto que foi todo mundo brigar na Praça da Estação. Depois veio o SEBRAE, falou: \_Ah, vou fazer um curso com vocês pra se adequar, abrir uma microempresa, ser microempreendedor (sic) (Francisco Januário, 2017).

Ele afirma que *“nunca mais voltou a trabalhar com barraca no entorno do Mineirão, depois de 2010”*, devido à fiscalização intensa, no local. Atualmente, como alternativa de trabalho, possui um carro de lanche (estilo *food-truck* – conforme foto anterior). Apresenta-se como um dos antigos barraqueiros mais estruturados, em condições financeiras dignas. Possui autorização para trabalhar com o seu veículo, em diversos pontos da cidade. Comercializa os seguintes produtos: cerveja, refrigerante, churrasquinho e tropeiro. Afirma que, agora, o tropeiro é mais famoso do que na época em que começou a vender.

O entrevistado acredita que está, nas mãos dos dirigentes, a solução para a remoção enfrentada pelos barraqueiros. Acrescenta que *“a gente trabalhava com permissão, com contrato, agora tomam as nossas coisas na força. Saia de casa com garantia e com o documento de casa. A solução é alternativa deles. Igual, fizemos curso, garantiu que podia voltar”*, e não houve o retorno. Destaca ainda que *“aquele campo de serviço, foi um campo de amizade, até hoje a gente tem muita amizade, a barraca de Chico, o pessoal convida pra festinha”*, referindo-se aos trabalhos extras que realiza, por ter conquistado clientes, antigos frequentadores do Estádio.

## **16. Entrevista realizada com Maria da Penha Fonseca**

Mais conhecida com Penha, a entrevistada passou a fazer parte da ABAEM há, aproximadamente, dez anos. Possui 51 anos de idade. Sua entrevista foi realizada no dia 28 de novembro de 2017, no Mineirinho – sede da ABAEM, sala 403.

Sobre sua experiência, ao iniciar as atividades no Mineirão, conta que:

trabalhei até chegar no portão que eu queria, que é o portão 03, do Cruzeiro. Eu fiquei conhecendo uma pessoa no ponto de ônibus que trabalhava aqui, ficou de emprestar o ponto e todas as coisas, com tudo. Chamada Vânia, ela nem vem mais. Eu tinha uma ou duas pessoas pra trabalhar comigo, ponto de apoio. As vezes eu pegava os

dois ponto dela e punha gente pra trabalhar. Na hora de fechar eu conferia. Tropeiro, sanduíche de pernil, espetinho, refrigerante e cerveja, sempre com lata, mas entrei antes de tirarem a garrafa. (sic) (Penha, 2017).

A entrevistada relata passar por um período de maior vulnerabilidade social e econômica. Residindo em uma ocupação, na capital, mora sozinha, e depende dos trabalhos desempenhados para sobreviver. Relata que em alguns momentos, *“beira ao desespero completo, frente à situação pela qual está passando”*.

Inicialmente, trabalhava como contratada, em outras barracas. Com o passar do tempo, comprou seus utensílios e conseguiu um ponto para trabalhar. Atualmente, trabalha como caixa na porta do Mineirinho. Informa que, quando trabalha em outros lugares, paga o aluguel de barraca e carroto.

Tem esperança que a ABAEM consiga um local de trabalho para os barraqueiros, por isso, participa da maioria das intervenções propostas pela Associação (cedeu, inclusive, fotos das manifestações de 2015). Desconhecendo os trâmites políticos, fala do que realmente conhece, que é a urgência por ser reconhecida, por voltar a ter renda e dignidade. Em relação às expectativas em relação à Copa de 2014, afirma que:

o que eu pensei não, o que todo mundo pensou. Mas o Ernani tinha avisado pra nós: *\_Gente, vamos pra luta, que eles vão querer tirar nós daqui. Eu sonhei com essa Copa, rezando pra Copa vim. Nossa, isso aqui, vai ajudar nós, nós vão tirar o pé do atoleiro, nós vão até conseguir comprar casa. Todo mundo sonhando! Depois foi um balde de água fria, água gelada, foi um saco de gelo que jogou na cabeça de todo mundo (sic) (Penha, 2017).*

Os resultados da Copa, para os antigos barraqueiros, foram *“uma negação pra nós, que na época que nós pensava que nós vão ganhar muito dinheiro, eles mandaram um saco de gelo na nossa cabeça. Pronto, nós não ganhamos nada”*. Considera que suas expectativas foram frustradas, o evento serviu como fator de exclusão.

Como forma de mostrar sua resistência, a entrevistada disponibilizou imagens das manifestações realizadas pela ABAEM, em 2014, quando ocuparam prédios públicos, após a realização da Copa, e em 2015, como uma atitude de resistência, para dar visibilidade ao grupo e à sua causa.

Como enfrenta problemas de logística para se deslocar ao trabalho, a entrevistada guarda seus itens na sala da sede da ABAEM, no Mineirinho. Ela acredita que a solução para o retorno dos trabalhadores, seria *“eles [os governos] tinha que se juntar todos e resolver o nosso problema”*, apontando ainda a questão administrativa das cidades, como cerne da resolução dos impactos dos megaeventos aos grupos locais, de menor poder econômico. Acrescenta, como alternativa, que: *“saísse mesmo a alternativa que não seja na esplanada, fora da esplanada, que nós montasse barraca, que nós já estamos morrendo. Que se a gente trabalhar aqui vai ajudar eu e mais dois ou três, fora o mercado pequeno que a gente compra, movimentação”*. Por fim, dá indícios da distribuição de renda que era realizada, a partir do comércio informal praticado no entorno do Mineirão.

#### **17. Entrevista realizada com o casal, Sra. Suely Geralda de Lima Pinto e Sr. Francisco de Sales Pinto (mais conhecido como Sr. Sales)**

A entrevistada possui 65 anos de idade e seu esposo 78 anos. Afirmam ter trabalhado por 20 anos no entorno do Mineirão. As entrevistas foram realizadas no dia 29 de novembro de 2017, em sua própria casa no bairro Filadélfia, em Belo Horizonte.

#### **História**

Sales começou a desenvolver a atividade de barraqueiro após se aposentar da Fiat, em 1990, onde trabalhou por 17 anos. Já Suely não é aposentada, nem tem previsão de se aposentar. Estudou o que poderia fazer após se aposentar, para complementar sua renda. Após trabalhar em outras funções e tendo vislumbrado a demanda por uma barraca de alimentação para atender, aos domingos, os minis bugs do local, montou sua barraca. Trabalhou na Feira de Veículos, no Mineirão e no estádio Independência. Afirma que, quando chegaram ao local, já havia pessoas mais antigas trabalhando ali. Gente fazendo churrasquinho no tijolo.

Sales se recordou perfeitamente da criação da ABAEM, afirmando ter feito parte. Ajudou a Associação, até mesmo financeiramente, quando era preciso. Suely não se lembra da fundação da Associação. Ambos afirmam fazer parte dela, mas ressaltam que não participam mais das reuniões, em função da rotina médica para tratamentos feitos pelo esposo. Sentem-se representados e informados pela Associação,

acrescentando que *“toda vez que tem reunião o Ernani manda mensagem pra mim, mas infelizmente, eu fico sabendo que tem a reunião, mas eu não to podendo tá presente”*.

A entrevistada afirmou desconhecer o processo de escolha do nome, mas disse que o mesmo os *“identifica, é forte, tem que ser forte”*, reafirmando a opinião de que a Associação é um *“ponto de apoio”* e que sempre podem recorrer ao Ernani. Como não a frequentam há muito tempo, desconhecem as mudanças pelas quais passou o grupo, inclusive, a mudança da composição da diretoria, permanecendo, essa imagem permanente da liderança do grupo.

Em relação às expectativas com a vinda da Copa para o Brasil, a esposa afirma ter pensado positivo, inclusive comentando: *“\_como é que vamos conversar com os gringos? Mas não deu nada”*. Quando perguntados se o entorno do estádio poderia ser considerado um território dos barraqueiros, afirmam que *“na verdade foi”*, mas que após ter sido decretada a retirada dos barraqueiros, que depois *“a gente não tinha direito a nada mais”*, uma vez que o local não seria mais gerido pelo Estado. Acreditou que, após a reforma, os barraqueiros jamais retornariam ao local.

Após a retirada, trabalharam só mais uma vez na orla da Pampulha, no Réveillon, mas que não deu para continuar porque o esposo já estava adoentado. O que se juntou à insatisfação em trabalhar sem autorização da Prefeitura, correndo risco de terem que desmontar a barraca ou ainda de terem apreendidas as mercadorias. *“Isso aconteceu muito lá no Mineirão. Eles falaram a partir da semana que vem ninguém monta barraca aqui mais. Eu não fui, porque eu já sabia que não ia dar certo. Não sei se alguém chegou a ir”*.

Ambos ficaram insatisfeitos com a retirada repentina do Mineirão. Ela, retornando somente uma vez, depois de muito tempo, a esse território, relata suas impressões:

o Mineirão novo, eu fui lá uma vez só que a minha filha me levou, porque ela leva os filhos dela pra andar de patins [novos usos do território], um domingo já tem bem tempo. Aquilo ali virou puro cimento, não tem um lugar mais legal como era antigamente. Tiraram as árvores, pelo menos onde eu trabalhava tinha uma árvore grandona que foi até que nós plantamos. Ficou grossona. Sem trabalhar a gente saía e ia lá jogar água nela. Tiraram tudo né, pelo menos essa do nosso lado lá, que era linda, ela não existe lá mais, ficou só o cimento. Que coisa horrível que aquele trem ali ficou. Pode ter ficado bom para os torcedores, mas muitos torcedores reclamam né, reclama do tropeiro, de tudo. Eu já vi muito eles mostrando na televisão. Falam: \_olha aqui

o tropeiro de dentro do Mineirão, não é o tropeiro de fora, porque é o tropeiro ruim né. Mas fazer o quê? [grifo nosso] (sic) (Suely, 2017).

Ele complementa afirmando que ficou “*sabendo que o tropeiro que tem lá vem de São Paulo congelado*<sup>67</sup>, e lá eles prepara ele, já vem pronto nos marmitexzinho”.

Analisamos, porém, que esse casal de barraqueiros em questão não preparava o famoso tropeiro do Mineirão em sua barraca, somente trabalhavam com “*sanduíche de pernil, cachorro quente, porções, churrasco [...] e as bebidas alcoólicas*”, somente enquanto a venda era autorizada pela administração do estádio.

A entrevistada considera a “*Associação um pouco meia fraca*”, devido à desorganização observada por ela nas falas dos participantes, em algumas reuniões em que estava presente, naquela época. Acrescenta que o “*governo não quer saber de barraqueiro não, como diz aquele cara [descontraidamente usando a frase de um humorista da TV], barraqueiro morreu!*” Ela cita ainda a situação dos “*camelô no Centro da cidade, aquelas polícia e Guarda Municipal*”, que parece ser uma guerra, com o uso da força e de bombas. Todos precisam trabalhar, mas o governo não procura entender e buscar alternativas que sejam mais amistosas ao povo.

A situação foi terrível, o dia que eles tiraram a gente de lá, eu senti por mim e por todos ao redor do Mineirão. Eu, pra mim, se indenizasse os barraqueiros seria melhor, os que tão trabalhando, os que não têm condição de trabalhar e tem muitos que até já morreram. A indenização seria a solução (sic) (Suely, 2017).

O entrevistado afirmou que, na época, também foi a favor da indenização, após terem recebido orientação, em reunião da ABAEM, de uma das defensoras envolvidas com o caso. Ela afirmou que o mesmo processo de retirada havia ocorrido na África e em outros países, e que aqui não seria diferente, pois os órgãos não teriam força para enfrentar os grandes empresários envolvidos no megaevento Copa do Mundo. Dessa maneira, seria mais prudente optar por receberem uma indenização. Entretanto, a maioria dos barraqueiros optou por continuar querendo um lugar para trabalhar, próximo ao Mineirão.

---

<sup>67</sup> O que não condiz com a realidade, e pôde ser constatado por meio do relato após visita técnica realizada no local, incluindo acompanhamento do preparo do tropeiro em dia de jogo. Parte integrante de capítulo anterior dessa tese.

A entrevistada disse que, hoje, o Mineirão não representa mais nada para ela. *“Na realidade foi só mesmo no momento que a gente ficou lá né. Ali era um lugar que você tirava o, digamos o sustento, né”*, tinham uma boa relação e convivência com os demais barraqueiros, e, eventualmente, algumas desavenças com outros colegas. Sua barraca tinha uma ótima renda. Ela conta que fazia promoção para o Policial Militar que estava trabalhando, baixando o custo do sanduíche e dando a bebida. Afirma já ter vendido em torno de 200 (duzentos) sanduíches em um dia, chegando a faturar cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que na época era um bom dinheiro, em um só jogo.

Como a retirada do Mineirão não foi avisada com antecedência, as poucas economias que possuíam foram utilizadas para quitar as dívidas com cheques, utilizados para a manutenção da barraca. Às vezes, nem viam o dinheiro, mas era uma atividade que a esposa *“amava e que se fosse pra voltar, voltaria”* a desempenhar. Mas, o esposo não tem mais condições físicas *“de mais nada”* e a esposa não pode deixar de cuidar do marido para voltar a trabalhar. Atualmente, não trabalham mais com barraca, por esses motivos de saúde. O Sr. Sales acrescentou que os *“barraqueiros merecia [m] mais valores e mais confiança”*, porque sabe das dificuldades que enfrentam para arrumar a alimentação que será servida na barraca, pois já fez isso. Ressalta ainda que mereciam o apoio de um órgão do governo, mas que *“nunca deu e nem vai dar, principalmente para trabalhar na área do Mineirão e na Pampulha, porque a vizinhança dali também não gosta”*, pois tem barraqueiro que suja e não cata o seu lixo. Ela finaliza dizendo que *“hoje eu não acredito em mais nada que tenha, nem um lugar para os barraqueiros trabalhar lá no Mineirão e nem a indenização, porque agora já passou muito tempo”*, lembrando que já se passaram oito anos.

#### **18. Entrevista realizada com o casal, Maria Goretti Araújo Pereira (mais conhecida somente como Goretti) e Emerson de Castro Pereira**

A entrevistada possui 57 anos de idade e, seu esposo, 59 anos, afirmam ter trabalhado por 23 anos no entorno do Mineirão. As entrevistas foram realizadas no dia 29 de novembro de 2017, em sua própria casa, no bairro Laguna, em Belo Horizonte.

Quando estiveram em uma exposição de carros antigos, no Mineirão, ainda sem interesse em trabalhar no local, já possuíam uma carretinha de cachorro quente. Não tinham licença para trabalhar, estavam começando. Já tinham participado do

Carnaval na Praça Santa Tereza, por indicação de um amigo. Em seguida, procuraram algumas pessoas, com o objetivo de conseguir um ponto na Feira de Veículos que seria inaugurada no Mineirão. Antes, a Feira era realizada na Av. Catalão. Assim, conseguiram a licença e começaram a trabalhar. Em seguida, conseguiram um ponto no entorno do Mineirão, através da Prefeitura e, posteriormente, pela ADEMG. Faziam pagamento do DAE, na época em que poderiam ter somente um ponto comercial.

“Ainda que jogo fosse fraco [com cinco mil pessoas] eu ia, antes pingar do que secar. Tem gente que só ia em jogo bom. Do nosso lado tinha umas oito a dez barraquinhas, em jogo bom não tinha uma barraca que faltava. Dentro de casa cê não vai ganhar nada, vai é gastar” (sic) (Goretti, 2017).

Afirmam ter vendido, em sua barraca, “*tropeiro, churrasco, pão com carne, porções com jiló e bebidas (refrigerante, suco e água)*. O tropeiro era muito famoso na nossa barraca, sempre foi”. Trabalhavam, no stand, o casal, dois filhos, as noras e mais um chapista, em um total de sete pessoas.

Os barraqueiros ocuparam aquele território, e “*quando a gente perdeu, que fechou e tudo, muita gente passou aperto né*”. O ponto em que trabalhavam ficava próximo ao portão 05, ao lado do Cruzeiro.

Relatam que sempre trabalharam nesse local, pôr o considerarem mais prático, próximo à barraca da Feira de Veículos e ao Mineirão. Lembram que quando o jogo era realizado às 21h, chegavam, ao espaço, por volta das 14h. Precisando apenas montar a estrutura, para iniciar as vendas. Sobre a renda obtida no local acrescentam que:

Jogo do Vila [time mineiro Vila Nova] e do Cruzeiro às 15h da tarde, não tinha nada de refrigerante, água mineral e cerveja. Fomos no Carrefour, buscamos e vendemos igual água. Comprei minha casa com o dinheiro do Mineirão, dei pra minha cunhada uma entrada e parcelei o restante em dez anos. Era bom, aquele Mineirão me deu muita saudade (sic) (Goretti, 2017).

Quando perguntados se reconhecem o entorno do Mineirão como um território dos barraqueiros, ambos concordam que sim. Justificando sua opinião pelos vários anos de trabalho e de permanência no lugar. Vendiam “*churrasquinho na lata de*

*óleo, fiscal vinha e eles entravam correndo com a lata quente, milho na rua, porque vendia. O pessoal queria trabalhar. Cê ia pra lá porque o pessoal queria comer”.*

Após a saída, buscaram alternativas de sobrevivência, conforme relatam a seguir:

Depois que o Mineirão fechou eu fiquei muito preocupada como é que eu e ele ia sobreviver [ficou parada por um mês] e não tinha trabalho, aí meu vizinho falou assim: \_Vai pra Toshiba, experimenta lá botar o seu sanduiche, cê vai arrumar um trocado lá. Daí eu fiquei cinco anos na Toshiba [Feira de Carros em Contagem], ia pra lá 04h da manhã, só domingo. Comecei a vender 50 pães e depois passei a vender 250 pães todo domingo. Aí eu ia vender meu carro pra poder comprar um trailer lá dentro, me sugeriram não vender e tentar um ponto fora. Aí eu fiquei insistindo, não é igual ao Mineirão, mas o povo aqui gasta. Montamos a lanchonete aqui na minha casa, vendi meu carro pra dar a entrada e montar aqui. Fechava aqui meia noite e 04h da manhã eu pulava pra ir pra Toshiba, pra poder ajudar a pagar o pessoal pra trabalhar aqui na loja. Depois venderam aptos [da Construtora MRV, ao lado da Toshiba] os morador fizeram abaixo assinado pra Feira não continuar, pra não virar bagunça. Aí o fiscal começou a bater lá, aí a gente parou de trabalhar lá na Toshiba. (sic) (Goretti e Emerson, 2017).

O casal afirmou ter trabalhado na Feira da Toshiba (em Contagem) após ter saído do Mineirão, obtendo boas vendas no local. Atualmente, a Feira já encerrou suas atividades, devido a diversos transtornos causados à vizinhança. Afirmam que não conseguiam pensar em ficar parados, dependendo dos filhos. Após a remoção, não retornaram mais ao Mineirão.

O casal foi um dos poucos que chegou a participar do edital da nova Feira. Trabalharam no local por algum tempo, conforme relato a seguir.

Depois que o Mineirão fechou, a licitação eu trabalhei nove meses pagando R\$ 1.000,00 (mil reais) no primeiro mês pra receber a licença [antiga que participou do edital da licitação]. Aí depois eles não cobraram mais de ninguém, mas eu tenho que ir lá, eles mandaram a carta, mas eu dei baixa e não adiantou nada. Eu não trabalhei mais e lá não vale a pena. (sic) (Goretti, 2017).

Emerson também explicou a lógica de funcionamento do comércio informal no Mineirão, da seguinte forma:



“O Mineirão é o seguinte, o povo gasta quando você tá perto, colado no Mineirão, há uns dez metros. Se você tiver longe, 50 metros, já não vende nada. O cara não sai dali. Tem barraca de 3 mil, 4 mil, 2 mil [valor de lance dado em licitação feita pela Prefeitura, em edital de 2015]. Aí a pessoa tá pagando pra trabalhar, tem que pagar a taxa por mês, mas a despesa com funcionário é todo dia, [sem contar o rigor da fiscalização com o acondicionamento dos produtos], era muita pressão. A gente até fica doente, como uma colega nossa a esposa do Careca, fiscalização porque não podia vender cerveja e droga, ela comprou fiado pra pagar os fiscais chegou e apreendeu tudo. Ela deu aneurisma na cabeça dela, internou, voltou de novo, até que Deus levou ela, acabou morrendo (sic) (Emerson, 2017).

O relato anterior elucidava as desvantagens em participar da nova Feira, através de edital de licitação, já que os ganhos costumam ser inferiores aos lances dados na licitação, além da fiscalização rigorosa, por parte da Vigilância Sanitária. Diferentemente dos trabalhos realizados no entorno do Mineirão, onde as taxas de impostos, pagas ao governo do Estado, eram simbólicas e cobradas por jogo trabalhado.

Em relação à fundação da ABAEM, Emerson se orgulha ao afirmar que fez parte da sua fundação e que participou das atividades desde o início, tendo contribuído também com a elaboração do nome. A maioria dos entrevistados destaca a importância da Associação. No entanto, disponibilizam poucos recursos para estruturá-la e mantê-la. Na sequência, através da fala da Goretti, é possível perceber as pressões enfrentadas pelo grupo, antes mesmo da Copa de 2014.

Levei minha advogada Dra Sônia lá, falava que eles iam nos tirar, muitos quer caminhar, mas não quer pagar. Não pagava ele e a Associação aquela taxazinha. Levei ela pra gente poder juntar e pagar pra ela por mês, pra gente poder ficar trabalhando. Tinha mais de 40 pessoas, só dez concordou. Os outros disseram que não ia fechar nada e que não precisava. Se tivesse feito vaquinha e pagado ela, eu garanto a você que a gente tava trabalhando lá. Graças a Deus que hoje nós já passamos uma batalha muito difícil, Deus deu a benção pra nós, mas tem muita gente que passa necessidade, passa até fome. Mas ninguém escutou, eles estão olhando fora [em outros países, onde ocorreu a Copa] pra copiar, vai fechar (sic) (Goretti, 2017).

O casal fez a seguinte afirmação, em relação à ABAEM: *“é uma Associação que deu muita chance pra gente trabalhar e brigar por nós, mas que muitos barraqueiros não deu valor a ele [Ernani, o líder], conta nos dedos os que deu valor. E ele não ganha nada com isso. E ainda tem gente que fala mal dele ainda”*.

Ambos não acreditavam que o evento traria vantagens aos barraqueiros. Para eles, o objetivo da maioria dos barraqueiros seria *“no dia seguinte [ao evento], trabalhar lá fora. Chega e tá tudo cheio de cavalete lá e cheio de fiscal, só isso, acabou. E agora? Agora como? Recorrer a quem? Acabou!”*.

Emerson observa o Mineirão foi fechado em poucos dias, e que não puderam trabalhar mais no local. Ressalta, ainda, as características do contrato com a ADEMG: **contrato da ADEMG era um contrato precário e provisório, com validade para 90 dias** [nesse, estava previsto o cancelamento a qualquer momento, tendo validade de apenas 30 dias]. Afirma que ele se configura como um contrato de trabalho temporário, , com validade somente pelos 90 dias. Assim, conclui que *“estamos trabalhando aqui oh, sem garantia de nada, acabou, acabou. Estamos aí, ninguém recorreu, se recorreu não ganhou. Os jogos e a Feira você pagava adiantado, se chovia ia embora pra casa, pagava”*, sem fazer uso, para o governo.

Como resultado, afirmam que não receberam nada, após 23 anos de trabalho, em dias de sol e de chuva. Perderam também o convívio com o território, e o convívio com as pessoas que frequentavam ali, pois *“muitas pessoas ia lá pra comer, não ia pra jogo, conversar com a turma, bebendo e ia embora pra casa”*.

A esposa gostaria de voltar a trabalhar próximo ao Mineirão, pois acreditam que um local distante não valeria a pena. Como solução, apontam primeiramente a indenização. Caso não seja possível, gostariam de um local para dar continuidade aos trabalhos.

Atualmente, trabalham na Igreja de São Judas Tadeu, todo dia 28, não sendo necessário pagamento pelo uso do espaço. Possuem uma lanchonete na parte debaixo da sua casa.. Fazem entrega de sanduíches e participam de alguns eventos. A entrevistada acrescenta que é importante dar oportunidade para as pessoas trabalharem, uma vez que não há “emprego fichado” [formal] para todos, e lembrando que as pessoas precisam pagar suas contas e manter a família. Afirma não ser fácil a vida para os mais humildes, e que alguém *“precisa olhar mais pra gente, classe guerreira, mais sofrida. Ninguém nunca fez nada pela gente. Barraqueiro é ser humano igual a qualquer outro. Revolta, porque era o ganha pão, puseram a gente pra fora e fecharam a porta. Apesar de, atualmente, apresentar uma condição financeira equilibrada, apresentou essa fala emocionada, em apoio aos antigos barraqueiros, que continuam na luta.*

## 19. Entrevista realizada com Maria Margarida

A entrevistada tem 68 anos, afirma ter trabalhado 15 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 05 de dezembro de 2017, em sua casa, no bairro 1º de Maio, Belo Horizonte.

### História

A entrevistada chegou a trabalhar no entorno do Mineirão, por convite das barraqueiras Diva e Regina. A mesma esteve no local uma primeira vez e, depois, viu a possibilidade de trabalhar no local, permanecendo até a retirada, em 2010. Observamos que essa barraqueira apresenta vulnerabilidade social, paga aluguel, e, nessa época, estava afastada do trabalho, por motivos de saúde. Tinha filhos e netos, que ainda moravam com ela. Afirma que a renda que conseguia no local *“faz muita falta, ter hoje faz falta”*.

Inicia contando que, antigamente, cada um tinha seu ponto. Sua barraca ficava no nº 24. Nesse local, vendia *“cachorro-quente, sanduíche e churrasco”*, inicialmente, não comercializava cerveja, por causa de sua religião. Após conversar com o pastor da sua igreja, esse, sabiamente, respondeu que ela poderia comercializar cerveja, por tratar-se do seu trabalho. Então, começou a vender, sempre pensando em ganhar mais, como também em atender bem ao seu cliente. A cerveja passou a ser o item mais vendido.

Iniciou suas atividades utilizando-se de utensílios emprestados e, aos poucos, adquiriu suas coisas. Contou-nos como iniciou a venda do tropeiro, no Mineirão.

Aí eu fui, corri e comprei fogão industrial, comprei panela, comprei tudo e levei. Cozinhei 3 kg de feijão em casa, o arroz pré-cozido e levei tudo para o Mineirão. Foi só enquanto que o meu marido e meus filhos estava montando a barraca, eu tava vendendo porque ele não tinha lá fora [o tropeiro]. Lá fora tinha a mesma coisa desde quando abriu o Mineirão, aí eu levei e eu vendi antes de começar o jogo. Meu menino correu ligou para a esposa dele e pediu para cozinhar feijão. Foi no Carrefour [supermercado] comprou arroz, os negócios e fiz tudo lá na hora, tudo quentinho aí, meu nome lá eles me chamava de Tia Nana, minha barraca ficava lotado, vinha gente lá de dentro comprar tropeiro. E aí fui indo, era freguês demais, vendi tudo, com tropeiro e a bebida [por volta de dois mil reais] (sic) (Margarida, 2017).

Percebe-se que a barraqueira buscou diversificar o produto, por isso, passou a vender maior quantidade, indo trabalhar em todos os dias de jogos, no local. Mesmo tendo que pagar o carreto e os ajudantes, obteve um bom lucro. Geralmente, os trabalhos no Mineirão geravam retorno financeiro. Era uma fonte de renda para a família. Ela, mesmo afastada pelo INSS, por motivo de doença, precisava trabalhar para complementar sua renda. Observamos que, a respeito de quem produziu o tropeiro, pela primeira vez, para ser vendido no entorno do Mineirão, existe uma eterna disputa entre os atores.

Lá fora quem pôs o tropeiro primeiro, fui eu que pus lá fora, lá fora foi eu, aí depois que eles vieram. Quando eu fiz ninguém tinha, aí alastrou pro redor do Mineirão todinho [os demais barraqueiros começaram a fazer também]. Deu certo para mim, mas eu não importei não, sabe por quê? As pessoas elas, o que vale é o tempero, cada um é diferente. Trabalhar e trabalhar de um modo, o asseio, a convivência com o cliente, isso tudo você tem que fazer. Uniforme, tem que ter o chalé branquinho, tudo arrumadinho e atender o cliente bem. Eu não tenho tanto que o preço, qual que você pode fazer o preço da cerveja para mim? Da quentinha é X? [negociava o preço, dava desconto aos clientes]. (sic) (Margarida, 2017).

Afirma não conhecer a pessoa responsável pelo tropeiro, servido dentro do Mineirão, atualmente. Em relação às regras de convívio do local, a entrevistada afirma que não houve problema para chegar e montar a barraca, pois, quando chegou ao local, já tinha autorização da Administração para trabalhar, sem disputa por espaço.

Ao ser perguntada se conhece o prato que é vendido dentro do Estádio, responde que *“não cheguei nem de ir lá na porta, porque aquilo ali me trouxe muita revolta, muita tristeza. Muito pai de família morreu, muita gente morreu de desgosto, muitos barraqueiros”*, em um complexo conjunto de sentimentos a respeito, que não a permite realizar uma avaliação imparcial. Apesar de não conhecer o tropeiro que é servido dentro do Estádio, afirma que é um tropeiro congelado<sup>68</sup>, o de dentro do Mineirão. Completando que: *“não existe isso não. Ovo congelado, não existe isso, o tempo que eu tenho de cozinha, não existe isso, nunca vi na minha vida”*.

---

<sup>68</sup> Afirmação desmentida por entrevistas e visitas técnicas, realizadas pela pesquisadora, para conhecer o tropeiro que é vendido dentro do Estádio.

Lembra-se do papel atuante do Ernani na liderança da ABAEM, ao conduzir os trabalhos que fossem necessários, viabilizando o diálogo entre os barraqueiros e o governo.

Em relação ao valor simbólico do Mineirão, ela afirma reconhecer o valor do Estádio em sua vida, e diz que “*muito, mas muito, para mim me ajudou muito, tive muito apoio. Em todos os sentidos sabe, até conviver com as pessoas, às vezes eu tava apertada e conversava com Ernani, ABAEM me dava um apoio, me ajudava em todos os sentidos*”. Além da questão financeira, as lembranças estão relacionadas ao vínculo com as pessoas.

Tinha expectativa de trabalhar durante Copa, por ter participado dos cursos indicados, mas, ao final, não tinham autorização para trabalhar, nem puderam retornar ao Estádio.

Sabia que não ia prejudicar a gente em nada, de repente nada foi feito. Tempo perdido, que nós tomamos chá de cadeira, prejuízo um atrás do outro, porque eu inclusive ainda tô pagando empréstimo até hoje. [Resultado] Nada, só dívida, muita gente morreu de desgosto, muita gente ficou com depressão. [O que representou essa remoção, depois que proibiu o trabalho no Mineirão] Não, não fui por causa que não podia. Não porque se por a mão em coisa minha eu ia tomar prejuízo, fiscal tava dando de cima, tomava tudo. Eles punha fiscal e até a polícia, eles dava de cima, não pôde vender nada, aquele que foi tomou prejuízo, eu falei, não vou mais entrar mais em dívida, por que eu tô pagando até hoje empréstimo, eu fiz do INSS [é aposentada]. Tô pagando ainda tô recebendo uma mixaria, para ajudar a pagar as dívida que ficou na barraca [trabalhou até o último jogo] (sic) (Margarida, 2017).

Atualmente, a entrevistada não trabalha como barraqueira, vive da sua aposentadoria e ainda paga aluguel. Relembra que:

Foi um tempo muito bom, tempo que a gente podia num domingo, num Natal, a gente podia fazer uma ceia. A gente num domingo que não tinha jogo a gente tinha condição de convidar um amigo pra almoçar, tinha muita coisa, tinha muita fartura. Depois disso acabou tudo! Não teve mais nada, depois dessa Copa só teve problema e tá até hoje com essa bagunça aí oh, que a gente não tem condições mais para nada. Eu pelo menos não tem, eu recebo do INSS, me aposentei, fui chef de cozinha muitos anos e me aposentei por invalidez. Então ficou muitas dívidas para gente pagar, cartão de crédito, nome sujo. E eles sempre falava que ia arrumar um lugar para gente trabalhar e não arrumou. Depois que coisa [retirada] a gente ia, porque nós tinha reunião direto no Mineirinho, a gente passava a gente sentia aquela

coisa, aquele abafamento, porque dali que a gente vivia (sic) (Margarida, 2017).

Caso exista possibilidade de retorno - por não ter continuado em nenhuma atividade laboral e por depender de carreto - afirma não ter certeza se gostaria de voltar. Acredita que as chances são mínimas, e mantém pouca esperança a respeito. Apesar disso, faz questão de nos mostrar todos os utensílios da época, e a estrutura que a permite voltar a qualquer momento, afirmando que *“depois que eu sai do Mineirão não, meus trem tá tudo aí guardado, a barraca dei para os outros. Tenho as minhas vasilhas, meu fogão, caixa, tenho muita coisa, tá tudo guardado na casa do meu menino”*.

## **20. Entrevista realizada com João Jorge Assad**

O entrevistado tem 67 anos, afirma ter trabalhado 35 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, na casa de seu irmão, Jorge José Assad, no bairro Lagoinha, próximo ao Conjunto IAPI, em Belo Horizonte.

Sr. João iniciou suas atividades no Mineirão junto de seu irmão, *“chegava e colocava a barraca do nada”*, já que não havia fiscalização na época. Após algum tempo passou a ter a sua própria barraca. Ali, comercializava espetinhos, cerveja, refrigerante, água e, anteriormente, algumas bebidas em garrafa. Nunca trabalhou com tropeiro. Ele foi um dos barraqueiros que trabalhava tanto na Feira de Veículos, aos domingos, quanto no entorno do Mineirão nos dias de jogos, totalizando, em média, três dias de trabalho por semana. Afirmou que *“o ganho era bom”*, pois era certo, tinha uma frequência. Acrescentou que, cerca de 80% dos barraqueiros que trabalhavam na Feira de Veículos, também trabalhavam com barraca no entorno do Mineirão. Procurava sempre trabalhar com produtos bons, para agradar aos seus fregueses.

Acompanhou quando, depois de determinado tempo, a Prefeitura passou tomar conta do local, sendo necessário fazer o pagamento de uma taxa anual para trabalhar. Em seguida, a ADEMG assume, e passa a emitir os DAE's.

Quando perguntado se ali seria um território dos barraqueiros, responde que sim, *“pelos anos e muita gente que trabalhou ali, sim. Porque como se diz a hora que inaugurou o Mineirão já tinha colocado uma barraquinha ali e começou a trabalhar,*

*trazendo a família dele*". Trabalhavam um total de quatro pessoas em sua barraca, sendo três contratadas e pagas pra trabalhar por eventos, todos de *"guarda-pó e boné"*.

## **ABAEM**

Em relação ao vínculo com a Associação, afirma que não acompanhou muito, sendo apenas um sócio de longe. *"Não fazia muita fé na Associação na Associação dele"* (referindo-se à atuação da liderança). Complementando sua opinião, disse não concordar com o fato de que algumas pessoas, que não faziam parte do grupo dos antigos barraqueiros, participarem das reuniões: *"eu sou desconfiado, filho de turco. A gente luta no grupo com o Ernani, mas começou a ir muitas pessoas que não era barraqueiro, era camelô, caixeiro, e os cara nem sabia o que era a reunião"*, questionando e abordando outras demandas que não faziam sentido e que não estavam em pauta. Além de questionar se esses outros estariam *"aproveitando a oportunidade para poder encaixar, pois 90 barracas era muito, apareciam outros que era amigo do Presidente"* (da Associação).

Figura 36 – Antigo barraqueiro do Mineirão, João Assad.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Quando menciona a possibilidade de retorno às atividades no Mineirão, afirma que *"seria bom, escolher uns jogos bons para trabalhar e eventos, pra não ficar*

*dentro de casa*”. Em relação às expectativas para a Copa de 2014, relata que “*depois que todo mundo fez aquele curso pra participar do evento da Copa e não conseguiu nada, aí muita gente desanimou e desistiu*”. Nunca acreditou que iriam participar, por saber que as multinacionais entrariam e, assim, não deixariam que nada fugisse ao seu controle. Temos, como resultado, que “*saímos e até hoje não voltou*”, falando apenas sobre a indenização.

### **Alternativas de trabalho após a retirada**

Depois que foi retirado do Mineirão, teve que se adaptar “*a outras coisas pra fazer*”. Como alternativa, começou a viajar para trabalhar em eventos e em festas numa distância de até 250 km de Belo Horizonte, também com barraca. Procurou também trabalhar em outras feiras, conforme narra a seguir:

às vezes ia nesses eventos [fora de Belo Horizonte] e pagava pra trabalhar, só não pagava carreto porque tenho uma caminhonete velha que dava pra ir e voltar, ficar por aqui tava compensando mais. Consegui uma vaga na feira conhecida como Tom Jobim na Av. Carandaí [região Centro-Sul da cidade]. Consegui trabalho na Praça da Assembleia com licitação pagando caro, que não ta dando nem pra pagar a despesa da Prefeitura, lance par pagar R\$ 1.057,00 [um mil e cinquenta e sete reais] por mês, vendendo só bebidas. Uma 4ª e a outra sábado, trabalhando pra ver se leva a vida, mas tá difícil. Na da Assembleia pago R\$ 3.000,00 [três mil reais] e um quebradinho por ano, porque não tinha ninguém pra participar, deu pra dar lance menor, outro barraqueiro avisou para não “encher a mão”, que não tinha ninguém (sic) (João, 2017).

Para o entrevistado, os barraqueiros não se conformaram com o processo de desterritorialização que sofreram, pelo contrário, houve “*muita revolta, teve gente que ficou doente, gente mais velha do que eu, com problema do coração, ataque cardíaco, o diabo a quatro*”. Segundo ele essa revolta se deu porque muitos dos que trabalhavam ali, o faziam para cuidar da família. Na maioria das vezes, era a única fonte de renda. “*Agora você vê, a minha renda caiu quase cinco mil conto!*”

A renda que obtinha era utilizada para pagar aluguel, ter uma boa alimentação e pagar despesas diversas dos quatro filhos. Atualmente, ainda paga aluguel, apesar de possuir uma casa própria na cidade de Esmeraldas, região metropolitana de Belo Horizonte, mas que inviabilizaria sua moradia no local em função da distância, por ter que ir e voltar todos os dias. Ainda não se aposentou, tem



verificado as possibilidades, junto ao INSS. Faltam documentos que comprovem o tempo de contribuição necessário.

### **Solução**

Vê como solução, para resolver o problema dos antigos barraqueiros do Mineirão, o recebimento de uma indenização. Afirma não ter ido mais ao estádio trabalhar depois que foram retirados do local, pois sabe que se a Prefeitura ou a Polícia o pegasse, iriam apreender tudo. Já teve sua mercadoria apreendida uma vez, quando trabalhava na Feira de Veículos. Conta:

eu tinha liberação para trabalhar do lado de fora na rua, depois de 12 anos trabalhando, a prefeitura enrolou para dar nova autorização, daí estava trabalhando, chegaram e recolheram a minha mercadoria toda. Olha o que a menina falou: \_O senhor vai pagar uma multa ou o senhor vai deixar a mercadoria? Qual você opta? [...] O fiscal ainda foi bacana, pois disse que não ia apreender a sua carne, barraca, chapa e nem botijão, desmonte e leve embora. Constrangimento forte porque a feira tava cheia de gente (sic) (João, 2017).

Apesar de indicar a indenização como uma possível solução, o mesmo disse não acreditar que acontecerá, por já ter passado muito tempo e muitos governos terem mudado. Complementa: *“Não ta pagando nem o funcionário público, vai pagar um merda desse, um barraqueiro, um camelô? Não vai. Tem gente que fala que barraqueiro é lixo”*. Para ele o barraqueiro é malvisto pelos responsáveis pela fiscalização.

Conclui sua entrevista contando sobre uma apreensão de cerveja que sofreu indevidamente - uma vez que não estava trabalhando - sem que os fiscais fizessem um documento de registro do material apreendido, para que pudesse reaver a mercadoria. Esteve no setor responsável da ADEMG várias vezes, e, por fim, como não obteve retorno, acabou desistindo quando falaram que a mercadoria já havia sido entregue ao proprietário. Denuncia também que as feiras das quais participa estão com vários problemas, sem que haja um devido apoio da Prefeitura.

## **21. Entrevista realizada com Adilson de Faria (mais conhecido como Beleza Beleza)**

O entrevistado tem 61 anos, afirma ter trabalhado durante 29 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM.

Em 1981, o entrevistado estava com dificuldade de obter renda, tinha emprego formal. No entanto aos finais de semana, começou a desenvolver a atividade de barraqueiro, para complementar seus ganhos. Iniciou vendendo churrasquinhos assados em uma churrasqueira improvisada, feita com uma lata de óleo grande de 20 litros.

Afirma ter vendido bem no primeiro dia. Dessa maneira, criou expectativas que o fizeram retornar. Conforme relato a seguir:

meu primeiro dia foi bom. Eu cheguei para vender, eu peguei o dinheiro emprestado, foi um Atlético e Flamengo, não me lembro a data direito, aí eu vendi bem. Eu punha o churrasco pra assar, o pessoal vinha, comprava e saiam. Bebida era cachaça, não tinha muito a moda de cerveja, não. Eu tinha dois copos desse lagoinha [200 ml], servia a pinga e lavava o copo numa vasilha com água (sic) (Beleza Beleza, 2017).

No segundo dia que resolveu trabalhar no Mineirão, jogaram América e Uberlândia, e já não obtive o mesmo ganho. Lembrou-se que sua ex-esposa se “assentou no meio fio e começou a chorar”, pois havia contraído mais uma dívida, na esperança de ter retorno com as vendas no Mineirão. Não sabia como iria pagar, além do dinheiro que havia pegado emprestado.

Apesar do insucesso, após algumas semanas, ainda um pouco tímido, segundo informa, começou a trabalhar no meio da Av. Abraão Caram [lateral do Estádio]. Por influência de um amigo, passou a trabalhar em frente ao posto de gasolina. Depois, foi trabalhar dentro do estacionamento do Estádio, em frente à bilheteria 3, permanecendo nesse local por vários anos, uns cinco anos ou mais.

Relata sua história de vida vinculada ao Mineirão, afirmando que:

Até 86, eu já tinha uma barraca, começou a adquirir uma renda em Belo Horizonte, aí desempreguei, foi a última vez que assinou a minha

carteira. Consegui nesse tempo me ambientar no trabalho, fazer meu churrasquinho direito. Já tava mais experiente, tinha uma noção melhor, já tinha feito uns curso básico, SESC na época. Já tinha uma noção do condicionamento da carne, já tinha comprado uma chapinha melhor, aí eu comecei a trabalhar tanto no Mineirão quanto na feira de veículos, que era no Cemitério da Paz. Jogos no máximo duas vezes por semana, nunca foi mais que isso. As vezes quando tinha Copa do Brasil e Libertadores é que tinha três jogos. A renda um valor fixo eu não tinha, mas era sustentável, no entanto em 1986 eu parei de trabalhar fichado [optou por ficar só como barraqueiro, tinha uma freguesia mais ou menos certa]. Não precisou mais, não foi mais necessário [carteira assinada] (sic) (Beleza Beleza, 2017).

O entrevistado considera o entorno do Mineirão, em relação ao território, “*era dos barraqueiros, sempre foi*”, uma vez que foram crescendo ali, acrescentando que tomaram conta do anel externo do Mineirão. Efetuava os pagamentos à ADEMG, para trabalhar. “*Ninguém trabalhava ali de graça, nós tínhamos o nosso credenciamento, tínhamos a nossa obrigação para com eles e eles para com nós*”. Relata, a seguir, como se organizaram, no território do entorno do Estádio.

Quando foi entrando, tinha espaço pra isso [qualquer um em qualquer lugar], depois da metade da década de 90, o Coronel [fazia parte da gestão do Estado] pediu o credenciamento de todo mundo. Já não chegava mais entrar aqui, a gente pagava. Aquelas pessoas que tentavam trabalhar já não conseguiu, porque só os credenciados que éramos nós. Número certo, credenciado com a ADEMG e não tinha como entrar outros barraqueiros (sic) (Beleza Beleza, 2017).

Em relação ao papel desempenhado pela ABAEM, o entrevistado disse que a Associação foi criada pelo Ernani e por mais uma pessoa, “*para nós ficarmos fortes*”, podendo, assim, negociar com a administração do Estádio (na época ADEMG), buscando organizar a atividade que desempenhavam e afins. Acrescenta que se sente representado e que a Associação veio para dar respaldo, para intervir a favor dos barraqueiros. Mas uma vez, através dos depoimentos dos entrevistados, constata-se a presença das relações de poder, na disputa pelo território.

Quando perguntado se, e em que medida, a Associação poderia contribuir para o retorno dos barraqueiros, considera essa não ser uma atividade fácil, “ *muito pela maioria das pessoas não dar a devida importância aos barraqueiros*”, mas, mesmo assim, acredita ser possível. Em relação ao motivo pelo qual a Associação possui esse

nome, responde - singelamente e objetivamente - que “*então, é porque nós éramos um grupo de barraqueiros né, aí ficou esse nome*”.

Descreve as apreensões relacionadas à realização da Copa de 2014, no Brasil, no depoimento a seguir.

Até o ultimo momento a gente não pensava que o Brasil ia ser sorteado pra Copa do Mundo. Eu, por exemplo, não imaginava que a Copa ia vir pra cá. Inclusive as pessoas que comandam o país no futebol, falam que o Brasil não tinha condições de fazer uma Copa. Depois foi sorteado e aí foi o caos. O tempo todo nós fomos enganados. [Nem antes pensou que ia ser bom]. Num treino que o Brasil fez, os fiscais chegou perto de mim, os fiscais fazem o trabalho deles, mas a gente adquire uma certa amizade, eles mandam e a gente respeita. Falei que a gente era da ABAEM e eles responderam que aqui a ABAEM não manda, nem Belo Horizonte não manda, aqui quem manda é a FIFA. Então vocês não podem [aspectos da cidade de exceção]. Em momento algum e num treino da seleção brasileira, muito antes, muito antes, foi em 2008 ou 2006, o Brasil ganhou de 3 a 1 da Argentina, três gol do Ronaldo Fenômeno. O treino, não era jogo, nós da associação ainda pagamos pra trabalhar, [ainda assim] a fiscalização entrou dentro do estacionamento e prendeu [mercadoria] (sic) (Beleza Beleza, 2017).

Assim, ele constata que o resultado da Copa no Brasil, para os antigos barraqueiros, foi “resultado péssimo, negativo”, completando com a seguinte afirmação:

Ficou uma decepção, desemprego, nós ficamos marginalizados, porque se você tem uma renda [se emocionou ao falar]. Aí a Copa veio, trabalhando à revelia [cidade espetáculo], correndo de Polícia e de fiscal, como se fosse bandido, não foi uma situação fácil, porque você tem uma renda, você tem um salário e de repente você perde tudo isso sem nenhuma contribuição, sem nenhum retorno, sem nada entendeu. Então pronto e acabou. Aí a gente ficou à revelia, sem ganho. [grifo nosso] (sic) (Beleza Beleza, 2017).

Afirmou, em tom de revolta, ter ouvido o ex-prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, dar entrevista, nos meios de comunicação, após mais de quatro anos após a retirada, afirmando que havia “*entregado, para os antigos barraqueiros, as barracas, a hora que eu ouvi* [referindo-se ao edital de 2015], *a hora que eu vi, mentira, a ABAEM não pegou nada*”, indagou, indignado.

A ABAEM não conseguiu nenhuma barraca. Antigamente, o significado do Estádio, para o entrevistado, era “*uma fonte de renda*”. Após a reforma, falou que:

o Estádio em si ficou diferente, pode ter ficado mais bonito no caso, mas virou um monumento de cimento e de pedra, não tem mais aquele frescor e aquela distração que você chegava no Mineirão no domingo e tinha uma árvore pra você entrar debaixo. Tinha o tropeiro que a gente servia, as pessoas gostavam de frequentar lá fora, porque a gente tinha tudo, tinha tropeiro, tinha churrasco, tinha bebida gelada. Hoje no Mineirão só gente que tem uma renda melhor, o povão não é mais do Mineirão. A gente trabalha precariamente. [grifo nosso] (sic) (Beleza Beleza, 2017).

Após a retirada, já teve que correr da Polícia, “*como se tivesse vendendo droga*”, vendendo bebidas, cerveja e refrigerante, nas proximidades do Estádio. “*Correndo de fiscal, de Guarda Municipal*”, parecem ter nos transformado em “*marginais do trabalho*”. Diz que gostaria de ser respeitado, uma vez que realiza um “*trabalho honesto*”. Efetua a compra da mercadoria, com nota fiscal, não está roubando. Acrescenta ser um dos barraqueiros mais antigos. Desde 1981, desempenhava suas atividades no entorno do Mineirão, mesmo assim, afirma não ter “*direito a nada*”.

O entrevistado continua indo trabalhando, apesar das proibições, por precisar se manter. Foi um dos barraqueiros que frequentou os cursos oferecidos, na véspera do evento. “*Então a gente continua na clandestinidade. Eu vendo tudo, churrasco, tropeiro, bebidas*”. Informa que trabalha em alguns eventos, nas cidades do entorno. Apesar das fiscalizações, afirma que trabalha, principalmente, em Belo Horizonte, além de atuar em algumas festas menores, particulares. Afirma que prefere um trabalho certo, entretanto, considera que se arrisca ao trabalhar nas proximidades do Mineirão, talvez por sua familiaridade com esse território.

Nos acréscimos da entrevista, disse que “*enquanto tiver um fio de esperança, estará presente junto da ABAEM*” e que, assim, qualquer solução seria bem-vinda, tanto a indenização, quanto a realocação em outro local de trabalho. Ao final, destaca: “*o que fica é uma chateação com o Poder Público, de ignorar a gente, sabe por que, eles ignoram a gente como se a gente não existisse*”.

## 22. Entrevista realizada com Maria da Silva Borges Soares (mais conhecida como Maria Borges)

Mais conhecida como Borges, a entrevistada tem 67 anos. Barraqueira recente, afirma ter trabalhado durante seis anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM.

Através de um convite da barraqueira Maria de Lourdes Soares Calixto, que, em troca, a ajudaria a trabalhar na Feira da Paz e no evento Betim Rural [ambos eventos realizados em Betim]. Foi-lhe passado o ponto de um barraqueiro que não frequentava mais o local. Informa que cinco pessoas trabalhavam em sua barraca. *“Tinha jogo que dava e tinha jogo que não dava”*, mas, afirma ser melhor trabalhar no local, que trabalhar em eventos, porque a renda era certa. Continuou até a data em que permitiram o trabalho, pois *“não gosta de trabalhar em tora, porque a fiscalização vem, prende e tira as coisas”*.

Em se tratando do território dos barraqueiros, a entrevistada afirma que o considera sim, porque muitas pessoas se mantiveram com o trabalho no Mineirão, pessoas que trabalharam durante muitos anos. Lembra que alguns inclusive faleceram. *“Tem gente que ainda está passando necessidade porque não tem um trabalho fixo pra trabalhar. Teve gente que tinha carro, vendeu carro pra se manter”*, dilapidando os poucos bens que possuíam, para sobreviver.

Afirma que *“já trabalhava com barraca antes’, no Parque de Exposições de Betim”*, cidade em que reside. Além disso, informa que viaja para participar de eventos em cidades do interior. A entrevistada é uma das mais recentes barraqueiras. Quando começou, a organização das barracas já estava estabelecida pela Associação. Afirma que pagava uma taxa para trabalhar, por jogo, à ADEMG: *“era uma taxa mínima de R\$ 15,00 (quinze reais) por jogo. Valia a pena porque era uma venda certa. Passavam o papel com o número da barraca e ontem que a gente ia trabalhar, aí tava liberado”*. Lembra que o ambulante que estivesse sem a autorização não podia trabalhar. Além do mais, sua mercadoria seria recolhida.

Independentemente do tempo de associação à ABAEM, ela afirma se considerar parte do movimento, fazendo o que está ao seu alcance, para participar efetivamente. Enxerga o Ernani, muitas vezes, como um líder solitário, pois falta quem

valorize e apoie seu trabalho. Acrescenta gostar de ter direito a dar opinião, e que busca participar de reuniões e passeatas.

Até dormir na Assembleia em barraquinha a gente já dormiu, uma luta. Era 150 pessoas, ia seis pessoas, a Selma, eu, Maria de Lourdes, a Penha, Maria das Tranças. Mesmo assim, entra Prefeito e sai Prefeito e não faz nada. Tem muito associado, mas ninguém quer saber de participar (sic) (Maria Borges, 2017).

A entrevistada participa da Associação dos Ambulantes em Betim. Informa que a Associação tem funcionamento distinto. Possuem um estatuto e pagam mensalidade à instituição. Relata que, caso não paguem a mensalidade e não participem das reuniões (três ausências consecutivas), ficam impossibilitados de participar dos eventos. Acredita que, às vezes, na ABAEM, há a sobrecarga de alguns, o que não considera justo. Sobre a frequência da participação dos barraqueiros, junto à Associação, afirma que:

Só vem mais gente na reunião quando há o interesse de conseguir o evento. Nos conseguimos a barraca, o Anastasia nos deu, conseguimos o ponto, o arquiteto veio mediu os locais da barraca. Aí entrou um Prefeito, Márcio Lacerda, aí e cortou tudo, aí minha filha, isso aqui era lotado de gente, tinha briga, era perigoso até um matar o outro querendo, foi tudo por sorteio. E mesmo assim o povo não dá valor. Quer que mastiga e põem na boca, eu acho errado. Eu falo com o Ernani, muito trabalho pra pouco reconhecimento. Não ganha nada. (sic) (Maria Borges, 2017).

Em relação à Copa de 2014, suas perspectivas eram positivas. Lembra que, após o início da reforma do Mineirão, os governos municipal e estadual, realizaram pesquisas e fizeram um cadastro dos barraqueiros.

“Fomos fazer visita no Mineirão, colocamos capacete, tudo bonitinho. Eles arrumaram pessoas pra capacitar a gente. Tanto que todo mundo é capacitado. Eu aprendi inglês, aprendi espanhol. Aí a Copa veio, cadê que a gente foi trabalhar. Tinha Polícia Federal, entendeu? Não foi ninguém trabalhar. É igual colocar um doce na boca de uma criança e depois tomar. Foi uma frustração”. (sic) (Maria Borges, 2017).

A respeito dos resultados da Copa de 2014 para os barraqueiros do Mineirão, afirma que “*não restou nada, nada*”. Efetivamente, “*não teve nada, nada, nada*”. Complementa sua argumentação, no depoimento a seguir:

O que restou pro barraqueiro foi sentar em frente a uma televisão e ficar vendo a Copa do Mundo, eu não faço isso não, ver Copa do Mundo que não me deu futuro nenhum. Olha pra você ver, eu saí da minha casa durante seis meses, 7 horas da manhã para mim vir aqui na Praça da Estação no prédio amarelo, para mim fazer. Foi bom que eu aprendi muito, eu sou uma microempreendedora. Agradeço primeiramente a Deus e agradeço ao Ernani que ele arrumou para a gente, sou uma microempreendedora através desse curso que eles fizeram pra gente. (sic) (Maria Borges, 2017).

A entrevistada aponta como solução, para a desterritorialização enfrentada pelos barraqueiros, uma possível indenização. Considera que nenhum outro lugar possa ser comparado à área do entorno do Mineirão, principalmente, em relação ao retorno financeiro que obtinham. Outro aspecto mencionado pela entrevista, faz alusão aos valores culturais envolvidos, “*o pessoal já está acostumado a comer um tropeirão do Mineirão, entendeu? Eles vinham de manhã, participava da Feira de Carro e depois vinha ficava nas barracas comendo, Feira em torno do Mineirão não resolve não*”. [referindo-se ao edital].

Ela ressalta que os políticos não oferecem o apoio necessário para resguardar os direitos dos barraqueiros, “*não dá o mínimo caso pra gente, é um verdadeiro descaso*”. Se sente representada pela ABAEM, e afirma ser seu papel lutar, junto dos demais e do Ernani, Maria de Lourdes, e demais colegas; procura participar efetivamente da Associação, na luta pela retomada de seus direitos.

À respeito do tropeiro, acrescenta que:

“o certo no tropeirão é feijão, farinha, torresmo, calabresa, bacon e couve. Aí você mistura tudo, esse era o de antigamente. Mas o tropeiro de hoje, o nosso tropeiro tem tropeiro, arroz, tem couve, tem torresmo, tem pernil, e eu ponho até batata no meu. Ponho o ovo frito por cima também, se não tiver o ovo eles falam que não é tropeiro” (sic) (Maria Borges, 2017).

Busca resgatar, em sua fala, sua prática relacionada ao preparo dessa comida típica tradicional mineira.



### **23. Entrevista realizada com o casal Morgana Rosimeire da Silva Ansaloni e Geraldo Magela Ansaloni**

A entrevistada possui 54 anos de idade. Seu esposo, Geraldo, tem 57 anos. Afirmam ter trabalhado durante 30 anos no entorno do Mineirão. As entrevistas foram realizadas no dia 18 de dezembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM, em um dia que haveria a reunião da Associação.

#### **História**

Estavam desempregados e iniciaram suas atividades no Mineirão, por recomendação de um amigo. Começaram a trabalhar em todos os jogos, em frente ao portão 12. Aos domingos, trabalhavam também na Feira de Veículos. Afirmam que, em sua primeira vez, como não tinham muita experiência, trabalharam “*com uma barraquinha miudinha, um pouquinho de carne e um pouquinho de bebida*”, não sendo muito vantajoso. Mas, como estavam desempregados, insistiram e continuaram indo. Quando a esposa viu que o movimento estava melhorando, propôs ao marido que montasse uma barraca só para ele, numa barraca do lado da dela. Comercializavam sanduíche de pernil, churrasco, porção e bebidas. Depois, começaram a vender tropeiro, porque estava sendo muito procurado. Na barraca, geralmente, trabalhavam três pessoas, sendo que uma ficava na chapa, outra no caixa, e um terceiro fazia a entrega das bebidas. Normalmente precisavam contratar pessoas para ajudar. Conforme ela relata:

de onde conseguimos, graças ao meu bom Deus tira nosso ganha-pão. Começamos a pagar nossas contas com os lucros da barraca. Aí foi melhorando, nossos filhos não precisavam de trabalha, daí começamos a pagar a Faculdade, eles só estudavam. Construímos nossa casa, investimos nela, daí foi só assim, pagando conta de luz e de água com esse dinheiro ali. Até que eles nos tiraram nosso ganha-pão e até hoje nós estamos tentando, porque nós precisamos do nosso trabalho, é dali que nós tirávamos nossa renda, nosso ganha pão, nosso alimento, pagava nossas contas. Tinha semanas que até três vezes, mais Feira de Veículos e os eventos, tais como Axé Brasil e Pop Rock (sic) (Morgana, 2017).

Nesse sentido, ele complementa o depoimento anterior, afirmando que “*com essa barraca conseguimos construir um barracão no lote da minha mãe, criar nossos filhos. Inclusive um filho fez faculdade*”.

Figura 37 – Foto antiga do casal, Morgana e Geraldo, trabalhando em barraca.



Fonte: cedida do acervo pessoal da entrevistada, s/d.

Ambos percebem que alguns barraqueiros começaram a montar um “*negocinho*” ou outro, mas afirmam conhecer muitos que até hoje estão passando necessidade, e que envelheceram, sendo que muitos já não aguentam mais sair de casa. Concluem afirmando: “*Nós estamos passando uma dificuldade muito grande, a gente precisava de uma ajuda de alguém de poder pra gente adquirir o direito de voltar o nosso direito de trabalho. Em vez de melhorar pra quem precisa, fica pior ainda*”.

Na sequência, a entrevistada já se sente à vontade para dizer que “*muitas pessoas começaram a adoecer*”, passando, inclusive, por dificuldades, informando que o seu próprio esposo foi uma dessas pessoas. Ele adoeceu e teve um AVC (acidente vascular cerebral), afirmando ela que por ter sofrido muita pressão em todo esse processo, pois tinham as despesas de casa e que ele não aguentou administrar todas essas dificuldades. Ela afirma ter perdido seus cartões de crédito e cheque, pois não havia mais como manter o padrão, acrescentando que não ter mais esses eventos que participavam, fazem muita falta.

A respeito do que causou sua enfermidade, Geraldo comenta: “*comecei a ficar nervoso com esse negócio de tirar a gente de lá também, a pressão subiu e eu tive*

*AVC. Tínhamos um veículo [uma caravan com carretinha], depois que adoeci começamos a pagar carreto”.*

Figura 38 – Antiga barraqueira Morgana, em sua Caravan, no antigo Mineirão.



Fonte: cedida do acervo pessoal da entrevistada, s/d.

### **Território**

Quando perguntados se o entorno do Mineirão seria um território dos antigos barraqueiros, ela afirma que “*sim*”, complementando que teriam direito até de um ressarcimento pelo tempo que trabalharam no local, bem como pelo tempo que estão parados, “*porque isso está prejudicando muito a gente*”.

### **Regras de convívio**

Ao mencionar como seria disputado esse território, afirmam que “*na época era quem chegasse primeiro*”, mas, que se esse já fosse o lugar de alguém, teriam que conversar e “*entrar num entendimento ou arrumar outro espaço*”. Uma vez não encontrando outro local adequado, teriam até que voltar pra casa. Alegam que a administração era feita Pela prefeitura, que depois repassou à ADEMG. Essa última “*começou a organizar, logo veio a ABAEM [2000], mas em 2010, a Minas Arena já pegou o espaço e nos colocou para fora, que é a nossa luta aqui na ABAEM*”.

## **Como surge a ABAEM**

Ela afirma que o Ernani, “*que é o nosso presidente da Associação*”, formou a Associação para que os barraqueiros tivessem o direito de “*fazer reuniões, fazer debate na Assembleia, na Câmara Municipal, na Prefeitura*”; o que demonstra a necessidade de se agruparem para serem ouvidos; e que tinham que “*ter essa Associação para ter força maior*”, se sentirem mais fortes, e a partir daí terem possibilidades de resistir. Ele, por sua vez, afirma ter participado desde o começo da Associação, muito pelo fato do Ernani ter um “*pensamento positivo e visão de futuro*”. Afirma que o conhece há muitos anos. Acrescenta que sente representado pela Associação, principalmente porque as pessoas da diretoria sofreram o mesmo que ele, ou seja, podem representá-lo com propriedade.

Acreditam que o nome da Associação, barraqueiros do Mineirão, tenha sido escolhido em função do “*espaço que a gente ocupava*”. Ainda sobre a questão de sentir-se representado (a) pela Associação, complementam:

é assim uma força muito grande, porque ela nos dá o direito de reivindicar, ela nos ajuda a reivindicar fazendo, igual nós temos hoje, o pessoal reúne para fazer um debate aí marca; por exemplo, na Assembleia, com alguém para nos ajudar, na Câmara. Então ela trouxe uma força muito grande para nós. Tem esse papel de entrar em um evento na frente, pra adquirir o direito de fazer parte pra gente. Igual a gente tá tendo direito de explorar na virada de ano, show de fogos Alterosa, por causa da ABAEM, ajuda a gente bastante. Entramos desde um início, participamos de tudo, do início até hoje (sic) (Morgana e Geraldo, 2017).

## **Expectativas quanto à Copa de 2014**

A entrevistada pensou e fez planos com as vendas que poderia fazer. Em nenhum momento, pensou que iriam ser retirados na época, perdendo todo o direito de desfrutar dos ganhos advindos dos eventos, shows e da Feira de Veículos. “*Tudo nós perdemos! Então, assim, foi um desastre para todos nós. a gente tinha muita expectativa*”. O entrevistado complementa que pensavam que seria ótimo. “*Achava que ia poder padronizar as barraquinhas para trabalhar, mas pelo contrário, eles fizeram a Copa e nem conversaram, não deram expectativa nenhuma pra gente*”. Nessa época, foram feitas manifestações pelo grupo, em locais públicos vinculados a gestão administrativa da cidade. Ambos fizeram os cursos oferecidos.

Desde essa época, se colocar “*um carrinho do lado de fora a Guarda Municipal tira, a Guarda Municipal não autoriza, aí fica muito chato com expectativa de a Guarda Municipal ir embora, para a gente montar no finalzinho, na saída*” dos eventos, para tentar realizar a venda de seus produtos.

Figura 39 – Barraca da Morgana.



Fonte: foto cedida do acervo pessoal da entrevistada, s/d.

Afirma terem ido algumas vezes trabalhar na área do Mineirão, mas alegam que foram expulsos do local pela Guarda Municipal e que viram muitos barraqueiros perderem tudo em apreensões feitas.

### **Qual o resultado da Copa para os barraqueiros?**

Morgana afirma que o resultado foi “*nada. Tristeza. Surgiu uma doença em cada barraqueiro, de não poder ganhar o seu dinheiro, justamente quanto mais a gente precisava. A gente mais contava*”. Com essa mesma perspectiva desanimadora, o esposo relata que:

hoje fica uma tristeza, fica aquela imagem triste. A gente vendo o Mineirão todo arrumado, ficou bacana, ficou bonito, tudo bem. Mas uma coisa só pra mostrar pro mundo? Tipo assim, tirar a sujeira e por debaixo do tapete. Mas não resolveram a nossa sujeira, não sabia onde colocar nossa sujeira. Sujar a água e depois como é que vai beber a

água suja? [faz analogia com a água] isso que fizeram com nós (sic) (Geraldo, 2017).

### **Mineirão antes e depois da Copa – o edital**

Geraldo afirma que foi feita uma “*retirada aos pouquinhos*” e que eles foram enganados, com a promessa de que seria feito um edital, para que pudessem continuar a trabalhar. Esse edital foi realizado em 2015, entretanto, o critério de escolha era o lance mais alto, por volta de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Ele complementa que não tinham como “*disputar com empresário, não tem como não, isso é uma tremenda sacanagem, tremenda sujeira. Sempre a corda arrebenta para o lado mais fraco*”.

Para Morgana, o que aconteceu, na realidade, foi que seu direito não foi defendido na licitação. Os empresários conseguiram os espaços, porque têm mais dinheiro para entrar na frente, enquanto que os barraqueiros antigos não têm dinheiro, nessa proporção. “*Eu mesmo, o meu acordo era R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), eu não consegui. Eu coloquei R\$ 350,00; porque eu achava justo pagar e era o que eu tinha condições de pagar, do edital de 350 a 500 reais*”. A mesma obteve informações que os barraqueiros atuais não estão conseguindo pagar o que se comprometeram e que, por isso, estão devolvendo as barracas. “*Eles achavam que os antigos barraqueiros ganhavam “mundos e fundos” [muito dinheiro], o que não é verdade, ganhávamos o sustento*”.

A entrevistada chegou há trabalhar um tempo no Posso Ajudar<sup>69</sup> do estádio, depois da reforma (serviço que dá orientação ao turista dentro do estádio), mas como pagavam muito pouco, R\$ 50,00-R\$ 60,00 reais, não teve como permanecer no estádio. No relato emocionado que segue, foi possível identificar o sentimento que relaciona os conceitos de território e de lugar:

“eu senti meio chateada, uma hora dessa, o Mineirão lotado e era pra eu tá com a minha barraca ali vendendo meu churrasquinho, meu tropeiro e minha mercadoria. O que vou fazer com 60 reais? Eu senti naquele momento que eu podia estar lá no meu ganhando meu ganho, vendendo as minhas mercadorias, com os meus fregueses tudo amigos me acompanhando, aqueles freguês que me acompanhava desde o

---

<sup>69</sup> Ao analisar o Relatório Final da Rede de Atendimento aos “barraqueiros”, desenvolvido pela Rede Cidadã, em parceria com a Minas Arena, de junho de 2012 a agosto de 2013, constatamos que essa ação foi proposta como uma tentativa de atendimento às medidas compensatórias do impacto negativo sofrido pelos barraqueiros.

início ali comigo. Senti falta, senti falta daquela amizade, daquele carinho por que às vezes eu no meu trabalho, eu não penso só no dinheiro, penso na amizade e no carinho que as pessoas têm com a gente, então assim eu senti muita falta daquele momento. [relação com o local e com os torcedores] E eu considero que a gente fazia parte da história do Mineirão. Eu assim eu achava injusto o que estavam fazendo com a gente, porque a gente faz parte da história do Mineirão, porque o tropeiro, o macarrão na chapa, o churrasquinho, todo mundo já chegava ali já procurando. Já tinha aquela freguesia certa que ia direto na minha barraca, na barraca do meu marido, de um amigo, então assim freguês nenhum saía da minha barraca pra ir do lado, já tinha aquela amizade comigo. Isso aí me abalou muito, só não me abalou mais porque eu me considero muito forte, mas abalou meu marido, deixou se abater e caiu em depressão, andou na cadeira de rodas muito tempo, ficou sem enxergar. Graças a Deus tá voltando aos poucos, agora ta andando de bengalinha e tudo, mesmo assim ele acha injusto até hoje ele não poder participar. É muita luta, mas eu sou guerreira, tenho muita fé em Deus e em N. S. Aparecida. Eu tenho esperança que um dia nós vamos voltar [grifo nosso] (sic) (Morgana, 2017).

O casal afirma que nenhum dos governos passados, municipal e estadual, teve interesse em resolver a questão de verdade. Que os barraqueiros precisam de “*dignidade*”, pois sentem que foram “*massacrados*”. Afirma ainda que “*a gente não vê luz nenhuma no fim do túnel, deve ter pelo menos alguma pessoa por nós*”.

Afirmam estar decepcionados com o Poder Público, pois estão há muito tempo na luta, já tendo acampado em frente à Prefeitura vários dias, com a barraquinha na porta. Já saíram também da Praça Sete, escoltados pela Polícia, até a Prefeitura, com intuito de falar com o Prefeito, que, infelizmente, não os recebeu. Mesmo assim, manifestaram do lado de fora, com o Ernani ao microfone e autofalante dizendo palavras de ordem. Foram também à Assembleia Legislativa, por várias vezes, sem resultado. Foram à Câmara Municipal, também por várias vezes. Sempre reivindicando o seu direito ao trabalho, sem obter uma resposta efetiva de ninguém.

A entrevistada acredita que merecem “*uma resposta, uma coisa positiva*”, para que se sintam melhor, por existirem barraqueiros já ficando desnordeados. Que tem saído “*às vezes com uma caixinha de cerveja tentando vender numa esquina de uma boate, pra tentar pagar uma conta de luz. Chega lá tem uma decepção, não consegue vender, alguém tira eles, eles voltam para casa sem poder pagar aquela conta de luz*”.

Admitem estar sobrevivendo com trabalhos em festas de interior, porque em Belo Horizonte não tem como trabalhar, por causa da fiscalização intensa da Polícia e da Guarda Municipal. Não conseguem locar espaços em grandes festas, por causa dos

altos preços cobrados pelos recintos, não têm como pagar. Trabalham também uma vez por mês, todo dia 28, na Igreja de São Judas Tadeu. Com os ganhos desse evento único, pagam sua “aposentadoria, tendo sempre que medir a água e o fubá” [ser econômica].

Figura 40 – Casal Morgana e Geraldo, em reunião na ABAEM.



Fonte: Trigueiro, 2017.

### A solução

Na opinião da entrevistada, os antigos barraqueiros do Mineirão têm esperança de voltar a trabalhar lá. Como solução, esperam ter de novo um local no estádio, para trabalhar. O edital não teve nada a ver com a esplanada do Mineirão. Foram colocados pontos nas ruas de acesso, mas a maioria dos barraqueiros nem tentou participar. Quem tentou e deu lance baixo, não conseguiu entrar. Ela afirma que o seu “*desejo é voltar a trabalhar nos jogos. A trabalhar dentro do Mineirão, é a minha vontade, é o meu sonho, porque foi ali que eu comecei a ver e a tirar o meu sustento, a valorizar o trabalho. Então a minha vontade é voltar mesmo a trabalhar nos jogos*”. Ele, apesar de não estar em condições de trabalhar, afirma que:

O que vai me fazer tão feliz vai ser voltar a trabalhar com a minha esposa, mesmo que eu fique sentado lá na cadeirinha e ela trabalhando. Com isso vai ter uma vitória para nós e para todo mundo que tá nessa batalha, nessa luta. Isso aí, não tem coisa que pague isso aí não (sic) (Geraldo, 2017).



A entrevistada conta que o seu papel, na Associação, é tentar ser uma força ao lado dos seus companheiros, por considerar ser importante somar, poder opinar, participar e caminhar junto. *“A união faz a força, então é onde eu acompanho sempre, nunca deixe de acompanhar, porque eu acredito, eu acredito que podemos voltar para os jogos no Mineirão”*.

Ela considera importantes os estudos realizados com os barraqueiros, por pesquisadores, por se tratar de alguém que *“vai ouvir e nos ajudar”*, afirmando ter certeza *“que alguém vai interessar e nos ajudar, porque vai sentir o que nós estamos sentindo, vai ter sensibilidade de entender o que nós estamos passando”*. Ele, por sua vez, espera que algumas pessoas, que frequentaram sua barraca por anos, e que hoje possam ser alguém importante e/ou de influência, *“se lembrar pelo menos de nós”* e que possam nos ajudar.

#### **24. Entrevista realizada com Maria Helena Soares de Lima**

A entrevistada tem 56 anos. Afirma ter trabalhado 15 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM.

Antes de trabalhar no Mineirão, sempre trabalhou como ambulante, durante muitos anos na porta do Bailão Sertanejo (casa de forró), quando alguém do seu convívio nos eventos, falou para ela ir trabalhar no Mineirão, que lá iria vender bem. A entrevistada resolveu ir, só que *“não tinha sossego”* pra trabalhar, fugindo da fiscalização. Quando chegou ao estádio, trabalhava junto de seu marido, vendendo somente bebidas (refrigerante, cerveja e água), como ambulante, com caixa de isopor *“Vivia correndo dos fiscais”*. Contraditoriamente, foi um fiscal que a ajudou a conseguir um ponto para trabalhar, de forma legalizada, pagando o DAE. Depois disso, passa a vender outros produtos em sua barraca: churrasco, tropeiro, sanduíche de pernil, cerveja, refrigerante e água, sendo o *“tropeiro, o seu forte”<sup>70</sup>*. Relata que:

---

<sup>70</sup> Argumentou que o diferencial do seu tropeiro está no asseio (acrescentou que após fazer o curso de manipulação de alimentos, muita coisa mudou), tempero e nos ingredientes escolhidos a dedo. Diz ser muito chata para *“mexer com comida”*, gosta de comprar os ingredientes frescos e fazer tudo bem feito. Os ingredientes do seu tropeiro são arroz, feijão, ovos fritos e cozidos, torresmo, couve, linguiça, farinha de milho e farinha de mandioca.

a minha barraca ficava lotada, o pessoal gostava demais de ficar na minha barraca. Era tanto tropeiro que eu vendia, que o pessoal ficava na barraca o tempo todo. Acabava o jogo eles ficavam até uma hora da manhã, tomando cerveja, comendo tropeiro e porção. Eu tinha muito amigo, fiz amizade, porque fiquei muitos anos no Mineirão. Fiz muito cliente. Vão na barraca da Pretinha, um falando com o outro, que o tropeiro, a porção era gostoso, aí vinha mais gente (sic) (Maria Helena, 2017).

Trabalhavam quatro pessoas na barraca, “*eu, meu marido, um irmão e uma sobrinha*”. Afirma que a renda “*dava pra viver direitinho*”.

Quando perguntada se o entorno do Mineirão seria um território dos barraqueiros, a mesma teve dificuldade em compreender a questão, mas depois respondeu afirmativamente que sim e complementa:

Que era um território meu e eu só tinha aquela renda. Depois que eu saí, depois que eles mandaram embora do Mineirão, passei um aperto. Não tinha mais nada. Passei muita dificuldade, meu nome foi para o SPC [Serviço de Proteção ao Crédito, pois ficou devendo cartão de crédito]. Tinha comprado um carro e eles quase tomaram o meu carro [foi acumulando prestações]. Ali era certo. Como eu tinha uma renda certa ali eu falei: *\_posso fazer uma prestação né?! Aí eu trabalhei ali muitos anos né e eu trabalho desde a idade de 13 anos. Quando foi 2010 eu não acreditava que eles ia tirá nós não (sic) (Maria Helena, 2017).*

Depois que saiu do Mineirão, foi vender pastel, caldo de cana e coco, perto do Shopping Contagem, na Praça do Sol, situada no município vizinho de Contagem. Atualmente, trabalha servindo almoço, após ter montado um restaurante no bairro Alípio de Melo. Reclama que está ganhando pouco dinheiro, pois tem muitas despesas a pagar, tais como o aluguel do local, materiais que compra diariamente para o preparo da comida e o pagamento de três funcionários (sendo um para servir, o motoqueiro que faz as entregas e uma ajudante de cozinha), que trabalham junto da entrevistada, totalizando quatro pessoas. Ainda não conseguiu “*limpar o nome*”, pagar as dívidas que adquiriu ainda naquela época. Possui casa própria, adquirida com esse tipo de trabalho, o que já a tranquiliza, por não ter que pagar aluguel para morar.

Sobre as regras de convívio do local, ou seja, como se iniciou o trabalho no local, afirma que era fácil conseguir com o presidente Ernani, que “*é um coração muito bom. Porque as pessoas sempre chegava [falando]: ah, to precisando e tal. E ele dava*

*um jeitinho pra pôr a pessoa lá, arrumava um lugar*”, ou seja, seria fácil para novos associados entrarem e conseguir um local para trabalhar.

## **ABAEM**

A entrevistada afirma que acompanha a Associação há muitos anos, não se lembra de como foi feita a escolha do nome, mas *“acho que ele perdeu para a Minas Arena, a ABAEM. Eu acho que eles são mais fraco que a Minas Arena, entendeu?”*, referindo-se, principalmente, à força de articulação presente nas relações estabelecidas entre as instituições, perfeitamente compreendida dentro da perspectiva neoliberal e de globalização brasileira. Questiona porque não quiseram contratar os antigos barraqueiros, e considera indevida a entrada dos novos barraqueiros, por meio da licitação realizada em 2015. Acredita que deveria primeiro ser perguntado aos antigos se gostariam de retornar.

## **Expectativa quanto à Copa**

A barraqueira disse que esperava que, na época do jogo, não seriam permitidas barracas, mas pensou que seria feita uma padronização das barracas ou quiosques, pois representariam *“o mundo inteiro. Eles vão fazer uma coisa bonita para nós também”*. Por isso, acreditava que teria mais ganhos com as vendas, mas que, ao mesmo tempo, teriam mais custos. Nessa praça de alimentação, solução pensada pela entrevistada, que poderia estar situada na esplanada do estádio, seria possível *“guardar as coisas, pode pôr um freezer. [...] tudo dentro da geladeira organizadinha e é só na hora de trabalhar, aí acabou fechou o quiosque, pôs o cadeado. Eu pensei assim menina”*. O que seria mais cômoda para os barraqueiros, pois não teriam que ficar montando e desmontando as barracas ao longo dos jogos e, depois, permaneceriam trabalhando assim. Percebemos, nas entrevistas, que essa foi uma alternativa apresentada somente por essa barraqueira.

## **Resultado**

Sobre o resultado da Copa de 2014 para os barraqueiros, a entrevistada comenta que *“põe nós tudo pra correr [saída em 2010]. Fala que nós vão voltar. O pessoal da ADEMG falou que nós ia sair e depois da Copa ia voltar. E acabou que ninguém voltou!”*. Complementa que ficou ruim para os barraqueiros, porque ficaram

sem trabalho. As 130 famílias envolvidas agora teriam que correr atrás de outro trabalho para sobreviver, algumas, inclusive, passando fome. Disse ainda que só não passou fome por se considerar uma guerreira, que lutou para obter outro posto de trabalho, com ganhos financeiros menores do que os que recebia no Mineirão. Afirma possuir ainda muitas dívidas.

Relata ter ficado “*com tanta raiva*”, que nem voltou mais ao Mineirão, e que nem entrou no estádio novo. Não voltou a trabalhar no local, após a proibição, por considerar arriscado perder tudo, nessa forma precária de trabalho. Alega também as incertezas de ganho: “*não compensa*”. Ressalta que o processo de desocupação “foi muito difícil”, mas que perdeu as esperanças em relação ao retorno, assim como outros colegas barraqueiros que, antes, frequentavam as reuniões, mas que agora não vão mais. “*Antigamente quando ficava a reunião aqui nem cabia de tanta gente, [...] não adianta, vou ficar indo lá e não to conseguindo nada. Às vezes a pessoa largava o serviço dele lá e vinha, [...] só tirando do bolso, tava só ocupando tempo e nada*”.

A fala da entrevistada indica a necessidade da ABAEM se juntar à Prefeitura, com aliados fortes, para articularem o retorno. Quando perguntada se tem esperança quanto à resolução da questão dos barraqueiros, a mesma afirma que:

ah, não, agora não. Que agora já passou muito tempo. Eu acho que a solução é nós perder mesmo. Não tem jeito. Eu acho que não tem jeito mais não. Sabe por causa de quê? Já entrou muita gente forte ai e não consegui! Como é que nós vamos fazer? Nós perto deles somos uma formiguinha [grifo nosso] (sic) (Maria Helena, 2017).

Quando a entrevistada faz a comparação acima, afirmando que o grupo é uma “formiguinha”, reconhece a fragilidade e impotência em relação ao “poder” dos demais, frente às forças envolvidas no processo de alijamento do seu direito ao trabalho, à própria desterritorialização do grupo, frente aos interesses dos gestores públicos e interesses de outros agentes externos à realidade da cidade. Esses interesses foram impostos, para que fosse realizado o megaevento Copa de 2014 no local, voltado a uma lógica estritamente econômica.

## 25. Entrevista realizada com Aloísio Messias

O entrevistado tem 60 anos, afirma ter trabalhado 22 anos em torno do Mineirão. Sua entrevista foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, no Mineirinho – sala 403, sede da ABAEM.

Foi a convite de um ex-cunhado, que já trabalhava dentro do Mineirão, vendendo sorvete e picolé da marca Kibon. Teve um pouco de receio em trabalhar assim, mas logo após ter ido à primeira vez em um jogo de Atlético e Uberaba, numa decisão do Campeonato Mineiro, disse ter “*gostado da brincadeira*” e que continua até hoje. Dentro do Estádio, já vendeu sorvete, café, pipoca, bala e água, vendendo “*praticamente tudo*” que era permitido, quando existiam as concessões para os vendedores ambulantes trabalharem na parte de dentro.

Fez uma viagem para Macaé – RJ, ele e uma companheira da época, então, resolveram trabalhar vendendo “*tropeiro mineiro*” na Praia dos Cavaleiros. Como fizeram o maior sucesso naquele verão, resolveram continuar trabalhando com barraca ao retornarem para Minas Gerais. Montou, por algumas vezes, sua barraca fora do arco do entorno do Mineirão, em cima do passeio, em frente ao posto de gasolina próximo ao estádio. Logo foi repreendido pela fiscalização, e orientado a procurar o Ernani, para legalizar e encontrar um local autorizado. Já são aproximadamente 15 anos trabalhando somente com barraca nesse território. Afirma que o “*carro chefe da sua barraca é o tropeiro*”, vendendo também sanduiche de pernil, cachorro quente, churrasco e bebidas. Atualmente, mais três pessoas trabalham na barraca.

Do lado de fora do estádio, trabalhou em três pontos de venda, respectivamente os portões 09, 03 e, por último, o 07-A. Antes de ter um lugar definitivo, ficou primeiro em locais provisórios, conforme a disponibilidade.

### O Território envolvido

Quando questionado se seria o entorno do estádio um território dos barraqueiros, o entrevistado responde que “era sim” e complementa afirmando que:

muitos anos né, desde quando o Mineirão foi inaugurado o pessoal já abriu aquela Feira em redor do Mineirão ali. Então, aquilo já virou um patrimônio, que eu acho que eles não deveriam tirar nunca dos barraqueiros. Aquilo ali foi, é uma coisa tradicional [grifo nosso] (sic) (Aloísio, 2017).

Quando cheguei a trabalhar no entorno, a ABAEM já existia, portanto, temos que esse entrevistado não acompanhou o processo de criação e escolha do nome da Associação. Como mencionado anteriormente, procurou por Ernani, e logo começou a pagar o DAE (taxa de autorização para trabalhar por jogo). Sente-se representado pela Associação, mencionando, principalmente, a admiração e respeito à boa índole do “presidente” Ernani, mas observa ter que acontecer uma parceria efetiva com outras instituições que detenham o poder, para que possam solucionar o problema dos barraqueiros. Acrescenta que, por muitas vezes, foram “*iludidos com negócio de política*”, pessoas que se dispuseram a ajudar, mas que tinham apenas interesses particulares envolvidos, não ocorrendo, efetivamente, nada do esperado.

### **Copa de 2014**

Ele afirmou que, quando começou a ser vislumbrada a possibilidade de o megaevento Copa de 2014 vir para o Brasil, “*não ficou com muitas expectativas não*”. Em decorrência do fechamento do Estádio para reforma, já identificou que seria ruim, para os barraqueiros, a retirada do seu território.

Aí veio a reforma do Mineirão, eles ficaram falando com a gente para fazer curso, que quando viesse a Copa do Mundo no Mineirão que nós ia ter preferência pra trabalhar. Nós fizemos curso dali praqui e nós tão fazendo curso até hoje, a Copa do Mundo já se foi e até hoje nós não voltamos para o Mineirão. E nós nem sabemos se vai voltar! Porque já conversou com governador, já conversou com Prefeito de outra gestão e já conversou com outros órgãos aí pra gente voltar e até hoje nada. Hoje virou um lugar de elite [grifo nosso] (sic) (Aloísio, 2017).

Quando o entrevistado comenta que, agora, o local “*virou um lugar de elite*”, argumenta por experiência própria, relatando já ter ido duas vezes ao estádio após a reforma, para assistir a um jogo. Afirma ter pagado em torno de R\$ 80,00 (oitenta reais) somente pelo ingresso, pagando mais R\$ 30,00 (trinta reais) pelo estacionamento interno do estádio, consumido duas cervejas e um tropeiro; totalizando um gasto por pessoa em torno de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). É um evento de lazer, ligado ao esporte, e atualmente impossível de ser feito com a família, por quem tem um poder aquisitivo menor. Complementa relatando que:

virou comércio, virou uma casa da elite mesmo. Mineirão pra mim eu gostava daquele Mineirão antigo, que era do povão. Quer dizer, com esse negócio de Copa de 2014 ter vindo para o Brasil tirou foi o nosso ganha pão. Porque se tivesse ficado o Mineirão normal e não tivesse Copa aqui no Brasil e não tivesse vindo nada pra Minas Gerais seria melhor. Muitos ganharam, mas muitos perderam. A elite mesmo ganhou, os pequenininho todo mundo perdeu [grifo nosso] (sic) (Aloísio, 2017).

Uma vez desterritorializados, agora esse antes seu território, seu lugar, remete a conotações de aversão, de não lugar, de repulsa, de não pertencimento. Ele acrescenta que, para todas as pessoas que frequentavam o Mineirão, esse processo de desocupação foi, de certa forma, traumático. Talvez, por isso, tenha perdido a “*ilusão*” do retorno às atividades de trabalho no Estádio.

No período da Copa, chegou a tentar trabalhar nas proximidades do Estádio, mas “*a Polícia não deixava a gente nem encostar próximo ao Mineirão*”. Afirma que o resultado dessa Copa, para os barraqueiros, foi “*péssimo financeiramente pra nós, não surgiu retorno, não fez nada. Pra nós não teve vantagem, não teve retorno, não teve nada*”. O entrevistado relata que a esperança dos antigos barraqueiros era retornar às atividades de trabalho no Mineirão, após a Copa, mas que veem como “*muito difícil*” conseguir, se levando em consideração os acontecimentos ao longo desses últimos oito anos que permaneceram junto à ABAEM, esperando que tivessem direito a esse retorno.

Em 2015, vislumbraram a possibilidade de retorno, por meio do edital aberto pela Prefeitura. Porém, esse barraqueiro afirma não ter concorrido ao edital, por observar que o critério seria o de maior lance, para ocupar o espaço, “*não quis entrar nessa briga*”. Hoje, ele analisa que isso foi o melhor que poderia ter feito, por verificar que muitos que entraram, por meio desse edital, não estão dando conta de pagar. Essa dívida está se tornando uma dívida ativa junto à Prefeitura, afirmando “*que a Prefeitura não perdoa*”.

## **Solução**

Nos dias atuais, afirma não ter ponto fixo para trabalhar. Viaja para eventos de jubileu em diversos lugares, onde tenha condições de pagar o espaço para trabalhar. Dentre esses lugares estão Lagoa Santa, Tiradentes, São João Del Rey, Santa Luzia,

Curvelo, etc. A respeito da diferença dos ganhos e do trabalho realizado no entorno do Mineirão, e agora nos eventos das cidades vizinhas, afirma que:

aí você podia fazer um compromisso lá, cê conseguia pagar [com a renda praticamente certa do trabalho no entorno do Mineirão]. Hoje não, hoje as coisas modificou tudo, pra você trabalhar fora em outro evento, você tem que pagar um espaço pra você trabalhar. O espaço não é barato. Inclusive nesse ano agora, eu nem trabalhei no forró de Curvelo [essa cidade está à aproximadamente 164 km de Belo Horizonte], eles cobraram R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pra trabalhar, não tem condições! Mercadoria mais a mão de obra e tudo [referindo-se aos outros gastos que envolvem a viagem], não tem condições (sic) (Aloísio, 2017).

O entrevistado, agora, não acredita mais na real possibilidade de retorno dos trabalhos dos antigos barraqueiros ao entorno ou nas proximidades do Mineirão.

“E eu vou ser sincero, eu não acredito que a gente volta, porque é uma coisa assim muito indefinida. Conversa com um, fala que tem que conversar com o Prefeito, conversa com o Prefeito fala que tem que conversar com o Governador. Conversa com o Governador manda pra os outros órgãos e só fica empurrando a gente com a barriga [expressão popular para ficar enrolando e não resolver], entendeu? Então, apesar que o Mineirão é um lugar que a maioria dos barraqueiros, os feirantes trabalhava e sustentava a família, muitos formou filho, outros até já faleceram. às vezes não tinha casa, comprou terreno, construíram e aquilo ali era uma forma de sobrevivência do barraqueiro” [grifo nosso] (sic) (Aloísio, 2017).

Ele fez questão de acrescentar que esse resguardo, ao direito dos barraqueiros, dependeria da boa vontade do Prefeito e do Governador em reconhecê-los como *“patrimônio de Minas Gerais e patrimônio do histórico do Mineirão”*, pelos anos trabalhados no local. Deveriam arrumar um local para a gente trabalhar, que a ABAEM pudesse administrar, ainda que cobrassem uma taxa para isso.

## **5.2 Estratégias de sobrevivência – territórios de resistência**

Nesse subcapítulo, apresentamos as estratégias encontradas, pelos antigos barraqueiros, para atuar e sobreviver do desempenho do trabalho no comércio em barracas, em outros territórios; além das atitudes de resistência exercida pelo grupo ao longo desses anos de remoção forçada. Na maioria das vezes, um informa ao outro



sobre eventos menores, participando do mesmo evento um grupo pequeno de membros da ABAEM. Assumem individualmente sua barraca, diferente da lógica de grupo que existia no Mineirão (exceto quando conseguem fechar eventos destinados à participação dos membros da ABAEM). Antes, o grupo se apresentava mais forte. Na fase atual, mais fragilizados, se resignificam, mas continuam se auto identificando como barraqueiros do Mineirão, podendo-se inferir que esse seja um grupo identitário, marcado por uma identificação que é territorial.

A maioria dos antigos barraqueiros buscou novas alternativas, dentre as quais identificamos ser a mais expressiva, e que mantém a renda - vinculada à sobrevivência - que a realização de trabalhos em eventos menores, na maioria das vezes, nas cidades vizinhas. Em fevereiro de 2017, fizeram uma marchinha de Carnaval, pensando na criação de um bloco, chamado “Broko dos Barraqueiros”. O objetivo era resgatar a identidade do grupo e do movimento, por meio da arte e da cultura, apresentando esse problema social. Pensando também que essa seria uma fonte de renda, uma vez que poderiam trabalhar nos ensaios antes do Carnaval, e nos dias de Carnaval, nos trajetos definidos, podendo até fazer parcerias com outros blocos. Entretanto, essa alternativa não foi levada adiante. Somente em 2018 essa marchinha dos barraqueiros participou de um concurso popular de marchinhas, realizado em Belo Horizonte.

Ultimamente, a ABAEM tem procurado vincular o trabalho dos barraqueiros além da atuação nos jogos de futebol, priorizando a participação em eventos culturais, religiosos e outros eventos esportivos.

## **Resistência**

Foram identificados, por parte de pesquisa detalhada do Programa Cidade e Alteridade, expressa como aspectos conclusivos do relatório final, que “o deslocamento forçado dos Barraqueiros foi marcado pela violação de uma série de direitos”. Os direitos violados foram elencados a seguir.

“O direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, direito à informação e à participação, direito de grupos vulneráveis à proteção especial, direito à preservação de bens culturais imateriais, direito à cidade, direito à melhoria contínua das condições de vida, direito à

proteção a laços de solidariedade social ou comunitária, e direito à plena reparação pelos danos causados (p. 80)”.

Constatamos que tais violações, são exercidas por intermédio da nova política, reconfigurada entre os interesses privados e os do Estado, introjetando modalidades do exercício hegemônico. Com isso, não poderia deixar de haver resistências e conflitos, observados a partir do aumento significativo de manifestações, ocorridas no país nos últimos anos, principalmente no ano de 2013 (véspera da realização da Copa no Brasil), principalmente em decorrência de remoções de moradias das populações mais pobres, ou de grupos vulneráveis, como o aqui estudado, em função da realização das grandes obras públicas (VAINER, 2016).

Segundo Zibechi (2015), nos estudos dos territórios de resistência, feitos através da observação dos casos das periferias urbanas latino-americanas, admite-se a existência de territórios heterogêneos, uma vez que

[...] os povos do nosso continente resistiram e resistem à dominação, sustentando e criando territórios onde podem habitar os modos e vida não hegemônicos. Nem a diferença sociocultural, nem os territórios que a hospedam são dados de realidade, mas construções cotidianas. Longe de serem essências, trata-se de criações e recriações (p. 99).

O autor em questão trata os movimentos sociais e os indígenas, identificando que “os povos organizados em movimentos vêm criando seus próprios territórios em todo o continente” (p.108), tanto em territórios rurais, quanto em urbanos, apresentando-nos os territórios rururbanos, intensa relação entre a cidade e o campo, numa lógica familiar comunitária, centrada no papel feminino assumido, em um mundo de relações distinto das hegemônicas patriarcais. Admitindo que o território e o conflito social não são duas questões separadas, uma vez que o conflito social é também um conflito territorializado, encarnado no território, sendo que, as autonomias comunitárias se constituem enquanto poderes territoriais.

O grupo focal em questão manifestou publicamente por meio de ocupações, principalmente realizadas no período de agosto a outubro de 2015, quando ocuparam a Prefeitura, a Câmara e a Assembleia Legislativa, buscando sair da invisibilidade e ter de aliar-se a grupos sensíveis à sua causa, conforme as fotos a seguir.

Figura 41 – Ocupação na Câmara Municipal (barraqueiros presentes: Ernani, Penha, Sirílio e Sérgio).



Fonte: foto cedida do acervo pessoal da barraqueira Penha, 2015.

Figura 42 – Ocupação na Câmara Municipal (barraqueiros presentes: Ernani, Penha, Sirílio e Sérgio).



Fonte: foto cedida do acervo pessoal da barraqueira Penha, 2015.

Figura 43 – Ocupação na Prefeitura.



Fonte: foto cedida do acervo pessoal da barraqueira Penha, 2015.

Figura 44 – Ocupação na Prefeitura.



Fonte: foto cedida do acervo pessoal da barraqueira Penha, 2015.

Em relação às remoções forçadas, Galiza, Vaz e Silva (2010) ao estudarem a remoção de moradores pobres no Rio de Janeiro, observam como a situação se instaura, a ponto de ser considerada uma “solução” ao mercado imobiliário, vinculada a ações de agentes públicos, governantes e proprietários imobiliários, sendo assim uma temática relacionada ao estudo da remoção forçada sofrida pelos antigos barraqueiros.

A cotidianidade e a permanência da “solução remoção” no imaginário de autoridades públicas e camadas médias e altas, leva-nos a refletir sobre a existência de uma “cultura de remoção” desde o final do século XIX até os dias de hoje. Observe-se que esta “cultura” pode se referir a diferentes formas de desalojar a população, em função das diversas conjunturas históricas. (p. 7).

Nesse contexto, as autoras observam ainda que, a natureza do efeito da representação social, na prática da remoção é uma forma alijar os mais pobres do direito à cidade. Argumentando que:

[...] permaneceu sempre com o sentido do “limpar”, desalojar, remover, como a solução “final” e justificadora para as questões da habitação, da pobreza, da cidade, ou de outras motivações conjunturais. Esta permanência no imaginário social vem, portanto, carregada de símbolos, de formas de procedimento que foram internalizadas ao longo da história como um verdadeiro processo cultural, parte de um “cotidiano” marcado por uma violência intrínseca não questionada (intencionalmente ou não) (p. 17).

Vale ressaltar que situações de disputa pelo território, podem ser facilmente identificadas, a propósito, em cidades que sediam megaeventos, uma vez que há o interesse político do Estado-Nação, que na maioria das vezes confronta-se com os anseios da população local, gerando assim usos do território, que não poderíamos chamar de autênticos, os próprios territórios de resistência.

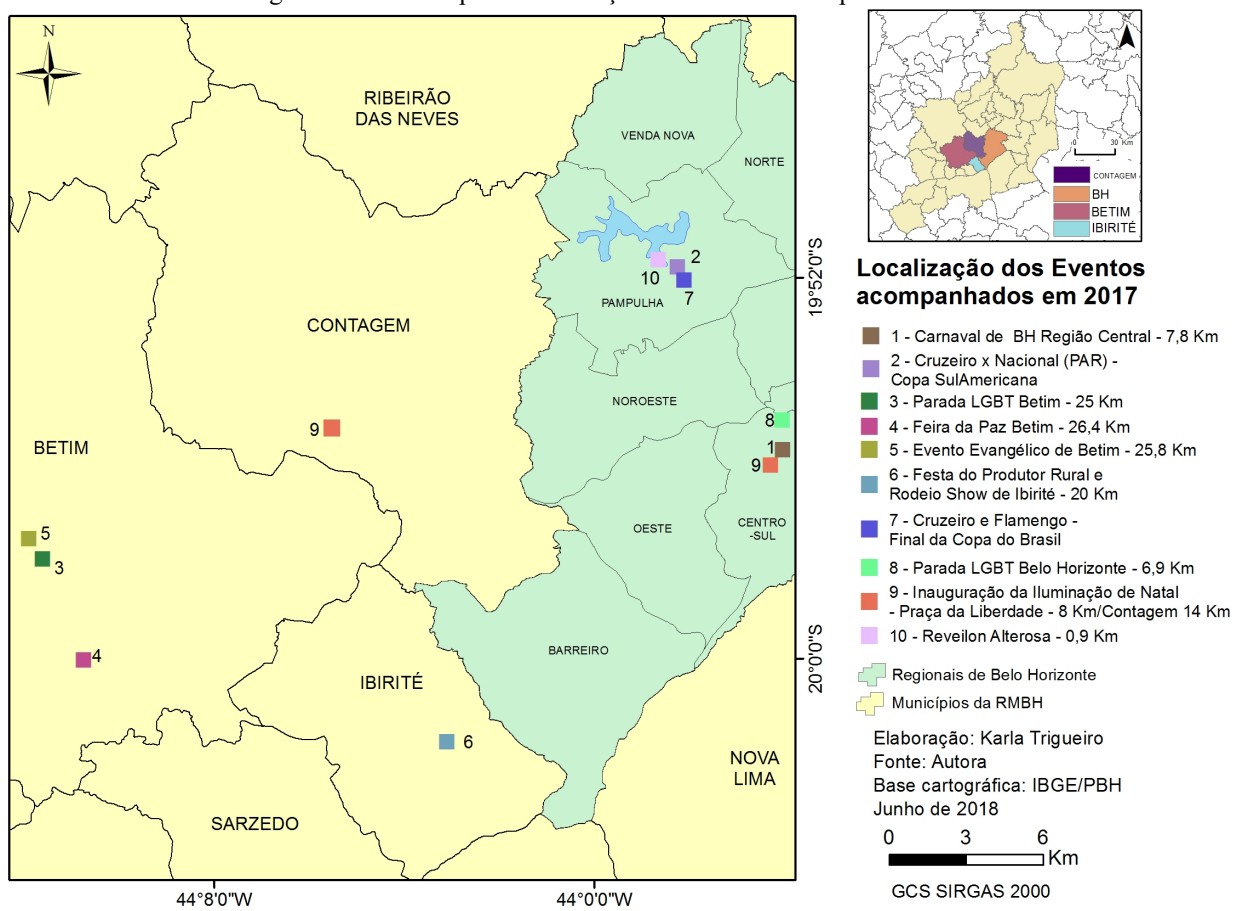
### **5.2.1 Memorial descritivo dos eventos acompanhados - reterritorialização**

Relacionamos a seguir, análises feitas a partir dos eventos em que os antigos barraqueiros do Mineirão se inseriram, na cidade de Belo Horizonte e/ou nas cidades da Região Metropolitana. Esses eventos foram acompanhados pela autora, ao longo dos anos da sua pesquisa, totalizando o registro e análise de dez eventos, que retratam a experiência de trabalho, em eventos diferenciados, frequentados por integrantes do

grupo dos antigos barraqueiros do Mineirão, associados à ABAEM, enquanto alternativa de sobrevivência. Nos eventos numerados de 01 a 05, foi realizado registro fotográfico da atuação desses atores, como documentação. Os três últimos eventos relacionados nesse memorial foram acompanhados por meio de reuniões prévias para organização de sua realização. Também foram registradas apreensões e relatos de alguns barraqueiros que trabalharam nos eventos, ainda que sem a presença da pesquisadora *in loco* nos dias de realização desses eventos.

Verifica-se a representação geográfica no etnomapa que segue.

Figura 45 – Etnomapa da localização dos eventos acompanhados em 2017.



Fonte: TRIGUEIRO, 2018.

A figura anterior demonstra, territorialmente, a re-territorialização dos barraqueiros, em função da necessidade de sobrevivência. Observam-se as distâncias dos territórios agora ocupados, em relação ao Mineirão, enquanto seu antigo território. Considerando ainda que, muitos dependem de carretos para ir a esses eventos, além da logística para participação em cada evento ter caráter particular, diferenciando-se muito

do que estavam acostumados, quando ocupavam somente o território do entorno do Estádio. Esses novos territórios ocupados representam a multiterritorialidade que passaram a ocupar, enquanto múltiplos espaços de referência identitária, do mais concreto a uma referência subjetiva e momentânea (HAESBAERT, 2016).

Ressaltamos que tomamos como referência calcular as distâncias de cada evento, o Estádio Mineirão, enquanto seu antigo território. Sendo o evento acompanhado mais distante realizado em Betim, a 26,4 km de distância e o mais próximo, no entorno do Mineirinho, ao lado do Mineirão.

### **1. Carnaval 2017 em Belo Horizonte (realizado na região central da cidade, dos dias 24 a 28 de fevereiro de 2017);**

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte fez um cadastro prévio dos ambulantes que quisessem vender bebidas e adereços carnavalescos, com liberação de credenciais para trabalhar na cidade durante os dias do Carnaval/2017. Como não havia nenhum pré-requisito, o evento atraiu diversos interessados, cerca de cerca de nove mil ambulantes cadastrados<sup>71</sup>. Vislumbrando nesse credenciamento uma possibilidade de ganho financeiro, dentre esses cadastrados, incluíram-se também alguns dos antigos barraqueiros do Mineirão. Sua atuação no evento foi pontual e restrita à venda de bebidas e adereços, embora alguns barraqueiros tenham buscado obter maior renda com esse evento, haja vista a grande concorrência entre os ambulantes. Esses barraqueiros, em especial, optaram por correr o risco de montar barraca (oferecendo também a opção de alimentação), uma vez que havia um grande público consumidor e existia a chance de se obter sucesso na comercialização de seus produtos. Posteriormente, os barraqueiros nos informaram que tinham conseguido efetuar a venda de sua mercadoria, driblando a presença da fiscalização e, mais uma vez, atuando à margem da sociedade. Apesar da concorrência, em função do grande número de ambulantes na rua, o evento Carnaval tem possibilitado ganhos significativos, de forma geral, aos antigos barraqueiros do Mineirão, que atuaram em tal evento, em diversas regiões da cidade.

---

<sup>71</sup> Número que, em 2018, teve crescimento proporcional ao crescimento do Carnaval de Belo Horizonte, chegando a 9,5 mil o número de inscritos para trabalhar como ambulantes, nas ruas da cidade, durante o Carnaval. Fonte: [www.em.com.br](http://www.em.com.br), consultado em 23 de março de 2018.

Figura 46 – Ambulante Sirilio.



Figura 47 – Barraca montada sem autorização no carnaval.



Fonte das figuras: TRIGUEIRO, 2017.

A figura 48 apresenta o ambulante credenciado, trabalhando com vendas de bebidas ao longo do trajeto dos blocos carnavalescos do Centro, próximo à Praça da Estação, enquanto na figura 49, em barraca montada sem autorização na Praça da Estação, observa-se a comercializando alimentos e bebidas, que, muito provavelmente, não conseguiria autorização, restrito apenas ao credenciamento para atuação no Carnaval como ambulante.

## **2. Jogo de futebol entre os times Cruzeiro e Nacional do Paraguai, pela Copa Sul Americana, ocorrido no Mineirão, dia 04 de abril de 2017**

Nessa data, ocorreu uma reunião da ABAEM, e, após ela, acompanhei as atividades de trabalho de três barraqueiras do Mineirão, respectivamente, Sandra Helena Pereira, Ana Lúcia Linhares e Rosilene Rodrigues Monteiro. A primeira delas monta sua barraca na rua lateral ao Mineirinho (na Avenida das Palmeiras), e possui autorização para trabalhar no local<sup>72</sup>, enquanto as outras duas, atualmente, trabalham

---

<sup>72</sup> A barraqueira em questão participou do edital aberto pela Prefeitura em agosto de 2015, prevendo a volta das barracas de comida ao entorno do Estádio. Entretanto, esse edital não fez nenhuma distinção privilegiasse os antigos barraqueiros do Mineirão e, como prévia a participação por meio de lances para pagamento, acabou sendo mais uma forma de exclusão dos antigos trabalhadores, haja vista que não possuíam condições de dar lances altos em eventos. Assim, a maioria dos barraqueiros não se candidatou ao edital da área externa do Mineirão, por não terem como pagar para participar. Somente alguns deles se arriscaram em participar, para não ficar de fora, entretanto, temendo não conseguir vender o suficiente para pagar à Prefeitura e ainda obter lucro com o trabalho. A ABAEM, mais uma vez recorreu à Justiça, por meio de uma liminar, para tentar resguardar o direito dos antigos barraqueiros, demandando da Prefeitura o cancelamento do *edital* de licitação e o licenciamento imediato das antigas barracas para que



com caixas, sem ponto fixo, como ambulantes nas proximidades do Mineirinho. Nesse dia, venderam suas mercadorias na Av. Antônio Abrahão Caran, sempre observando se poderiam vir a ser abordadas pela fiscalização.

Figura 48 – Antiga barraqueira Ana.



Figura 49 – Antiga barraqueira Rosilene.



Fonte das figuras: TRIGUEIRO, 2017.

As figuras 50 e 51 demonstram a comercialização de bebidas a torcedores do Cruzeiro, de jogo realizado no dia 04.04.17. Trabalhando como ambulantes.

Figuras 50 e 51 - Imagens da barraca da antiga barraqueira Sandra Lanches, com funcionários.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

---

voltassem a atuar, sem êxito. Dessa forma, outros barraqueiros começaram a atuar nos quatro pontos determinados pelo edital. Em 2018, a ABAEM informa que a dívida dos barraqueiros, que participaram do edital, foi perdoada pela Prefeitura e não se tornará dívida ativa, haja visto, que, como previsto, muitos não estão conseguindo pagá-la.

Figura 52 – Tropeiro do Mineirão, servido na barraca da Sandra.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

**3. 15ª Parada do Orgulho LGBT de Betim 2017 (realizada no dia 20 de agosto de 2017, concentração a partir das 12h, na Praça Márcia Martinelli – praça da Mecatrônica);**

Esse evento foi acionado por uma das barraqueiras do Mineirão, que reside em Betim, para atuação dos barraqueiros interessados em atuar no dia de realização do evento. Os critérios e custos foram apresentados em reunião na Associação pela responsável do evento, que se colocou à disposição para organização.

Estava previsto para iniciar-se ao meio dia na “Praça da Mecatrônica”, na região Central da cidade de Betim. No entanto, nesse horário, os barraqueiros estavam ainda montando suas barracas e o local ainda estava vazio.

Figuras 53 e 54 – Montagem das barracas no evento Parada Gay de Betim.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Figura 55 – Montagem da barraca da Sra. Maria Borges, no evento Parada Gay de Betim.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Figura 56 – Vista panorâmica do local de concentração do evento, Parada Gay de Betim 2017.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Participaram os barraqueiros antigos do Mineirão, Ernani, Selma e Maria de Lourdes, do evento que ocorreu em agosto de 2017. Pós-evento, os barraqueiros participantes informaram que não obtiveram o retorno, pois as barracas são fixas e a concentração do público estava fraca. A maior demanda das vendas era por bebidas alcoólicas, que são consumidas ao longo do trajeto percorrido, quando há o aumento do número de participantes, mais tarde.

#### **4. 24ª Feira da Paz de Betim 2017 (realizada de 12 a 15 de outubro de 2017, no Espaço Bandeirinhas, em Betim)**

No evento Feira da Paz de Betim foram obtidos registros do trabalho dos barraqueiros antigos do Mineirão, em duas situações. Primeiramente, registramos o trabalho fora do evento, nas ruas mais próximas aos acessos de entrada. O que foi feito

sem autorização legal, ou como é usualmente dito por eles mesmos, “na tora”. Ressalte-se que, alguns deles, às vezes, pagam pelo uso do passeio e/ou frentes de casa ao longo do trajeto de acesso, nos melhores pontos de venda.

Em um segundo momento, foi registrada a atuação das barraqueiras que optaram por pagar ao organizador do evento. Atuaram na praça de alimentação montada dentro do espaço reservado para o evento, com autorização, regras e critérios pré-definidos. Ao todo, foi registrada, nesse evento, a atuação de cinco barraqueiros e dois ambulantes (caixeiras). Fui informada que na parte interna mais uma barraqueira participou, embora ela não tenha sido encontrada por nós, para que pudesse ser feito o registro de sua inserção no local. A maioria deles atuou na parte externa a área reservada para a realização da Feira.

O valor cobrado para se trabalhar no *stand* interno do evento, em todos os dias, foi de R\$ 500,00 (quinhentos reais), mais 40% sobre toda a venda de mercadorias em cada barraca. O barraqueiro ainda teve que assumir as seguintes despesas: pagamento de ajudante no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, totalizando R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por ajudante (cada barraca tinha no mínimo dois ajudantes, fechando a despesa com esse item em R\$ 800,00 (oitocentos reais)), além do investimento feito para o evento, com a despesa das compras para preparar os itens a serem vendidos. Por exemplo, a barraqueira D. Maria Borges, informou-nos, em entrevista, ter vendido, 138 tropeiros no primeiro dia; 60 tropeiros, no segundo; e 238, no terceiro dia de evento, totalizando 436 unidades de tropeiro. O tropeiro grande, que servia duas pessoas, custava R\$ 15,00 (quinze reais), mas, com o desconto de 40% para o organizador, o valor baixava para R\$ 9,00 (nove reais) cada. Com esse perfil de venda (em média) no evento, conclui que o evento foi péssimo para seu negócio, não atingido o retorno esperado, após abater as despesas necessárias para viabilizar sua participação.

Os barraqueiros que atuaram na parte externa do local de realização do evento reclamaram ainda mais, da precariedade de vendas. O que gerou um desgaste entre os próprios colegas de trabalho, pois, até o último momento, acreditavam que a situação poderia ser revertida, o que, não ocorreu. Como trabalham com mercadorias perecíveis, amargaram a perda do investimento, assumindo o risco ao participar do evento, sem encontrar nenhuma saída. Além do que o tropeiro grande vendido do lado de fora tinha valor menor, de R\$13,00 (treze reais) - com opções de vasilhas com valores menores ainda; isso sem contar com no desgaste físico para a preparação de

todas as mercadorias a seriam vendidas, além da preocupação com a segurança do trabalho na rua e com os imprevistos de instabilidade do tempo e/ou clima. Os barraqueiros internos, da praça de alimentação do evento, ainda tentaram negociar com o organizador um abatimento no valor a ser pago pelo *stand*, para diminuïrem seus prejuïzos. É importante acrescentar que os barraqueiros obtêm maior ganho com a venda da comida. A bebida apenas complementa seus ganhos.

Figura 57 – Ambulantes trabalhando em local proibido em evento<sup>73</sup>.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

---

<sup>73</sup> A foto em questão identifica a marginalização do trabalho dos ambulantes, nos eventos das cidades metropolitanas de Belo Horizonte. As ambulantes estão com suas caixas de isopor em carrinhos, que lhes permite circular pelo entorno do evento, paradas abaixo da faixa da Prefeitura de Betim, que sinaliza a proibição de comércio ambulante no local. Entretanto, observamos que todos os ambulantes - que montaram barraca ou trabalhavam com caixas na área externa - estavam situados a partir desse ponto, fato que - após ser observado pela autora - propõe o termo “**território marginalizado de resistência**” com fins ao trabalho, conceito criado a partir da observação do caso empírico dos antigos barraqueiros. Alguns pagam um valor mais barato a particulares, para montar sua barraca nos passeios ou em frente a lotes e/ou casas. Pretende-se melhor caracterizar o conceito criado, especificamente em artigo futuro da autora.

Figura 58 - Barraca da Cláudia.



Figura 59<sup>74</sup> – Barraca da Selma e do Ernani.



Fonte das figuras: TRIGUEIRO, 2017.

Em seguida, acrescentamos fotos que retratam a infraestrutura montada pelo organizador do evento, para recepcionar os consumidores de alimentos e bebidas na parte interna do local de realização do evento, no formato de uma praça de alimentação.

Figura 60<sup>75</sup> – Stand padrão, montado pela organização do evento Feira da Paz de Betim.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

<sup>74</sup> Ambas as barracas estão situadas na área externa ao evento, próximas ao local da placa de proibição de ambulantes, feita pela Prefeitura de Betim, exposta na foto anterior.

<sup>75</sup> Praça de alimentação, para comercialização de alimentos e bebidas, contando, inclusive, com espaço confortável de mesas e cadeiras para a tranquilidade do consumidor.

Figura 61 – Barraca da Lourdes.



Figura 62 – Barraca da D. Maria Borges.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

A barraca da Lourdes contava com 05 trabalhadores, já a barraca da D. Maria Borges contou com três trabalhadores, sendo que as duas incluem o trabalho das responsáveis.

#### **5. Evento Evangélico em Betim (realizado no dia 15 de novembro de 2017, no Poliesportivo de Betim).**

Esse evento também foi acionado pela barraqueira, D. Maria Borges, que reside em Betim. Foi feito acordo com o pastor responsável pelo evento, para que os barraqueiros dispostos a participar fossem os únicos agentes autorizados a vender alimentos e bebidas no local. Na realidade, não foi o que ocorreu, pois havia outras barracas com venda de lanches no local, ou seja, não foi mantida a exclusividade para os barraqueiros, o que ocasionou, novamente, prejuízo a eles.

Figura 63 – Barraca do Ernani e da Selma, com o tropeiro servido por eles.



Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Somente duas barracas de membros dos antigos barraqueiros do Mineirão foram montadas nesse evento, as quais permaneceram montadas durante todo o dia, na área externa do Poliesportivo de Betim, local de desenvolvimento do evento. Os barraqueiros, contudo, efetuaram pouquíssimas vendas, perdendo seu tempo, e comprometendo a qualidade da mercadoria servida, descartada em grande parte.

**6. Festa do Produtor Rural e Rodeio Show de Ibirité 2017 (realizado de 28 de setembro a 01 de outubro de 2017, no Estádio Municipal de Ibirité);**

Alguns barraqueiros antigos do Mineirão resolveram trabalhar nos espaços destinados à realização desse evento, acreditando que seria um evento que proporcionaria retorno de vendas. Fomos informados que, nesse caso, não houve licitação e nem pagamento de valor para se instalarem. Assim, os barraqueiros procuraram um local junto às ruas adjacentes ao Estádio Municipal, local de realização do evento, fizeram a montagem de suas barracas e a preparação de seus produtos para venda.

Nesse final de semana, choveu muito e, como o Estádio não é pavimentado, um público satisfatório não compareceu ao evento. Quando os barraqueiros já amargavam o prejuízo de mais um evento sem vendas, tentaram a sorte trabalhando nas imediações do Mineirão (ainda que sem autorização e mesmo com a presença da fiscalização), para “*torar*” no jogo entre o Cruzeiro e o Corinthians, na 26ª Rodada do Campeonato Brasileiro de 2017, no dia 01 de outubro (domingo) às 16h. Após nos afirmaram que “*o Mineirão que mais uma vez nos salvou*”, gerando lucro; retornando o investimento que haviam feito para participarem do evento em Ibirité, com a compra de mercadorias, trabalho com o preparo dos alimentos e compensando, ainda, a experiência difícil de terem passado dias dormindo na rua, para guardar o ponto de trabalho.

**7. Final da Copa do Brasil 2017 (disputa de futebol realizada no dia 27 de setembro de 2017, no Estádio Mineirão, entre os times do Cruzeiro e Flamengo);**

Na véspera do evento, a exemplo da estrutura montada no Rio de Janeiro, para atender à torcida do Cruzeiro, a administração do Mineirão foi consultada sobre a



possibilidade de se montar uma estrutura específica para esse evento, que seria uma praça de alimentação, no espaço interno do Mineirinho. O objetivo era atender a torcida convidada, do Flamengo, em separado. A possibilidade analisada incluía até montagem da infraestrutura com *food truck's* no estacionamento.

Em reunião da ABAEM, com representantes da Secretaria de Esportes do Governo do Estado de Minas Gerais, realizada na Cidade Administrativa, no dia 20 de setembro de 2017, foi mencionado, pela liderança da Associação, o interesse em atender a torcida de fora no evento em questão. Entretanto, o governo não fez a intermediação dos interesses entre os trabalhadores e o demandante pela infraestrutura de alimentação, tendo sido apenas sugerido à ABAEM que entrasse em contato com o organizador do evento (vinculado ao Flamengo) ou com alguma autoridade do Cruzeiro Esporte Clube.

Como faltavam poucos dias para ocorrer o evento e não tendo sido concluído a tempo o processo de autorização de montagem da estrutura de Praça de Alimentação no Mineirinho, para atender à torcida de fora, alguns barraqueiros, membros da ABAEM, que sempre vislumbram a possibilidade de atender as essas torcidas (que, na maioria das vezes, não possuem prestador de serviço específico que as atenda e que, em função da segurança, ficam, por muitas horas, aguardando escolta de traslado para o jogo), aproveitaram a oportunidade e trabalharam informalmente e sem autorização, suprimindo essa demanda, vendendo alimentos e bebidas à torcida do Flamengo, que estava no estacionamento do Mineirinho.

## **8. Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte**

Evento popularmente conhecido como *Parada Gay* de Belo Horizonte ocorre, geralmente no mês de julho, desde 1998. É, uma das paradas mais antigas do País, e sendo considerada uma das maiores manifestações populares em massa do Estado de Minas Gerais. Trata-se de evento de cunho sociopolítico e cultural, que visa dar visibilidade ao movimento de luta pelos direitos humanos da comunidade LGBT<sup>76</sup>.

Organizado e promovido pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – CELLOS-MG, entidade da sociedade civil que, todos os anos, faz parceria com a ABAEM, destinando aos antigos barraqueiros do Mineirão, a reserva de

---

<sup>76</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

mercado para colocarem barracas de alimentação e bebida na concentração do evento, na Praça da Estação. Os barraqueiros são responsáveis pelo pagamento do aluguel das barracas (aproximadamente 30 unidades<sup>77</sup>) e de um valor fixo para participarem do evento. No último ano, pagaram o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o uso do espaço do evento ao organizador (CELLOS), e mais uma arrecadação simbólica de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a ABAEM. Totalizando R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) pagos por cada barraqueiro, para participar do evento. A expectativa de vendas com a barraca, segundo a liderança da ABAEM, fica entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez) mil reais, se considerarmos que os participantes vão comprar somente dos barraqueiros credenciados para o evento.

Figura 64 – Vista panorâmica do evento Parada Gay de Belo Horizonte, na Praça da Estação.



Fonte: Foto de Raul Richard. Guia Gay BH [sem data]. Disponível em: <<http://www.cellosmg.org.br/paradabh2017.html>>. Consultada em: 03 abr. 2018.

A Prefeitura de Belo Horizonte afirma que o evento de 2017 foi um sucesso, por ter reunido um público estimado de cerca de 100 (cem) mil pessoas. Como esse não foi um evento, acompanhado por nós de perto, podemos inferir ao considerarmos estimativa de público, acrescida da mobilização e do interesse dos barraqueiros em

---

<sup>77</sup> Foi pago o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) pelo aluguel de cada barraca.

participarem desse evento. Conclui-se que ele apresenta saldo positivo para tais atores, em relação à venda de suas mercadorias.

**9. Inauguração da iluminação de Natal de Belo Horizonte (realizado no dia 07 de dezembro de 2017, na Praça da Liberdade, região Central) e de Contagem, e outros pequenos eventos realizados em Belo Horizonte (na área central ou em outras regionais);**

Os barraqueiros se articularam para participarem de diversos eventos realizados na cidade de Belo Horizonte, com destaque para a participação de eventos na região Central da cidade (mas que, em alguns momentos, pode ter gerado bons resultados em eventos realizados em outras regionais). A partir do momento que recebem, da Associação ou de outros barraqueiros, informações sobre o evento, buscam se planejar para trabalhar, ainda que sejam acontecimentos com pequeno público, para conseguir ganhar algum tipo de recurso e “*não ficarem parados*”.

Foi citado - como exemplo de eventos desse tipo realizados na região Central - a inauguração das luzes de Natal na Praça da Liberdade. Todos os anos, a Prefeitura é responsável por iluminar a Praça da Liberdade para tais festividades. Sempre marca uma data para fazer inauguração; assim, várias pessoas são atraídas à região, principalmente, no dia da inauguração. Os barraqueiros afirmam que, suas mercadorias, têm “*muito boa saída*” no dia da inauguração das luzes de Natal. Trabalhando nas imediações da praça, fazendo-o também na inauguração das luzes de Natal da vizinha cidade de Contagem.

Faz-se importante acrescentar ainda que alguns barraqueiros sobrevivem trabalhando nas imediações de igrejas evangélicas e ou em eventos religiosos realizados por igrejas católicas da cidade. A exemplo desse último tipo de festa religiosa citamos a festa de São Judas Tadeu, realizada no bairro da Graça, todos os anos, no dia 28 de outubro. Alguns barraqueiros trabalham mensalmente nos eventos realizados também a cada dia 28, todos os meses do ano, para os devotos do Santo. Afirmam que os ganhos com o trabalho nesses eventos são muito bons.

## **10. Réveillon Fogos Alterosa – 2017 e 2018**

Acompanhamos as reuniões para a organização do evento, nos anos de 2016 e 2017, em que esteve em pauta a preparação da participação dos antigos barraqueiros do Mineirão, afiliados à ABAEM, no Réveillon realizado pela TV Alterosa na orla da Pampulha, como ocorrido em anos anteriores. Há anos, o organizador do evento fecha a participação no evento com a Associação, garantindo a montagem de 30 barracas, em pontos privilegiados no local de sua realização. Essa parceria foi estabelecida pela ABAEM, assumindo o compromisso que os antigos barraqueiros tivessem garantida a reserva do local para trabalhar, vendendo suas mercadorias ao longo do evento.

Geralmente, no início do mês de dezembro, é convocada reunião pela ABAEM, com seus afiliados, quando são definidos os valores a serem pagos pelo aluguel das barracas (de forma padronizada para todos). É estabelecida uma contribuição para a Associação (ressaltando que, exceto quando se reúnem para quitar alguma despesa com documentações pendentes e/ou despesas com o contador, essa é uma das poucas oportunidades em que a Associação arrecada algum valor de seus associados, para garantir sua manutenção). Essa reunião é a que reúne o maior número de membros associados, gerando disputa pelos melhores espaços, comparando-se ao número de associados presentes nas reuniões de organização do Carnaval e da Parada Gay (haja vista que esses eventos destinam reserva de participação e ganhos certos aos antigos barraqueiros).

Na reunião ocorrida em 18 de dezembro de 2017, ficou definido o valor de contribuição de R\$ 200,00 (duzentos reais) por barraca, sendo R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) concernentes ao aluguel da barraca e R\$ 60,00 (sessenta reais) destinados a cobrir despesas administrativas da ABAEM. A distribuição dos números de localização das barracas foi feita segundo os critérios de frequência, ao longo do ano, às reuniões da ABAEM, aferida a partir das assinaturas em listas de presença; ainda assim, muitos barraqueiros questionaram o critério. Para os próximos anos, está previsto, pela liderança/administração da ABAEM, que seriam separados os primeiros lugares para os associados com maior frequência ao longo do ano. Os demais locais seriam sorteados aleatoriamente, para que todos possam ter as mesmas chances.

Há fiscalização quanto à manipulação dos alimentos e do dinheiro, e uma preocupação quanto aos critérios da vigilância sanitária para comercialização de

alimentos. Os barraqueiros possuem curso nessa área, estando cientes dos requisitos necessários.

Quando questionados sobre o valor obtido, os barraqueiros, de modo geral, ficam receosos em responder à questão com exatidão. Essa questão, mais uma vez, foi remetida à liderança da Associação, que afirmou que os ganhos com esse evento giram em torno de R\$ 3.000,00 (três mil reais). O que pôde ser observado pela pesquisadora é que o saldo desse evento, em todos os anos acompanhados, mostrou-se positivo. Os barraqueiros que dele participaram, em geral, conseguiram obter bons resultados com as vendas, e uma boa renda para iniciar o ano.

### **5.2.2 Novos usos do território do entorno do Mineirão**

Nos últimos 15 anos, todavia, assistimos a um processo evidente de “re-elitização” dos estádios, seja pela via de majoração exagerada dos ingressos, seja pela aniquilação dos espaços populares preexistentes, seja ainda pelos dispositivos de controle e repressão a comportamentos diversos. Argumentamos que a Copa de 2014 vem acelerar e generalizar esses processos (MASCARENHAS, 2014, p. 73).

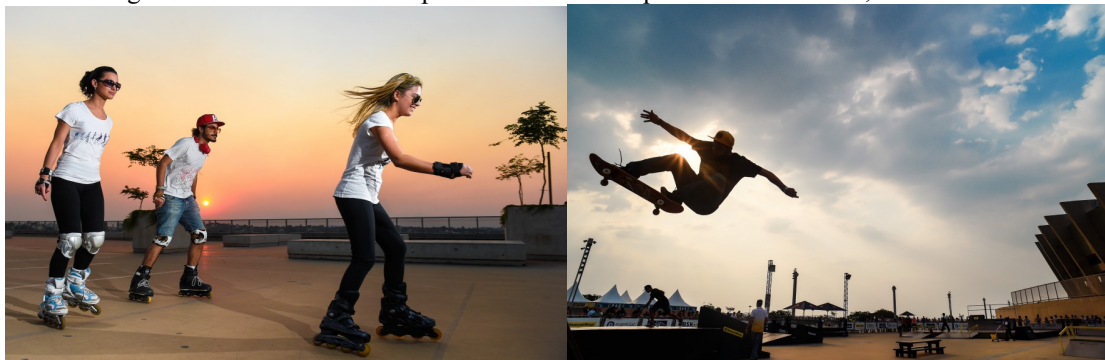
A contribuição de Mascarenhas (2014) já acenava para os processos de exclusão, como muito bem colocado pelo autor, acelerados pela realização do megaevento. Afirmando ainda que, pretende continuar a desenvolver uma “geografia do futebol que dialogue com a cidade, com a cidadania e com os processos cruciais de produção capitalista do espaço” (p. 74), dando apontamentos futuros de que somente após a Copa de 2014 seria possível avaliar quem e qual seria apropriação feita dos espaços dos Estádios, em prol de uma nova gestão do espetáculo (p. 75).

Nesse subcapítulo, buscamos tratar os novos usos do território no entorno do Mineirão, ocasionados a partir da reforma do Estádio, relacionados, principalmente à remoção dos antigos barraqueiros desse território, a partir das contribuições de duas outras teses de doutorado que abarcam a temática e o grupo estudado, respectivamente Campos (2016) e Nogueira (2017).

Observa-se que, com a reforma do Mineirão, o espaço situado em torno do Estádio - anteriormente ocupado pelos barraqueiros e por considerável área verde - transformou-se em uma esplanada, com cerca de 80 mil m<sup>2</sup>. O local comporta mais de 65 mil pessoas, tem abarcado novos usos, como realização de eventos, bem como a

prática de esporte e lazer por parte da população, conforme ilustrado nas imagens a seguir.

Figura 65 e 66 – Prática de esporte e eventos na esplanada do Mineirão, área externa.



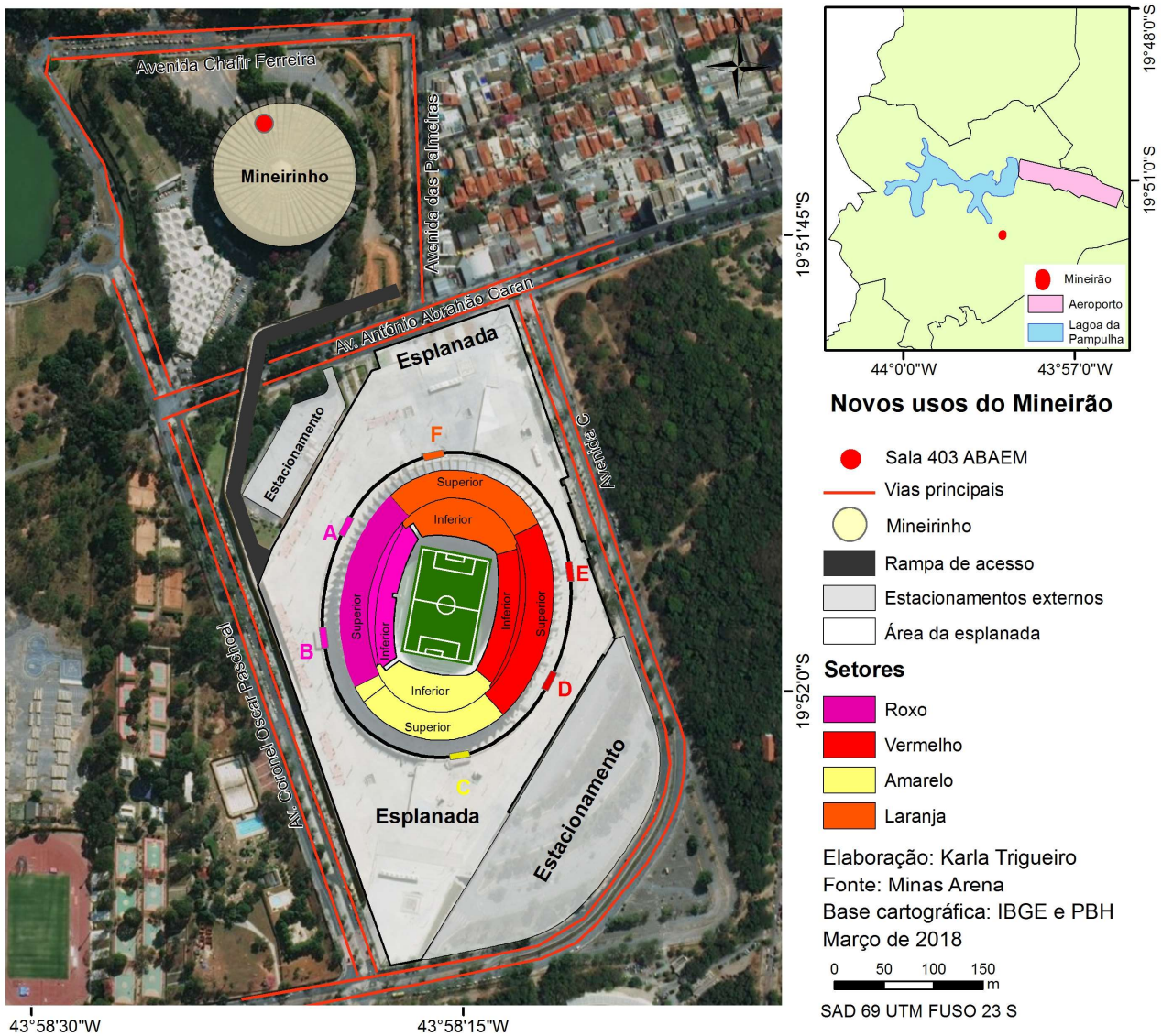
Fonte: <http://www.agenciai7.com.br/cases/245/cobertura-oficial-do-mineirao>, consultada em 09 de outubro de 2015.

A partir do estudo feito por Diniz, Ribeiro e Palhares (2017), que propôs-se fazer uma análise das implicações sociais dos megaeventos, especialmente aquelas relacionadas ao crime, fazendo um levantamento da incidência geográfica de roubos, furtos e danos ao patrimônio público e privado em Belo Horizonte, levando em consideração alterações substantivas a recente evolução histórica dos crimes que ocorrem durante os megaeventos, principalmente nas proximidades do estádio Mineirão, pode-se traçar um paralelo com a tese, considerando o ponto de similaridade existente. Ou seja, ambos observam o aumento dos impactos negativos expressivos que incidem/reverberam no território, em decorrência desse tipo de evento, sobretudo espacialmente. Junta-se a esse as considerações de Souza (2001), a partir do conceito “territorialidades flexíveis”, no qual são analisadas as relações sociais projetadas no espaço, as quais são apenas substratos materiais das territorialidades exercidas temporalmente, em alguns momentos, formando-se territórios com uma temporalidade. Exemplo próximo ao dos barraqueiros seria o dos camelôs, citados por Souza, que estabelecem dimensão de conflitualidade, territorializando em momentos definidos, certos espaços públicos e por grupo específico, entre o formal e o informal, tentando manter sua identidade; e nesse contexto mais específico, seu trabalho e vínculo.

No etnomapa a seguir, elaborado a partir de dados coletados em nossa pesquisa, demonstrados territorialmente, foram espacializados os seguintes pontos: a nova esplanada do Mineirão (espaço terceirizado para a realização de eventos e também utilizado pela população local, em dias comuns; para a prática esportiva e de lazer), a

sala utilizada pela ABAEM (como sede da Associação, situada no Mineirinho); a nova lógica de divisão por cores dos setores do Estádio Mineirão; as principais vias de acesso ao Estádio Mineirão e a rampa de interligação entre o Mineirão e o Mineirinho, utilizada, geralmente, para ser a via de acesso seguro ao Estádio de times convidados ou não mandantes do jogo (que normalmente estão em menor número, estratégia utilizada para evitar o confronto das torcidas).

Figura 67 – Etnomapa Novos Usos do Mineirão.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da pesquisa, 2018.

O estudo de Nogueira (2017), na análise sobre o caso dos barraqueiros do Mineirão, inseriu mais um grupo no cenário de disputa pelo território próximo ao Estádio, respectivamente, os moradores de classe média, que residem ali. Contrários à

economia local informal que ocorria no entorno do Mineirão, organizaram-se por meio de uma Associação de bairro, pautados pelo Código de Posturas do Município, para impedir a realocação dos feirantes e exigir a repressão das atividades dos vendedores ambulantes. Nogueira teve como objetivo explorar como esses dois grupos sociais distintos (sendo os barraqueiros classificados enquanto trabalhadores informais), se organizaram para exigir o direito de se colocarem, frente às mudanças advindas da modernização do Estádio.

Nogueira (2017) também dá indícios de que o comércio informal não se encerrou, no entorno do Estádio, descrevendo os novos usos desse território.

Depois que o Estádio do Mineirão foi reaberto em 2013, na ausência do mercado informal organizado pelos feirantes e sem qualquer alternativa adequada, os torcedores adquiriram o hábito de permanecer nas ruas residenciais que contornam o Estádio, comprando bebidas de caixeiros e toreros. Portanto, a renovação do Estádio não conseguiu pôr fim a esta economia informal e, de acordo com os residentes do bairro, a situação se tornou mais caótica com torcedores e vendedores deixando lixo sobre suas portas. Alguns dos vendedores são na verdade ex-vendedores que, depois de perderem espaços de trabalho fixos, recorreram a esta atividade incerta, que é proibida pela lei municipal e fiscalizada pelos agentes de inspeção em parceria com a polícia (p. 146) [nossa tradução].

O estudo de Campos (2016), também está vinculado a esse território e suas respectivas mudanças, com expressiva parte dedicada às consequências da retirada dos antigos barraqueiros do Mineirão dali, observando especificamente “as formas de uso e apropriação do Estádio Mineirão após a reforma”. Anterior à remoção dos barraqueiros, a autora supracitada verificou que a concentração de muitos torcedores ocorria em frente às barraquinhas dos antigos barraqueiros do Mineirão, que comercializavam bebidas e comida. Relatando, a seguir, as vivências desse lugar.

Ali os torcedores bebiam, conversavam, paqueravam, exaltavam o clube, provocavam o adversário. Segundo a autora, havia os encontros breves, conversas rápidas e sem abordar temas mais profundos, como também havia grupos que se conheciam e se reconheciam como frequentadores daquela barraca, estabelecendo redes de sociabilidades. Por esse espaço também circulavam vendedores ambulantes que ofereciam camisetas e artigos relacionados aos clubes (almofadas, bolsas, tiaras, chaveiros, adesivos, pôsteres, radinhos). Por essa descrição, o Mineirão se constituía como espaço de lazer para alguns e espaço de trabalho para outros, funcionando como fonte de renda complementar (p. 100).



Notamos que a autora elaborou um gráfico, a partir da pergunta: “Do que os torcedores sentem falta do Mineirão antes da reforma? Obtendo como resposta em maior proporção os seguintes dados: 30% dos torcedores apontou o tropeiro; 23,3% os barraqueiros e 19,2% a cerveja com álcool (p. 270). Sendo verificado que as três coisas das quais os torcedores mais sentem falta, no Mineirão, estão relacionadas à alimentação. Destaca-se depoimentos, integrantes da referida pesquisa, que afirmam que “era mais acessível comprar cerveja e comida dos barraqueiros”, e ainda que “sinto falta da hospitalidade. Com o padrão FIFA perdeu o jeitinho mineiro. O acolhimento do entorno com os barraqueiros e o estacionamento e a prestação de serviços. Hoje, é mais voltado para o material e menos para as pessoas” (p. 271). Conforme a autora, ressaltamos que nesse caso, a comida assume o papel de catalizador e/ou uma mediadora das relações sociais, uma vez que esse consumo está diretamente relacionado à prática da atividade dos barraqueiros no entorno do Estádio, uma vez que se tornam parte central da experiência do Estádio, além de reconhecimento e valorização pelo trabalho que era desempenhado.

Tamanho era o vínculo entre barraqueiros e torcedores, com a fidelização de clientes às barracas que conhecidas pelos nomes dos proprietários - que havia barraqueiros que recebiam ligação dos torcedores para reservar mesas e/ou produtos para eles, em dias de jogos mais cheios.

“Assim, podemos perceber que a reforma do Mineirão, inserida em um contexto no qual há a valorização exacerbada do giro do capital, tenta eliminar uma tradição local, repassando a responsabilidade para o poder público, outras para o projeto executivo da obra, para a atividade em si ou para os órgãos de financiamento, minando um dos componentes da identidade do torcedor mineiro (CAMPOS, 2016, p. 275)”.

Como o território é dinâmico, foram criadas algumas opções estratégicas relacionadas à retirada dos barraqueiros, dentre elas identificamos o aumento do número de bares e restaurantes no entorno do Estádio, a relocação do comércio ambulante por meio da realização do edital e de carros de lanches (enquanto, tentativa do Poder Público, uma vez que esses possuem características impermanentes) e o churrasco que os torcedores passaram a realizar. Sendo que, essa última opção foi identificada no estudo de Nogueira (2017), e detalhadamente estudada por Campos (2016).

Depois de ocorrida a remoção forçada dos antigos barraqueiros, partiu dos próprios torcedores a iniciativa de levarem tira-gosto ou de fazer churrasco no entorno do Estádio, enquanto esperavam o início dos jogos. De acordo com a nova política de renovação urbana dos lugares, faz-se importante ressaltar que a proibição da presença do trabalho dos ambulantes próximo aos estádios, tende a eliminar os aspectos populares, relacionados à cultura local, dando lugar às formas renovadas e globalizadas de consumo (MASCARENHAS, 2013).

Entretanto, segundo Relatório do Programa Cidade e Alteridade (2014, p. 24):

É importante notar que o comércio popular cumpre dois papéis. Além de ser alternativa de renda para a classe popular, é também alternativa de consumo para a população de baixa renda. Dessa forma, a exclusão dos barraqueiros cumpre dupla função no processo de elitização: elimina do espaço os vendedores de baixa renda, que, em si, são incompatíveis com as novas demandas estéticas do espaço renovado, bem como contribui para afastar do Estádio os consumidores de baixa renda, que passam a ter um espaço que não corresponde a seus anseios e possibilidades de consumo.

Uma vez elitizado o consumo vinculado à prática de lazer, relacionada ao Estádio Mineirão, os próprios consumidores encontram alternativas, reinventando formas de manter a tradição do encontro nas proximidades do Estádio, antes dos jogos, para entre amigos conversar, consumindo alimentos e bebidas.

Segundo Campos (2016), a partir de seus relatos de imersão *in loco*, o principal ponto de concentração é a Praça Alfredo Camarati, apesar de a atividade já ter se espalhado para outras ruas próximas ao Mineirão. Tendo um público majoritariamente masculino, sendo observado excepcionalmente que as mulheres e as crianças que participam possuem algum vínculo com os homens presentes; nota-se que os mesmo se habituaram a trazer comida (petiscos e tira-gosto) e bebidas ao se reunirem, e permanecem socializando ali, nas vias públicas próximas ao Estádio, antes dos jogos. Alguns grupos, inclusive, preparam churrasquinhos no local, afirmando relacionar essa prática à economia que fazem, ao deixarem de consumir produtos dentro do Estádio. Os integrantes dos grupos chegam com bastante antecedência (considerando o horário de início de cada jogo), com tempo amplo para “arrumar estacionamento, montar os apetrechos do churrasco, gelar a cerveja, comer, beber, conversar, guardar as

coisas e ir para o jogo” (p. 281). Num sistema comunitário, levam todos os itens e acessórios necessários ao preparo do churrasco, dividindo as responsabilidades entre os participantes. Foi constatado no estudo de Campos (2016), que os participantes desenvolveram essa prática a partir do momento em que o Mineirão foi fechado para a reforma, e as partidas transferidas para a Arena do Jacaré, na cidade de Sete Lagoas, permanecendo com a mesma após retornarem ao Mineirão, por terem se deparado com a ausência dos barraqueiros. O acesso a esses grupos se dá por meio do convite de algum dos integrantes, chegando a ter sido constatada a participação de até 50 pessoas em um só grupo. Alguns grupos se organizam recolhendo taxa, referente ao rateio das despesas, inclusive terceirizando o trabalho de preparo. Constata-se não haver nenhum tipo de infraestrutura pública para a realização do evento (do tipo banheiros públicos ou químicos, lixeira, água e estacionamento), sendo os resíduos sólidos descartados de acordo com a consciência de cada grupo. Como essa é uma atividade desenvolvida por parte de alguns torcedores, não relacionada e nem regulada pela gestão pública do local, alguns transtornos são ocasionados, principalmente em relação às consequências vinculadas à ausência de banheiros, locais para descarte do lixo gerado e entre a permissão e a proibição por parte da fiscalização do local, que oscila.

Ainda nesse contexto, Campos (2016, p. 284) enfatiza que a prática atual do churrasco feito no entorno do Mineirão, aparece como “possibilidade de democratização do espaço para o lazer, uma vez que retoma as ligações afetivas entre o sujeito e a cidade/estádio”, apropriando-se do local para uma prática que pode ser considerada uma resistência ao novo modelo de uso imposto a partir da reforma do Estádio.

Em relação ao edital de licitação feito pela Prefeitura, em 2015, Nogueira (2017) afirmou ter coletado dois depoimentos de membros da gestão pública da Pampulha no período, ambos argumentando que “a inclusão de critérios para beneficiar os antigos barraqueiros à licitação seria considerada um privilégio, o que seria contrário à isonomia, princípio de que todos os cidadãos são iguais perante a lei” (tradução nossa). Entretanto, a pesquisa desenvolvida encontrou alternativas legais, poder ter sido feito chamamento público ou o estabelecimento de critérios justificáveis em editais, que garantissem o retorno dos antigos barraqueiros a esse território<sup>78</sup>. Em suas conclusões, a autora admite, ainda, que, os agentes do Estado são ineficientes para regular o uso do

---

<sup>78</sup> Questão detalhadamente estudada ao longo do capítulo 3.

território, em primeiro lugar por não dispor de fiscais em quantidade suficiente para lidar com centenas de ambulantes e vendedores informais que atuam na área. Em segundo lugar, os barraqueiros têm estratégias para o trabalho informal, atuando após a saída da fiscalização, após os jogos, além de trocarem mensagens, informado uns aos outros, onde os agentes estão localizados, para evitá-los. Em terceiro lugar, os consumidores podem ser considerados agentes do regime de governança local, ao serem frequentemente consumidores de mercados informais, “neste caso, os torcedores de futebol que participam dos jogos legitimam a presença de vendedores ambulantes, consumindo seus produtos” (tradução nossa, p. 147). Em 2016, a Feira de Conveniência do entorno do Mineirão, iniciou suas atividades (selecionados por meio do edital), com o intuito de resgatar o costume das barracas no entorno do Estádio, só que em um novo formato e desconsiderando a existência e a história dos antigos barraqueiros do Mineirão. Como já mencionado em outros momentos desse trabalho, a feira apresentou fatores que demonstram a necessidade de ajustes.

Surpreendentemente identificamos ainda que, à margem social, fato que estamos propondo chamar-se de território marginalizado de resistência, 04 membros dos antigos barraqueiros conseguiram trabalhar na feira licitada por edital, alugando os pontos das pessoas que vieram a ser selecionadas ao dar lance maior. Fato que se justifica, por não haver fiscalização da prefeitura nesse sentido, somado a ser mais uma forma de resistirem e continuidade dos trabalhos feitos pelos barraqueiros, fortemente vinculados a esse território.

Como aspectos conclusivos do trabalho de Campos (2016), fica explícito o sentimento dúbio dos torcedores em relação à reforma do Mineirão, uma vez que reconhecem as melhorias em relação ao conforto, limpeza e segurança, apesar de sentirem falta dos hábitos que constituíam a tradição do Mineirão, expressa ao poder confraternizarem nos barraqueiros, consumindo o feijão tropeiro<sup>79</sup>. Concluindo que:

Tais fatos corroboram a percepção dos sujeitos de que, cada vez menos, o poder público de Belo Horizonte tem dialogado com a

---

<sup>79</sup> Esse mesmo estudo informa que a venda de cerveja dentro do Estádio foi permitida (Lei estadual 21.737/2015), e que a venda do churrasco, no entorno do Mineirão (e em qualquer espaço público de Belo Horizonte), foi proibida (Decreto 16.203 de 11 jan. 2016), tendo sido, esse último, revogado em menos de uma semana.

população e com a academia para definir as políticas públicas da cidade.

Verificamos, por meio dessas ações, mais uma vez, o alinhamento do poder público com os atores hegemônicos do capital ao mesmo tempo em que nega a própria cidade e a sua possibilidade de lazer, vigorando e reforçando o valor de troca sobre o valor de uso, em busca de um projeto modernizador, enfraquecendo o entendimento da cidade enquanto obra e o lazer enquanto direito social (p. 294).

Atualmente, a esplanada vem recebendo novos usos, vinculando o uso desse espaço a algumas práticas esportivas, tais como *skate*, patins, caminhada, brincadeiras infantis, dentre outros; área que acreditamos ser utilizada, principalmente, pela população circundante a esse equipamento, passando a ser opção de lazer em Belo Horizonte, haja vista a distribuição desigual de estruturas com esse fim, pela cidade. Assim, a infraestrutura do local, sua conservação, a possibilidade de diversificação do uso para práticas esportivas, sua segurança e gratuidade são atributos que fazem com que os usuários legitimem esse espaço (CAMPOS, 2016). Entendemos como salutar a apropriação desse espaço que vem sendo exercida pela população local, de forma espontânea e surpreendente, uma vez que não identificamos haver incentivo, por meio de publicidade ou de outro estímulo, ao desenvolvimento da prática dessas atividades no local. Vainer (2014, p. 73) avalia criticamente que, das cidades-sede dos megaeventos estão emergindo mais desigualdade e socialmente mais segregação, sendo os benefícios dos investimentos apropriados somente pelas camadas de renda média e alta, mas, sobretudo pelos investidores fundiários e por capitais da promoção imobiliária.

A partir de uma análise multidimensional (Idem, 2014, p. 77), sugere que as cidades privatizam os recursos públicos, aprofundando as desigualdades e a segregação socioespacial, em que as PPP servem como instrumentos de transferência direta de recursos públicos ao setor privado, sejam eles de caráter financeiros, fundiários e políticos. Prevendo o aumento dos problemas ambientais e da mobilidade urbana, além das normas formais de exceção e o governo paralelo, que interferem no governo das cidades, deixando-os mais imperiosos e menos claros. Por último, considera ser o principal legado positivo do megaevento, os movimentos sociais que geraram, expresso por meio da quantidade alta de manifestações às ruas.

## 6. Considerações Finais

As cidades-sede dos megaeventos esportivos, no Brasil e no mundo, passam por adequações de proporções gigantescas; desde a infraestrutura urbana das cidades até a preparação física de equipamentos específicos para que o evento ocorra. Tudo isso para receber um megaevento, que tem duração de um curto período, com a finalidade de repercutir midiaticamente a destinação receptora para o mundo. Por tratar-se de um espetáculo, nas nuances dessa preparação são necessários ajustes - para além dos custos financeiros - em termos sociais e políticos do local, sendo exercido um verdadeiro controle jurídico do território, para atender ao mercado.

Nesse contexto, nosso interesse esteve voltado a analisar o megaevento Copa do Mundo de Futebol 2014, por meio da geografia cultural e da etnogeografia, em uma abordagem territorial, a partir das particularidades da cidade de Belo Horizonte. Especificamente buscando analisar e interpretar o processo de desterritorialização sofrido pelo grupo focal elencado: os antigos barraqueiros do Mineirão. A exemplo do que Vainer (2014) analisa, a preocupação está voltada às reverberações desse tipo de evento no território; considerando as diferentes dimensões do processo, sejam elas institucionais, urbanísticas, fundiária-imobiliária, ambiental, escalar, simbólica ou política, e que, no caso específico estudado, privilegiou-se perceber e analisar os impactos socioculturais, a partir da coleta dos depoimentos do grupo.

Retomando a proposta inicial do trabalho, que foi de investigar como o grupo focal elencado para realização desse estudo, os antigos barraqueiros do Mineirão, vinculados a ABAEM, foram atingidos pela realização do megaevento Copa de 2014, na cidade de Belo Horizonte. Questionamos ainda quem ganha e quem perde com a realização de um megaevento, haja visto que, para os barraqueiros, as consequências negativas dos “legados da Copa” envolveram o desemprego/subemprego, a marginalização social, e, sobretudo, a negação do direito ao trabalho. O grupo em questão se viu retirado do seu *território* de convívio e a conseqüente perda de emprego e renda informal, e vivem, atualmente, com a expectativa de retornar ao *espaço* por eles anteriormente ocupado (há anos), tendo que se mobilizar politicamente para buscar garantir a conquista destes direitos elementares de cidadania.

Confirma-se que são causados impactos socioculturais no território, a partir da realização de megaeventos, sobretudo, por verificarmos em literatura específica que a lógica de mercado define quem se beneficia com a realização de um acontecimento desse porte, não havendo cuidado, nem salvaguarda dos direitos dos grupos locais impactados. Os interesses que sobressaem são os dos grandes grupos de investidores e os anseios da entidade privada estrangeira responsável por esse megaevento em específico. A partir daí, torna-se possível perceber situações inusitadas que envolvem questões relacionadas ao direito ao uso do território e até mesmo uma proibição quanto ao direito ao trabalho, como no caso dos antigos barraqueiros em Belo Horizonte e das baianas do acarajé em Salvador-BA. Em Belo Horizonte, havia uma regulação local em relação aos barraqueiros, por meio de um contrato firmado com a ADEMG (órgão do governo do Estado, responsável por administrar os estádios anteriormente) e através do pagamento dos impostos para trabalharem por jogos. Essa regulação local perdeu, em virtude da Copa, força e validade, quando se instaura os anseios de entidades privadas, que desejam extirpar toda e qualquer presença indesejada do entorno dos locais de realização dos megaeventos, no caso desse estudo, do estádio Mineirão. Constatamos que antes, sempre existiu uma tensão e uma disputa por esse território, mas, com a realização do megaevento, há a definição de novos usos, desterritorialização e reterritorialização, em alinhamento com os estudos já apresentados por Haesbaert (2009) e Souza (2001).

Em determinado momento, ao longo da história dos antigos barraqueiros, a disputa pelo território do entorno do Mineirão foi margeada pela questão da venda das bebidas alcoólicas no Estádio. Em tempo anterior, a venda de bebidas era autorizada até em garrafas de vidro, o que passou a ser visto, pelo poder público local, como um problema, especialmente em relação à prevenção da violência em eventos (relacionado à criação do grupo COMOVEEC em Belo Horizonte). Ocorreu a proibição da venda de bebida no ano de 2007, por ato da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No entanto, em 2014, ano que a Copa do Mundo de Futebol seria realizada no Brasil, por uma intervenção da Lei Geral da Copa, foi novamente permitida a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios. Essa intervenção na legislação do País, conforme Maior (2014) é uma explicitação do estado de exceção permanente.

Após analisarmos o acervo de notícias da ABAEM, contendo 39 reportagens publicadas em jornais, relacionadas à temática dos barraqueiros do

Mineirão, do período compreendido entre 2007 e 2015; podemos compreender como esse grupo focal assimilou a condição de terem sido retirados do Mineirão, por meio do fluxo de notícias publicadas a esse respeito, a cada ano (observando que a primeira reportagem, sem relação direta com a retirada do Mineirão, datada de 2007, noticiava a relação estabelecida entre a lei seca e a ampliação do público no Mineirão).

Primeiramente, no período de 2010 a 2014, os antigos barraqueiros, acreditando em seu normal retorno aos trabalhos desempenhados no entorno do Estádio, conforme era dito pela gestão pública municipal e estadual da época, estreitaram laços com o poder público, contribuíram com as pesquisas propostas para o grupo, e seguiram com as recomendações de frequentarem cursos de capacitação, para estarem aptos a trabalhar no megaevento Copa de 2014. Passaram, dessa maneira, de uma desterritorialização, que a princípio seria provisória, para uma condição permanente. Nesse período, ainda assim, apesar de não poderem trabalhar no evento, não fizeram manifestações, pois acreditavam que seu retorno ocorreria logo após o evento. Suas necessidades eram evidenciadas por meio da participação dos membros da ABAEM em reuniões e em assessoria jurídica junto à DPE e ao MPF.

Após o término do referido evento, estendendo-se ao ano de 2015, os barraqueiros se mobilizaram e fizeram diversas ocupações em prédios públicos, com o objetivo de dar visibilidade à sua causa, em prol da resolução da questão. Todos esses atos, foram noticiados pela mídia. Entretanto, o momento mais oportuno para a realização desse tipo de manifesto já havia passado, que foi exatamente quando ocorreram as diversas outras manifestações nas ruas do País, inclusive, bem expressivas em Belo Horizonte, nos dias de realização da Copa.

Em 2015, quando observamos o maior número de reportagens sobre o grupo, contraditoriamente e coincidentemente foi o último ano em que os barraqueiros estiveram em evidência na mídia, já estando instaurada a situação de desterritorialização dos mesmos, mantida pela imposição de uma nova configuração daquele território e por uma intensa repreensão por meio da fiscalização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Nesse ano, talvez em função dos constantes questionamentos, a Prefeitura preparou um edital para habilitar comerciante de comida e bebida, em locais próximos ao Estádio, ao qual nominou de Feira de Convivência do Entorno do Mineirão, noticiando que o objetivo era realocar os antigos barraqueiros em quatro pontos das ruas adjacentes ao Estádio. Porém, esse edital de licitação teve como critério de escolha o



pagamento do maior preço pelos participantes, e configurou-se em uma ação equivocada, que não beneficiou os antigos barraqueiros. O edital foi questionado pela ABAEM, por meio de pedido cautelar da DPE, mas, ainda assim, não houve impedimento para continuidade das etapas do edital. Com isso, novos barraqueiros foram selecionados, o que gerou novo problema para a gestão pública municipal administrar, visto que os selecionados pelo edital foram informados pela administração anterior que não teriam que pagar os valores à Prefeitura, tendo sua dívida anterior perdoada, mas não foi o que efetivamente ocorreu. Atualmente, as cobranças estão sendo realizadas aos participantes da feira. Caso não seja feito o pagamento, incorrerão em dívida pública. Conclui-se então que o critério de seleção utilizado no edital foi economicamente excludente (limitando a participação aos que poderiam pagar o maior valor). Além disso, o critério não foi efetivamente cumprido pelos que teoricamente venceram a concorrência, tornando-se mais um instrumento de exclusão enfrentado pelos antigos barraqueiros, uma vez que não forneceu condições efetivas de acesso e possibilidade de retorno aos trabalhadores. É importante salientar que o edital de licitação não consta do processo referente ao Mineirão na Prefeitura. Assim, pode-se inferir que a gestão pública não viu efetivamente essa ação como uma possibilidade de mitigação do impacto – evidenciado em estudo - causado aos antigos barraqueiros, que consta do referido processo.

Nos anos seguintes, os antigos barraqueiros do Mineirão mantiveram o movimento, apesar das adversidades, e por resistência. A frequência do número de participantes nas reuniões diminuiu muito; isso como uma resposta ao processo de desmobilização que enfrentam, apesar de a maioria dos barraqueiros afirmar que se sente representado pelo “presidente” Ernani, que os informa sobre todas as ações relacionadas aos membros da ABAEM. Observa-se um maior número de pessoas nas reuniões da associação que tem como pauta a participação em algum evento, certamente por se tratar de um meio para garantirem renda.

Os membros do grupo entrevistado, em seus depoimentos, afirmam acreditar na possibilidade de retorno às suas atividades no entorno ou nas proximidades do Mineirão, a maioria deles aponta essa opção como a solução do problema. As proibições e perseguições enfrentadas pelo grupo para continuar mantendo seu trabalho às brechas da sociedade são dificultadores da manutenção dessa efetiva resistência, sem considerar que a prioridade, para eles, sempre será a sobrevivência. Para isso, buscam

estratégias de trabalho em outros territórios (geralmente nas cidades da região metropolitana, mais próximas), além do reconhecimento e da valorização de sua atividade na cidade.

Nota-se, portanto que, a retirada dos antigos barraqueiros do Mineirão do entorno do estádio deu espaço à construção de uma esplanada que rende lucro aos investidores, contraditoriamente alijando o referido grupo do seu direito ao trabalho e renda. Mencionados ainda, o impacto derivado da remoção da área verde do entorno do estádio, que também ocorreu no local. Alguns frequentadores do Estádio encontraram alternativas para se adaptar à ausência dos antigos barraqueiros no entorno do Mineirão, apropriando-se de forma diferente desse território, por meio de novos usos, organizando-se em grupos para fazer, eles próprios, sua alimentação e bebida nos dias dos jogos, conforme constatado pelo estudo de Campos (2016).

Percebe-se que a liderança da ABAEM, de boa-fé, em vários momentos da negociação para o retorno dos barraqueiros, com os diversos entes envolvidos, evitava tomar decisões extremas. A liderança priorizou a negociação amigável e o diálogo, ao desistir da abertura do processo judicial em momento mais oportuno. Outro exemplo ocorreu durante o período de realização da Copa de 2014 em Belo Horizonte, quando, nesse cenário, houve várias manifestações de diversos grupos pela cidade (grupos estes contrários à realização desse megaevento no país). A possibilidade de realização de uma manifestação da ABAEM ser levada às ruas foi aventada por esses trabalhadores, em busca de que sua pauta fosse ouvida. Objetivo era que seu prejuízo, pelo menos de caráter econômico, pudesse ter sido extinto; entretanto, numa estratégia política, para evitar esse tipo de manifestação, os gestores da época “garantiram” - registrando-se inclusive falas em audiências públicas - o possível retorno dos antigos barraqueiros ao local após o término do evento, ainda no mês de agosto de 2014. Com a expectativa de que esse “acordo implícito” fosse mantido, os antigos barraqueiros não trabalharam ilegalmente no entorno do Mineirão e nas proximidades nesse período, e não houve manifestações do grupo durante o evento. Postura essa, que, no entanto, não garantiu o retorno desses ao território de origem, prorrogando essa privação de direitos por mais de quatro anos após a realização da Copa no País, confirmando a premissa de que os custos sociais, bem como os ambientais, são de difícil medição, e, principalmente, de difícil reparação.

Pela percepção de uma das barraqueiras entrevistadas, foi feita comparação do grupo estudado a uma “formiguinha”, por sua simplicidade, reconhecendo a diferença de forças entre os envolvidos nessa disputa. Constatou-se que a ABAEM possui menos força em articulações e negociações, frente às forças envolvidas no processo em que estão inseridos, tendo como consequências o alijamento do seu direito do trabalho e a própria desterritorialização enfrentada pelo grupo. O interesse dos gestores públicos junta-se aos interesses de outros agentes externos (a exemplo de investidores nacionais e internacionais, dos moradores das proximidades do Estádio e/ou de outros trabalhadores do setor com mais recursos), em decorrência da realização do megaevento Copa de 2014, voltado a uma lógica estritamente econômica.

Todavia, reconhecemos algumas limitações presentes nesse processo investigativo. Uma dessas lacunas é a análise do processo administrativo da Prefeitura, por tratar-se de um volume muito grande de documentos. Além disso, a descoberta e o acesso tardio a esses dados, limitou-se a proposta de análise somente dos documentos elencados como sendo de maior relevância, não havendo tempo hábil para uma análise pormenorizada de todos os documentos presentes em processo. Os documentos desse processo são relacionados às medidas de fiscalização e de acompanhamento da licença ambiental de implantação da obra de reforma do Mineirão. Dessa maneira, optou-se pela realização de ampla e densa análise documental, verificando o processo na íntegra, seguido à separação dos documentos relacionados diretamente aos antigos barraqueiros. Nesse momento indicamos a possibilidade de estudo detalhado posterior, que possa vir a contribuir para publicações futuras sobre o tema.

Outra limitação está relacionada aos documentos oriundos do processo administrativo interno da DPE, em menor volume, a exemplo da recomendação expressa para o melhor tratamento das informações do outro processo. Pode servir também na análise dos demais documentos em perspectivas futuras, por meio de publicações, novas pesquisas e/ou dar continuidade a esta.

Nesses anos de estudo do tema da tese, privilegiamos aproximação com o grupo focal estudado, o que nos permitiu um maior aprofundamento, com fins à percepção e compreensão da vivência territorial desses atores impactados. A partir dos questionamentos propostos aos atores - por meio do instrumento roteiro de entrevista semiestruturada, de forma compilada - foi possível perceber em virtude do aprofundamento e da qualidade das entrevistas realizadas, que: 1) Iniciamos pela

contextualização histórica da vivência, o que nos permitiu registrar a história individual de cada entrevistado, enquanto parte da história coletiva do grupo, sendo possível retratar particularidades e similaridades nos depoimentos, além do registro de fatos novos relativos à vinculação alimento e território ao longo dos anos de permanência no entorno do Mineirão; 2) em um segundo momento, foi solicitado aos entrevistados que qualificassem o termo território (conceito geográfico), questão que, geralmente não foi muito bem compreendida, precisando ser mais bem apresentada e retomada, para então serem apresentadas afirmativas, na maioria dos depoimentos dos entrevistados, que comprovam o pertencimento e as regras de convívio que passaram a ser mantidas, pelos membros desse determinado grupo, no território em questão; 3) em um terceiro momento, os questionamentos perpassaram o surgimento da Associação ABAEM. Foram elucidadas, por meio dos depoimentos, questões relativas ao estabelecimento e permanência nesse território. Quanto ao nome da associação, muitos entrevistados não souberam dizer ao certo como foi definido, dado que aponta para um não pertencimento em relação ao nome da instituição. Em relação ao que a associação representa para cada um, foram coletadas opiniões variadas, que vão desde somente fazer parte desse grupo, até o reconhecimento de certo poder de articulação por meio da valorização do grupo, enfatizando, principalmente, as situações em que a associação conseguiu eventos exclusivos para que os membros trabalhassem (por exemplo, no Réveillon e na Parada Gay de Belo Horizonte); 4) em seguida, a conversa foi conduzida no sentido de serem apreendidas impressões e expectativas em relação à Copa de 2014, bem como em relação aos problemas enfrentados. Nesses questionamentos, a maioria dos entrevistados apresentou tranquilidade ao responder, falando com clareza que possuíam boas expectativas em relação ao megaevento, embora o resultado obtido tenha sido negativo. As respostas perpassam ainda questões simbólicas relacionadas a esse território, comparando as vivências obtidas antes e após a retirada do entorno do Estádio. Em muitos depoimentos é possível perceber que os barraqueiros ainda nutriam esperança em relação à obtenção de uma solução. Alguns entrevistados demonstraram já ter perdido a esperança, inclusive integrantes do grupo faleceram, na expectativa, antes de alguma solução; 5) por fim, foram questionados sobre as possíveis soluções para a questão do trabalho dos antigos barraqueiros. De acordo com a percepção da maioria dos sujeitos entrevistados, a solução depende da disponibilização de um local destinado a dar continuidade aos seus trabalhos. Na sequência, foram apresentadas as alternativas

de trabalho encontradas pelos barraqueiros e os novos territórios que passaram a ocupar, o que, para Zibechi (2015), conceitualmente, são antagonicamente territórios de dominação frente aos territórios de resistência, seja por meio da permanência de alguns no mesmo território, trabalhando na “tora” (termo habitualmente utilizado por eles), apesar da intensa fiscalização, ou pela apropriação de outros territórios. Abarcam características semelhantes à dos territórios de prostituição estudados por Souza (2001), ao serem apropriações de forma flutuante ou móveis, diferente e distante do local que anteriormente trabalhavam, e que passam a criar identidades territoriais apenas relativas, mais funcionais do que afetivas, conceitualmente definidas como *territorialidades flexíveis*. A desarticulação do grupo pode ser percebida na afirmação de que muitos - como já anteriormente mencionado - se sentem representados pelo ex-presidente e já não frequentam mais as reuniões, afirmando estar acompanhando, à distância, uma possível solução desse problema, por meio das informações que são repassadas pela liderança. Novos participantes têm se juntado ao grupo, por se sentirem representados, renovando as forças desse movimento, apesar dessa participação ser vista com desconfiança por parte de alguns antigos barraqueiros entrevistados. E há os poucos, que se mantêm frequentes aos debates em assembleias, ainda esperançosos por uma solução. Expressam, na maioria dos depoimentos o anseio por conseguir, enfim, um local para continuar trabalhando, de preferência no próprio Mineirão ou em suas proximidades. São poucos os que veem como solução a possibilidade de recebimento de indenização - questão que foi recomendada na época da retirada como sendo um amparo às famílias, ou seja, uma garantia da receita perdida, que poderia ter sido oferecida aos trabalhadores até que fosse realizada a realocação e pagamento de lucros cessantes. Atualmente, essa opção não é bem vista pela Defensoria Pública, por ter implícita certa fragilidade jurídica, que talvez fosse uma alternativa por meio da abertura de um processo judicial em anos anteriores, o que não foi feito.

Não podemos deixar de reconhecer que a concorrência é um dificultador para o trabalho dos barraqueiros. Como o tipo de trabalho desempenhado por eles exige uma pequena qualificação, tem sido buscado como alternativa de renda por outras pessoas que nunca exerceram a profissão - fato que pode ser comprovado pelo aumento da concorrência, ao termos, por exemplo, mais de 9 mil inscritos para trabalhar como ambulantes no Carnaval de Belo Horizonte, em 2018. Percebe-se ainda que, os barraqueiros, de um modo geral, têm receio em apontar saldos positivos adquiridos em

eventos, apesar de verificarmos que um bom evento tem giro rápido e gera altos recursos. Porém, essa uma situação eventual/esporádica, haja visto que não trabalham mais com a frequência/permanência com que trabalhavam em um só lugar. Além disso, dependem do acaso para conseguirem seus recursos financeiros, que se mal administrados, não suprem nem mesmo suas necessidades básicas e o pagamento das despesas dos mesmos.

Por sua vez, ao abordarmos a parte da pesquisa que relaciona o alimento ao território, constatamos que o feijão tropeiro faz, historicamente, parte de um imaginário nacional, principalmente no Estado de Minas Gerais, por tratar-se de comida típica mineira. Especificamente ao tratarmos do vínculo desse alimento com o território do entorno do Mineirão, percebemos que a memória gustativa de entrevistados e frequentadores do Estádio faz com que sejam transportados para outros tempos, quando ainda era comercializado o tropeiro dos antigos barraqueiros naquele território. Esse vínculo tem valor singular que, apesar de os clientes consumirem em grande quantidade o tropeiro que é vendido dentro do estádio e de afirmarem gostar desse alimento (pois do contrário, acreditamos que não seria consumido em grande escala); contraditoriamente, ainda é feita, por parte dos consumidores, uma comparação entre o alimento que é servido hoje dentro do Estádio e o que era servido do lado de fora, no entorno do estádio, pelos antigos barraqueiros. Por meio da memória e do valor afetivo imputado ao que era produzido por esses barraqueiros antigos, conferem a ele um valor maior, elencando motivos subjetivos de análise, tais como o sabor diferenciado. Nesse momento, indicamos ser necessário dar continuidade e aprofundamento de estudos em relação à geografia dos alimentos e dos sabores, para melhor compor análise específica do “feijão tropeiro”, enquanto iguaria tradicional mineira vinculada a esse território. A valorização por meio dos aspectos culturais almejada pelos antigos barraqueiros em relação ao reconhecimento do seu papel cultural, e o registro do tropeiro e/ou do ofício no preparo como patrimônio imaterial; além de estudos de aprofundamento na temática contribuiriam para a fundamentação dessa conquista e resguardo.

Outro fator que nos permite constatar o enfraquecimento do grupo, a partir da análise dos depoimentos, é a constante confusão das datas e das informações apresentadas nas falas de alguns entrevistados. A história desse grupo está sendo diluída com o passar do tempo, caminhando para ser esquecida. Ressaltamos ainda, que esse grupo se mantém de forma frágil no território do qual foi retirado, e ocorre apenas por

meio da manutenção da sede da associação – ABAEM, em sala no Mineirinho, que pode ser retirada a qualquer momento pelo governo do Estado, uma vez que não têm efetuado o pagamento pelo uso desse espaço.

Apesar de existir, ao longo do processo administrativo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de parte do Ministério Público Federal de Minas Gerais e da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, recomendação clara da necessidade de absorção dos antigos barraqueiros às atividades pós reforma do Estádio, presente inclusive em relatório técnico de diagnóstico de estudo, realizado a partir de informações coletadas na época com os barraqueiros, os mesmos foram desterritorializados. Foi desconsiderado seu valor cultural, sendo, ainda, alijados do direito do trabalho. O volume de trâmites administrativos, expresso pelo vultoso volume de documentos do processo, expressam a burocratização do processo formal relacionado à questão, do qual os atores estudados não têm acesso, contribuindo, em certa medida, para manutenção das desigualdades e exclusão social. Trazendo-nos perplexidade, a permanência nesse estado à margem da sociedade, que perdura por mais de oito anos, uma vez que foram retirados em 2010. A marginalização dos indivíduos faz com que ofereçam resistência e que haja um novo redimensionamento dos territórios anteriormente ocupado por eles. A partir dessa reflexão, propomos o entendimento e a criação do termo “território marginalizado de resistência”, no contexto das multiterritorialidades, para exprimir o desenvolvimento de atividade enquanto resistência, relacionada à sobrevivência, apesar das proibições regulamentadas - fato verificado a partir da vivência dos antigos barraqueiros do Mineirão, após sua retirada do Estádio. O esforço de interpretação e investigação, à luz dos conceitos de território, desterritorialização, re-territorialização e territorialidade, apresentados ao longo desse trabalho, sugere analisar uma disputa territorial entre agentes de forças desiguais, perpassando uma dimensão política, com atenção voltada ao campo do poder presente ali, e suas respectivas atuações, onde cada um dos agentes busca justificar sua necessidade de permanência nesse território.

No tocante às mudanças pelas quais passou o entorno do Mineirão, nossa atenção foi voltada, especialmente, a compreender o processo de desterritorialização, origens e consequências pelas quais passou o grupo focal elencado, os antigos barraqueiros do Mineirão, vinculados à ABAEM. Nesse contexto, optamos por privilegiar a fala dos menos desguarnecidos, os antigos barraqueiros do Mineirão.

Uma vez estabelecido problema que seria analisado, em consonância com os depoimentos dos entrevistados foram também analisados documentos relacionados à questão, com fins a compreender como se deu o processo de desterritorialização, suas fases/etapas. Procurando perceber ainda em que medida a realização da Copa de 2014 estabeleceu interligação e contribuiu a essa desterritorialização e/ou a manutenção desse estado.

A partir dos depoimentos prestados pelos antigos barraqueiros, foi possível observar os vínculos desses indivíduos com esse território específico, estabelecido ao longo de anos a partir de sua fixação, à princípio para o desenvolvimento da atividade frequente e rotineira de trabalho, que reverberou-se nas relações estabelecidas com outros frequentadores e/ou com os moradores do mesmo território, e também com os agentes públicos administrativos do local. Considerando ainda o vínculo e a afetividade estabelecidos com esse lugar, narrado nas falas por meio até da presença dos elementos naturais presentes, percebemos a relação indissociável entre os conceitos de lugar e território, relações por vezes estabelecida na “demarcação” desse território.

A partir de nossa perspectiva, esse território do entorno do Mineirão experimentou, desde então, conflitos e disputas com os atores envolvidos, após a escolha do Brasil como sede da Copa de 2014. Verificou-se a existência de tensões anteriores à realização da Copa, mencionadas em depoimentos dos entrevistados. Entretanto, com a definição da realização desse megaevento, os diversos interessados no mesmo território se posicionaram, acirrando-se a disputa pelo mesmo. Assim, podemos pensar no megaevento como um vetor e/ou um catalisador de desterritorialização, uma vez que essa tensão já existia, mas as relações estabelecidas até então garantiam a permanência dos barraqueiros. Esse conflito deveria estabelecer o desenvolvimento de melhores práticas das atividades no local e não apenas tornar-se um fator de exclusão, que gerou adversidades, por tratar de trabalhadores, rendas e famílias que não deixaram de existir. Em alguns depoimentos, os entrevistados falaram sobre a “invisibilidade e o descarte sofrido”, por parte das autoridades públicas responsáveis, que deveriam ser sensíveis à causa dos barraqueiros e buscar soluções inclusivas, como as alternativas apresentadas nesse trabalho (formas legalmente possíveis de construção de editais ou de chamadas públicas).

Após essa investigação, constatamos que os barraqueiros perderam o *time* entre a desterritorialização e a real possibilidade da re-territorialização. É possível



afirmar ainda que o não retorno foi arquitetado, uma vez que já existiam motivos declarados (já havia uma tensão prévia, sem vínculos com esse megaevento, que se juntou com a já mencionada “assepsia” dos indesejados nos locais de realização) para que a retirada acontecesse. Contudo, em um primeiro momento, e avaliamos que até o momento em que foi realizada a Copa, esses trabalhadores não acreditavam que isso pudesse ocorrer. A necessidade de que realizassem uma reforma no Mineirão, para que fosse possível que o megaevento Copa de 2014 acontecesse ali, sendo o motivo perfeito a saída dos antigos barraqueiros, sem que houvesse resistência por parte deles.

Considerando outros grupos também atingidos pela realização de megaeventos em cidades-sede, em se tratando de uma pesquisa norteada pelo método de abordagem territorial, foi imprescindível fazer a análise do caso específico dos barraqueiros, a partir dos conceitos chave território e desterritorialização, discutidos principalmente por Souza (1995; 2001) e por Haesbaert (2009), sendo o território investigado a partir da manifestação das relações e das disputas de poder, estabelecidas pelos grupos envolvidos, bem como as novas conformações do mesmo.

Na pesquisa em questão, buscou-se alcançar os objetivos propostos a partir da análise do recorte estabelecido. Indicamos que seja dada continuidade por meio de estudos futuros da mesma temática, na mesma perspectiva de abordagem, a fim de investigar novas alternativas de diminuição desse tipo de impacto causado a partir dos megaeventos esportivos. Nossa pesquisa limitou-se a apontar possíveis soluções para que - relacionadas com o vínculo do desempenho da atividade dos antigos barraqueiros nesse território visando o seu reconhecimento e valorização - sejam percebidos como um patrimônio, para que seja resguardado esse bem cultural imaterial, que vincula a atividade desempenhada ao alimento feijão tropeiro; expresso, por sua vez, nesse território. Cabe, principalmente, à gestão pública municipal e estadual das localidades sede, pensarem em soluções para os transtornos futuros gerados em decorrência de megaeventos, resguardando as atividades já presentes nesses locais, salvaguardando práticas imateriais, tradições e direitos que possuem vínculo territorial.

Quando direcionamos nossa atenção para a estrutura da ABAEM, percebemos que a associação precisa se organizar melhor, ficando evidente em alguns depoimentos o enfraquecimento e a falta de poder de articulação, junto a outras instituições e até mesmo unido às gestões municipal e estadual. Nossas investigações evidenciaram a necessidade de se encontrar meios para se fortalecer e articular junto às

esferas públicas. Essa estruturação pode ser iniciada de forma simples, perpassando pela estruturação dos documentos e da própria sede do grupo, para então almejar atingir maior influência. Admite-se que o grupo, inclusive os integrantes da gestão, não se beneficiar de nenhuma forma desse cargo, ao contrário, possuem ônus com tal atividade; enfrentam ainda inúmeros desafios diários, principalmente ligados às necessidades básicas de sobrevivência, que impactam diretamente a sua capacidade de ação e de resistência, retardando as atitudes que possam vir a ser tomadas pelo grupo.

Esse trabalho tem uma perspectiva de análise diferencial, até então inédita, por tratar-se de um estudo desenvolvido à luz da geografia cultural, por meio da etnogeografia e em uma abordagem etnográfica, que buscou compreender e analisar a vivência territorial do grupo focal estudado, os antigos barraqueiros do Mineirão, em consequência da realização do megaevento Copa de 2014, no recorte territorial Belo Horizonte. Nesse sentido, consideramos que os conhecimentos gerados poderão subsidiar reflexões e debates bastante profícuos sobre a temática e o grupo em questão.

É possível destacar que as investigações contribuíram, sobretudo, para o resgate cultural, identificação da documentação concernente ao grupo e o registro histórico dos antigos barraqueiros do Mineirão, utilizando-se de posicionamentos oficiais e extraoficiais, dando ênfase principalmente às entrevistas realizadas com os protagonistas desse processo, a partir de uma amostra significativa e qualificada. Os principais conflitos e desafios enfrentados foram apresentados, todavia, reconhecemos as limitações do esforço de reconstrução histórica e de análise dos documentos encontrados. Observa-se ainda que a maioria dos documentos acessados pela pesquisa não estão de posse do grupo estudado, podendo esse trabalho servir de referência, registro e análise desses documentos, ao se tratar de um exercício de compilação das informações consideradas relevantes a respeito do grupo.

Uma particularidade apresentada pelo grupo é o reconhecimento da liderança permanente, sendo personificada na imagem do Ernani, o ex-presidente da ABAEM. Foi possível reconhecer, através da fala dos entrevistados, o seu comprometimento e a boa-fé, além de possuir engajamento político crítico. Todavia, os membros deixaram de participar efetivamente e consente a cargo desse membro a responsabilidade pela permanência da resistência deles, faltando engajamento coletivo do grupo, o que faz com que o grupo tenha um maior enfraquecimento.

A contribuição mais significativa desse trabalho está relacionada à possibilidade de estudar a vivência dos antigos barraqueiros do Mineirão, procurando dar voz e vez a esses atores sociais, prioritariamente, por meio da escuta de suas histórias, fazendo um registro dessas vivências e dos acontecimentos relatados, ao longo dos anos de inserção no local. Percebendo ainda os impactos relacionados a megaeventos, buscando a ampliação do conhecimento nessa área, com vias a reflexão e apontamentos de caminhos que, sobretudo, considerem as particularidades de cada território e do grupo social envolvido.

Por fim, avaliamos que, para que os megaeventos gerem menos impactos nos locais onde ocorrem, a comunidade local precisa estar atenta aos acontecimentos que possam vir a impactar o seu território, buscando prever os possíveis impactos e/ou conflitos, e procurando estar bem informada sobre as mudanças a que o território está sujeito. Uma vez já ocorridas às intervenções no local, a articulação enquanto grupo social reconhecido e valorado é imprescindível. Além disso, deve-se aliar aos interesses políticos da localidade, buscando, fundamentalmente, apoio para as causas específicas do grupo. Também é importante mobilizar e sensibilizar a população da localidade na qual está inserida, para que esta última possa reforçar os interesses locais, prevendo o resgate de valores culturais de cada território. Por outro lado, almejando um planejamento que seja democrático e participativo, seria necessário despertar, nos gestores públicos, visões mais sensíveis à salvaguarda dos menos favorecidos socialmente e economicamente, que levem em consideração as vivências dos locais. Talvez dessa forma os impactos que foram percebidos, por meio desse estudo, poderiam ser evitados, minimizados ou até mesmo já resolvidos, com a possível diminuição do tempo de permanência nesse estado de exclusão, de impacto brutal, haja visto que já se passaram anos da desterritorialização dos antigos barraqueiros de seu território.

Assim, percebemos que o cenário urbano se torna palco de disputas pelo direito ao uso do espaço da cidade, entre grupos sociais territorializados, com evidente desvantagem para segmentos mais frágeis e marginalizados da população. Precisa-se avaliar, portanto, quais são o saldo e o custo (as externalidades), principalmente sociais e culturais, para sediar megaeventos internacionais na cidade de Belo Horizonte/MG, descobrindo formas de viabilização destes tipos de evento, que não interfiram de forma significativamente negativa na vivência socioespacial, e, sobretudo, nos direitos político-territoriais dos atores locais, protegendo os segmentos sociais envolvidos de

uma dinâmica recorrente nesses processos, de intervenções que atendem à interesses estritamente mercantilistas e mercadológicos. Ressalte-se que a simples postura de defender os interesses locais, frente a esse “estado de exceção”, já tenderia a equilibrar essa correlação de forças tão desiguais.

O estudo do processo de desterritorialização, por meio das percepções dos sujeitos entrevistados, envolveu apreender dificuldades e forças incidentes sobre esse território, as intensas disputas e tensões presentes, com fins à construção de alternativas que perpassam a mobilização desses sujeitos sociais, frente à articulação política local.

## 7. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana. In: *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALLEN, J. (et. al.). *Organização e gestão de eventos*. (tradução de Marise Philbois e Adriana Kramer). – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ALMEIDA, M. G. A produção do ser e do lugar turístico. In: SILVA, José Borzacchiello; LIMA, Luiz Cruz; e ELIAS, Denise (orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira 1*. São Paulo: Annablume, ANPEGE, 2006, p. 109-122.

\_\_\_\_\_. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.). *Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. Considerações Sociais e Simbólicas sobre Sedes de Megaeventos Esportivos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 178-192, jun./dez. 2009.

ALVES, R. C. *Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: Uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG*. Dissertação de Mestrado. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014, 325p.

AUGRAS, M. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro (RJ): Agir, 1989. 42p.

ARAÚJO, L. da S. *Baianas de acarajé contra FIFA: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade*. 2015. 257 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ARCHER, B. & COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, Willian F. (org.). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2002, p. 85-102.

ATA DA REUNIÃO AGENDADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA COM O FIM DE SOLUCIONAR OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS BARRAQUEIROS DO ENTORNO DO MINEIRÃO. Belo Horizonte, 25/08/2011.

BARBOSA, L. G. & SANTOS, R. L. *Jogos Pan-Americanos 2007 – Compreensão dos impactos a busca de uma estratégia para maximizar os benefícios*. Disponível em: <[http://200.189.169.141/site/br/dados\\_fatos/conteudo/lista.php?in\\_secao=311](http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=311)>. Acesso em: 28 de ago de 2007.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 6ª ed. atual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BESSA, A. S. M; CAPANEMA ÁLVARES, L. A construção do turismo: megaevento e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014, 140 p.

BEZZON, L. C. (org.). *Guia prático de monografias, dissertações e teses: Elaboração e apresentação*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004. 76 p.

BONNEMAISON, J. *La Geographie culturelle*. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

\_\_\_\_\_. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Culture and space: conceiving a New Cultural Geography*. London: I.B. Tauris, 2005.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZI, L. “*Le lien territorial: entre frontières et identities*”. *Géographies et Culture (Le territoire)*. Paris: L’Harmattan/CNRS, 1996, n. 20

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A.(org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p.165-193.

CAMPOS, P. A. F. As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após a reforma. *Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física*. Campinas, SP: [sn], 2016.

CARTA DO PRESIDENTE DA ABAEM. Correspondem às páginas 236-238 do processo administrativo de nº 147/1/2011 da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAUI, M. O conhecimento: Percepção, memória e imaginação. In.: \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 13ª Edição. São Paulo (SP): Ática, 2006. pp.121-176.

CLAVAL, P. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.

\_\_\_\_\_. *Le Territoire Daus La Transition à La Postmodernité*. *Géographie et Cultures*, Paris, n. 20, p. 93-112, 1996.

\_\_\_\_\_. *Etnogeografias – conclusão*. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N.7, p.67-74, jan/jun de 1999.

\_\_\_\_\_. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. “*A volta do cultural*” na geografia. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

\_\_\_\_\_. *Geografia cultural: um balanço. Geografia* (Londrina/PR), v.20, n.3, p. 05-24, set/dez. 2011.

CLAVAL, P.; SINGARAVELOU. *Étnogéographies*. Paris: L'Harmattan, 1995.

COSTA, B. P. da. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, 226 p.

COSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil. In: DaCOSTA, L. P. *et al.* (Ed.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 33-45.

CRUZ, V. C. *Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade*. In: BEZERRA, Amélia C. Alves et al (Orgs.). *Itinerários Geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007, p. 13-35.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH. *Ofício nº320/2011, destinado ao Núcleo de Planejamento e articulação do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 26 de julho de 2011.

DEUS, J. S. de. Amazônia no terceiro milênio – a emergência de novas territorialidades indígenas na “fronteira” em contraposição às sistemáticas invasões de territórios. In: *Geografia Cultural do Brasil/Etnogeografia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DEUS, J. S. de; CASTRO, H. M. de. Protagonismo político etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso no Vale do Jequitinhonha/MG. In: LIMA, I. B. de (org.). *Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas*. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

DINIZ, A. Com demanda fraca, hotéis demitem e fecham as portas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 22 fev.2015. Caderno Economia, p.10.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, L. L.; PALHARES, R. H. O impacto da realização da Copa das Confederações da FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014 na criminalidade em Belo Horizonte. *Confins* [on line], 32 | 2017, desde 11 outubro de 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12242> ; DOI: 10.4000/confins.12242. Acesso em: 18 de maio de 2018.

DOURADO, A. M. *Caminhos e encontros com o território*. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Organizadores). *Práticas e vivências com a Geografia Cultural*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015, p. 25-66.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães e Stella Maris Borges. 9. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

GALIZA, H. R. dos S; LILIAN, F. V; SILVA, M. L. P. da. *Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI*. Disponível em: <<http://megaeventos.etern.ippur.ufrj.br/en/node/45>>. Acesso em: março de 2017.

GETZ, D. *Festivals, Special events and Tourism*. Van Nostrand Reinhold: NY, 1991.

\_\_\_\_\_. *Event management and event tourism*. Cognizant Communication: NY, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Assessoria de Articulação Parceria e Participação Social da Governadoria. *Nota acerca da relevância social dos barraqueiros do entorno do Mineirão*. Belo Horizonte, 21 de outubro de 2014.

GRATÃO, L. A.B. *Sabor & saberes no destino turístico – valoração de paisagem e identidade cultural*. In: SEABRA, Giovani; MENDONÇA, Ivo T. (orgs.) IV Simpósio de Turismo Sertanejo: arranjos Produtivos do Turismo. Caruaru: UFPB, 2009b.

GRATÃO, L. A.B; MARANDOLA, E. Sabor da, na e para geografia. *Geosul*, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 59-74, jan./jun. 2011.

GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007, 256 p. (Museu, memória e cidadania).

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.165-205.

\_\_\_\_\_. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Editora UFF, 1997, p. 42.

\_\_\_\_\_. Concepções do território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha (orgs.) *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, DP&A, 2 ed., 2006.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia, volume II*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.233-243.

HEYNE, M; MAENNING, W. & SUSSMUTH, B. *Mega-sporting Events as Experience Goods*. Working Paper Series, nº 07-06, abril 2007.



HALL, C. M. *Hallmark tourist events – impacts management and planning*. Bethaven Press, Londres, 1992.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). *Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon*. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 59-70.

HIGHAM, J. *Commentary – Sport as an avenue of tourism development: an Analysis of positive and negative impacts of sports tourism*. *Current issues in Tourism* 2(1): 82-90 (1999).

HORNE, J; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports megaevents. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). *Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 1-24.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A [et. Al.]. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JONES, C. *Mega Events and Host-region Impacts: Determining the True Worth of the 1999 Rugby World Cup*. *International Journal of Tourism Research* 3, 241-251 (2001).

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia, volume II*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.233-243.

LIMA, L. N. M. *O cerrado como território-lugar de resistência e de identidade das Comunidades Kalunga*. In: LIMA, Ismar Borges et al (Org.). *Etnodesenvolvimento e gestão territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas*. 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A.(org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p.103-141.

MAIOR, J. L. S. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, A., ROLNIK, R., LASSANCE, A. [et al.]. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MANZINI, E.J. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. A

pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-0106. 10 p.

MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. *Cidades*, v. 10, n. 17, p.142-70, 2013.

MASCARENHAS, G.; BORGES, F.; MARQUES, C. Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? Conflitos e articulações por ocasião do Pan-2007. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 195-216.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MEMMI, A. “*Les fluctuations de l’identité culturelle*”. *Esprit*, 1997, n. 228.

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. As redes de sociabilidade e a construção do território das fabriquetas de queijo no sertão sergipano. *Raízes*, Campina Grande, vol. 24, n°s 01 e 02, p. 83-91, jan./dez. 2005.

MENEZES, S. de S. M. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. *Geonordeste*, ano XXIV, n° 2, 2013, p. 120-136.

\_\_\_\_\_. Sabores do sertão ao litoral: saberes e fazeres como estratégia de reprodução social e econômica de grupos familiares. *Geografias*, artigos científicos. Belo Horizonte, 01 de julho – 31 de dezembro de 2015. Vol. 11, n° 2, 2015, p. 44-62.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O espaço. In.: \_\_\_\_\_. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Freitas Bastos, 1971. pp.249-303.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Despacho nos autos n° Id 2487732, objeto: Realocação de barraqueiros do Mineirão*. Belo Horizonte, 06 de novembro de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão – PRDC e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais. *Recomendação*. Belo Horizonte, 23 de novembro de 2011.

MIRANDA, I. G.; MERLADET, F. A. D. Os impactos dos megaeventos nos trabalhadores informais e precários: estudo de caso dos barraqueiros do Mineirão. *Anais do Colóquio Internacional Direito(s) e Desigualdades*. Coimbra, p. 67-75, dez.2013.

MONTE-MÓR, R. L. *As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil*. Disponível em: < <http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>>. Acesso em: 29 de abr de 2013.

NETO, Antônio Augusto Arantes. Introdução a bens. In.: CORSINO, Célia Maria & NETO, Antônio Augusto Arantes (Orgs.). *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília (DF): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. pp.23-25.

NUÑES, D. C. Educação patrimonial nos bastidores do processo. A formação dos agentes multiplicadores e as metodologias de ensino aplicadas na apreensão de bens culturais: o caso de São João Del-Rei/Minas Gerais. 95f. *Dissertação* (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2011.

NUNES, R. P.; SANDER, S. C. Cidade, trabalho e megaeventos esportivos: o caso dos Barraqueiros do Mineirão. In: II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2013, RJ. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://megaeventos.ettern.ippur.ufrj.br/pt-br/cidade-trabalho-e-megaeventos-esportivos-o-caso-dos-barraqueiros-do-mineirao>>, consultado em 10 de março de 2016.

NOGUEIRA, M. Who has the right to remain in place? Informality, citizenship and belonging in Belo Horizonte, Brazil. *Thesis* (Doctor of Philosophy) - London School of Economics and Political Science, London, October, 2017.

PAULA, M. de. *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relatório cidade, trabalho e megaeventos esportivos: o caso dos trabalhadores do entorno do Mineirão*. Dezembro de 2014, 237 p.

RAFFESTIN, C. O que é o território? In: *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-158.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ed. Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. *Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione*. In: TURCO, A. (Org.). *Regione e regionalizzazione*. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.

ROCHE, M. *Mega Events and Urban Policy*. *Annals of Tourism Research* 21: 1-19 (1994).

RODRIGUES, A. M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. *Geotextos*, vol. 9, n. 2, dez. 2013, p. 13-25.

RUBIM, A. A. C. (org). *Cultura e atualidade*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 11-28.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. In: *As Dimensões da Sustentabilidade e suas Possibilidades de Utilização nas Políticas Públicas*. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-597-570-20100903202725.pdf>>. Acesso em 24 de junho de 2015.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SÁNCHEZ, F. Copa do Mundo, megaeventos e projeto de cidade: atores, escalas de ação e conflitos no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P. (org.). *A Copa do Mundo e as cidades: política, projetos e resistências*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 45-59.

SANTOS, A. S. P. *Des-ordenamento territorial e unidades de conservação*. Orientador: José Antônio Souza de Deus. 2016. 460 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências - IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1994.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 200 p.

SCHIMMEL, K. S. Deep Play: sports mega-events and urban social conditions in the USA. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.) *Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 160-174.

SENAC. DN. *Sabores & cores das Minas Gerais: A culinária mineira no Hotel Senac Grotó*. 3 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009, 140 p.

SOARES, W. *Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local*. Belo Horizonte: Proex – Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

SOUZA, M. J. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STEINBERGER, M. e CAMPOS, N. Vulnerabilidade do uso do território da cidade pelos turistas. In: *THE 4 TH. INTERNACIONAL CONFERENCE ON POPULATION GEOGRAPHIES*, Japão: The Chinese University of Hong-Kong, July 2007, 16p.

TAVARES, E. Copa do Mundo na África do Sul – um legado para quem? 2015. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/copa-do-mundo-na-africa-do-sul-um-legado-para-quem>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul/set de 2011.

TRIGUEIRO, K. *O abastecimento alimentício de Vila Rica proveniente do Curral Del Rey: aspectos histórico-culturais e turísticos*. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CULTURA E TURISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC E SEMINÁRIO DO NÚCLEO DE TURISMO DA UESC, 2. e 4, 2008, Ilhéus (Estado da Bahia). Anais... Ilhéus: UESC, 2008. Certificado sob nº 2588, livro nº 33, p. 56.

\_\_\_\_\_. *Análise econômica da capacidade de carga turística na gestão do turismo em cidades históricas*. 2009. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-graduação em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo - CET-Unb, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

TRIGUEIRO, K.; DEUS, J. A. S. de. Turismo, Megaevento e Território - o caso dos Barraqueiros do Mineirão de Belo Horizonte-MG. In: *XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL 2017)*, 2017, La Paz - Bolívia. XVI EGAL 2017. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2017.

\_\_\_\_\_. A relação estabelecida entre o alimento e o território: uma abordagem dos alimentos vinculados ao entorno do estádio Mineirão em Belo Horizonte/MG, da década de 1960 aos dias atuais”. Anais do *IV Seminário Sobre Alimentos e Manifestações Culturais e III Simpósio Internacional Alimentação e Cultura*. São Cristovão/SE, (Anais), maio 2018, p. 552-567.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, C. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? In: JENNINGS, A., ROLNIK, R., LASSANCE, A. [et al.]. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

VAINER, C. Megaeventos, Cidade de Exceção e Democracia Direta do Capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: VAINER, C. (org.) [et al.]. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

ZIBECHI, R. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 176p.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 - Roteiro de entrevistas semiestruturadas, realizada com os antigos barraqueiros

#### Questões por temas

##### Preliminares:

- Breve apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
- Pedido de autorização, por escrito, para divulgação dos dados, fotos e pedido de autorização para gravar a entrevista;
- Pedido sobre registro pessoal de fotos, reportagens e/ou algum outro tipo de documento antigo dos barraqueiros.

#### a) BARRAQUEIRO

##### • **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIVÊNCIA**

1. Conte sua história de vínculo, sua relação com o Mineirão? O “Mineirão” é importante pra você? Por quê? Quantas pessoas trabalhavam na mesma barraca? (se familiares ou não) Quais produtos comercializava?
2. Quando você passou a desenvolver a atividade no entorno do Mineirão? Período: Por quantos anos trabalhou no entorno do Estádio?
3. Qual a localização da barraca em que trabalhou? (próxima a qual portão – dado que servirá para a elaboração do etnomapa territorial temporal).

##### • **QUALIFICANDO O TERMO TERRITÓRIO**

4. O que seria um território para você? Então, o entorno do Mineirão poderia ser considerado um território dos barraqueiros? Sim, não e por quê?
5. Existiam acordos/regras de convívio para desenvolver a atividade no entorno do Mineirão?

##### • **SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO**

6. Como os barraqueiros (trabalhador de rua/vendedor ambulante) se estabeleceram nesse território? (explique como chegavam e como saíam do grupo)
7. Quando, como e por que vocês adotaram o nome de barraqueiros do Mineirão?
8. O que a Associação representa para você? Como e quando você começou a fazer parte da ABAEM (Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão)?

##### • **EXPECTATIVAS E PROBLEMAS ENFRENTADOS**

9. Antes do megaevento Copa de 2014, quais eram as expectativas dos barraqueiros do Mineirão, frente às possibilidades colocadas pela realização do evento na cidade?
10. O que ficou como resultado desse evento para os barraqueiros?

11. O que o Estádio representou para você, antes da remoção? Hoje, o que esse território do Mineirão representa para você? (questões simbólicas/imateriais relacionadas com o território)
12. Como foi para você o processo de desocupação do entorno do Mineirão? (se remete à desterritorialização)

- **SOLUÇÕES**

13. Em que local e com que tipo de trabalho você passou a trabalhar após a retirada do Mineirão, em 2010? Como está trabalhando agora? Há quanto tempo está trabalhando fora do Mineirão (se saiu conforme a determinação ou se tentou ir outras vezes)? Como é a logística para trabalhar em outros locais e qual a diferença de antes no Mineirão?
14. Como os barraqueiros se posicionaram frente ao processo de remoção, realizado por meio dos governos municipal e estadual, em 2010? (conformaram-se?)
15. Qual o seu papel na Associação para retorno das atividades ao Mineirão? O que você tem feito para voltar a trabalhar no entorno do Mineirão?
16. Quais as alternativas vê como possíveis para solucionar o problema dos barraqueiros? (expectativas futuras)

**Apêndice 2 - Roteiro de entrevista realizado com a D. Sônia – uma das responsáveis por fazer o tropeiro do Mineirão (vendido na parte interna do Estádio)**

1. Conte sua história de vínculo, sua relação com o Mineirão.
2. Como passou a fazer o famoso tropeiro do Mineirão?
3. Desde que ano? Já trabalhou do lado de fora do Estádio antes?
4. Quais os ingredientes?
5. Qual a logística do preparo no dia do jogo?
6. Como é feito?
7. Quantos tropeiros são servidos, em média, em um jogo?
8. Qual o valor? (contrato de prestação de serviço)
9. O “feijão tropeiro” para você é algo que faz parte da cultura mineira?
10. No período da reforma, ficou quanto tempo afastada do Mineirão?



### **Apêndice 3 – Termo de Consentimento Informado**

**Doutoranda:** Karla Trigueiro

**Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/ UFMG**

**Tel.:** (31) 99432-0537 - **E-mail:** [ktrtur@yahoo.com.br](mailto:ktrtur@yahoo.com.br)

**Orientador:** Dr. José Antônio Souza de Deus – Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG)

**Tel.:** (31) 3409-5436 - **E-mail:** [jantoniosdeus@uol.com.br](mailto:jantoniosdeus@uol.com.br)

**Secretaria da Pós-Graduação em Geografia / UFMG:** [posgeog@igc.ufmg.br](mailto:posgeog@igc.ufmg.br)

O Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar de uma entrevista no âmbito da Pesquisa de Doutorado com o título “Uma Abordagem Territorial dos Megaeventos Esportivos em Belo-Horizonte/MG – Análise e interpretação do processo de desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão”.

Essa pesquisa tem como objetivo apreender e estudar a percepção dos barraqueiros do Mineirão, enquanto grupo focal envolvido escolhido para a pesquisa, atores impactados dos megaeventos esportivos internacionais em Belo Horizonte, especificamente, a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Para participar deste estudo, não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação, a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Os recursos da pesquisa estarão à sua disposição, quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Esta entrevista será filmada, gravada e/ou anotada.

Essa pesquisa não apresenta nenhum risco para você a não ser o tempo dispensado em responder a entrevista. Talvez no decorrer da entrevista, você possa se sensibilizar com algum tema tratado. Este projeto não trará benefícios imediatos a você, mas uma vez que tenha sido concluído, ficaremos satisfeitos em entregar a você os resultados. Pretendemos, também, disponibilizar os dados obtidos através de artigos científicos a serem publicados nos anos seguintes e, ainda, por meio de uma apresentação dos resultados em uma reunião com os barraqueiros do Mineirão, em data a ser agendada e previamente informada a você.

Esse termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UFMG, e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, \_\_\_\_\_,  
Portador do documento de identidade \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Uma Abordagem Territorial dos Megaeventos Esportivos em Belo-Horizonte/MG – Análise e interpretação dos processos de desterritorialização dos barraqueiros do Mineirão”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Nome legível e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do pesquisador

**Apêndice 4 – Termo de Autorização de Uso de Imagem (individual)**

**Termo de Autorização de Uso de Imagem**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo, \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), portador(a) do documento de identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, AUTORIZO a pesquisadora Karla Trigueiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a utilizar meu nome e minha imagem no âmbito da sua Tese de Doutorado intitulada “Uma Abordagem Territorial dos Megaeventos Esportivos em Belo-Horizonte/MG – Análise e interpretação dos processos de desterritorialização dos Barraqueiros do Mineirão”, cujo interesses estão exclusivamente atrelados à essa pesquisa, sem qualquer fim comercial.

A presente autorização se faz a título gratuito e está vinculada unicamente a utilização da(s) imagem (ns) identificada (s) no presente instrumento, as quais serão utilizadas na publicação já citada.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que naja haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Telefone fixo: \_\_\_\_\_

Telefone celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Apêndice 5 – Termo de Autorização de Uso de Imagem da ABAEM – Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão**

**Termo de Autorização de Uso de Imagem**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), portador(a) do documento de identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, enquanto representante legítimo da Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão – ABAEM, AUTORIZO a pesquisadora Karla Trigueiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a utilizar os nomes e as imagens dos barraqueiros membros da associação no âmbito da sua Tese de Doutorado intitulada “Uma Abordagem Territorial dos Megaeventos Esportivos em Belo-Horizonte/MG – Análise e interpretação dos processos de desterritorialização dos Barraqueiros do Mineirão”, cujo interesses estão exclusivamente atrelados à essa pesquisa, sem qualquer fim comercial.

A presente autorização se faz a título gratuito e está vinculada unicamente a utilização da(s) imagem (ns) identificada (s) no presente instrumento, as quais serão utilizadas na publicação já citada.

Por esta ser a expressão da vontade coletiva dos membros da ABAEM, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que naja haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Telefone fixo: \_\_\_\_\_

Telefone celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXOS

### Anexo 1 - Créditos do curta metragem da Letícia F. Arantes - UNA Curta Metragem Barraqueiros do Mineirão - outubro de 2015

- **Ato 18/08/2015** – registro do ato na porta da Prefeitura, ocupação dos barraqueiros, vendedores de rua, trabalhadores desde 1965.

- **Chamado:** Onde estão os barraqueiros agora – MP4 (duração 18min)

42 dias de ocupação na gestão do Prefeito Lacerda

96 barraqueiros + 40 da feira de Veículos<sup>80</sup>

- **16/10 Desocupação:** Coleta de assinaturas em apoio aos antigos barraqueiros do Mineirão. Barraqueiros presentes no ato de 16/10: Ernani Francisco Pereira, Diva de Oliveira Rodrigues, Maria da Penha Fonseca, Maria de Lourdes Calixto, Cláudia Maria Reis, Aloísio Messias, Francisco Januário Gonçalves, Alonso Caldeira de Alcântara e Carlos Roberto Morais (Chinês Morais).

#### Textos

- Em memória aos barraqueiros falecidos, na esperança de poderem voltar a trabalhar no Mineirão: Genaro Afonso Sales, José Martins dos Santos, Marlene Jardim, Simone Rosa do Couto e Nelson Caetano da Silva.

- Chinês Morais, que faleceu no último dia 26/11 [referindo-se a 26/11/2015], não era barraqueiro do Mineirão, mas era um vendedor ambulante que tinha muita ligação com o Mineirão e estava na expectativa do retorno dos barraqueiros. Acompanhou o movimento [se referindo ao ato] o tempo todo, e carregava uma angústia muito grande com a forma que são tratadas as pessoas que tentam ganhar a vida nas ruas.

- Filmado no final de 2015 e finalizado nesse mesmo ano para ser apresentado em uma disciplina de Documentário da Prof.<sup>a</sup> Carla Maia, no curso de Cinema e Audiovisual da UNA.

#### Créditos:

- **Argumento/direção:** Letícia Ferreira Arantes

- **Câmera:** Gabriel Navarro, Letícia Ferreira Arantes e Rafael Almeida

- **Produção:** Letícia Ferreira Arantes e Rafael Almeida

- **Som:** Pedro Mafra Nancini

- **Edição/montagem:** Danuza Paz, Héctory Gotts e Letícia Ferreira Arantes

- **Colorização:** Héctory Gottshalg

- **Vozes dos barraqueiros:** Ernani Francisco Pereira e Carlos Roberto Morais (Chinês Morais).

#### Agradecimentos

- ABAEM

- Cidade e Alteridade

- Carla Maia

- Gabriel Navarro

- João Tito

- Marina França

- Mara Nogueira

---

<sup>80</sup> Observa-se que algumas das barracas da antiga Feira de Veículos do Mineirão são coincidentes, ou seja, tem correspondentes no número final total de 96 barraqueiros. Sendo assim, não se somam os dois números.

## **Anexo 2 - Letra da marchinha do Ernani – dezembro de 2016**

**Nome:** Viva, Viva – Hino ao Carnaval (em ritmo de frevo)

**Autor:** Ernani Pereira

Viva, viva, viva  
Viva o nosso povo  
Contagante  
Viva o carnaval de novo.

Ressurgiu em BH, mais, mais, mais eu canto assim  
Viva, viva, viva  
Viva o nosso povo  
Ô ô ô abre alas que os barraqueiros vem de novo

Viva, viva, viva  
Viva sem amarração  
Viva o carnaval de blocos sem as cordas e os cordões

Independentes, explodindo em emoções  
Independentes explodindo em emoções

Viva, Viva, Viva  
Viva a boa educação  
O nosso maior tesouro  
Vai mudar nossa nação

Viva, viva, viva  
Viva a boa educação  
O nosso maior tesouro  
Desta eu não abro mão

**Anexo 3** – Carta de reivindicações da liderança da ABAEM.



Meu nome é Ernane Pereira, sou presidente da ABAEM (Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão) e estou aqui representando cerca de 100 famílias atingidas pela copa. Fazemos parte de um grupo de trabalhadores que atua vendendo alimentos e produtos esportivos na área externa do Mineirão há mais de 45 anos, desde sua fundação. Pais criaram filhos assim, fizeram sua história e também a da cidade de Belo Horizonte, integrando seu patrimônio histórico cultural. Afinal, quem nunca foi ao Mineirão em um domingo e comeu um churrasquinho, ou tomou um refrigerante com o pai ou o avô?!

Desde o fechamento do Mineirão, há cerca de 1 ano, estamos passando cada vez mais dificuldade, já que não temos mais garantia de renda no fim do mês. Temos companheiros que estão à beira do despejo; Companheiros que pagam a conta de luz somente quando é cortada; companheiros e companheiras já idosos, que criaram filhos e hoje criam netos, passando grandes dificuldades.

Somos trabalhadores que fazemos parte do meio urbano da cidade! Trabalhamos há anos, tendo legitimidade junto ao grande público. Lutamos há tempos pela regularização de nossa atividade, mas o que vemos é o fechamento do cerco, com a criminalização de nosso trabalho, com licitações que fogem de nossa capacidade financeira e com a falta de incentivo para nossa inclusão no mercado de trabalho formal.

Gostaria de lembrar que para se fazer obra de tal monta, como é a do Mineirão, foi necessário que a empresa cumprisse condicionantes estabelecidas pelo Estudo de Impacto Ambiental. Uma delas, a de número XVIII, é a de incluir nossa classe em projetos de economia solidária e de capacitação, visando permitir novas fontes de renda. Até hoje, no entanto, mais de um ano depois do início das obras, somente foram aplicados questionários que nada de concreto realizaram para mudar a situação que vivemos de falta de emprego e renda! O que vemos é o cumprimento formal da condicionante, mas o que vivemos é o completo abandono, no qual nada é feito além de uns jogarem o problema para outros, sejam órgãos, secretarias, construtora...



Estamos aqui para defender nossos direitos enquanto cidadãos da cidade que merecem ser respeitados enquanto tal e que por tanto tempo foram úteis à população. Não podemos ser descartados em momento como esse. A Copa do Mundo deve trazer emprego, renda, prosperidade para nosso POVO, e não apenas para as camadas mais ricas da população. Sonhamos tanto com o dia em que a COPA pudesse voltar a ser realizada no Brasil, pois acreditávamos fazer parte desse enorme projeto. Por enquanto parece não haver a menor possibilidade de que possamos atuar em qualquer canto dessa enorme cidade!

Pois bem, diante disso, trazemos propostas que visam a garantir nossos direitos, quais sejam:

**Antes da Copa do Mundo:**

- Queremos que haja facilitação na participação dos barraqueiros nos eventos esportivos, culturais e religiosos pela cidade;
- Queremos receber capacitações para o exercício de outras atividades de acordo com nossos interesses;
- Queremos receber auxílio financeiro do governo até o momento em que pudermos recomeçar nossas atividades devido à interrupção abrupta de nosso trabalho sem qualquer apoio governamental;
- Queremos ser indenizados pelo completo desrespeito ao nosso trabalho e história.

**No período da copa do mundo:**

- Queremos que seja criado um espaço financiado pela prefeitura, em local com público, com telões, mesas e cadeiras, no qual nós trabalharíamos. Um local para que o povo pudesse acompanhar os jogos e se divertir e nós trabalharmos;
- Queremos que se possibilite, nos editais, a nossa participação, a partir de valores acessíveis, ou que se dê garantia de postos de trabalho a nossa categoria por meio de nossa associação;
- Queremos que se possibilite, junto aos patrocinadores da copa, nossa contratação nos empregos gerados pelos eventos;







Depois da Copa:

- Queremos que seja garantido, no novo Mineirão, ou em seu entorno, espaço para que possamos voltar a trabalhar;
- Queremos que a nossa atividade seja regularizada;
- Queremos que seja proporcionada nossa capacitação para que exerçamos nossa atividade de barraqueiros com qualidade;
- Queremos incentivos para nossa contratação, por meio da ABAEM, para trabalharmos nas festas realizadas na cidade, como carnaval, festa junina, réveillon, etc.;
- Queremos que sejamos inseridos em projetos e facilitações de créditos que nos dêem suporte para nossa profissionalização, possibilitando nosso crescimento por meio de abertura de pequenas empresas via associações e grupos.

Enfim, queremos que sejam garantidas oportunidades àqueles que mais precisam delas, àqueles que deram suas vidas por um trabalho e se viram, de um dia para o outro, sem ter como colocar pão na mesa para o dia seguinte!

Obrigado pela atenção.

  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
DEFENSORIA ESPECIALIZADA EM DIREITOS HUMANOS, COLETIVOS E SOCIOAMBIENTAIS



Ofício nº 320/2011

Belo Horizonte, 26 de julho de 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA MG  
Protocolo nº \_\_\_\_\_  
RECEBIDO EM  
20/07/11  
T. M. B.

Ilmo. Sr. Vinicius Lott,

Com cordiais cumprimentos, enviamos esse ofício com a finalidade de agendamento de uma reunião para tratarmos da situação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão.

Conforme conversado na Audiência Pública sobre os impactos da Copa do Mundo de 2014, ocorrida no auditório do CREA, dia 12/07/2011, adiantamos as reivindicações coletadas em reunião da ABAEM – Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão - com a finalidade de obter algumas soluções na reunião a ser agendada.

Nesse sentido, a ABAEM possui os seguintes pleitos para resolver a situação complicada em que seus associados se encontram:

- Antes da Copa do Mundo:
  - ❖ Facilitação na participação dos barraqueiros nos eventos esportivos, culturais e religiosos pela cidade;
  - ❖ Capacitações para o exercício de outras atividades de acordo com os interesses dos barraqueiros;
  - ❖ Auxílio financeiro do governo até o momento em que puderem recomeçar as atividades;
- No período da copa do mundo:
  - ❖ Criação de um espaço, em local com público, com telões, mesas e cadeiras, para que o povo da cidade pudesse acompanhar os jogos e se divertir e os barraqueiros trabalharem;
  - ❖ Possibilitar, junto aos patrocinadores da copa, a contratação dos barraqueiros nos empregos gerados pelos eventos;
- Depois da copa do mundo:

IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS

Rua Paracatu, 304, 2º Andar, cj. 222 - Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP 31.180-090  
Tel/Fax: (31)3349-9420/3349-9426 - e-mail: direitoshumanos@defensoria.mg.gov.br



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
DEFENSORIA ESPECIALIZADA EM DIREITOS HUMANOS, COLETIVOS E SOCIOAMBIENTAIS



- ❖ Seja garantido, no novo Mineirão, ou em seu entorno, espaço para que possam voltar a trabalhar;
- ❖ A regularização da atividade de barraqueiro;
- ❖ Capacitação para que exerçam a atividade de barraqueiros com qualidade;
- ❖ Incentivos para a contratação, por meio da ABAEM, com o fim de trabalharem nas festas realizadas na cidade, como carnaval, festa junina, réveillon, etc.;
- ❖ Inserção em projetos e facilitações de créditos que dêem suporte para a profissionalização, possibilitando o crescimento por meio de abertura de pequenas empresas via associações e grupos.

Solicitamos dessa instituição o agendamento da reunião em comento para discutirmos as eventuais soluções para o problema.

Atenciosamente,

Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes  
Defensora Pública  
MADEP 695

Cleide Aparecida Nepomuceno  
Defensora Pública  
MADEP 489

Ilmo Sr. Vinícius Lott  
Núcleo de Planejamento e Articulação do Estado de Minas Gerais  
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves  
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Edifício Gerais, 13º andar  
CEP: 31630-900 - Belo Horizonte/MG

IGUALDADE E CIDADANIA PARA TODOS  
Rua Paracatu, 304, 2º Andar, cj. 222 - Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP 31.180-090  
Tel/Fax: (31)3349-9420/3349-9426 - e-mail: direitoshumanos@defensoria.mg.gov.br

**Ata da Reunião agendada pela Defensoria Pública com o fim de solucionar os problemas enfrentados pelos Barraqueiros do Entorno do Mineirão no dia 25/08/2011.**



Estiveram presentes Ernani Pereira e Selma Salvíno, representantes da ABAEM, Vinicius Lott e Mariana Bahia, representantes da SECOPA, Dra. Silmara Goulart, representante do Ministério Público Federal, Dra. Cleide Nepomuceno e Dra. Flávia de Moraes, representantes da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, os estagiários Juliana Alcântara e Gustavo Passali, este, também, representante do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa do Mundo.

Primeiramente, o representante da SECOPA, Vinicius Lott, fez a leitura do ofício enviado pela Dra. Flávia convocando esta reunião. Em seguida, Lott retomou o que foi discutido em reuniões anteriores. Inclusive, em reunião com a regional Pampulha da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que esclareceu que já havia um contato recorrente entre os barraqueiros e a Regional Pampulha. Porém, foi informado pelo Ernani que a associação não é contactada para ser contratada há um bom tempo. Foi sugerido, nessa reunião, que o contato fosse mais constante para participação da ABAEM em feiras de eventos esparsos e, que houvesse, então, um diagnóstico para identificar os mais necessitados com licitações que atendessem a essas pessoas.

Entrando em um segundo ponto, Lott expôs a proposta de capacitação para os barraqueiros. Assim, as capacitações seriam destinadas a atender os requisitos dos editais de licitação dos eventos oferecidos pelo Município.

Mariana ressaltou que houve uma conciliação entre a vontade das pessoas que vão ser capacitadas e as necessidades do mercado e, que, então, as chances de sucesso seriam maiores. Ressaltou, ainda, que a "Proposta de Capacitação" poderia sofrer os ajustes necessários.

Mariana frisou que há a preocupação em terminar os cursos oferecidos, ou seja, não só iniciar, mas o comparecimento e a finalização para a efetiva capacitação. A representante da SECOPA passou, então, a explicar mais detalhadamente a "Proposta de Capacitação". A intenção da proposta, ao fim, é capacitar os barraqueiros como empreendedores individuais.

Lott ressaltou que a perspectiva de contratação é boa, a demora seria no processo de validação.

Ernani, representante da ABAEM, expôs a situação dos barraqueiros: a dificuldade de trabalhar em eventos oferecidos na cidade e a falta de apoio do poder público. Citou, ainda, vários exemplos da falta de apoio e, mesmo, a situação de que alguns setores do governo reiteradamente têm criado dificuldades para o trabalho dos barraqueiros.

Gustavo reiterou que as possibilidades de trabalho dos barraqueiros desde o fechamento do Mineirão estão sendo cerceadas. Ainda, ressaltou que a história dos barraqueiros com o



Mineirão não está sendo considerada. Colocou também que a capacitação apenas não será suficiente para resolver o problema.

Na mesma linha, a Procuradora Silmara ressaltou a importância de que as reuniões não sejam vazias de soluções materiais. Para ela, o Estado tem se preocupado muito em realizar reuniões. A procuradora, então, firmou a posição de que só participará de novas reuniões se o Estado se comprometer com as soluções desses problemas, com prazos e propostas concretas, ou seja, se for assinado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. Caso contrário, as reuniões serão "perda de tempo" e as medidas cabíveis serão, então, as judiciais.

Lott, voltando à fala do Gustavo, resalta que a Proposta de Capacitação não é uma limitação do trabalho. Afirmou que havia uma relação de informalidade entre a ADEMG e os barraqueiros. Propôs uma avaliação da proposta dos barraqueiros e, portanto, serão eles a determinar o conteúdo dos cursos. Lott afirmou que as obras no Mineirão oferecem vagas de trabalho. Dra. Silmara pontuou a possibilidade de que os barraqueiros queiram continuar a ser barraqueiros, que neste caso as licitações devem abarcar os barraqueiros, mudando ou abrindo cotas.

Lott utilizou a rede de catadores como exemplo de organização em modelo de cooperativas e agora estão mudando o paradigma de trabalho. No caso dos barraqueiros, Lott afirma que a mudança é mais complicada, mas que é válida uma articulação nesse sentido. A preocupação então é de que a forma de trabalho seja definida, seja em cooperativa ou individualmente como barraqueiros ou, mesmo, outra tipo de trabalho, pedreiro, etc.

Em relação a proposta de auxílio financeiro, Lott afirma que não é possível fazer a subvenção sem passar pelo Poder Legislativo. Afirmou, ainda, que o meio para resolver a questão financeira imediata deveria passar pelas secretarias do governo. Foi discutida a possibilidade de fornecimento de cesta básica.

Ernani levantou a possibilidade de incluir os barraqueiros em feiras da região da Pampulha ou outros eventos que resolvam a questão financeira e afirmou que gostaria que o prefeito fosse oficiado para que possa ter representantes da prefeitura frequentando essas reuniões.

Lott informou que há o acordo da cidade-sede que traz vários requisitos. Entre eles, há as áreas de fun-fest que é o evento oficial da FIFA. Há também uma área com o mesmo formato, que são os PVA que também tem que ter aprovação da FIFA. Nas áreas de visualização que não são da FIFA existe a possibilidade de empregar os barraqueiros, mas eles precisam estar capacitados.

Dra. Silmara resalta que mesmo depois de aproximadamente 2 anos do EIA nada foi resolvido e aponta que há um omissão do Governo do Estado nessa questão.

Foi pontuado que a SECOPA não tem competência para alocar os barraqueiros nos espaços apropriados pela FIFA.

Foi sugerido, então, que esta reunião saia com sugestões de ações e prazos para cumprimento. Mariana sugeriu a possibilidade de se criar grupos de trabalho que possam atender de forma mais imediata às necessidades particulares dos barraqueiros.



Lott ressaltou a questão da conclusão que é requisito dos cursos do SENAC e SEBRAE, sendo necessário, então, o compromisso dos atendidos em concluir os cursos. Em relação à questão do Mineirão, Lott resalta que a SECOPA não tem competência para inserir os barraqueiros nas atividades como era anteriormente, mas se comprometem a articular as negociações.

No que se refere à geração de renda imediata, Lott resalta que há a possibilidade de indicar como alcançar as questões de abertura de crédito para os barraqueiros, se organizados.

**ENCAMINHAMENTOS:**

- Contatar o COMAM para fazer recomendações para a modificação e o cumprimento da condicionante 18. Responsável: membros da Defensoria;
- Fazer levantamento entre os barraqueiros para saber quais são as demandas. Responsável: ABAEM, Defensoria e SECOPA;
- Convide para reunião com os representantes do Município com o objetivo de articular a inclusão dos barraqueiros em eventos na cidade. Responsável: SECOPA
- Verificar as oportunidades nas obras do Mineirão. Responsável: Lott encaminhará ofício à Defensoria e esta encaminhará à ABAEM;
- Reunião com SINE e SEDESE. Responsável: SECOPA.

**Assinaturas:**

*Handwritten signatures:*  
Mariana Cabral  
Leandro Sabino da Silva  
Pessal Marques

**Printed text:**  
Fátima M. T. Ferreira de Moraes  
DEFENSORA PÚBLICA  
MADEP 0615

**Anexo 6** – Modelos de contratos feitos entre os antigos barraqueiros e o governo do Estado, por meio da ADEMG, para trabalho na área externa do Mineirão e na feira de Automóveis.  
Fonte: DPE.



ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes  
ADEMG - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO NA ÁREA  
EXTERNA DO ESTÁDIO GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO  
"MINEIRÃO "**

**AUTORIZANTE:** ADEMG - Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais, Autarquia criada pela Lei nº 3.410, de 08 de julho de 1965, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antônio Abrahão Caram nº 1.001, Bairro São Luiz, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 17.374.745/0001-13, doravante denominada simplesmente ADEMG, neste ato representada por seu Diretor-Geral, José Eustáquio Natal.

**AUTORIZADO:** Andrea Ilario Martins, com endereço à R. Padaró Jr, nº 70, Bairro 1º de Maio, Belo Horizonte/MG, inscrito no CPF sob o número 001.584.236-31, CI Nº MG 900.594 SSP/MG.

**ITEM I - OBJETO**

*Vital*  
Constitui objeto do presente Contrato a autorização, a título precário, de espaço físico, barraca nº 27A, de aproximadamente 3M2, equivalente a uma barraca no em torno do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, área externa, para comercialização, durante a realização de jogos esportivos e outros eventos, de cerveja, refrigerante, churrasquinho, doces, salgados, sanduíches quentes e frios, biscoitos, pão com manteiga, pão de queijo, caldo de cana, sorvete, picolé, balas, cigarros e café, sendo que a venda de qualquer outro produto deverá, obrigatoriamente, ser submetida à aprovação prévia da ADEMG.



**ITEM II - PRAZO**

A presente autorização terá a vigência, somente, para o evento considerado, podendo o AUTORIZADO, utilizar o local, a partir de 03:00hs (três) horas antes e até 01:50hs (uma hora e cinquenta minutos) após o encerramento do evento.

**Parágrafo único:** Esta autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, de acordo com critério da administração e sem ônus para esta.

**ITEM III - PREÇO**

O AUTORIZADO pagará à ADEMG pelo aluguel do espaço, o valor total de R\$ 10,00 (dez reais), por dia de evento esportivo ou não, pela utilização do espaço objeto desta Autorização.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento do valor estipulado no caput desta Cláusula será efetuado em única parcela até o 01 (um) dia útil do início de cada evento, a ser depositado na conta da ADEMG, nº 59976-5, agência 3380 - Itaú.

**Parágrafo Segundo:** Apenas o AUTORIZADO que portar a Cartidão de Pagamento, expedida pela ADEMG, para cada evento, poderá exercer atividades previstas no objeto deste Contrato.

**ITEM IV - RESPONSABILIDADES DA AUTORIZANTE**

a) Ceder o espaço certo e determinada ao AUTORIZADO, para que o mesmo o ocupe durante a realização dos eventos esportivos ou não;

b) Fiscalizar as atividades do AUTORIZADO quanto à ocupação do espaço, frequência, cumprimento do horário, limpeza do local ocupando e adjacências, identidade, pagamento do aluguel e outras determinações da locadora;





- c) Cancelar a presente Autorização em caso de infração das cláusulas deste contrato e de outras normas da Autarquia;
- d) Em hipótese alguma terá a AUTORIZANTE qualquer responsabilidade frente a terceiros com os quais o AUTORIZADO tenha ou venha a ter contatos ou compromissos, sejam particulares, ou decorrentes de atividades relacionadas com a Autorização objeto da presente.

#### ITEM V - RESPONSABILIDADES DO AUTORIZADO

- a) Ocupar exclusivamente o espaço de que foi autorizado a explorar;
- b) Comercialização exclusiva de produtos para cuja comercialização esteja licenciado;
- c) Obedecer aos horários de funcionamento do local e as normas da Autarquia;
- d) Manter limpo o espaço ocupado e adjacências, antes, durante e após a realização do evento;
- e) Respeitar os funcionários da ADEMIG e fiscais da PBH em serviço no local;
- f) Adotar os necessários cuidados a fim de evitar acidentes que possam causar danos ao patrimônio da ADEMIG ou aos frequentadores do Estádio.

#### ITEM VI - RESCISÃO

Este contrato pode ser rescindido, a qualquer tempo, por razões de conveniência do AUTORIZANTE, com fundamento no Artigo 79, XII da Lei nº 8666/93 e alterações, bastando para tanto a notificação do AUTORIZADO com antecedência de trinta dias.

Parágrafo Único - O contrato poderá também, ser rescindido, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, a



qualquer tempo, sem que caiba qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO, caso este descumpra quaisquer das cláusulas aqui estipuladas.

**ITEM VII - FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim acordadas, as partes por intermédio dos seus representantes devidamente autorizados, apõem suas assinaturas em 03 (três) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que também assinam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2006.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ADEMG

JOSÉ EUSTÁQUIO NATAL

*Director-Geral*

Andrea Ilario Martins

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CI:

Nome:

CI:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E JUVENTUDE  
ADEMG - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

16

### AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO NA FEIRA DE VEÍCULOS DO ESTÁDIO GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO - "MINEIRÃO "

Contrato nº 013/ 2007

**AUTORIZANTE:** ADEMG - Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais, Autarquia criada pela Lei nº 3.410, de 08 de julho de 1965, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antônio Abrahão Caran nº 1.001, Bairro São Luiz, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 17.374.745/0001-13, doravante denominada simplesmente ADEMG, neste ato representada por seu Diretor-Geral, José Eustáquio Natal.

**AUTORIZADO:** Emerson De Castro Pereira, com endereço à av. Fernão Dias 937 Jardim Laguna, Contagem/MG, portador do CPF nº 276.405.586-20.

#### ITEM I - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a autorização de uso, a título precário, do espaço físico, BOX nº 16, medindo 08m<sup>2</sup>, equivalente a um box, nas dependências do estacionamento da Autorizante, para comercialização, durante a realização da Feira de Veículos, de milho verde, cerveja, refrigerante, churrasquinho, doces, salgados, sanduíches quentes e frios, biscoitos, pão com manteiga, pão de queijo, caldo de cana, sorvete, picolé, balas, cigarros e café, sendo que a venda de qualquer outro produto deverá, obrigatoriamente, ser submetida à aprovação prévia da ADEMG.

#### ITEM II - PRAZO

A presente autorização terá a vigência por um período de 01 (um) mes, com termo inicial em 01 de maio de 2007 e termo final em 31 de maio de 2007.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E JUVENTUDE  
ADEMG - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17

- b) Estar devidamente licenciado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para exercer a comercialização, bem como pagar quaisquer tributos ou despesas referentes ao uso da área concedida;
- c) Comercialização exclusiva de produtos para cuja comercialização esteja licenciado;
- d) Exibir recibo de quitação da Autorização relativo ao dia para ingresso na Feira de veículos;
- e) Obedecer aos horários de funcionamento da Feira de Veículos e as normas da Autarquia;
- f) Em dia de evento esportivo no Mineirão, encerrar a venda de bebida alcoólica às 12:00hs (público até 30.000) e 10:00hs (público superior a 30.000), devendo desmontar as barracas até às 13:00 horas;
- g) Manter limpo o espaço ocupado e adjacências, antes, durante e após o funcionamento da Feira de Veículos;
- h) Respeitar os funcionários da ADEMG e fiscais da PBH em serviço no local;
- i) Adotar os necessários cuidados a fim de evitar acidentes que possam causar danos ao patrimônio da ADEMG ou aos frequentadores da Feira de Veículos.

### ITEM VI - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Em hipótese alguma terá a AUTORIZANTE qualquer responsabilidade frente a terceiros com os quais o AUTORIZADO tenha ou venha a ter contatos ou compromissos, sejam particulares, ou decorrentes de atividades relacionadas com o objeto do presente.

### ITEM VII - REVOGAÇÃO

Esta Autorização pode ser revogada, a qualquer tempo, por razões de conveniência da AUTORIZANTE, e sem ônus para esta, com fundamento no Artigo 78, XII da Lei nº 8666/93 e alterações.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E JUVENTUDE  
ADEMG - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13

**Parágrafo único** - A Autorização poderá, também, ser revogada, de pleno direito, independente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial e a qualquer tempo, sem que caiba qualquer direito de indenização pelo AUTORIZADO, caso este descumpra quaisquer das cláusulas aqui estipuladas.

### ITEM VIII - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim acordadas, as partes por intermédio dos seus representantes devidamente autorizados, apõem suas assinaturas em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença de testemunhas que também assinam o presente instrumento.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2007.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ADEMG

**JOSÉ EUSTÁQUIO NATAL**

*Diretor-Geral*

**Emerson De Castro Pereira**

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

**Anexo 7** – Lista dos 96 antigos barraqueiros do Mineirão, apresentada pela ABAEM, no processo da retirada. Fonte: processo DPE.

Nº	Nome do Barraqueiro	Status	Observação
1	Ademar Figueiredo	Incluído	
2	Adilson de Farias	Incluído	
3	Adilson Faria dos Reis	Incluído	
4	Adina da Silva Francesco	Incluído	
5	Agnaldo Queres Moura	Incluído	
6	Alderico de Carvalho	Incluído	
7	Alexander de Almeida Silva	Incluído	
8	Almerinda Pereira dos Santos	Incluído	
9	Aloísio Messias	Incluído	
10	Alonso Caldeira	Incluído	Contrato individual com a ADEMG
11	Ana Amélia dos Santos	Incluído	
12	Ana Carolina	Incluído	
13	Ana Lucia Linhares	Incluído	Sucessão. Substitui a tia: Rosa Maria Salvino
14	Ana Maria Santana da Silva	Incluído	Casada c/barraqueiro: Clemente Santana Maria
15	João Ribeiro da Cruz	Incluído	Estava no contrato coletivo
16	Andréa Hilário Martins	Incluído	
17	Antonio Ferreira Evangelista	Incluído	
18	Carlos Alberto Dias Ferreira	Incluído	
19	Claudia Maria Reis	Incluído	
20	Diva de Oliveira	Incluído	
21	Emerson de Castro Pereira	Incluído	Casado com outra barraqueira: Maria Goretti
22	Ernane Francisco Pereira	Incluído	
23	Fernando Souto Miranda	Incluído	
24	Flávia Mendes Claudiano	Incluído	
25	Francisco de Souza Eurico	Incluído	
26	Francisco Januário Gonçalves	Incluído	
27	Francisco Sales Pinto	Incluído	
28	Geraldo Ansalone	Incluído	
29	Maria Liberata Magnani	Incluído	Estava no contrato coletivo
30	Geraldo José Rodrigues	Incluído	
31	Gerson Isabel da Silva	Incluído	
32	Helenita Soares de Lima	Incluído	
33	Inalva Cristina Ferreira Santos	Incluído	
34	Isabel Cristina Veloso	Incluído	
35	Jackeline Ferraz da Cruz	Incluído	
36	Jane Simplicio da Silva	Incluído	
37	Janete Rodrigues Raimundo dos Santos	Incluído	
38	João Dias Nascimento	Incluído	
39	João Gualberto Araújo	Incluído	Casado c/ barraqueira: Maria das Dores Perez
40	João Jorge Assad	Incluído	
41	Jorge José Assad	Incluído	
42	José Leônicio Jardim	Incluído	
43	José Pereira da Costa	Incluído	
44	Juscelino de Jesus	Incluído	
45	Juvenal Paulo da Silva	Incluído	
46	Karina Cândida da Silva	Incluído	
47	Livia Maria de Jesus Santos	Incluído	
48	Lucimar de Oliveira	Incluído	
49	Mara Rúbia de Jesus Rocha	Incluído	

50	Márcia Martins	Incluído	
51	Epaminondas da Mota C. Filho	Incluído	Estava no contrato coletivo
52	Marco Antonio Moreira da Silva	Incluído	
53	Maria Aparecida Manaces Souza	Incluído	
54	Maria da Conceição Pascal da Silveira	Incluído	
55	Maria da Penha Fonseca	Incluído	
56	Maria da Silva Borges	Incluído	
57	Maria Estela Cassimiro de Abreu	Incluído	Estava no contrato coletivo
58	Maria de Lourdes Ferreira	Incluído	Casada c/barraqueiro: Hudson Andrade Nascimento
59	Maria de Lourdes Soares	Incluído	
60	Maria Dorneles	Incluído	
61	Maria Geralda Silvestre	Incluído	
62	Maria Helena Esteves	Incluído	
63	Maria Margarida da Silva	Incluído	
64	Maria Pereira dos Santos	Incluído	
65	Maria Romana da Luz	Incluído	Casada com outro barraqueiro: Ademir Luz
66	Mariana Francisca Pereira	Incluído	
67	José Estáqui Almeida	Incluído	Contrato individual com a ADEMG
68	Mariene Tadin Pacal	Incluído	
69	Maurício Marques Sabino	Incluído	
70	Adriana Martins Costa	Incluído	Estava no contrato coletivo
71	Nelson Caetano da Silva	Incluído	
72	Oriando Nogueira	Incluído	
73	Marco Antônio Ferreira	Incluído	Estava no contrato coletivo
74	Paulo Cesar Ferreira de Jesus	Incluído	
75	Regina Dalva Nunes	Incluído	
76	Robson Fernandes de Melo	Incluído	
77	Ronaldo Ferreira Santos	Incluído	
78	Simone Rosa do Couto	Incluído	Sucessão do pai: Ronaldo Lopes do Couto
79	Ronaldo Souza	Incluído	Casada com outro barraqueiro: Ademaísa
80	Aldiné Alves Dias	Incluído	Estava no contrato coletivo
81	Rosália Ribeiro	Incluído	
82	Rosilene Alves da Mota	Incluído	
83	Rosilene Rodrigues Monteiro	Incluído	
84	Ruth Maria de Jesus	Incluído	
85	Sandra Helena Pereira	Incluído	
86	Sebastião Alves dos Santos	Incluído	
87	Selma Savino	Incluído	
88	Sergio de Souza Duarte	Incluído	
89	Simônia Ferraz da Silva	Incluído	
90	Maria Madalena da Silva	Incluído	Estava no contrato coletivo
91	Valdivino Ferreira Andrade	Incluído	
92	Vânia Maria Batista	Incluído	
93	Verônica de Souza Valério	Incluído	
94	Wander José de Silva Filho	Incluído	
95	Yara Pimenta	Incluído	
96	Zelina de Fátima Gama	Incluído	

**Anexo 8** – Certificado de Licença ambiental nº 0222/10 - Licença de implantação das obras do Estádio Mineirão. Fonte: DPE e PBH.



	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
LICENÇA AMBIENTAL	
<b>CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>	
<b>CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL, N.º 0222/10</b>	
<b>LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO</b>	
<p>O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMAM no uso de suas atribuições, e com base na Lei Municipal 4.253, de 04 de Dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto 5.893, de 16 de Março de 1988, Lei Municipal 7.277, de 17 de Janeiro de 1997 e Deliberações Normativas nº 42/02 e 48/03, concede Licença de Implantação, ao Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP, CPF/CNPJ 23.971.203/0001-20, com validade até 24/05/2014, para as obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, estabelecido à Avenida Antônio Abranches Caram, 1001 (Quadra CTM 1403864 Lote B), bairro São Luiz, Regional Pampulha, conforme Processo Administrativo nº 01-046904/10-18 e deliberação em reunião ordinária do dia 19/05/2010.</p> <p>Esta licença está vinculada ao cumprimento integral das condicionantes, medidas compensatórias, notas do Anexo I.</p> <p style="text-align: right;">Belo Horizonte 24 de Maio de 2010</p> <p style="text-align: right;">Vasco da Gama Araújo Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente</p>	

FORMULÁRIO Nº 100/2008





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0223/10 - LICENÇA DE IMPLANTACAO ANEXO I**  
**EMPREENDEDOR: DEPARTEAMENTO DE OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.971.203/0001-30**  
**EMPREENHIMENTO: Obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, situado na Avenida Antônio Alvarado Carmona, 1001, Quadra CTM 4203664 Lote B1, Bairro São Luiz, Regional Pampulha**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-04599/10-12 e deliberação em reunião ordinária de dia 18/05/2010**

N.º	CONDICIONANTES	PRAZOS
1	Apresentar para aprovação, plano de fiscalização contemplando todos os indivíduos (previs de espécies arbóreas, bem como as palmeiras [aveca, tinx, tauri, macaíba, imperati ou nat. etc.] e jacca (ver Nota 3)).	Para a emissão da autorização de supressão
2	Apresentar para aprovação, plano de supressão das árvores.	Para a emissão da autorização de supressão
3	Reconstruir e apresentar para aprovação o projeto paisagístico das áreas internas e externas (ver Nota 4).	Para a emissão da autorização de supressão
4	Apresentar para aprovação, plano de destinação dos resíduos de supressão arbórea, que contenha os tipos de madeira com os usos possíveis a serem propostos, considerando que nenhum volume líquido deve ser destinado a outros parâmetros.	Para a emissão da autorização de supressão
5	A partir do plano de supressão arbórea (condicionante 2), apresentar proposta de reposição ambiental, em conformidade com a Deliberação Normativa nº 67/2010 do COMAM.	Para a emissão da autorização de supressão
6	Apresentar projeto paisagístico e respectivos estudos ambientais para a área externa do Mineirão.	Para a emissão da autorização de supressão
7	Apresentar projeto de reorientação de terra, em conformidade com a Deliberação Normativa nº 06/2010 do COMAM, para execução das intervenções na área externa do estádio (Itaipá 3). Na área frente à área cênica à UFMG), o projeto deverá prever a configuração do paisa e faixas contíguas com a preservação do maior número possível de espécies arbóreas.	Para a execução da terraplenagem na área externa
8	Apresentar relatório de vistoria detalhar nas edificações situadas em um raio de 300 a 400 metros, com registro fotográfico.	Antes do início das obras de terraplenagem
9	Apresentar relatório das vistorias de monitoramento das edificações localizadas na vizinhança caualitar.	Conforme cronograma proposto
10	Imprimir as Planos de Localização e Conservação Social, inseridos nos instrumentos quais nos casos inerentes às atividades de obra e as respectivas medidas de mitigação dos impactos ambientais, quanto à importância da criação de equipamentos de proteção individual e coletiva, estratégias educacionais de conscientização dos transeuntes e dos condutores de veículos e reduções quanto ao trânsito em horários críticos.	60 dias

MM-029400

*(Handwritten marks)*



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0222/18 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO**  
**EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.971.203/0001-20**  
**Antônio Abranches Casan, 1091, (Quarta CTA 1402894, Lote 5), bairro São Luiz, Regional Pampulha**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-048924/18 e deferência em resumo ordinária do dia 18/05/2018**

11	Implantar Canteiro provisório de Atendimento ao Usuário, conforme proposta. (ver Nota 5)	Antes do início das obras
12	Apresentar relatório periódico do Plano de Mobilização e Comunicação Social. (ver Nota 6)	Trimestralmente
13	Realizar levantamento, conforme proposta, das condições das calçadas e travessas de pedestres no entorno do empreendimento e ao longo dos caminhos preferenciais de acesso ao Mercado, considerando a nova configuração do sistema viário. Planejar e implementar, conforme proposta, campanha de esclarecimento junto aos proprietários de imóveis localizados no entorno do empreendimento (vão de 1,5 km) quanto à responsabilidade de implantação e manutenção das calçadas e as penalidades cabíveis, de acordo com o Código de Fuzusure do Município. A campanha deverá ser articulada segundo as distritos do SMURPU e SANMU.P (Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha)	90 dias
14	Apresentar relatórios periódicos referentes à Gestão dos Resíduos da Construção Civil (ver Nota 7), que contemplem, no mínimo: • plano de produção de resíduos para o canteiro e limpeza segunha, contendo: volume a ser gerado, local e forma de acondicionamento no canteiro e destinação para cada tipo de resíduo; • gestão dos resíduos do empreendimento, contendo: volume produzido por tipo, destinação e fotografias das locais de armazenamento. Deverá ser anexada a documentação comprobatória do transporte e destinação final dos resíduos, bem como as licenças das empresas transportadoras e receptoras dos resíduos, no caso de resíduos perigosos.	Trimestralmente a partir da expedição do alvará de construção
15	Apresentar relatórios periódicos referentes à Gestão dos Resíduos da "destronização seletiva" ou "desconstrução planejada" (pontões, marcos, esquadrias, louças sanitárias, bancadas, guarda-corpos, corrimãos, luminárias), cuja contemple, no mínimo: • plano de produção de resíduos para o transporte segunha, contendo: volume a ser gerado, local e forma de acondicionamento no canteiro e destinação para cada tipo de resíduo; • gestão dos resíduos do empreendimento, contendo: volume produzido por tipo, destinação e fotografias das locais de armazenamento. Deverá ser anexada a documentação comprobatória do transporte e destinação final dos resíduos.	Trimestralmente a partir do início das demolições
17	Apresentar relatório de monitoramento da ruído. (ver Nota 8)	Conforme cronograma proposto
18	Encarregar reuniões periódicas sobre as ações de articulação para a inclusão dos comerciantes que utilizam o espaço externo do Mercado em programas de fomento e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária.	Trimestralmente
19	Instalar áreas laburares nos reservatórios de reuso de água pluvial e implantar sistema conforme proposto.	No requerimento da LO

PLANO LICENCIAMENTO - 2018/2020 - 2.º ANO

*(Handwritten signature and stamp)*





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO I

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0222/10 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO**  
**EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.871.203/0001-20**  
**EMPREENHIMENTO: Obras de reforma e modernização do Estado Governador Magalhães Pinto - Mercado, situado na Avenida**  
**Antônio Adriano Curato, 1081, Quadra CTM 1403894 Lote B1, bairro São Luiz, Regional Pampulha**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-045904/10-18 e deliberação em reunião ordinária do dia 18/05/2010**

35	Caso as infrações encontradas pela fiscalização superem os valores máximos permitidos, deverá ser apresentado Estudo de Tratamento Acusatório.	95 dias após apresentação do Laudo
36	Apresentar Laudo de Aprovação de Projeto e Laudo de Vistoria Final do Curso de Bombas Miraflores de Belo Horizonte.	Formalização da LO
37	Aprovar a intervenção das obras de drenagem na Lagoa da Pampulha junto a SMMU/PEH (de forma delegada pelo COMAM).	Atas do início das respectivas obras de drenagem
38	Apresentação de justificativa para manutenção das vagas de estacionamento propostas, prioritariamente no que tange a área de estacionamento descedente - localizada entre a Avenida Prudentes Carlos Luz e Avenida C (em frente à três cedida à UFMG), esclarecendo inclusive como se dará os pontos de taxi no empreendimento.	Para a emissão da autorização de supressão
39	Caso o empreendedor mantenha a proposta de manutenção das vagas, apresentar, junto com a citada justificativa, proposta de medida compensatória levando em consideração a não contabilização da taxa de terraplenagem e o número de vagas de estacionamento com a preservação da vegetação existente.	Para a emissão da autorização de supressão
40	Apresentação do estudo de impacto na circulação específico sobre os impactos no trânsito levando em consideração o estudo em sua capacidade plena, contemplando, inclusive, os estudos em análise quanto a solução do transporte público para a região. Esse estudo verificará também os impactos com e sem as vagas mencionadas na condicionalidade acima.	180 dias
41	Apresentar aprovação pela SUDECAP da Passarela proposta, bem como contrato de formalização que autoriza o empreendedor executar a obra e utilizar a passarela durante o período da Copa do Mundo 2014, visando, inclusive, sua renovação entre o Mercado e Ministério durante este período.	Atas das obras da passarela

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - 2º ANDAR



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO I

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0222/10 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO**  
**EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.971.203/001-20**  
**EMPRESAMENTO: Obras de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, situado na Avenida**  
**Antônio Azeiteiro Carim, 1501, Quadra CTM 1402004 Lote B1, Bairro São Luiz, Regional Pampulha**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-040804/10-18 e deliberação em reunião ordinária de dia 19/05/2010**

MEDIDA COMPENSATÓRIA	
Nº	PRAZO
1	180 dias

Notas:

1. A operação do estádio será aberta a atividades esportivas. Para a realização de eventos de alta natureza, deverá ser elaborada autorização específica à SARELUP (Secretaria de Administração Municipal Regional - Pampulha), em conformidade com a Lei Municipal nº 800/2002 e suas alterações regulamentadas.
2. Para a análise e concessão da Licença de Implantação para as intervenções previstas no Gráfico Jornalista Felipe Drummond - Mineirão deverão ser apresentadas as seguintes informações, num prazo de 60 (sessenta) dias:
  - Estudos ambientais relativos às intervenções no Mineirão;
  - Mençãoção dos órgãos: BHTRIANS, SUDDECAP, BUL, EPVA, JPMAN e COPCAL-SH.
3. O plano de transporte deverá priorizar o trajeto empacotamento como local de destino final da maioria dos espectadores em questão. As opções rodoviária / ruas servidas, como as parcerias Imprensa, que incluem transporte coletivo, deverão ser detalhadas prioritariamente para as faixas de embarque nos pontos centrais da Avenida Antônio Carlos e para a via da Lagoa da Pampulha, mediante consulta à SARELUP (Secretaria de Administração Regional Municipal-Pampulha).
4. O projeto paisagístico deverá considerar:
  - o plano de espaço verde apresentado em anexo; e
  - a substituição das espécies arbóreas nativas (Banhoymori e Ocotea alba), bem como das palmeiras exóticas (palmeira real e palmeira flutuante) por árvores nativas;
  - a substituição do pau-ferreira por outra nativa com copa mais expandida e madura mais resistente;
  - a substituição de plantas frágeis por uma espécie nativa de maior porte, ainda que com número menor de plantas;
  - a substituição das palmeiras caracas e caracas por árvores também nativas;
  - a maior riqueza de espécies, no nível de espécies, incluindo árvores de médio a grande porte;
  - a elaboração, nos jardins, das "marcas" de ornamentação por árvores nativas de maior porte, associadas a herbáceas e herbáceas nativas adequadas à espécie.

MM-02100001

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO I

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 522219 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO  
EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.971.203/001-20  
EMPREENHIMENTO: Obra de reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, situado na Avenida  
Antônio Azeiteiro Carraz, 1001, Quadra CTM 140394 Lote BII, Bairro São Luiz, Regional Pampulha  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-44594/10-18 e deliberado em reunião ordinária do dia 19/05/2019**

5. O Centro de Atendimento ao Usuário deverá possuir infraestrutura para atendimento ao público e disponibilizar atendimento por profissional qualificado e treinado para fornecer as informações solicitadas, locais, divulgar e dar retorno às reclamações encaminhadas e divulgação dos setores e projetos realizados para a obra de modernização do Estádio.
6. O relatório deverá conter:
  - o relato de todas as reclamações da comunidade, bem como o retorno dado aos reclamantes e a descrição das medidas/previdências adotadas com o escopo de sanar os problemas identificados;
  - o relatório de avaliação utilizado no período;
  - obra das áreas das reuniões realizadas com a comunidade, quando for o caso;
  - indicação dos locais abordados nas reuniões das Comunidades e metodologia aplicada, acompanhado de relatório biográfico e lista de presença
7. O Plano de Descontaminação da Realidade da Construção Civil deverá conter:
  - a ser regulamentado de acordo com o plano de construção, higienização, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos produzidos. Desta forma, os resíduos serão sujeitos às penalidades das normas legais vigentes;
  - os resíduos Classe A deverão ser destinados para as varas de reciclagem de entulho e não para aterro;
  - os resíduos Classe B deverão, prioritariamente, ser reciclados ou enviados a aterros controlados;
  - os resíduos Classe C deverão ser armazenados em local coberto, protegido, com acesso restrito às pessoas que, durante suas visitas, manuseios ou outras atividades. Devendo ser utilizadas contenções separadas e sempre cobertas, para evitar a dispersão;
  - a saca de cimento deverá ser destinada à reciclagem e, por isso, deverá ser segregado especial;
  - o gesso e concreto contaminação. Desta forma, sua segregação deve ser feita de maneira que não haja mistura com outros resíduos, com especial atenção para os de Classe A. Devendo ser utilizados sempre contêineres cobertos, para evitar a dispersão. Sua destinação deve ser efetuada por empresas de co-processamento, não podendo ser direcionado a aterro;
  - os resíduos perigosos só podem ser transportados por empresa que possuir autorização específica para tal. Devem ser informado o responsável pelo transporte de cada classe de resíduo e encaminhado documentação correspondente de sua autorização nos respectivos períodos;
  - todos os aspectos relativos à estéril, ao layout do canteiro em suas diversas etapas, à forma de segregação, acondicionamento e transporte e ao destino dos resíduos, devem ser estudados e definidos pelo construtor e a consultoria ambiental em conjunto e com antecedência.
8. O relatório de monitoramento de ruído deverá conter:
  - atendimento ao estabelecido na Lei 9522/08;
  - métodos no ruído medido, de acordo com o cronograma apresentado no plano de monitoramento, no ruído nos pontos definidos no plano e em outros pontos, caso venha a ser diagnosticada a necessidade;
  - identificação dos pontos avaliados através de croqui;
  - emissão de atas das promoções oficiais (atrasadas ou não) realizadas com o ruído;
  - identificar todos os pontos avaliados e pontos de medição;
  - encaminhamento da ART do responsável técnico pelas análises;
  - deverão ser documentadas medidas por observadas.

10/05/2019

PLANO DE MONITORAMENTO DE RUÍDO



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO I

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0222/19 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO  
EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP- CNPJ: 23.971.203/001-20  
EMPREENDIMENTO: Obras de reforma e modernização do Estado Governador Magalhães Pinto - Mineirão, situado na Avenida  
Antônio Azevedo Carraz, 1001, (Quadra CTM 140384 Lote B), bairro São Luiz, Regional Pampulha  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-048594/19-58 e deliberação em reunião ordinária do dia 18/05/2019**

9. O relatório deverá abarcar a implantação das áreas técnicas abaixo e apresentar material descritivo contendo: entre outros, percentagens de consumo autorizadas ou reduzido, área servida, eletrificação contemplada, potência/geração de energia em relação ao total da área servida, utilização de tecnologia LEED, Programa Green Deal TM, sistema de ventilação cruzada, proteção solar, células fotovoltaicas, sistema de utilização de águas pluviais, sistema de reuso de águas servidas, utilização de descargas de água acionadas, torneiras com aeradores e acionamento automático, mictórios a vácuo ou com sensores de utilização, sensorização e automação de iluminação; dimensão digital programáveis; sensores de presença; luminárias LED 30V; lâmpadas fluorescentes compactas e resistentes a alta umidade; sistema de condicionamento de ar; telas de insonorização de energia; sistema de aquecimento de água nos vestiários por meio do calor residual re-condensado; decantador; decantador e resfriamento vestíveis.
10. Durante os trabalhos de implantação, deverão ser executadas as seguintes medidas de controle:
  - executar o monitoramento de terra implantado durante o período de obra;
  - proteger imediatamente as porções de terreno que foram expostas;
  - utilizar caminhões plow para asfalto de água nas áreas de trabalho;
  - realizar barreiras, no mesmo dia de obra, em vias próximas;
  - utilizar caminhões que abram as frentes de trabalho estabelecidas na Resolução CONAMA 418/95;
  - amoldar o material antes de ser lançado;
  - utilizar somente caminhões licenciados, respeitando sua carga máxima para evitar contatos;
  - monitor, sistematicamente, os demais condados e, se necessário, proibir a passagem das vias;
  - efetuar manutenção periódica dos caminhões e outros equipamentos;
  - implantar sistema para rodar no caminho de obra, dotato de dispositivo para insonorização das áreas com sistema de redução de ruído ou área de decantação de águas com material particulado de forma a reduzir as águas de lavagem de equipamentos;
  - avaliar, durante os trabalhos, a necessidade de proteger os locais de maior permeabilidade como escolas e hospitais, com telas de malha fixa, providenciando, sempre que necessário, obras de redução de sedimento, de forma a impedir seu carregamento para a rede pluvial;
  - utilizar equipamentos de segurança do trabalho;
  - planejar horários adequados para o transporte de materiais e equipamentos.
11. Devidos da BRTNANS para aprovação do projeto arquitetônico junto à SMMTU:
  - Disponibilização de, no mínimo, 3.001 vagas de estacionamento para veículos leves, sendo que, dessas, 78 vagas, devem ser reservadas, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
  - Disponibilização de áreas de segurança, conforme Item 2 do Projeto Técnico CELDIV 114/10.
12. Para aprovação do parcelamento, processo nº 01-0294420/19-01, apresentar à SMMTU:
  - Documento da BRTNANS que ateste a conformidade da geometria da curva na reabertura da Avenida Presidente Carlos Luz e Avenida C, e da área permeável com a URBAC;
  - Adequar a proposta de parcelamento para o lote B em suas condições constantes no VANTIS Estudos Técnicos PA, 95 e 96.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

LICENÇA AMBIENTAL

ANEXO I

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0222710 - LICENÇA DE IMPLANTAÇÃO**  
**EMPREENDEDOR: DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MG - DEOP, CNPJ: 23.971.203/0301-20**  
**EMPREENHIMENTO: Obras de reforma e modernização do Esqueto Governador Magalhães Pinto - Mineirão, situado na Avenida**  
**Avenida Abreu Carrao, 1071, Quadra CTM 1403884 Lote B1, Bairro São Luiz, Regional Pampulha**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 91-04580415-13 e deliberação em reunião ordinária do dia 19/05/2019**

13. Fazer parte do "Centro de Conservação da Flora e da Arterização Urbana"

- Área de Apoio à Produção de Mudar, consisto em uma área edificada de 132 m<sup>2</sup>, composta por espaço destinado à recepção e beneficiamento de material para propagação vegetativa, depósito de beneficiado, defumação agrícola e compostagem, ventilação e estufário de apoio administrativo.
- **Área de Fitorrestauração:** espaço com 132 m<sup>2</sup> de área, destinado ao preparo e armazenamento de produtos utilizados nos tratamentos fitorrestaurativos, sendo fundamental para o fornecimento das mudas de desenvolvimento a uso de propagação alternada e técnicas utilizadas empregadas no controle de pragas e doenças incidentes em plantas. Deverá ter parte do mesmo estrutura específica destinada ao tratamento de plantas a serem mantidas em quarentena (eventuais doenças de origem, apodado ou outras formas de ataques), visando evitar possíveis contaminações das coleções existentes por vírus, pragas e doenças em geral.
- **Relatório de Sustentabilidade** já em fase de elaboração/implementação, não fazendo parte desta matriz corporativa.

Para a obtenção dos projetos e demais orientações relativas à implantação das estruturas físicas citadas, deverá ser feito contato com a Diretoria de Jardin Botânico da Fundação Zoológica de Belo Horizonte, à Av. Augusto Magalhães de Lima, nº 1.000, Bairro Pampulha, telefones 3277-1200 ou 3277-4823.

14. Para a emissão da Licença de Operação - LO, o empreendedor deverá protocolar junto à Gerência de Operação para o Licenciamento Ambiental - OEA/DEOLA, o Formulário de Cancelamento de Empreendimento - FCE, a fim de obter a Orientação para o Licenciamento Ambiental - OLA.





Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

### RECOMENDAÇÃO

A experiência internacional demonstra que a realização dos megaeventos esportivos tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações aos direitos humanos da população vulnerável, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual<sup>1</sup>.

De acordo com relatório apresentado em 18.12.2009, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, deslocamentos em massa, desocupações forçadas, demolições de casas e remoção de áreas de favelas ocorrem com frequência nas cidades responsáveis por sediar os eventos<sup>2</sup>, não só devido à crescente demanda por espaço para construir aeroportos, estádios, alojamento para visitantes, hotéis e rodovias, mas, sobretudo, em virtude da importância atribuída à criação de uma nova imagem internacional das cidades-sede, com a supressão de manifestações da pobreza e do subdesenvolvimento<sup>3</sup>.

O mesmo documento revela-nos, ainda, que antes e durante sua realização, **medidas discriminatórias, "higienistas" e violentas** costumam ser tomadas contra migrantes, moradores de rua, trabalhadores sexuais, vendedores **ambulantes e outros trabalhadores informais**, na tentativa de se embelezar/modernizar a cidade e melhorar a imagem internacional do país.

<sup>1</sup> "Los supuestos beneficios económicos de realizar los juegos no se distribuyen equitativamente entre toda la población local. En lugar de ello, parecen exacerbarse las disparidades existentes, dado que los procesos de regeneración y embellecimiento de la ciudad generalmente se centran en las zonas habitadas principalmente por grupos pobres y vulnerables". Relatório da ONU divulgado em 18.12.2009, p. 06.

<sup>2</sup> Na África do Sul, o projeto de habitação N2 Gateway, para a Copa do Mundo de 2010, resultou na retirada de mais de 20 mil moradores de Joe Slovo, um assentamento informal, transferindo-os para áreas mais pobres nos limites da cidade. Em Nova Dheli, 35 mil famílias foram expulsas das terras públicas na preparação dos Jogos da Commonwealth 2010. Em Pequim, nove projetos para a construção de um local representaram a expulsão em massa de seus residentes, por vezes realizadas por homens não-identificados, no meio da noite e sem aviso prévio. Em Seul, 15% da população sofreu despejos forçados e 48.000 edifícios foram demolidos antes dos Jogos Olímpicos de 1988.

<sup>3</sup> Os assentamentos informais, como símbolo da pobreza e do subdesenvolvimento, são os primeiros a serem demolidos para reativação urbana ditada pelos interesses imobiliários.

✓ R



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

A apuração realizada pela Defensoria Pública do Estado e pelo Ministério Público Federal, através do procedimento administrativo nº 147/1/2011 e do Inquérito Civil Público n.º 1.22.000.002139/2010-55, indica que o cenário de violações ocorridas internacionalmente tendem a se reproduzir no Brasil, e especialmente, em Belo Horizonte.

Desde o fechamento do estádio do Mineirão para as obras de reforma para a COPA DO MUNDO – FIFA, cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas de baixa renda – em sua maioria mulheres e idosos – que tiravam seu sustento da venda de produtos nos eventos esportivos – perderam o acesso à sua fonte de renda, sem que o Estado de Minas Gerais ou o Município de Belo Horizonte tenha-lhes garantido alternativas para este tipo de atividade em outras localidades, ou outras propostas de trabalho para incluí-los.

Muitas destas pessoas, organizadas por intermédio da Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão (ABAEM), trabalhavam na área externa do Mineirão desde a fundação do Estádio, em **1965**. Atualmente, estão passando fome, sendo relegadas à sua própria sorte, em decorrência de um evento que ao invés de promover a melhoria das condições de vida da população mais carente, tem sido responsável pelo seu empobrecimento e degradação das condições de vida.

O Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, apesar das sucessivas reuniões realizadas com o propósito de buscar alternativas à falta de recursos em poder adquirir um "ponto" no espaço privado, vem se negando a tomar as medidas que propiciem o restabelecimento das condições de dignidade destas famílias.

Sendo assim, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por seus órgãos de execução ao final assinados, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 5º, inciso III, alínea "e" e inciso LXXIV, art. 6º, art. 134, caput, da Constituição da República de 1988, bem como no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 134, caput e parágrafo 2º combinado com o art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, pelo art. 129, caput e parágrafo 1º da Constituição Estadual, pelo art. 4º, II da Lei Complementar Federal 80/1994;

*[Assinaturas manuscritas]*



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

CONSIDERANDO que o direito ao trabalho é reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, em especial na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (art. XXIII), no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (art. 6º), bem como nos inúmeros outros ligados à Organização Internacional do Trabalho, órgão ao qual o país é vinculado;

CONSIDERANDO que os compromissos que constam nos tratados e convenções internacionais vinculam os países signatários, acarretando responsabilidades aos Estados pela falta de cumprimento das obrigações assumidas;

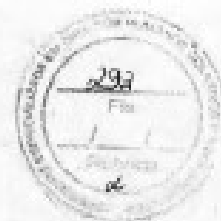
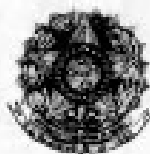
CONSIDERANDO que de acordo a Constituição Federal de 1988, o direito ao trabalho, além de direito social expressamente previsto (art. 6º), é considerado necessidade vital básica (art. 7º), diante da qual devem concorrer políticas públicas por parte de todas as esferas da federação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil adota como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana, em seu art. 1º, III, exigindo ações positivas do Estado para sua garantia, por meio da execução de Políticas Públicas de geração de emprego e renda, sendo obrigação do Estado impedir o retrocesso do direito ao trabalho, bem como tomar medidas de proteção a este direito;

CONSIDERANDO que o Estado brasileiro deve promover políticas voltadas à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades, prezando pela justiça social, conforme estabelecido no artigo 3º, inciso III, da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que foi apurado, através do procedimento administrativo 147/1/2011, que desde o fechamento do Mineirão para as obras de reforma para a COPA DO MUNDO – FIFA, dezenas de pessoas de baixa renda perderam abruptamente sua fonte de renda, na medida em que o Estado não disponibilizou (e vem se negando a disponibilizar) qualquer outro espaço para venda de seus produtos, situação esta agravada pelas mudanças recentes no Código de Posturas do Município e na política adotada na gestão dos eventos públicos na cidade de Belo Horizonte, que impõem requisitos nos editais das feiras e eventos, absolutamente

*[Assinaturas manuscritas]*



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

incompatíveis com a realidade econômica dos barraqueiros;

CONSIDERANDO que as famílias atingidas, compostas em sua maioria por crianças, mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade, encontram-se vivendo em situação precária desde 20/06/2010, já que, impossibilitadas de exercerem a profissão com a qual se habituaram, ficaram sem condições de pagar regularmente as despesas básicas para sobrevivência (aluguel, água, luz, medicamentos, alimentos etc);

CONSIDERANDO que, além das consequências sobre as condições materiais de vida, a perda do espaço onde exerciam suas atividades tem trazido graves seqüelas às formas de sociabilidade, vida familiar e saúde psíquica das populações atingidas, tendo em vista que desde o ano de 1965, os comerciantes passaram a vender seus produtos no Mineirão como alternativa à falta de emprego e à falta de recursos em poder adquirir um "ponto" no espaço privado, não tendo desenvolvido outra referência de trabalho;

CONSIDERANDO que em agosto de 1991 o Estado de Minas Gerais chegou a firmar com estes trabalhadores, tendo como intermediária a Administradora de Estádios de Minas Gerais (ADEMG), convênio visando à regularização de sua situação;

CONSIDERANDO que de acordo com este documento, cabe ao município realizar o credenciamento dos ambulantes, promover a fiscalização de suas atividades e elaborar as normas disciplinadoras da atividade e limpeza do local, ao passo que cabe ao Estado de Minas Gerais, por meio da ADEMG, responsabilizar-se pela disponibilização do local de trabalho para os ambulantes credenciados, nas datas de ocorrência do evento esportivo;

CONSIDERANDO que a partir de janeiro de 2001, a ADEMG passou a exigir dos trabalhadores o recolhimento da taxa cobrada pela utilização do espaço, tendo o Município de Belo Horizonte, no mesmo ano, emitido Documento Municipal de Licença, classificando os equipamentos utilizados pelos trabalhadores do entorno do Mineirão como "barraca para ambulante" e permitindo a venda de produtos como cerveja, refrigerante, salgados assados, fritos e etc.;

*[Assinaturas manuscritas]*



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

CONSIDERANDO que a regulamentação do espaço urbano de domínio público, no que diz respeito à autorização para a atividade comercial ambulante, embora tenha caráter provisório e precário – desenvolvido timidamente para atenuar os problemas inerentes à exclusão social, **não pode envolver para adotar políticas excludentes, dissociado da concepção humanista da reforma urbana - prevista no Estatuto da Cidade – e da implementação dos direitos sociais das populações mais carentes;**

CONSIDERANDO que o órgão ambiental, ao tomar conhecimento do impacto social do empreendimento, limitou-se a fixar a condicionante de nº 18 na Licença Ambiental de Implantação nº 0222/2010, determinando ao Estado a obrigação de *"encaminhar relatórios periódicos sobre as ações de articulação para a inclusão dos comerciantes que utilizam o espaço externo do Mineirão em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária"*;

CONSIDERANDO que a mera remessa de relatórios sobre a inclusão dos trabalhadores em programas de capacitação, ou mesmo o oferecimento de cursos de capacitação, não garante a sobrevivência destes trabalhadores, e muito menos a efetiva inserção dessas pessoas, observadas suas especificidades (necessidades e realidades), no mercado formal de trabalho;

CONSIDERANDO que grande parte dos atingidos tem idade avançada e baixo nível de instrução, não havendo uma real demanda do mercado pela sua contratação, situação essa ignorada pela condicionante;

CONSIDERANDO que nas várias reuniões realizadas pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública Estadual com o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal, ambos foram advertidos da necessidade de se garantir o direito subjetivo ao trabalho das famílias atingidas, de forma a garantir o legado social positivo do evento;

CONSIDERANDO que a despeito disso, o Poder Público não tomou qualquer providência para resolver a situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias atingidas pelas obras de Modernização do Complexo do Mineirão;

CONSIDERANDO que o modelo de Parceria Público Privada adotado pelo Poder Público para realização das obras determina a transferência dos

X  
R



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

direitos de exploração do estádio a particulares por mais de 3 décadas, fato que impossibilita o regresso dos barraqueiros da ABAEM após a Cope do Mundo - FIFA;

CONSIDERANDO que as obras do Mineirão custarão aos cofres públicos o valor de **R\$ 684,1 milhões de reais** e ainda assim, nenhuma medida foi tomada, até o presente momento, para preservar o direito ao trabalho e à vida digna das pessoas que retiravam seu sustento da venda de produtos nos ventos esportivos;

CONSIDERANDO que auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de MG, após analisar o projeto relativo à primeira fase da obra (volume de recursos fiscalizados R\$29.378.102,19, concluiu pela existência de **indícios de superfaturamento que ultrapassam o valor de R\$1.427.436,06**, fato este em fase de apuração pelo Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO ser inadmissível o Estado de Minas Gerais adotar, no planejamento das obras de infra-estrutura, modelos econômicos que privilegiam grandes empresas, sem levar em conta as necessidades humanas mais básicas de uma população por tantos anos vitimizada pela omissão do Estado no seu dever de promover políticas públicas que garantam o acesso de todos ao mercado formal de trabalho e à política de geração de renda, observada a necessidade e a realidade local;

CONSIDERANDO que a inércia do Poder Público se torna ainda mais grave quando se percebe que há disponibilidade econômico-financeira para garantir a reparação/compensação dos danos e impactos causados, faltando, porém, vontade política para garantir que os direitos humanos dos atingidos sejam respeitados, com prioridade, nos projetos de desenvolvimento anunciados pelo Estado;

CONSIDERANDO que **o direito humano à vida depende, em sua ampla dimensão, do direito ao trabalho, já que implica na garantia não apenas de subsistência, mas também de uma vida de qualidade, com segurança e que preserve a dignidade da pessoa humana;**

CONSIDERANDO que, no julgamento histórico da ADPF 45, o STF estabeleceu que a meta central das Constituições modernas, e da Carta de

X ll



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais - Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

1988 em particular, é "a promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência" e que **apenas depois de atingido o mínimo existencial, alvo prioritário dos gastos públicos, "poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir"**.

CONSIDERANDO que na apresentação do PNDH-3, o governo federal declarou que este "representa um verdadeiro roteiro para seguir consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; **primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais**; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; **universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais**; **opção clara pelo desenvolvimento sustentável**; respeito à diversidade; **combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza**" (grifo nosso);

CONSIDERANDO a necessidade de se garantir, portanto, que os objetivos traçados no programa não sejam somente retóricos, e que no Brasil, **o legado social trazido pelos empreendimentos da COPA-2014 não seja a aniquilação dos direitos sociais e individuais previstos constitucionalmente, o aumento da pobreza, da marginalidade, da periferização e da aceleração do processo de exclusão sócio-territorial nas cidades**;

**RECOMENDAM** ao Estado de Minas Gerais, na pessoa de seu Governador do Estado, e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na pessoa do seu Prefeito Municipal, que:

- A. Adote, imediatamente, todas as medidas necessárias para respeitar, proteger e cumprir o direito ao trabalho e à vida digna das famílias atingidas, por meio das seguintes posturas:
  - a) Sejam adotadas medidas que visem a permitir e incluir os barraqueiros nos eventos esportivos, culturais e religiosos pela cidade;



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais - Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

- b) Sejam realizadas capacitações com os barraqueiros, visando à sua inclusão no mercado formal de trabalho, de acordo com seus interesses, mediante aferimento via aplicação de questionário;
- c) Estabelecer medidas compensatórias às perdas e danos sofridas pelos barraqueiros;
- d) Buscar formas de viabilizar pagamento de lucros cessantes aos barraqueiros;
- e) Possibilitar a inclusão dos barraqueiros em outras feiras da cidade cujo público seja suficiente para a manutenção de sua renda;
- f) Realizar alterações nos editais ligados a eventos em espaços públicos, visando promover a real possibilidade de participação da classe barraqueiros nos eventos, observados seu perfil sócio-econômico.

**B. Durante o evento "COPA DO MUNDO FIFA 2014":**

- a) Criação de espaços públicos, com telões, mesas e cadeiras, como opção para o povo acompanhar os jogos e os barraqueiros trabalharem;
- b) Mediar junto aos patrocinadores do evento para que os barraqueiros que se interessarem possam ser contratados nas vagas geradas pelo evento.

**C. Depois do evento "COPA DO MUNDO FIFA 2014":**

- a) Seja garantido que, após a reforma do Mineirão e o fim do evento, haja espaço para que os barraqueiros retomem suas atividades;
- b) Ocorra regularização da atividade de "barraqueiro", por meio de flexibilização das leis municipais, com ênfase no Código de Posturas de Belo Horizonte;
- c) Haja incentivo para a contratação dos barraqueiros inscritos na ABAEM para os eventos que ocorram em locais públicos da cidade, como ruas e praças;
- d) Inserção e projetos e facilitações de créditos para que dêem suporte para a profissionalização, possibilitando o crescimento por meio de abertura de pequenas empresas via associações e grupos.

✓ *[assinatura]*





Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais - Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

Ao COPAM, na pessoa de seu presidente, que:

- a) promova a revisão da condicionante nº 18, de forma a determinar a efetiva inclusão dos barraqueiros ao mercado de trabalho formal, conforme seus interesses e capacidades;
- b) estabeleça medidas compensatórias às perdas e danos sofridas pelos barraqueiros;
- c) estabeleça formas de viabilizar pagamento de lucros cessantes aos barraqueiros;
- d) viabilize a inclusão dos barraqueiros em outras feiras da cidade cujo público seja suficiente para a manutenção de sua renda;

À COMOVEEC - Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais, na pessoa de seu presidente, que:

- a) Seja garantida, com direito de voz e voto, a participação da ABAEM - Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão, nas reuniões da COMOVEEC, por meio de representante por eles escolhido;
- b) Seja feita convocação da ABAEM para todas as reuniões, via ofício endereçado à sede da associação.

Nos termos do parágrafo único, IV, do artigo 27, da Lei Federal n.º 8.625/93, o Ministério Público de Minas Gerais, fixa-se o prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, para o envio de relatório minucioso e documentado acerca das providências tomadas para dar cumprimento ao recomendado.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas, podendo implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais acima referenciados.

Para que se dê cumprimento e publicidade à presente recomendação, determina-se a remessa de cópia da recomendação:

J H



Ministério Público Federal  
Procuradoria Regional dos Direitos do  
Cidadão - PRDC

Defensoria Pública do Estado de Minas  
Gerais – Especializada em Direitos  
Humanos, Coletivos e Socioambientais

- 1) à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- 2) à Casa Civil;
- 3) ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Comissão de Direitos Humanos;
- 4) ao representante legal da Anistia Internacional no Brasil;
- 5) à Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, para que a mesma tome conhecimento da situação envolvendo a iminente violação dos direitos humanos, ora retratada;
- 6) à Secretaria Executiva do Instituto Ethos;
- 7) ao Instituto Observatório Social;
- 8) à UN Global Compact Office NY;
- 9) à Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis;
- 10) ao Comitê Popular dos Atingidos pela Copa em Minas Gerais;
- 11) à Câmara de Vereadores de Belo Horizonte;
- 12) à COMOVEEC - Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais;
- 13) ao COPAM - Conselho Estadual de Política ambiental de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 23 de novembro 2011.

**Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes**  
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
Defensoria Pública do Núcleo de Direitos Humanos, Coletivos e  
Socioambientais  
MADEP 695

**Silmara Cristina Goulart**  
Procuradora da República em Minas Gerais  
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão



**Anexo 12** – Documento de Arrecadação Estadual – DAE, pagamento para trabalhar por evento (cedido pela barraqueira Maria Goretti). Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

Save à Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais ADEMG, a importância da presente  
 FATURA contida na tabela abaixo:

CPF/CNPJ nº: 276.405.566-20

 <b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE</b>		Validade <b>05/12/2008</b>	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO 1 - INSCR. ESTADUAL    4 - CPF 2 - INSCR. PROD. RURAL    5 - OUTROS 3 - CNPJ    6 - RENDÍVEL
Nome: <b>Maria Goretti Araújo Pereira</b>		Tipo <b>0</b>	Número Identificação
Endereço:		Código Município em MG (para produtor rural e não inscrito)	
Município: <b>Belo Horizonte</b>	UF: <b>MG</b>	Mês/Ano de Referência <b>12/2008</b>	
Telefone:		Nº Documento <b>1108001030925</b>	

**Histórico**  
 Em caso de dúvida sobre este DAE, procure o órgão emissor informado abaixo:  
 Órgão: ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 Serviço: 11 - BARRAQUEIROS  
 Ref. autorização box no jogo dia 07/12/2008  
 Cruzeiro x Portuguesa

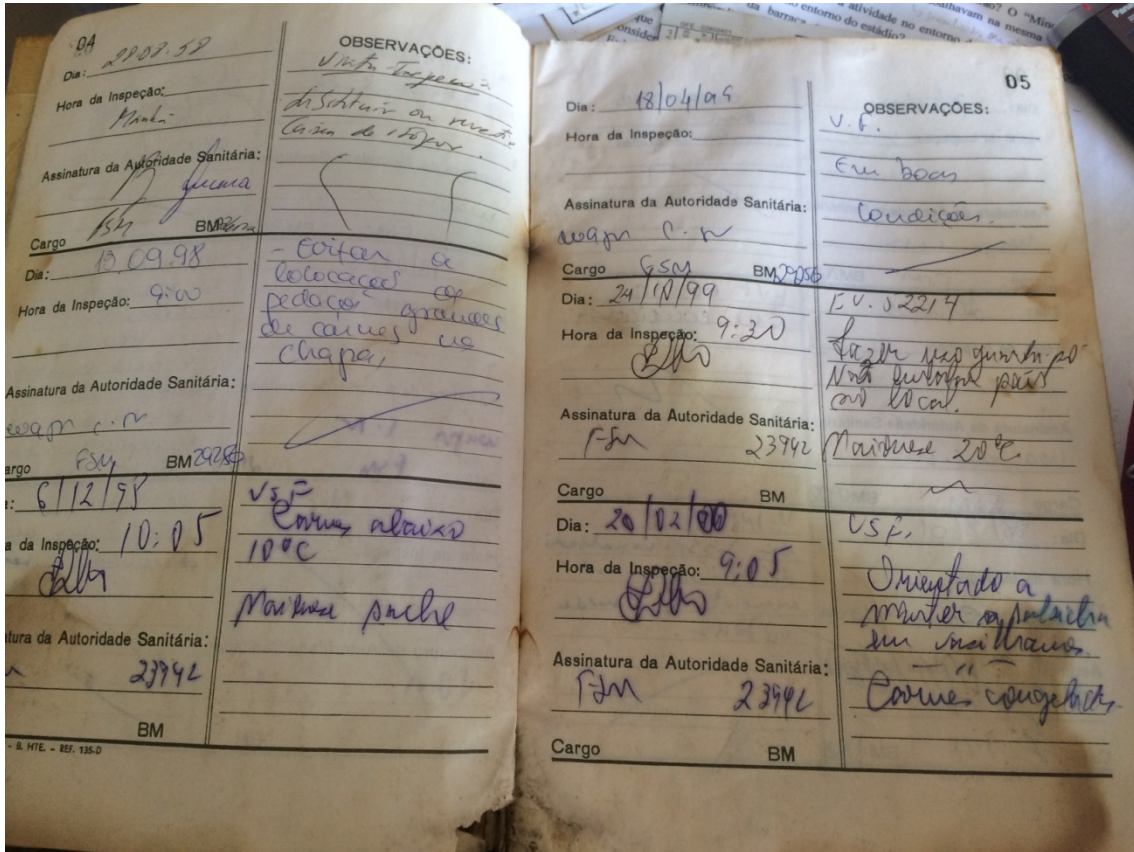
*AD*

Data de Emissão: 02/12/2008  
 Pagável nas agências do Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Mercantil do Brasil, Bancoob, Bradesco.  
 Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.  
 Linha Digitável: 85620000000 3 10000213081 1 20512110800 0 10309250223 8

Autenticação 111AM0042 310340690 031208	10,00C SECDLN	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10,00</b>
--	---------------	--------------	------------------

1ª VIA: CONTRIBUINTE  
 MOD. 06. 01. 11

**Anexo 13** – Documento de fiscalização da vigilância sanitária às barracas (cedido pela barraqueira Maria Goretti). Fonte: TRIGUEIRO, 2017.



**Anexo 14** – Ficha de cadastro anual, feito pela ABAEM (cedido pela barraqueira Maria Gorette). Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

**Cadastro 2008**

Filiado a associação dos barraqueiros da área externa do Mineirão (ABAEM)

Nome Emerson de Castro Pereira  
Data de nasc. 18/09/1958 N° Ident. 1207041 CPF 976405586  
Filiação Geraldo Pereira / Maria Imaculada Pereira  
Naturalidade Piranga - M.G.  
Est. Civil Casado Filhos 02  
Profissão imobiliária Escolaridade \_\_\_\_\_  
Endereço Av. Fernando Dias 937 Jardim Lagunas  
Telefone 3-354-9753

Emerson de Castro Pereira \_\_\_\_\_  
Assinatura do filiado Secretaria ABAEM

**Anexo 15** – Lista de barraqueiros que trabalharam no Réveillon 2016/2017 (cedida pela ABAEM). Fonte: TRIGUEIRO, 2017.

**LISTA DE PRESENÇA - 20 DE DEZEMBRO DE  
QUEIMA DE FOGOS ALTERASA 2016/2017  
30 BARRACAS COM ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS**

	NOME	C.I	CPF	TELEFONE	PRODUTO COM BEBIDAS
ok	1 SELMA SALVINO DA SILVA	MG 4.245.603	794.741.606-00	98605-0869	ESPETO E SANDUICHE
ok	2 ERNANI FRANCISCO PEREIRA	MG 2.124.140	764.669.306-53	98932-1480	TROPEIRO E SANDUICHE
	3 MARIA DA PENHA FONSECA	MG 5.675.162	997.443.176-04	98776-5997	CAIPIFRUTA
	4 CLÁUDIA MARIA REIS	MG 7.273.893	077.903.306-08	98644-7906	TROPEIRO E SANDUICHE
	5 DIVA DE OLIVEIRA RODRIGUES	MG 2.528.633	762.216.446-15	3437-7700	CAIPIFRUTA
	6 MARIA APARECIDA DE MANASSES	M 2.644.438	733.084.126-91	98578-8859	ESPETO E SANDUICHE
	7 MORGANA ROSIMEIRE	M 2.551.771	665.490.196-72	99781-6471	ESPETO E SANDUICHE
	8 INALVA CRISTINA FERREIRA	MG 2.084.133	025.496.156-89	98832-0184	ESPETO E SANDUICHE
	9 SANDRA HELENA PEREIRA	M 4.077.054	486.796.156-68	98574-9338	TROPEIRO E SANDUICHE
ok	10 GERSON ISABEL DA SILVA	MG 4.304.364	824.078.516-68	98613-1364	MACARRÃO NA CHAPA
	11 FRANCISCO JANUARIO	M2.061.674	625.304.616-00	98834-8614	TROPEIRO E SANDUICHE
ok	12 ZULEICA DE PAULO FERNANDES	MG 5.049.470	793.454.256-91	98574-9338	CAIPIFRUTA
ok	13 ANTÔNIO CARLOS MARQUES	MG 3.260.458	971.120.976-49	98674-9627	CAIPIFRUTA
	14 FABIANY GOME SILVARES	ES 1.780.507	094.267.537-10	99926-5667	CAIPIFRUTA
ok	15 ANDRÉ FELIPE DA SILVA	MG 14.350.328	079.687.726-21	3485-4716	ESPETO E SANDUICHE

**LISTA DE PRESENÇA - 20 DE DEZEMBRO DE  
QUEIMA DE FOGOS ALTERASA 2016/2017  
30 BARRACAS COM ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS**

	NOME	C.I	CPF	TELEFONE	PRODUTO COM BEBIDAS
	16 ALOISIO MESSIAS	MG 3.229.581	559.538.596-00	98804-3594	TROPEIRO E SANDUICHE
ok	17 JOSÉ LUIZ PEREIRA	MG 12.808.232	054.878.556-25	99703-0624	TROPEIRO E SANDUICHE
ok	18 FRANCISCO DE SOUZA	M 692.211	217.552.056-00	98739-4827	ESPETO E SANDUICHE
ok	19 TERCILIA PEREIRA LEAL	MG 1.183.368	384.683.956-68	99703-0624	CAIPIFRUTA
	20 SOLANGE APARECIDA DA SILVA	MG 10.076.743	042.292.246-30	98658-7796	ESPETO E SANDUICHE
	21 RAQUEL JUNIA DOS SANTOS	MG 16.981.870	106.606.116-51	98021-9899	CACHORRO QUENTE
	22 JACQUELINE CARDOSO DA SILVA	MG 11.543.960	053.350.776-62	99738-0451	CACHORRO QUENTE
	23 IVONETE FERREIRA CARDOSO	MG 2.537.045	991.977.236-49	99989-9655	ESPETO E SANDUICHE
	24 MARIA DAS DORES DA SILVA	MG 10.988.574	907.903.916-00	98626-4173	ESPETO E SANDUICHE
	25 MARIA ROMANO DA LUZ	MG 861.616	633.447.426-04	98564-5766	ESPETO E SANDUICHE
	26 CRISTIANE DOS SANTOS	MG 13.944.866	038.987.116-84	98584-0365	ESPETO E SANDUICHE
	27 RENNAM OLIVEIRA BARBOSA	MG 16.217.205	098.461.196-74	99602-1620	CAIPIFRUTA
	28 ANA CLÁUDIA NASCIMENTO	MG 15.498.049	123.182.736-00	998419042	BATATA CHIPS
	29 AGRINALDO QUENES MOURA	MG 4.686.118	613.452.296-15	98809-3388	ESPETO E SANDUICHE
	30 ADEMIR LUIZ DA FONSECA	M 467.305	319.214.776-87	99208-3472	TROPEIRO E SANDUICHE